



## Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações

Maria das Dores Guerreiro, Frederico Cantante  
e Margarida Barroso

Trajectórias escolares  
e profissionais de jovens  
com baixas qualificações

---



# TRAJECTÓRIAS ESCOLARES E PROFISSIONAIS DE JOVENS COM BAIXAS QUALIFICAÇÕES

Maria das Dores Guerreiro (coord.)  
Frederico Cantante  
Margarida Barroso



**Título**

Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações

**Autoria**

Maria das Dores Guerreiro (coord.)

Frederico Cantante

Margarida Barroso

**Edição**

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Av. 24 de Julho, 134

1399-054 LISBOA

Tel.: 213 949 200

Fax: 213 957 610

E-mail: [gepe@gepe.min-edu.pt](mailto:gepe@gepe.min-edu.pt)

URL: [www.gepe.min-edu.pt](http://www.gepe.min-edu.pt)

Abril 2009

**Design gráfico**

Upstairs, Design Studio

**Execução Gráfica**

Editorial do Ministério da Educação (EME)

Tel.: 219 266 600

Fax: 219 202 765

E-mail: [geral@eme.pt](mailto:geral@eme.pt)

URL: [www.eme.pt](http://www.eme.pt)

**ISBN**

978-972-614-451-9

**Depósito Legal**

301 478/09

**Tiragem**

500 exemplares

## ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS.....	7
INTRODUÇÃO .....	9
<b>1. O SISTEMA DE ENSINO EM PORTUGAL: UM BREVE RETRATO .....</b>	<b>17</b>
1.1 Alguns indicadores de escolarização .....	21
1.2 A educação em Portugal, numa perspectiva comparada .....	29
<b>2. JOVENS E MERCADO DE TRABALHO: O QUE MOSTRAM AS ESTATÍSTICAS.....</b>	<b>39</b>
2.1 Actividade profissional, emprego e qualificações .....	39
2.2 Sectores de actividade e profissões dos jovens .....	47
2.3 Vínculos contratuais e tempos de trabalho .....	52
<b>3. JOVENS COM BAIXAS QUALIFICAÇÕES: O PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>55</b>
<b>4. TRAJECTOS ESCOLARES E FORMATIVOS.....</b>	<b>71</b>
4.1 Percursos acidentados .....	73
4.2 Quando a escola não consegue atrair .....	78
4.3 A desistência durante o percurso .....	91
4.4 Vias alternativas de aprendizagem .....	110
<b>5. TRAJECTOS PROFISSIONAIS.....</b>	<b>131</b>
5.1 Entrada e saída do mercado de trabalho .....	133
5.2 Perfis trajectoriais .....	144
5.3 Segurança, flexibilidade e formação .....	161
5.4 A disposição para trabalhar .....	172
<b>6. PERSPECTIVAS SOBRE O SISTEMA DE ENSINO E AS POLÍTICAS DE EMPREGO .....</b>	<b>177</b>
6.1 O valor da escola e dos saberes .....	179
6.2 Percepções acerca dos apoios públicos à inserção profissional .....	198
<b>7. PROJEÇÕES SOBRE O FUTURO .....</b>	<b>211</b>
7.1 Projectos formativos e profissionais .....	213
7.2 Família, estabilidade e risco .....	226
CONCLUSÃO .....	239
BIBLIOGRAFIA .....	247
ANEXOS .....	255

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1.1.	Estrutura do sistema de ensino em Portugal.....	21
Quadro 1.1.1	Taxas de escolarização 1977/1998-2004/2005.....	23
Quadro 1.1.2	Taxa de transição e conclusão, Portugal Continental, 1994/95-2007/08.....	25
Quadro 1.1.3	Taxa de conclusão, por modalidade de ensino, Portugal, 2006.....	26
Quadro 1.1.4	Taxa de retenção e desistência, Portugal Continental, 1996/97-2007/08.....	27
Quadro 1.1.5.	Alunos matriculados, segundo ciclo de estudos, por modalidade de ensino, 2003/2004-2006/2007.....	28
Quadro 1.1.6	Alunos jovens matriculados no ensino secundário, por modalidade de ensino, 2003-2007.....	29
Quadro 1.2.1	Idade em que se termina a escolaridade obrigatória e o ensino secundário (2006).....	30
Quadro 1.2.2	Taxas de inscrição no sistema de ensino, por grupo etário (2006).....	31
Quadro 1.2.3	Número de anos previstos para frequência do sistema de ensino, H e M (2006).....	31
Quadro 1.2.4	Média de anos de frequência do sistema de ensino, 25-64 anos (2004).....	33
Quadro 1.2.5	Percentagem da população com idades entre os 18 e os 24 anos, que se encontra fora do sistema de ensino/formação tendo completado, no máximo, o ensino básico (2006-2007).....	34
Quadro 1.2.6	Idade média da primeira saída do sistema de ensino (2003).....	35
Quadro 1.2.7	Jovens com 18 anos que se mantêm no sistema de ensino (2004-2006).....	36
Quadro 1.2.8	População com 25-34 anos que completou, pelo menos, o ensino secundário (%).....	36
Quadro 1.2.9	População com 25-64 anos que completou, pelo menos, o ensino secundário (%).....	36
Quadro 1.2.10	População activa, com idade entre os 25 e os 64 anos, segundo o nível de ensino completo (2008).....	37
Quadro 1.2.11	Proporção de pessoas com ensino superior, no total de países da OCDE, 2004-2014... ..	38
Quadro 2.1.1	Actividade e inactividade, 1998-2008.....	42
Quadro 2.1.2	Emprego e desemprego, 1998-2008.....	44
Quadro 2.1.3	Emprego, desemprego e qualificações, 2008.....	46
Quadro 2.2.1	Sector de actividade, 1998-2008.....	49
Quadro 2.2.2	Situação na profissão, 2008.....	50
Gráfico 2.2.1	População empregada, segundo o sexo, grupo etário e profissão principal, 1998-2008.....	51
Quadro 2.3.1	População empregada por conta de outrem, segundo sexo, grupo etário e vínculo contratual, 1998-2008.....	53
Quadro 2.3.2.	População empregada, segundo o sexo, grupo etário e duração da semana de trabalho, 1998 e 2008.....	54
Quadro 3.1	Caracterização social dos entrevistados.....	59
Quadro 3.2	Situação profissional dos entrevistados.....	60

Quadro 3.3	Rendimento dos entrevistados .....	65
Quadro 3.4	Escolaridade e categoria sócio-profissional dos pais dos entrevistados.....	66
Quadro 4.1	Tipo e sentido do percurso profissional dos entrevistados.....	151
Quadro 4.2	Tipo e sentido dos percursos profissionais dos entrevistados do sexo masculino, segundo a escolaridade.....	152
Quadro 4.3	Tipo e sentido dos percursos profissionais dos entrevistados do sexo feminino, segundo a escolaridade.....	152

## INTRODUÇÃO



O desenvolvimento de novas competências e a ampliação das já existentes afirmam-se como prioridades na sociedade contemporânea. As grandes transformações sociais e económicas e a inovação científica e tecnológica implicam a crescente valorização das qualificações, atribuindo-se à escola uma posição central. O investimento na educação e na formação associa-se ao reconhecimento de que destas depende o avanço e a modernização das sociedades, no actual contexto de globalização.

As competências habilitacionais enquanto elemento constitutivo do capital humano apresentam-se, de modo amplamente confirmado, como um dos instrumentos fundamentais para aferir o progresso de um país ou de uma sociedade, sendo as gerações jovens, em transição e preparação para a vida adulta, protagonistas por excelência dos processos de aquisição de novas qualificações e saberes. A informação e o conhecimento representam factores estruturantes das sociedades mais avançadas. Nelas, a educação tem tendência para se prolongar no tempo, resultando daqui que os jovens só estejam habilitados à integração no mercado de trabalho após um período prolongado de escolaridade e de aquisição, em diferentes contextos, de competências formais que vão requerendo permanente actualização ao longo do percurso de vida. Como vários autores assinalam, as aprendizagens das jovens gerações há muito que não dependem exclusivamente do contacto com as gerações mais velhas. Mobilizam a intervenção recorrente de novas instituições e agentes especializados, e implicam cada vez mais fontes diversificadas de produção e inovação do conhecimento (Enguita, 2001; Costa, 2002), com a escola a exercer aqui uma acção catalizadora.

As orientações políticas no quadro da União Europeia visam aumentar o nível educacional de crianças e jovens das diversas origens sociais, e reduzir as diferenças que separam aqueles que provêm de famílias desprovidas de capitais económicos e escolares, dos seus pares, oriundos de meios sociais mais favorecidos. Reconhecem igualmente a importância do ensino pré-escolar e ao longo da vida, como formas de assegurar capacidades permanentes de aprendizagem. Pretende-se deste modo dotar as novas gerações de competências amplas e renováveis que lhes permitam mobilidade profissional e geográfica no presente quadro da economia global.

Associada ao entendimento da escola como um meio privilegiado de produção de competências e qualificações, surge a consideração de que é através desta instituição que se desenvolvem estratégias fundamentais de promoção da igualdade de oportunidades e de extinção de dinâmicas continuadas (re)produtoras de diversas formas de exclusão social. Diferentes estudos inaugurais sobre escolarização apontavam já para uma associação entre desempenho escolar, família e pertença social (Coleman, 1966 in Montandon e Perrenoud, 2001: 159; Bourdieu, 1964; Bourdieu, 1970 e outros). Esta premissa legitimou a necessidade de democratizar o ensino, sobretudo no que diz respeito à ponderação da relação existente entre os saberes

veiculados pela escola e as capacidades desiguais dos alunos que a frequentam. De resto, a implementação de uma escolaridade obrigatória teve sempre como base o princípio da igualdade de oportunidades. A escola, permanentemente entendida como um instrumento de combate às desigualdades sociais, garantiria a justiça social e a igualdade através da meritocracia e de medidas de discriminação positiva em relação a grupos sociais específicos (Viegas e Costa, 2007: 313).

As evidências que resultam da análise do sistema educativo português – em particular as baixas frequências nos níveis educacionais mais avançados e as reduzidas taxas de conclusão dos vários ciclos de estudo – confirmam um processo lento de democratização do ensino, quando comparado com o de outros países (Sebastião: 2007, 306). Não obstante, assistiu-se em Portugal a uma generalização concreta do acesso à escola, como reflexo de um processo intenso de promoção alargada da educação que, pesem embora as evoluções positivas e os processos de mobilidade social a que deu origem (Almeida et al, 1994), é ainda marcado pela forte influência que a origem social dos alunos assume na relação que mantêm com o sistema de ensino e que este não tem conseguido debelar. Tal como afirma João Sebastião (2007:153), embora se possa reconhecer o contributo da abertura do sistema de ensino para minimizar alguns dos efeitos dessa origem social nos resultados escolares, não poderá afirmar-se que o funcionamento da escola se baseia inequivocamente apenas em “factores de mérito resultantes do esforço de aprendizagem”.

Do mesmo modo, não deixando de ser observável uma concretização progressiva do acesso generalizado da população à escolaridade obrigatória, têm-se mantido elevados níveis de insucesso e abandono escolares, sendo as crianças e os jovens originários de meios sociais desfavorecidos os principais protagonistas destes dois fenómenos. Com efeito, diversos estudos têm vindo a revelar persistentes dificuldades na escolarização de grupos socialmente desfavorecidos. Como afirma Capucha (2005 a: 43-45), caberá ao sistema educativo português desenvolver medidas no sentido da inclusão social, através de uma intervenção preventiva junto de cidadãos em risco de exclusão, e correctiva relativamente a cidadãos que já se encontram em situação de exclusão social.

O abandono precoce do sistema de ensino e o pouco acesso a oportunidades de educação e formação ao longo da vida para a população adulta são, de acordo com inúmeros estudos, duas grandes fontes de reprodução de desigualdades e de situações de pobreza e exclusão social. A baixas qualificações, no contexto da globalização dos mercados, corresponde, na verdade, um aprofundamento de desigualdades sociais. Na perspectiva de Fitoussi e Rosanvallon (1996: 124-8) a mundialização da economia é feita em desfavor dos trabalhadores menos qualificados e agrava as suas menores oportunidades de emprego, contribuindo para o aumento da exclusão social e do reforço de clivagens sociais. A qualificação das populações constituirá, assim, uma resposta imperativa.

No respeitante à educação e formação, pode afirmar-se que, nas últimas décadas, o sistema de educação português foi marcado por uma orientação predominante para o prosseguimento dos estudos até ao ensino superior, acompanhada por estratégias familiares de mobilidade económica e social ascendente que corroboraram esta lógica. Neste processo evolutivo, porém, foram negligenciadas as vias e os níveis de educação e formação intermédios, associadas a uma entrada directa dos jovens no mercado de trabalho. As chamadas vias de “segunda oportunidade” constituíram-se inicialmente como um veículo de reprodução de desigualdades sociais. A população mais favorecida enveredava pelas vias de acesso ao ensino superior, destinando-se as vias intermédias a quem procurasse uma formação de acesso imediato ao mercado de trabalho e não o prosseguimento dos estudos para um nível superior. A associação generalizada das vias profissionalizantes a vias de “segunda oportunidade” não está completamente ausente, sendo ainda abundantes as considerações indicadoras de que estas se destinam a quem não tem sucesso no ensino de carácter geral. Decorrem, muitas vezes, desse facto, efeitos “marginalizantes” daquele tipo de ensino, sendo considerado ainda por muitos como um ensino para “jovens em risco” (Capucha, 2005a: 45-6).

Até há pouco tempo, o número de jovens a frequentar vias de ensino profissionalizante permaneceu muito reduzido. Um dos aspectos que o poderá justificar, para além do preconceito que o tornava estigmatizante para os seus frequentadores, seria o facto de se tratar de formação mais exigente ao nível dos recursos e da logística a mobilizar, encontrando-se a maior parte dos meios humanos e físicos do sistema vocacionados para uma formação livresca e retórica, pouco assente na dimensão prática e laboratorial. Não obstante esta realidade, tem-se vindo a verificar, nos anos lectivos mais recentes, um aumento significativo no número de matriculados em cursos de carácter profissional, na ordem dos 40% no ensino secundário (Rodrigues, 2008), como resultado das mais e melhores ofertas formativas nestas áreas, e indo de encontro a algumas necessidades detectadas no mercado de trabalho.

Quando se comparam as diferentes taxas europeias quanto ao abandono escolar, verifica-se um desfase significativo de Portugal, com registos de taxas de abandono muito superiores à média europeia. A saída precoce do sistema de ensino e a procura reduzida de ofertas formativas alternativas, tem implicado que os jovens entrem muitas vezes no mercado de trabalho com níveis qualificacionais reduzidos, ficando quase sempre destinados a exercerem actividades pouco qualificadas e a auferirem baixos rendimentos (Guerreiro e Pegado, 2005; Dias, 2007). Confirma-se, então, que “quanto menores as qualificações, menores tendem a ser as remunerações, as oportunidades de acesso à aprendizagem, a qualidade do emprego e mais dificuldades se verificam para a readaptação e a reconversão de saberes em caso de exclusão profissional” (Capucha, *Ibidem*). Existindo uma relação estreita entre o nível de qualificações escolares alcançado, a condição perante o trabalho e a situação na profissão, os jovens que saem precocemente do sistema

escolar têm, geralmente, origens sociais desfavorecidas. A opção por uma inserção prematura no sistema de emprego, com baixas qualificações escolares, coloca-os frequentemente numa situação de empregabilidade precária (Guerreiro e Abrantes, 2004: 74).

O trabalho não qualificado ou semiquificado continua a estar bastante presente no sistema de emprego português e o desempenho desse tipo de funções cabe, sobretudo, aos mais jovens e aos mais velhos. No caso da população mais velha, esta associação com o trabalho pouco qualificado deve-se, principalmente, à desqualificação ou obsolescência das qualificações detidas. No caso dos jovens, a pouca qualificação no mercado de trabalho deriva em grande parte de entradas precoces na vida activa, à qual acederam sem grandes competências.

A estrutura do mercado de trabalho pode, também, estar na origem de um sistema de ensino com estas características. Como vários estudos demonstram, para além de as baixas qualificações escolares estarem ainda associadas a um quadro empresarial pouco mobilizador de conhecimentos tecnológicos avançados (Guerreiro, 1996), constata-se que muitos empregadores privilegiam, com frequência, o recrutamento de pessoal não qualificado, em detrimento de recursos humanos detentores de maiores qualificações, como base de sustentação para montantes remuneratórios baixos (Guerreiro, 2000; Guerreiro e Pegado, 2006). No mesmo sentido, se se observam baixos níveis de escolaridade, trabalho pouco qualificado e desemprego, verifica-se igualmente uma ineficácia do mercado de trabalho na inserção dos jovens com mais recursos escolares (Pais, 2001), confirmando-se uma certa desarticulação de objectivos e princípios entre empresas e escola (Guerreiro e Abrantes, 2004: 70).

Não obstante, a obtenção de um determinado nível qualificacional continua a ter impacto evidente nas maiores ou menores possibilidades de acesso ao emprego. Com efeito, quanto maiores são as qualificações, menores são os valores de desemprego. Segundo dados do INE, no ano de 2008, em Portugal, a taxa de desemprego situava-se nos 9,8% para indivíduos com o ensino básico, 8,2% para pessoas com o ensino secundário e 6,7% para a população com o ensino superior (INE, 2008).

O mercado de trabalho tem vindo a apresentar transformações fulcrais, sobretudo no que diz respeito à situação contratual dos trabalhadores. Tem-se verificado um decréscimo dos contratos sem termo e um aumento significativo dos trabalhos com horários atípicos e contratos de curta duração. Estas alterações surgem num contexto de incremento de flexibilização profissional, mas também de maior precarização do emprego, que coloca Portugal, nos últimos anos, com a mais elevada proporção de contratos a prazo da União Europeia (2007)<sup>1</sup>. Face a este contexto, serão os jovens com menores qualificações os mais afectados pela precariedade do vínculo contratual, deparando-se igualmente com baixas remunerações e pouco reconhecimento social e profissional.

---

<sup>1</sup> Segundo dados do Eurostat, Population and Social Conditions, 2007, Portugal foi, a par da República Checa, Chipre, Polónia e Eslovénia, o país que registou o maior aumento do número de contratos a prazo involuntários entre os anos de 2000 e 2005.

Falar em jovens com poucas habilitações é falar daqueles que não terminaram a escolaridade obrigatória, dos que a terminaram mas não prosseguiram os estudos e dos que os prosseguiram, interrompendo-os sem concluírem o ensino secundário. Perspectivando as suas relações com o trabalho, poderá afirmar-se que são indivíduos para quem o trabalho é visto como uma fonte de rendimento capaz de satisfazer necessidades imediatas. Sem ponderar os riscos do imediatismo e não tendo em conta o impacto futuro das suas baixas qualificações, estes jovens pouco poderão esperar dessa sua inserção profissional. As estratégias adoptadas pelos jovens podem resumir-se nas seguintes opções: ausência de qualquer estratégia, apenas como resposta às necessidades quotidianas; adaptação às condições que lhes são oferecidas; adopção de estratégias projectivas que envolvem acções de auto-valorização profissional e pessoal (Smithson, Lewis e Guerreiro, 1998; Lewis, Smithson e Guerreiro, 1999).

O presente estudo centra-se na análise das trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações e destina-se a aprofundar e sistematizar o conhecimento sobre esta realidade, nomeadamente: a) perceber com maior detalhe as trajectórias da população jovem de ambos os sexos, que não concluiu ou que não foi além da conclusão do ensino básico; b) conhecer percursos escolares e as razões da não continuação destes, quais as motivações e as estratégias para a entrada no mercado de trabalho; c) identificar possíveis diferenças, ao nível da inserção no mercado de trabalho e dos tipos de trajectórias profissionais observadas, entre i) jovens que tenham abandonado a escola antes do término do 3.º ciclo do ensino básico, ii) jovens que tenham optado pela não prossecução de estudos, uma vez terminado o terceiro ciclo do ensino básico e iii) jovens que tenham frequentado o ensino secundário sem o terem concluído, possuindo formalmente não mais do que o ensino básico; e, por fim, d) conhecer as representações que os jovens têm do sistema de ensino/formação e das políticas de emprego, como se relacionam com ambos e de que modo essa relação pode (ou não) condicionar a maneira como estruturam e planeiam as suas vidas – a nível pessoal, profissional e formativo.

A pesquisa desenvolveu-se tendo por base a realização de entrevistas semi-directivas a jovens de ambos os sexos, até aos 30 anos, naturais e residentes em diferentes regiões do país e inseridos em diversas actividades profissionais, cujo nível de escolaridade completo não está acima do 3.º ciclo do ensino básico. Pretendeu-se, assim, conhecer o percurso biográfico destes jovens e captar os principais factores que caracterizam os seus trajectos escolares e profissionais, identificando o modo como interagiram ou interagem com a escola e o processo de obtenção de qualificações formais, bem como a relação existente entre as qualificações obtidas e as inserções profissionais que por eles têm sido experienciadas.

Uma outra componente da pesquisa assentou na recolha e análise de um conjunto de estatísticas disponíveis sobre o sistema de ensino e sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, de modo a situar a realidade portuguesa, tanto quanto possível, no panorama internacional.

Neste relatório apresentam-se os principais resultados a que a pesquisa permitiu chegar, estruturados em sete capítulos. Assim, os primeiros dois capítulos caracterizam sumariamente o sistema de ensino e o emprego dos jovens em Portugal, no sentido de enquadrar o objecto em estudo e de procurar estabelecer algumas comparações entre a realidade portuguesa e a de outros países, com base na análise de estatísticas do Eurostat e da OCDE. No capítulo 3 são tecidas algumas considerações de carácter metodológico sobre os critérios que presidiram à selecção dos observáveis e é analisado o perfil social dos entrevistados e dos seus antecedentes familiares.

O quarto capítulo corresponde ao tratamento de um dos aspectos essenciais desta investigação: os percursos escolares e formativos protagonizados pelos jovens. A partir dos seus discursos procura-se compreender o que foram as suas experiências na escola e a sua relação com a aprendizagem, bem como as razões que evocam para justificar a sua saída precoce do sistema de ensino. São ainda aqui exploradas as vias alternativas procuradas por alguns para aumentarem as suas qualificações. Outra preocupação nuclear da pesquisa, a de conhecer as trajectórias profissionais percorridas por aqueles que ingressam no mercado de trabalho com escolaridade reduzida, é abordada no capítulo 5. Aqui dá-se conta do modo como acederam ao emprego e dos percursos-tipo que aí desenvolveram. O capítulo centra-se ainda no exame das modalidades contratuais associadas às inserções profissionais dos jovens e nas disposições que apresentam para o desempenho de um ou outro tipo de profissão.

O capítulo 6 debruça-se sobre as perspectivas dos entrevistados acerca do sistema de ensino, do valor dos saberes escolares e também sobre as políticas públicas de apoio à inserção profissional. O capítulo 7, por fim, analisa os projectos profissionais e de aquisição de novas competências que equacionam para o futuro, bem como os moldes em que encaram a vida familiar e as responsabilidades a ela inerentes, no quadro das situações individuais por eles vividas e das incertezas sociais do presente.

## 1. O SISTEMA DE ENSINO EM PORTUGAL: UM BREVE RETRATO



## 1. O sistema de ensino em Portugal: um breve retrato

O sistema de ensino português tem sido atravessado por um conjunto de dinâmicas e reformas, no sentido de assegurar a qualificação das populações e de nos aproximarmos dos indicadores europeus, dos quais continuamos arredados. Procurando combater o insucesso e o abandono escolares, não apenas nas gerações mais jovens como também junto daqueles que, mais velhos, ostentam qualificações reduzidas, as recentes medidas de política, de que se destaca o programa Novas Oportunidades, reconfiguraram significativamente o panorama da escola do ensino básico e secundário e o perfil da população que nesta ingressa.

O nosso sistema de ensino encontra-se, assim, estruturado de acordo com cinco fases hierarquizadas: a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário, o ensino pós-secundário não superior e o ensino superior.

A educação pré-escolar, de carácter não obrigatório, encontra-se na base da estrutura organizacional do sistema e destina-se a crianças entre os três e os seis anos de idade. Embora a sua frequência seja facultativa, há o reconhecimento de que o Estado deve ter um papel activo na universalização da oferta da educação pré-escolar.<sup>2</sup>

O ensino básico regular, que se inicia aos seis anos de idade, está decomposto em três ciclos. O primeiro ciclo, correspondente à educação primária, tem a duração de quatro anos lectivos. O segundo ciclo, com a duração de dois anos, tem início aos 10 anos de idade. O terceiro ciclo, que se inicia aos 12 anos, tem a duração de três anos. A sua conclusão coincide com o término da escolaridade obrigatória.

Após a conclusão do primeiro ciclo do ensino básico, é também possível optar pelo prosseguimento dos estudos através de cursos profissionais ou cursos de educação e formação. Os cursos profissionais visam a preparação específica para o exercício de uma profissão em concreto, fornecendo conhecimentos científicos e técnicos para a entrada no mercado de trabalho, mas também para o prosseguimento dos estudos. São, habitualmente, leccionados em escolas profissionais. Os cursos de educação e formação, por sua vez, são destinados a indivíduos, com 15 anos e mais, que se encontrem em risco de abandono escolar ou já saíram do sistema educativo sem terminar a escolaridade obrigatória e pretendam retomar os estudos. Estes cursos, embora com um carácter mais abrangente do que os profissionais, conferem uma qualificação profissional e um certificado de conclusão do 6.º ou 9.º anos.

O ensino básico oferece, paralelamente, outras modalidades educativas: o ensino artístico, a educação e formação de adultos e o ensino recorrente.

---

<sup>2</sup> Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho.

O ensino artístico que, tal como o regular, se encontra subdividido por três ciclos sequenciais de ensino – primeiro ciclo com duração de quatro anos lectivos; segundo ciclo com duração de dois anos lectivos; terceiro ciclo com duração de três anos lectivos – possibilita uma formação especializada nas áreas de artes visuais, dança e música, a indivíduos que revelem potencialidades concretas em qualquer um destes domínios. O ensino básico artístico inicia-se aos seis anos e termina aos 15.

A educação e formação de adultos<sup>3</sup> destina-se a pessoas com 18 anos ou mais e está, igualmente, decomposta por três ciclos de estudo. Este tipo de aprendizagem, que poderá ser formal ou informal, tem como objectivo desenvolver conhecimentos e capacidades da população adulta, tirando proveito das competências já adquiridas em contexto laboral ou outro, com vista ao aumento das qualificações profissionais e técnicas.

O ensino básico recorrente é destinado a indivíduos com 15 anos e mais, que transpuseram a idade habitual de frequência deste nível de ensino. É dirigido, por um lado, aos que abandonaram o sistema educativo precocemente e pretendem retomar os estudos e, por outro, aos que nunca frequentaram a escola mas desejam fazê-lo. A oferta deste tipo de aprendizagem resulta da necessidade de anular os impactos negativos da relação existente entre os níveis de ensino e os limites de idade para a sua frequência, e facultar diplomas e certificados equivalentes aos do ensino regular.

O ensino secundário regular oferece a possibilidade de dar continuidade aos estudos através de cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos ou cursos profissionais. Os cursos científico-humanísticos têm a duração de três anos lectivos e prevêm o prosseguimento dos estudos para o ensino superior, concedendo formação geral, específica e técnico-artística. Os cursos tecnológicos<sup>4</sup> têm, também, a duração de três anos lectivos e destinam-se a quem pretende ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do 12.º ano, embora permitam a transição para o ensino superior. Concedem um diploma de conclusão do ensino secundário e um certificado de qualificação profissional. Os cursos profissionais no ensino secundário obedecem às mesmas características dos do ensino básico, constituindo-se por três anos lectivos e tendo em vista a inserção no mundo do trabalho, mas permitindo dar continuidade aos estudos no ensino superior.

No ensino secundário<sup>5</sup> há, também, cursos de educação e formação, ensino artístico e ensino recorrente. Os primeiros têm o mesmo carácter dos do ensino básico, conferindo qualificação profissional e diploma de conclusão do 12.º ano. O ensino artístico secundário, com duração de três anos, visa dar continuidade à aprendizagem de uma área artística, com o objectivo de prossecução dos estudos para um nível superior, ou de entrada no mercado de trabalho. O ensino recorrente no nível secundário, à semelhança do verificado no básico, fornece qualificação escolar e profissional e confere certificado de conclusão de ensino secundário. É dirigido a pessoas com mais de 18 anos.

---

<sup>3</sup> Portaria n.º 817/2007 de 27 de Julho.

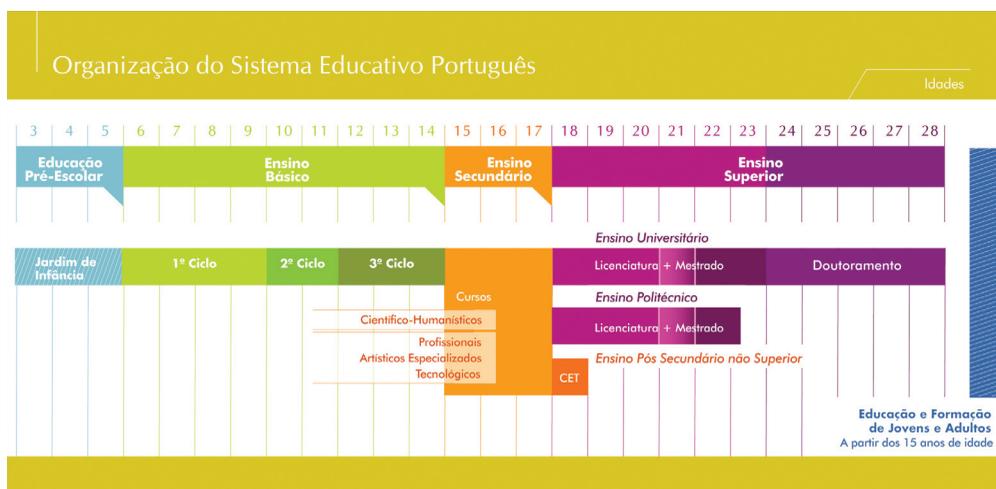
<sup>4</sup> Portaria 550-A/2004 de 21 de Maio, Portaria n.º 260/2006 de 14 de Março.

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 74/2004 de 29 de Maio.

O ensino pós-secundário<sup>6</sup> não superior faculta, através de cursos de especialização tecnológica, a obtenção de qualificação profissional para alunos em condição de a obter.

O ensino superior, por seu turno, encontra-se decomposto no ensino politécnico e no ensino universitário conferindo os graus académicos de licenciatura, mestrado e doutoramento.

**Figura 1.1** Estrutura do sistema de ensino em Portugal<sup>7</sup>



## 1.1 ALGUNS INDICADORES DE ESCOLARIZAÇÃO

Nas últimas décadas tem-se verificado em Portugal um aumento significativo na escolarização da população. Entre os anos lectivos de 1977/78 e 2005/2006, ocorreu um crescimento forte da taxa real de escolarização<sup>8</sup>, sobretudo no ensino pré-escolar (situada nos 78%) e no 3.º ciclo do ensino básico (55,5%). Os compromissos governamentais no sentido da generalização da oferta do ensino pré-escolar<sup>9</sup> e o estabelecimento da escolaridade obrigatória de nove anos<sup>10</sup>, muito terão contribuído para esta evolução positiva. O ensino secundário, o 2.º ciclo do ensino básico e o ensino superior registaram também uma evolução favorável, passando de uma taxa de 8,6% para 59,8%, de 34,4% para 86,4% e de 5,4% para 27,2%, respectivamente. Em 1985/6, o acesso ao 1.º ciclo do ensino básico apresentava já uma escolarização plena, tendo vindo a manter-se uma taxa de escolarização de 100% (GIASE, Séries Cronológicas, 1977-2006).

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de Maio.

<sup>7</sup> GEPE, 2009.

<sup>8</sup> Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários (GIASE, 2007).

<sup>9</sup> Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho.

<sup>10</sup> Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro.

No mesmo sentido, avaliando a distribuição do total de alunos matriculados, verifica-se que, ao longo dos anos, se tem assistido a um processo de equilíbrio na sua distribuição pelos vários níveis de ensino. Embora se observe que o 1.º ciclo do ensino básico continua a apresentar a maior proporção de matrículas, a diferença percentual tem vindo tendencialmente a decrescer, passando de 49,8% em 1977/1978 para 23,9% em 2005/2006, enquanto aumentam as inscrições na educação pré-escolar (de 3,5% para 12,3%), no ensino secundário (7,2% para 16,1%) e no ensino superior (de 4,9% para 17,2%), tendo sido este último nível de escolaridade o que maior crescimento apresentou no período em estudo (GIASE, Séries Cronológicas, 1977-2006, volume I, p.33).

As taxas de escolarização por idade (*quadro 1.1.1*), ao apresentarem a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino e a população residente dessa mesma faixa etária, proporcionam uma visão mais detalhada sobre o processo de crescimento da escolarização da população portuguesa. De um modo global, para todos os níveis de ensino, regista-se um aumento do número de alunos em idade de frequentarem esse ciclo de estudos e uma diminuição do número dos que ultrapassam essa idade, como resultado da redução das entradas tardias no sistema de ensino.

Na educação pré-escolar tem ocorrido um aumento tendencial do número de matriculados face ao total da população residente. Verifica-se, com efeito, um aumento expressivo no número de crianças entre os três e os cinco anos de idade que se encontram no sub-sistema pré-escolar.

No primeiro ciclo do ensino básico tem-se verificado, como foi referido anteriormente, um aumento da população matriculada com seis anos e uma manutenção da taxa plena de escolarização de 1977/1978 até ao presente. Também aqui, e no que diz respeito à faixa etária entre os nove e os 15 anos, a redução na taxa de escolarização a partir dos nove anos verificada para o 1.º ciclo é compensada com um aumento da taxa de escolarização no 2.º e 3.º ciclos, no mesmo grupo etário.

No 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, os resultados observados apontam para um aumento significativo da população matriculada nestes níveis de ensino e em idade para o frequentarem, seguido de um decréscimo da população matriculada que ultrapassa a idade habitual da sua frequência, o que se poderá dever, por um lado, a uma generalização da entrada no sistema de ensino em idade regulamentada para o fazer e, por outro, a uma menor incidência de casos de retenção. Os aumentos registados na taxa de escolarização no 3.º ciclo, em muito se devem à implementação da escolaridade obrigatória de nove anos, no ano de 1986.

No ensino secundário verifica-se uma taxa de escolarização expressiva, para todas as idades consideradas, factor que se justifica, neste caso, por não existir um limite etário para a sua frequência.

O ensino superior é o nível de ensino que, desde 1977/1978, apresentou maior crescimento, em todos os níveis etários, encontrando-se actualmente a par de outros países da União Europeia, assinalando uma proporção de alunos matriculados superior à média da Europa a 27<sup>11</sup> (Eurostat, 2007).

**Quadro 1.1.1** Taxas de escolarização 1977/1998 – 2004/2005

Níveis de ensino / Idades Pré-escolar	1997/1998	2004/2005
3 anos	55,3	61,4
4 anos	66,1	84,0
5 anos	75,7	87,1
6 anos	4,0	2,4
<b>Básico – 1.º ciclo</b>		
5 anos	–	2,7
6 anos	76,3	97,6
7 anos	100,0	100,0
8 anos	100,0	100,0
9 anos	100,0	91,3
10 anos	77,5	27,0
11 anos	44,3	9,5
12 anos	26,2	3,1
<b>Básico – 2.º ciclo</b>		
9 anos	–	8,7
10 anos	22,5	73,0
11 anos	45,9	82,8
12 anos	46,7	34,1
13 anos	30,9	16,7
14 anos	15,1	9,0
15 anos	5,5	3,7
16 anos	1,9	1,1
17 anos	1,1	0,5
<b>Básico – 3.º ciclo</b>		
11 anos	1,0	7,7
12 anos	11,7	62,8
13 anos	29,8	82,3
14 anos	38,8	84,7
15 anos	36,4	42,2
16 anos	28,4	20,0
17 anos	19,3	8,3
18 anos	12,9	2,9
19 anos	6,9	1,3
20 anos	4,3	0,8

<sup>11</sup> U.E.: 16,4%; PT: 18,0%.

Secundário		
14 anos	0,4	5,8
15 anos	3,2	45,9
16 anos	9,9	60,1
17 anos	13,1	67,3
18 anos	17,1	43,7
19 anos	13,5	25,9
20 anos	8,8	14,6
21 anos	5,5	8,2
22 anos	2,9	5,5
23 anos	1,9	4,1
24 anos	1,5	3,3
Superior		
17 anos	0,2	
18 anos	1,4	18,8
19 anos	3,4	25,8
20 anos	5,3	30,2
21 anos	6,4	31,2
22 anos	7,0	28,8
23 anos	6,3	22,8
24 anos	5,0	17,5
25 anos	3,5	13,7
26 anos	2,8	10,8
27 anos	2,2	8,6
28 anos	2,0	6,6
29 anos	1,6	5,5
30 ou mais anos	0,3	0,9

Fonte: GIASE, Séries Cronológicas, 1977-2006, Volume II

Um dos fenómenos igualmente importantes que ilustra a democratização do ensino português nas últimas décadas é o crescente acesso à educação por parte da população feminina. Anteriormente discriminadas por razões culturais, sociais ou políticas, as mulheres têm hoje uma representação maioritária no ensino superior.

Na análise das taxas de feminização entre os anos lectivos de 1977/1978 e 2004/2005, verifica-se que na educação pré-escolar, no ensino básico e no ensino superior, o número de elementos do sexo feminino matriculados aumentou. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, por outro lado, a taxa de feminização decresceu, resultado do maior sucesso escolar das raparigas (GIASE, Séries Cronológicas, 2006).

As taxas de transição/conclusão (*quadro 1.1.2*) permitem conhecer o número de alunos que concluem com aproveitamento um ano de escolaridade (transição) ou um ciclo de estudos (conclusão). Entre 1994/1995 e 2007/2008, há a registar uma evolução geralmente positiva nas taxas de transição e conclusão. No entanto, de 1994/1995 para 2004/2005, à excepção do 1.º ciclo do ensino básico, que assinalou evolução positiva, registou-se um decréscimo das taxas de transição e conclusão nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário. Este fenómeno tem constituído forte preocupação das entidades responsáveis e está na origem da criação e implementação de medidas que visam dar resposta a tais constrangimentos, cujos resultados começam a ser visíveis nos dados dos últimos três anos.

Na análise das taxas de transição e conclusão (*quadro 1.1.2*), desagregadas por sexo, observa-se serem as raparigas quem, em maior percentagem, apresenta maiores taxas de sucesso escolar, sendo estas também que evidenciam valores mais baixos de evolução negativa entre 1994/1995 e 2004/2005. Isto é, se tanto o sexo masculino como o feminino apresentavam valores descendentes no que diz respeito às taxas de conclusão no ensino secundário, neste período, a evolução negativa teve maior impacto na população escolar masculina.

Uma análise das taxas de conclusão por modalidade de ensino (*quadro 1.1.3*) permite verificar que, de um modo global, há mais alunos a concluírem os ciclos de estudo no ensino básico do que no secundário. Em qualquer dos casos, os cursos profissionais apresentam maiores taxas de conclusão, por oposição aos cursos de educação e formação os quais, comparativamente, têm resultados mais baixos.

**Quadro 1.1.2** Taxa de transição e conclusão, Portugal Continental, 1994/1995-2007/2008

Ano de escolaridade Portugal Continental	1994/95 (%)			2004/2005 (%)			2005/2006 (%)*	2006/2007 (%)*	2007/2008 (%)*
	HM	H	M	HM	H	M	HM	HM	HM
Ensino Básico – 1.º ciclo	89,8	88,2	91,5	94,8	93,7	95,9	89,4	90	96,1
Ensino Básico – 2.º ciclo	88,1	85,6	90,8	87,5	84,0	91,5	95,7	96,1	91,6
Ensino Básico – 3.º ciclo	83,4	80,6	86,3	80,7	76,7	84,7	89,5	89,7	85,3
7.º	80,6	77,1	84,3	78,1	73,6	82,9	80,9	81,6	82,2
8.º	83,4	80,2	86,7	84,1	80,9	87,2	78,9	79,4	88,4
9.º	86,4	84,7	88,0	80,1	76,0	84,0	85,1	85,9	85,7
Ensino secundário	79,9	74,4	82,7	68,1	63,3	72,2	78,9	79,8	77,6
Cursos Gerais	78,4	73,9	82,0	71,6	68,0	74,2	69,4	75,4	–
Cursos Tecnológicos	80,0	75,6	85,0	56,3	51,5	62,8	70,6	76,3	–

Fonte: \* GEPE, Resultados escolares 2007/2008

**Quadro 1.1.3** Taxa de conclusão, por modalidade de ensino, Portugal, 2006

	Taxa de conclusão	2005/2006
Básico	Regular	78,9
	Artístico Especializado	82,7
	Cursos Profissionais de nível II	86,9
	CEF (tipos 2 e 3)	44,8
Secundário	Cursos Gerais	52,3
	Cursos Tecnológicos	55,7
	Artístico Especializado	57,9
	Cursos Profissionais de nível III	72,5
	CEF (tipos 5 e 6)	40,8

Fonte: GEPE, Resultados escolares 2007/2008

As taxas de retenção e desistência (*quadro 1.1.4*), por outro lado, permitem analisar a proporção de alunos que não se encontra em condições de transitar para o ano de escolaridade seguinte, por motivos de aproveitamento ou por abandono do sistema de ensino. Exceptuando o 1.º ciclo do ensino básico, no qual se verificam sempre reduções significativas, de um modo geral, a retenção e desistência, embora em decréscimo, permanece elevada na população escolar portuguesa. A análise dos 10 anos lectivos compreendidos entre 1994/1995 e 2004/2005 permite constatar uma intensificação nos valores de retenção e desistência nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário. Os últimos anos têm demonstrado, no entanto, uma redução muito expressiva em todos os níveis de ensino, exceptuando o 9.º ano de escolaridade e o ensino secundário, cujos valores, também em decréscimo, são ainda superiores aos de 1994/1995.

A análise por sexo, acompanhando as tendências verificadas ao nível da transição/conclusão, evidencia uma maior taxa de retenção e desistência nos rapazes, a qual atinge valores bastante significativos já a partir do segundo ciclo, e apresenta sempre uma tendência de crescimento. É, porém, notória a taxa de quase 50% de retenções e desistências no ensino tecnológico em 2004/2005 e a substantiva redução em 2006/2007, para pouco menos de 29%.

**Quadro 1.1.4** Taxa de retenção e desistência, Portugal Continental, 1996/97 – 2007/2008 (%)

Ano de escolaridade Portugal Continental	1994/95 (%)			2004/2005 (%)			2005/2006 (%)	2006/2007 (%)	2007/2008 (%)
	HM	H	M	HM	H	M	HM	HM	HM
Ensino Básico – 1.º ciclo	10,2	11,8	8,5	5,2	6,3	4,1	4,3	3,9	3,9
Ensino Básico – 2.º ciclo	11,9	14,4	9,2	12,5	16,0	8,5	10,5	10,3	8,4
Ensino Básico – 3.º ciclo	16,6	19,4	13,7	19,3	23,3	15,3	19,1	18,4	14,7
7.º	19,4	22,9	15,7	21,9	26,4	17,1	21,1	20,6	17,8
8.º	16,6	19,8	13,3	15,9	19,1	12,8	14,9	14,1	11,6
9.º	13,6	15,3	12,0	19,9	24,0	16,0	21,1	20,2	14,3
Ensino Secundário	21,1	25,6	17,3	31,9	36,7	27,8	30,6	24,6	22,4
Cursos Gerais	21,6	26,1	18,0	28,4	32,0	25,8	29,4	23,7	–
Cursos Tecnológicos	20,0	24,4	15,0	43,7	48,5	37,2	35,2	28,7	–

Fonte: GEPE, Resultados escolares 2007/2008

Com base nos quadros 1.1.5 e 1.1.6, respeitantes ao ano lectivo de 2006/2007, assiste-se ao decréscimo do número de efectivos da população escolar do primeiro e segundo ciclos. Sendo embora crescentes as taxas de escolarização, por efeito das dinâmicas de redução demográfica, ocorre uma quebra do número de alunos das faixas etárias mais novas que ingressam pela primeira vez no sistema de ensino.

Já os níveis seguintes (3.º ciclo e ensino secundário), por outro lado, acusam um aumento notório dos seus efectivos em mais de 20.000 alunos, sinal de que o sistema está a atrair maiores contingentes de indivíduos, nomeadamente, de faixas etárias mais elevadas (quadro 1.1.5). Outro dado a assinalar prende-se com o facto de ter duplicado a frequência dos cursos de educação e formação no 3.º ciclo do ensino básico. A população escolar jovem contribui significativamente para este aumento, verificando-se, neste grupo etário e ao nível do ensino básico, uma evolução de 9876 alunos no ano lectivo de 2005/2006, para 30187 em 2007/2008 (GEPE, 2008). O aumento de matrículas em cursos de educação e formação fez-se acompanhar da redução do número de alunos na modalidade de ensino recorrente, indicador de que estes cursos vieram colmatar uma lacuna existente e respondem a expectativas da população e do mercado de trabalho. Este crescimento demonstra que os cursos de educação e formação estão a conseguir não só manter os alunos no sistema educativo, através de uma via de ensino que não a do regular, como a captar contingentes de indivíduos que já se encontravam fora do sistema.

No decurso dos últimos dois anos lectivos, é possível observar um aumento expressivo do contingente de alunos jovens matriculados no ensino secundário. Este aumento ocorre de forma generalizada em todas as modalidades de ensino, registando-se uma diminuição de alunos em cursos tecnológicos, contrapesada pelo aumento de matrículas em cursos profissionais, resultado do aumento significativo da oferta educativa neste domínio. De um modo global, perspectiva-se o crescimento do número de alunos nas vias de ensino profissionalizante, tendo-se verificado um aumento da sua proporção no total de inscritos do ensino secundário. Os 33% de alunos dos cursos profissionais inscritos em 2006/2007, passaram a cerca 40% no ano seguinte, com evidências que permitem admitir ser possível alcançar em 2010 os valores médios destes cursos nos países da OCDE (50%), meta estabelecida para o ensino secundário pelo Programa Novas Oportunidades (Rodrigues, 2008).

**Quadro 1.1.5** Alunos matriculados, segundo o ciclo de estudos, por modalidade de ensino, 2003/2004 – 2006/2007

2.º ciclo											
Ano lectivo	Total	5.º e 6.º anos Directo	(%)	5.º e 6.º anos EBM	(%)	Cursos de educação e formação	(%)	Cursos profissionais de nível 3	(%)	Ensino recorrente	(%)
2003/2004	274123	263600	96,2	2662	1,0	923	0,3	61	0,02	6877	2,5
2004/2005	267742	259780	97,0	820	0,3	668	0,2	97	0,04	6377	2,4
2005/2006	260379	253820	97,5	331	0,1	789	0,3	117	0,04	5322	2,0
2006/2007	259405	252422	97,3	17	0,01	916	0,4	17	0,01	6033	2,3

3.º ciclo										
Ano lectivo	Total	7.º, 8.º e 9.º anos regular	(%)	Cursos de educação e formação	(%)	Cursos profissionais de nível 3	(%)	Ensino recorrente	(%)	
2003/2004	386033	359668	93,2	4234	1,1	1472	0,4	20659	5,4	
2004/2005	380903	353960	92,9	7061	1,9	2081	0,5	17801	4,7	
2005/2006	390528	363092	93,0	12372	3,2	2525	0,6	12539	3,2	
2006/2007	398428	359570	90,2	25693	6,4	1136	0,3	12029	3,0	

Secundário											
Ano lectivo	Total	Via de ensino /cursos gerais	(%)	Técnico-profissionais / cursos tecnológicos	(%)	Cursos de educação e formação	(%)	Cursos profissionais de nível 3	(%)	Ensino recorrente	(%)
2003/2004	382212	212927	55,7	53831	14,1	2877	0,8	34399	9,0	78178	20,5
2004/2005	376896	206133	54,7	60697	16,1	2832	0,8	36765	9,8	70469	18,7
2005/2006	344458	189591	55,0	53369	15,5	3284	1,0	35937	10,4	62277	18,1
2006/2007	356586	196673	55,2	44388	12,4	5083	1,4	47460	13,3	62982	17,7

Fonte: GIASE, Séries Cronológicas, 2006/2007, Volume I, p. 217, Lisboa, 2007

**Quadro 1.1.6** Alunos jovens matriculados no ensino secundário, por modalidade de ensino, 2003 – 2007

Ano Lectivo	Total	Científico-Humanísticos e Cursos Gerais	(%)	Cursos Tecnológicos	(%)	Cursos Profissionais	(%)	Cursos de educação e formação	(%)	Total
2003/2004	286323	199880	69,8	50837	17,8	31346	10,9	2694	0,9	100,0
2004/2005	287955	193085	67,1	56996	19,8	33620	11,7	2569	0,9	100,0
2005/2006	262858	175154	66,6	49800	18,9	33341	12,7	3103	1,2	100,0
2006/2007	276908	185309	66,9	40397	14,6	44466	16,1	4898	1,8	100,0

Fonte: GEPE (2008)

## 1.2 A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL, NUMA PERSPECTIVA COMPARADA

O sistema educativo português apresenta diferenças estruturais e organizativas face aos sistemas de educação de grande parte dos países pertencentes à UE ou à OCDE.

Tal como referido, o ensino básico em Portugal é composto por nove anos de escolaridade, tendo os estudos início aos seis anos de idade e sendo concluídos aos 14, limite que se encontra abaixo da média dos países da OCDE, situada nos 16 anos. Portugal é dos países da OCDE onde a idade em que se termina o ensino obrigatório é mais precoce (*quadro 1.2.1*).

No que diz respeito à permanência no sistema de ensino (*quadro 1.2.2*), e a exemplo do que ocorre na generalidade dos países, é na faixa etária dos cinco aos 15 anos que se presenciam maiores taxas de inscrição em Portugal, com mais de 90% da população matriculada em instituições de ensino. Quando se exclui o ensino pré-escolar, observa-se que as taxas de inscrição dos alunos decrescem, à medida que aumenta a idade, sobretudo a partir das idades que limitam o final da escolaridade obrigatória. Comparativamente, denota-se que Portugal tem sido caracterizado por um menor retorno à escola depois da saída do sistema de ensino, prática que em muitos outros países é recorrente.

Como resultado do número de anos de escolaridade obrigatória em Portugal (menor do que a média da OCDE), e da obrigatoriedade de frequência do ensino pré-escolar noutros países, verifica-se que o número de anos previstos para frequência do sistema de ensino é relativamente inferior à média dos países da OCDE (*quadro 1.2.3*). É esperado que, em Portugal, um indivíduo de cinco anos de idade permaneça durante 17 anos (16,8) no sistema de ensino, sendo que para as mulheres, o número esperado de anos no sistema de

ensino é superior ao dos homens (17,2 e 16,4 anos, respectivamente). Com efeito, sabe-se que os rapazes abandonam mais cedo a escola, em maior volume que as raparigas.

**Quadro 1.2.1** Idade em que se termina a escolaridade obrigatória e o ensino secundário (2006)

Países	Idade em que se termina a escolaridade obrigatória*	Idade em que se termina o ensino secundário**
Média dos países da OCDE	16	–
Portugal	14	17-18
Austrália	15	17
Reino Unido	16	16
Suécia	16	19
Finlândia	16	19
Islândia	16	20
Bélgica	18	18
Nova Zelândia	16	17-18
Dinamarca	16	19
Noruega	16	18-20
Hungria	16	19
Polónia	16	19-20
Holanda	18	17-20
Alemanha	18	19-20
Irlanda	16	18-19
Espanha	16	17
Grécia	14,5	18
Itália	15	19

Fonte: OCDE, Education at a glance, 2008; \*Indicador C.2.1.; \*\* Indicador C.2.3.

**Quadro 1.2.2** Taxas de inscrição no sistema de ensino, por grupo etário (2006)\*

	Intervalo de idades em que mais de 90% da população está inscrita no sistema de ensino	Alunos matriculados no sistema de ensino abaixo dos 4 anos (%)	Alunos matriculados no sistema de ensino entre os 5 e os 14 anos (%)	Alunos matriculados no sistema de ensino entre os 15 e os 19 anos (%)	Alunos matriculados no sistema de ensino entre os 20 e os 29 anos (%)	Alunos matriculados no sistema de ensino entre os 30 e os 39 anos (%)	Alunos matriculados no sistema de ensino com mais de 40 anos (%)
Portugal	5-15	71,8	103,8	73,0	20,9	3,5	0,5
Média dos países OCDE	–	69,4	98,5	81,5	25,1	5,7	1,4

Fonte: OCDE, Education at a glance, 2008: \*Indicador C.2.1

**Quadro 1.2.3** Número de anos previstos para frequência do sistema de ensino, H e M (2006)\*

Países	2006		
	HM	H	M
Média países da OCDE	17,5	17,1	17,9
Portugal	16,8	16,4	17,2
Austrália	20,8	20,6	21,1
Reino Unido	16,4	15,8	16,1
Suécia	20,3	18,8	21,8
Finlândia	20,8	21,0	21,6
Islândia	20,1	18,8	21,5
Bélgica	20,0	19,2	20,7
Nova Zelândia	19,5	18,7	20,3
Dinamarca	19,0	18,2	19,8
Noruega	18,4	16,8	18,2
Hungria	17,9	17,3	18,4
Polónia	17,8	17,4	18,3
Holanda	17,6	17,7	17,5
Alemanha	17,5	17,6	17,4
Irlanda	17,2	16,9	17,6
Espanha	17,2	16,7	17,8
Itália	17,1	16,7	17,6

Fonte: OCDE, Education at a glance, 2006; \*Indicador C.2.6.

Quando se analisa o número de anos efectivos de permanência no sistema de ensino (*quadro 1.2.4*), verifica-se que os portugueses com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos o frequentaram, em média, durante 8,5 anos, distribuindo-se diferenciadamente por sexo (8,3 para homens e 8,7 para mulheres). Também neste indicador Portugal demonstra ter valores inferiores à média dos países da OCDE e os mais baixos dos vários países que dela fazem parte.

Verifica-se igualmente que, quanto mais velha é a população, menor o número de anos no sistema de ensino – elemento indicativo de que a permanência no sistema formal de ensino tem vindo a aumentar progressivamente. É, assim, possível um posicionamento em duas perspectivas: a do progressivo aumento de escolaridade da população portuguesa, por um lado, e a de um relativo afastamento dos valores médios dos países europeus, como adiante se verá com maior detalhe.

A média de anos no sistema de ensino, inferior aos valores da OCDE, pode resultar não só do menor número de anos de escolaridade obrigatória em Portugal e da não contabilização do ensino pré-escolar, como também dos elevados números de abandono escolar e desistência.

**Quadro 1.2.4** Média de anos de frequência do sistema de ensino, 25-64 anos (2004)

Países	Total			Grupos etários (H)				Grupos etários (M)			
	HM	H	M	25-34	35-44	45-54	55-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Média países da OCDE	11,9	11,9	11,8	12,5	12,2	11,7	11,0	12,8	12,1	11,4	10,3
Portugal	8,5	8,3	8,7	9,3	8,4	7,8	7,3	10,3	8,8	7,9	7,2
Austrália	12,6	12,8	12,5	13,2	12,8	12,7	12,2	13,3	12,4	12,3	11,7
Reino Unido	12,6	12,7	12,4	13,0	12,6	12,7	12,4	12,9	12,4	12,3	12,0
Suécia	12,6	12,4	12,8	13,1	12,7	12,2	11,3	13,6	13,0	12,7	11,8
Finlândia	11,2	10,9	11,4	12,5	12,3	10,5	8,5	13,5	13,0	11,2	8,5
Islândia	10,5	9,7	11,4	10,1	10,4	9,2	9,0	12,6	11,9	10,5	9,7
Bélgica	11,3	11,4	11,4	12,4	11,7	11,1	10,3	12,8	11,9	10,7	9,5
Nova Zelândia	12,6	12,6	12,6	11,8	11,4	11,0	9,6	12,1	11,5	10,7	8,4
Dinamarca	13,4	13,5	13,3	13,6	13,6	13,4	13,6	13,6	13,3	13,3	13,0
Noruega	13,9	13,9	13,9	14,2	14,1	13,7	13,4	14,7	14,2	13,8	13,1
Hungria	11,7	11,8	11,6	12,1	12,1	12,0	11,3	12,4	12,1	11,5	10,5
Holanda	11,2	11,4	11,1	12,0	11,5	11,3	10,6	12,5	11,4	10,5	9,8
Alemanha	13,4	13,7	13,2	13,6	13,8	13,8	13,7	13,5	13,4	13,2	12,5
Irlanda	13,0	12,9	13,1	14,0	13,4	12,3	11,2	14,5	13,6	12,5	11,4
Espanha	10,6	10,6	10,6	11,9	11,2	10,1	8,9	12,5	11,4	9,7	8,0
Itália	10,1	10,2	10,0	11,2	10,5	10,0	8,7	11,7	10,7	9,5	7,6

Fonte: OCDE, Education at a glance, 2006

Na análise das saídas antecipadas do sistema de ensino (*quadro 1.2.5*) Portugal apresenta dos valores mais elevados por comparação com os outros países da UE, verificando-se, no entanto, uma diminuição expressiva das saídas precoces do sistema de ensino entre 2006 e 2007. Em 2006, 39% da população portuguesa com idades entre os 18 e os 24 anos, saiu do sistema de ensino sem ter completado o 12.º ano, enquanto a média europeia, bastante mais baixa, se situava entre os 15 e os 17%. Dados de 2007 revelam uma ligeira maior capacidade de atracção do sistema, tendo o volume de saídas descido para 36%.

**Quadro 1.2.5** Percentagem da população com idades entre os 18 e os 24 anos, que se encontra fora do sistema de ensino e formação tendo completado, no máximo, o ensino básico (2006 e 2007)

	2006			2007		
	HM	H	M	HM	H	M
EU (27)	15,4	17,5	13,2	15,2	17,2	13,2
EU (25)	15,1	17,4	12,8	15,0	17,1	12,8
EU (15)	17,0	19,5	14,5	16,9	19,2	14,5
Portugal	39,2	46,4	31,8	36,3	42,0	30,4

Fonte: EUROSTAT, Population and Social Conditions, Education and lifelong learning, 2006 e 2008

Segundo um estudo de 2003 do EUROSTAT, em Portugal, a idade média de saída do sistema de ensino pela primeira vez é de 18,5 anos (quadro 1.2.6). Este indicador é, novamente, inferior quando comparado com os de outros países, designadamente a Suécia, onde o valor médio da idade de primeira saída da escola se situa nos 23,9 anos, a Dinamarca (22,6 anos), a Finlândia (21,6 anos), ou a Holanda (21 anos). Recorde-se ainda que, nalguns destes países, é usual e frequente o regresso ao sistema de ensino para prosseguimento da escolaridade e reforço das qualificações. O caso da Suécia é, neste domínio, notório. Com ofertas educativas para adultos desde o final dos anos 60, é frequente o retorno ao sistema de ensino por parte de adultos que não concluíram os estudos na juventude. Para este facto, muito contribui a diversidade da oferta – a cargo, sobretudo, dos municípios – e a possibilidade de frequência dos diferentes níveis de ensino a tempo inteiro ou tempo parcial, para uma melhor conciliação com o horário de trabalho (Oliveira e Cunha, 1998).

Observando agora a percentagem de jovens com 18 anos que se mantém no sistema de ensino (quadro 1.2.7), nota-se que Portugal se encontra, uma vez mais, abaixo da média europeia, apresentando a percentagem de 66,7%, por comparação com os valores médios europeus, que variam entre os 77,4% e os 81,4%. O número de jovens que se mantém no sistema de ensino tem vindo, no entanto, a aumentar progressivamente.

Não obstante as medidas de combate ao abandono escolar, os indicadores portugueses continuam a evidenciar uma realidade preocupante. Na análise do abandono escolar, são geralmente considerados dois elementos que se constituem como dificuldades para a sua redução: a) muitos dos jovens que abandonam precocemente o sistema de ensino têm percursos escolares caracterizados por insucesso escolar e retenção e encontram problemas de adaptação à escola, os quais geralmente aumentam à medida que avançam nos níveis de escolaridade; b) muitos dos jovens que abandonam precocemente o sistema de ensino, integram-se

prematuramente no mercado de trabalho por pressões familiares (famílias com baixos rendimentos) ou por iniciativa própria, na tentativa de acederem a alguma autonomia resultante do seu próprio rendimento, como este estudo pôde comprovar. “Na verdade, trata-se de alunos oriundos de meios sociais desfavorecidos ou em situação de exclusão social, daqui resultando estarmos perante um sistema escolar que funciona como uma “máquina de reprodução de desigualdades”” (Capucha, 2005 a: 49).

Analisando a percentagem de população, com idades entre os 25 e os 34 anos, que completou pelo menos o 12.º ano (ISCED<sup>12</sup> 3), de acordo com os dados da OCDE (quadro 1.2.8) verifica-se que Portugal tem uma percentagem abaixo da média da OCDE e dos países da UE que dela fazem parte. Somente 44% dos jovens com idades entre os 25 e os 34 anos de idade completaram o 12.º ano, por comparação com a média de 78% para a OCDE e de 80% para os países da UE que pertencem à OCDE.

Continuando a análise a nível europeu observa-se que a população portuguesa que completou o 12.º ano com idades entre os 25 e os 64 anos é bastante diminuta (28%), por comparação com 68% da média da OCDE e 69% da média dos países da UE que pertencem à OCDE (quadro 1.2.9).

**Quadro 1.2.6** Idade média da primeira saída do sistema de ensino (2003)

Países	2003
Portugal	18,5
Suécia	23,9
Dinamarca	22,6
Finlândia	21,6
Holanda	21,0
França	20,8
Bélgica	20,6
Eslovénia	20,3
Áustria	19,9
Grécia	19,4
Espanha	19,1
Itália	18,4

Fonte: EUROSTAT, Young People Social Origin, Educational attainment and labour Outcomes in Europe, 2003

<sup>12</sup> International Standard Classification of Education

**Quadro 1.2.7** Jovens com 18 anos que se mantêm no sistema de ensino (2004-2006)

	2004	2005	2006
EU (27)	76,5	77,9	77,4
EU (25)	77,6	79,2	78,3
EU (15)	78,5	-	81,4
Portugal	64,8	66,0	66,7

Fonte: EUROSTAT, Population and Social Conditions, Education and lifelong learning, 2008

**Quadro 1.2.8** População com 25-34 anos que completou, pelo menos, o ensino secundário (%)\*

	2006
OCDE	78
EU (19)**	80
Portugal	44

Fonte: OCDE, Education at a glance, 2008; \*Indicador A.1.2. \*\* Países da União Europeia pertencentes à OCDE

**Quadro 1.2.9** População com 25-64 anos que completou, pelo menos, o ensino secundário (%)\*

	2006
OCDE	68
EU (19)**	69
Portugal	28

Fonte: OCDE, Education at a glance, 2008; \*Indicador A.1.2. \*\* Países da União Europeia pertencentes à OCDE

A baixa escolaridade da população adulta portuguesa no quadro da UE, assente em níveis qualificacionais reduzidos e em baixas frequências de formação ao longo da vida, continua a legitimar a aposta na educação e formação de adultos como uma garantia para a recuperação dos défices de qualificação da população.

Segundo o Inquérito à Aprendizagem ao Longo da Vida (INE, 2003), existe uma tendência para que os mais idosos sejam os mais excluídos do sistema de aprendizagem, por não estar interiorizado o conceito de aprendizagem em idade adulta. Dados do INE (*quadro 1.2.10*), a distribuição da população activa entre os

25 e os 64 anos de idade, pelo nível de escolaridade, apontam para um predomínio das habilitações até aos seis anos de escolaridade, num sentido decrescente até ao ensino superior.

Não obstante a proporção de alunos com o ensino superior, face ao total de alunos inscritos no sistema de ensino, acompanhar, em Portugal, a média europeia, registam-se ainda números reduzidos de pessoas com este nível de escolaridade. Numa decomposição do total dos países da OCDE, Portugal apresenta o valor de 0,5% de população com ensino superior, entre os 35 e os 64 anos. Acresce a este facto, a previsão de um crescimento modesto do número de indivíduos portugueses com escolaridade superior, nos próximos anos (*quadro 1.2.11*).

Embora se denote na sociedade portuguesa que as condições sociais das famílias de origem dos estudantes têm, ainda, um peso importante no seu percurso escolar, assistindo-se a lógicas de reprodução social, o alargamento do acesso ao ensino superior é observável, entre outros factores, pela coexistência de jovens oriundos de meios sociais privilegiados com jovens provenientes de famílias com recursos educacionais e socioprofissionais escassos, indicador da presença de lógicas de mobilidade social e habilitacional ascendente. “A presença destes estudantes no ensino superior de licenciatura ilustra assim o papel desempenhado pela escolarização na promoção de processos de recomposição social das populações e de transformação das sociedades contemporâneas” (Almeida, 2003: 34).

**Quadro 1.2.10** População activa, com idade entre os 25 e os 64 anos, segundo o nível de ensino completo (2008)

Nível de ensino completo	%
6 anos de escolaridade ou menos	51,4
Ensino Básico (9 anos de escolaridade)	22,1
Ensino Secundário	14,9
Ensino Superior	11,6

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Portugal, 4.º trimestre de 2008

**Quadro 1.2.11** Proporção de pessoas com ensino superior, nalguns países da OCDE em 2004 e previsão para 2014\*

Países da OCDE	2004	2014
Austrália	1,9	1,9
Bélgica	0,6	0,6
República Checa	0,6	0,6
Dinamarca	0,7	0,6
Finlândia	0,4	0,4
França	3,3	3,8
Alemanha	6,0	5,0
Grécia	0,7	0,7
Hungria	0,8	0,7
Islândia	–	–
Irlanda	0,2	0,3
Itália	2,8	3,0
Luxemburgo	–	–
Holanda	2,1	1,9
Nova Zelândia	0,3	0,3
Noruega	0,6	0,6
Polónia	2,3	2,7
Portugal	0,5	0,6
Eslováquia	0,3	0,3
Espanha	2,8	3,6
Suécia	0,8	0,7
Reino Unido	4,8	5,0

Fonte: OCDE, Education at a glance, 2006. \*Indicador A.1.4

A análise do sistema de ensino português e da sua posição de relativa fragilidade face à realidade europeia tem sustentado a promoção de políticas que permitam reconfigurar o actual panorama educativo em Portugal. Alguns resultados são já evidentes, como a diminuição do abandono escolar e o aumento do número de inscritos em cursos profissionalizantes. A obrigatoriedade de frequência do ensino pré-escolar, a extensão do ensino obrigatório até 12 anos de escolaridade e a disponibilização de bolsas de apoio aos estudos a famílias com menores recursos socioeconómicos, são medidas que se encontram em implementação e que poderão permitir, a médio prazo, um melhor posicionamento da população portuguesa no mercado de trabalho global e, conseqüentemente, uma melhoria significativa das condições de desenvolvimento do país.

## 2. JOVENS E MERCADO DE TRABALHO: O QUE MOSTRAM AS ESTATÍSTICAS



É sabido que a população jovem apresenta particulares vulnerabilidades face ao desemprego e à precariedade laboral. Sabe-se também que em Portugal se tem assistido, desde há várias décadas, a situações polarizadas de jovens que ingressam precocemente no mercado de trabalho com baixas qualificações, a par de outros que, investindo em percursos escolares mais prolongados, permanecem estudantes a tempo inteiro até fases tardias dos seus percursos de vida, sem experimentarem qualquer tipo de inserção profissional (Eurostudent, 2005). No quadro dos países da União Europeia, Portugal regista, assim, por um lado, taxas de actividade bastante mais elevadas nos jovens até 19 anos, que já deram por terminada a sua escolaridade, enquanto noutros países estes tendem a combinar em maior número o emprego com o prosseguimento dos estudos (Nilsen, Guerreiro e Brannen, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2004; Guerreiro e Pegado, 2006). Por outro lado os estudantes portugueses do ensino superior apresentam das mais baixas taxas de actividade profissional, ao contrário dos de países como a Holanda, a Alemanha, a Áustria ou a Finlândia, entre outros (Eurostudent, 2005).

Neste capítulo procura-se analisar a situação dos jovens portugueses perante o mercado de trabalho, a partir das estatísticas do emprego produzidas pelo INE e tomando por marco temporal o período que medeia entre 1998 e 2008.

### 2.1 ACTIVIDADE PROFISSIONAL, EMPREGO E QUALIFICAÇÕES

A informação estatística disponível sobre as taxas de actividade para o período em análise permite identificar evoluções e retrocessos, passíveis de aferir futuros sentidos de mudança (*quadros 2.1.1*). Uma primeira observação permite concluir que o aumento generalizado da população activa e o aumento específico da população activa feminina surgem como elementos primordiais para identificar mudanças na composição sócio-profissional da população nos últimos nove anos. No seu conjunto, entre 1998 e 2008, a taxa de actividade aumentou de 60,3% para 62,3%, tendo a actividade feminina crescido de 51,9% para 55,9%, enquanto a masculina registou ligeiro decréscimo.

**Quadro 2.1.1** Actividade e inactividade, 1998 – 2008

	1998 (4.º trimestre)		2008 (4.º trimestre)	
Taxa de actividade (%)	60,3		62,3	
Homens	69,5		69,3	
Mulheres	51,9		55,9	
Dos 15 aos 24 anos	46,5		41,4	
Dos 25 aos 34 anos	86,7		89,9	
População inactiva	5027,9	%	5017,2	%
Estudantes	1719,9	34,2	1731,3	34,5
Domésticos	740,8	14,7	534,9	10,7
Reformados	1482,3	29,5	1792,5	35,7
Outros inactivos	1084,8	21,6	958,4	19,1
Estudantes na população inactiva	1719,9	%	1731,3	%
Dos 15 aos 24 anos	711,9	41,4	65,7	37,9
Dos 25 aos 34 anos	45,9	2,7	62,5	3,6

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Portugal, 4.º Trimestre de 1998 e 4.º Trimestre de 2008

Quando se centra a análise na camada populacional jovem, observa-se a redução do número de activos na faixa etária dos 15 aos 24 anos e conseqüente aumento de inactivos nessas mesmas idades. A respectiva taxa de actividade decresceu, assim, no período referido, de 46,5% para 41,4%, o que resultará de uma maior permanência no sistema de ensino. Já no que respeita à categoria dos 25 aos 34 anos, continua a subir ligeiramente a sua taxa de actividade passando de 86,7% para 89,9%. O número de inactivos nesta faixa etária, em contrapartida, diminuiu de 12,9% para 10,0% – o que denota uma maior inserção no mercado de emprego (INE, Inquérito ao Emprego, 2008). Esta categoria de idades reforça, assim, a sua presença numérica no contingente de activos, ainda que, proporcionalmente ao conjunto da população com actividade profissional, mantenha valores equivalentes. É também de notar um ligeiro aumento dos jovens que, com esta idade, prosseguem estudos, reflectindo o prolongamento da escolaridade em níveis pós-gradua-dos bem como o resultado das políticas de escolarização dirigidas a alguns grupos-alvo, designadamente o programa “Maiores de 23”.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Decreto-Lei n.º 64/2006 de 21 de Março

Os valores relativos ao emprego na faixa etária dos 15 aos 24 anos têm também decrescido (*quadro 2.1.2*). No total da população empregada, a proporção de jovens deste escalão etário diminuiu de 13,1% para 7,9%, no período em análise. Por sua vez, quando comparado o peso destes jovens empregados na respectiva categoria etária, em 1998 e 2008, denota-se uma redução de cerca de oito pontos percentuais, vindo confirmar a menor inserção profissional destes jovens no total da população activa. Observa-se ainda a menor inserção profissional das raparigas. Já no escalão etário seguinte, dos 25 aos 34 anos, tendo crescido o respectivo contingente numérico, manteve-se o seu peso percentual de cerca de 25% da população empregada global. No conjunto da população de idade homóloga 82,3% são empregados, valor que se mantém relativamente estável no arco temporal em análise. O sexo masculino apresenta taxas de emprego significativamente mais elevadas, ainda que em decréscimo, enquanto a das raparigas aumenta ligeiramente, facto que importa analisar à luz das qualificações escolares diferenciadas que umas e outros adquiriram neste grupo de idades.

**Quadro 2.1.2** Emprego e desemprego, 1998 – 2008

	1998 (4.º trimestre)		2008 (4.º trimestre)		
	Milhares	(%)	Milhares	(%)	
População empregada	4863,0	100	5176,3	100	
Homens	2699,7	55,5	2784,4	53,8	
Mulheres	2163,3	44,5	2391,9	46,2	
Dos 15 aos 24 anos	637,6	13,1	411	7,9	
Dos 25 aos 34 anos	1259	25,9	1329,5	25,7	
População desempregada	244,5	100	437,6	100	
Homens	106,8	43,7	203,3	46,5	
Mulheres	137,8	56,4	234,4	53,6	
Dos 15 aos 24 anos	75,9	31,0	90,2	20,6	
Dos 25 aos 34 anos	66,8	27,3	130,5	29,8	
<b>Taxa de emprego</b>					
Sexo	Grupo etário				
Total HM	Dos 15 aos 24 anos	41,5	34,0		
	Dos 25 aos 34 anos	82,3	81,0		
Homens	Dos 15 aos 24 anos	45,6	37,4		
	Dos 25 aos 34 anos	89,2	86,5		
Mulheres	Dos 15 aos 24 anos	37,3	30,4		
	Dos 25 aos 34 anos	75,4	77,1		
<b>Taxa de desemprego</b>					
Sexo	Grupo etário				
Total HM	Dos 15 aos 24 anos	10,6	18		
	Dos 25 aos 34 anos	5,0	8,9		
Homens	Dos 15 aos 24 anos	8,1	15,1		
	Dos 25 aos 34 anos	3,8	7,0		
Mulheres	Dos 15 aos 24 anos	13,6	21,4		
	Dos 25 aos 34 anos	6,4	11,0		
<b>Tipo de desemprego</b>					
À procura de primeiro emprego		43,4	17,8	61,0	13,9
À procura de novo emprego		201,1	82,2	376,6	86,1
Dos 15 aos 24 anos	À procura de primeiro emprego	34,0	44,8	42,3	46,9
	À procura de novo emprego	41,8	55,1	47,9	53,1
Dos 25 aos 34 anos	À procura de primeiro emprego	–	–	17,8	13,6
	À procura de novo emprego	59,3	88,8	112,7	86,4

Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestre de 1998 e 4.º Trimestre de 2008

A partir da distribuição da população empregada por nível de escolaridade (*quadro 2.1.3*) pode-se constatar a crescente influência das qualificações nos processos de inserção profissional. Apesar dos valores preocupantes referidos em capítulo anterior sobre a baixa qualificação de amplos sectores da população portuguesa, o aumento progressivo da escolaridade em Portugal reflecte-se no decréscimo da população empregada com baixas qualificações e conseqüente aumento da população empregada mais escolarizada.

De 1998 para 2008, a população empregada com escolaridade até ao 2.º ciclo do ensino básico diminuiu, tendo aumentado conseqüentemente, a população empregada com qualificações a partir do 3.º ciclo do ensino básico. Esta mudança é sobretudo visível nas jovens de qualificação superior, cuja taxa de emprego cresceu de forma muito significativa. Sobressaem ainda, contudo, valores elevados relativamente à proporção de jovens na população empregada com escolaridade não superior ao 2.º ciclo do ensino básico (nos rapazes com 25 a 34 anos atingia, em 2008, perto de 30%).

Da análise do *quadro 2.1.3* conclui-se que, no total da população, a taxa de emprego é sempre maior para a população com ensino superior. Quando se observam estas taxas segundo o sexo e o grupo etário confirma-se a mesma realidade, tanto para raparigas como para rapazes, sabendo-se, no entanto, que as taxas de emprego masculinas são, no geral, mais elevadas. Nelas, a maior empregabilidade ocorre nos grupos etários dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 34. No caso dos rapazes, apesar das elevadas taxas de emprego dos detentores de diploma de ensino superior, registam-se valores ainda mais altos nos jovens com idade entre os 15 e os 24 anos habilitados apenas com o 1.º e 2.º ciclo do ensino básico, o que por si só é revelador do perfil polarizado da estrutura qualificacional do sistema de emprego da sociedade portuguesa.

O aumento do desemprego tem sido um elemento característico do sistema de emprego português nos últimos anos. De 1998 a 2008, a taxa de desemprego aumentou de 5,8% para 7,8%, sendo sobretudo acentuada nos jovens dos 15 aos 24 anos (*quadro 2.1.2*), cuja taxa de desemprego, nesse mesmo arco temporal passou de 10,6% para 18%. A leitura deste quadro permite ainda constatar que, na actual estrutura da população desempregada, a população dos 15 aos 34 anos representa 50%.

A análise das taxas de desemprego, segundo as qualificações, permite confirmar a importância da escolaridade no processo de inserção profissional da população. A leitura do *quadro 2.1.3* mostra que o valor mais baixo de desemprego continua a estar associado, na população total, aos detentores de um diploma do ensino superior. A situação apresenta alguns contornos dignos de nota no que respeita às populações jovens, sobretudo quando se analisam separadamente as faixas etárias dos 15 aos 24 e dos 25 aos 34 anos, desagregados por sexo. Para os primeiros, a taxa de desemprego mais alta situa-se entre os detentores de diploma de ensino superior, exceptuando as mulheres, cuja taxa de desemprego mais elevada corresponde

às que detêm o 1.º ciclo do ensino básico. Para os segundos ocorre o inverso: aos níveis de escolaridade mais elevada correspondem taxas de desemprego mais baixas, sinal de que gradualmente o mercado de trabalho vai integrando os mais qualificados. No sexo feminino a taxa de desemprego mais reduzida é de 9% para quem possui ensino secundário e de 9,5% para quem detém o ensino superior. No sexo masculino os valores mínimos da taxa de desemprego são de 6% para o 2.º ciclo do ensino básico e de 6,5% para o ensino secundário e de 6,2% a nível do ensino superior. Refira-se, ainda, serem as taxas de desemprego feminino em geral mais elevadas.

**Quadro 2.1.3** Emprego, desemprego e qualificações, 2008 (Milhares e percentagens)

População empregada										
Sexo	Grupo etário	Total	Até ao 2.º ciclo do ensino básico		3.º ciclo do ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior	
			N	N	%	N	%	N	%	N
H/M	Total	5176,30	2514,8	48,6	1063,10	20,5	794,80	15,4	803,50	15,5
	Dos 15 aos 24 anos	411	89,0	21,7	173,50	42,2	117,40	28,6	31,10	7,6
	Dos 25 aos 34 anos	1329,50	328,1	24,7	357,30	26,9	306,70	23,1	337,40	25,4
H	Total	2784,40	1430,1	51,4	610,30	21,9	416,40	15,0	327,50	11,8
	Dos 15 aos 24 anos	230,90	64,4	27,9	97,60	42,3	60,90	26,4	8	3,5
	Dos 25 aos 34 anos	709,30	206,0	29,0	216,40	30,5	159	22,4	127,80	18,0
M	Total	2391,90	1084,7	45,3	452,80	18,9	378,40	15,8	476	19,9
	Dos 15 aos 24 anos	180,10	24,6	13,7	75,90	42,1	56,40	31,3	23,10	12,8
	Dos 25 aos 34 anos	620,20	122,0	19,7	140,90	22,7	147,80	23,8	209,50	33,8
População desempregada										
H/M	Total	437,60	192,3	43,9	115,80	26,5	71,40	16,3	58,10	13,3
	Dos 15 aos 24 anos	90,20	18,6	20,6	33,40	37,0	23,20	25,7	14,80	16,4
	Dos 25 aos 34 anos	130,50	34,6	26,5	39,90	30,6	25,60	19,6	30,50	23,4
H	Total	203,30	105,0	51,6	50,40	24,8	29,50	14,5	18,30	9,0
	Dos 15 aos 24 anos	41,10	10,2	24,8	16,50	40,1	10,10	24,6	4,20	10,2
	Dos 25 aos 34 anos	53,50	16,6	31,0	17,40	32,5	11	20,6	8,40	15,7
M	Total	234,40	87,3	37,2	65,40	27,9	41,90	17,9	39,80	17,0
	Dos 15 aos 24 anos	49,10	8,5	17,3	17	34,6	13	26,5	10,60	21,6
	Dos 25 aos 34 anos	77	17,9	23,2	22,40	29,1	14,60	19,0	22	28,6

Taxa de emprego (%)							
Sexo	Grupo etário	Total	Básico 1.º Ciclo	Básico 2.º Ciclo	Básico 3.º Ciclo	Secundário e pós- -secundário	Superior
H/M	Total	57,5	50,5	69,8	61,2	63,3	80,1
	Dos 15 aos 24 anos	34,0	40,0	36,8	32,5	31,8	48,8
	Dos 25 aos 34 anos	81,9	73,1	81,2	82,6	80,7	87,2
H	Total	64,5	57,8	75,0	67,3	67,1	82,8
	Dos 15 aos 24 anos	37,4	49,1	40,3	36,3	35,4	39,5
	Dos 25 aos 34 anos	86,5	81,3	89,1	88,7	82,0	90,0
M	Total	50,9	43,4	63,1	54,5	59,6	78,3
	Dos 15 aos 24 anos	30,4	19,8	30,4	28,6	28,7	53,1
	Dos 25 aos 34 anos	77,1	62,1	70,8	74,8	79,4	85,6
Taxa de desemprego (%)							
H/M	Total	7,8	6,9	7,7	9,8	8,2	6,7
	Dos 15 aos 24 anos	18,0	24,3	16,7	16,2	16,5	32,3
	Dos 25 aos 34 anos	8,9	16,2	7,4	10,0	7,7	8,3
H	Total	6,8	6,8	6,6	7,6	6,6	5,3
	Dos 15 aos 24 anos	15,1	18,1	13,3	14,4	14,2	34,6
	Dos 25 aos 34 anos	7,0	13,7	6,0	7,5	6,5	6,2
M	Total	8,9	7,1	9,4	12,6	10,0	7,7
	Dos 15 aos 24 anos	21,4	46,8	23,9	18,3	18,8	31,5
	Dos 25 aos 34 anos	11,0	20,4	9,8	13,7	9,0	9,5

Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestre de 2008

## 2.2 SECTORES DE ACTIVIDADE E PROFISSÕES DOS JOVENS

Quando se analisa a estrutura do emprego dos jovens segundo o sector de actividade, verifica-se ter-se consolidado a sua presença no sector dos serviços, por comparação com os dados de 1998 (*quadro 2.2.1*). Enquanto no total da população se verifica um aumento de 7,8% no emprego deste sector, para a população jovem o aumento é muito mais expressivo. Em contrapartida desce a população jovem com ocupações

na agricultura e na indústria. Sobretudo no que respeita ao sexo feminino, assiste-se a um forte êxodo profissional, tendo engrossado fortemente os contingentes desta população trabalhadora nos serviços, onde já se contabilizam mais de 3/4 das jovens mulheres empregadas. Sendo também aí maioritários, os jovens mantêm uma presença ainda significativa (40 a 47%) nos empregos do sector secundário.

Tal como acontece com a generalidade da população portuguesa, também o emprego dos jovens é maioritário na situação de trabalho por conta de outrem (*quadro 2.2.2*). De 1998 para 2008 verifica-se o decréscimo da população jovem a trabalhar por conta própria, o que poderá significar a normalização de muitas das situações de trabalho em regime de recibo verde, tendo aumentado as taxas de emprego por conta de outrem. Em 1998, do total de jovens empregados com idades entre os 15 e os 24 anos, 88,9% eram empregados por conta de outrem, valor que subiu para 94,8% em 2008. Nos jovens com idades entre os 25 e os 34 anos, estes valores passaram de 83,2% em 1998, a 88,8% em 2008 (INE, 2009).

A observação das distribuições da população empregada segundo a profissão principal em 1998 e 2008 permite identificar algumas mudanças na estrutura do mercado de trabalho português, bem como a nível do modo como nele se integram as gerações mais jovens (*gráficos 2.2.1 e 2.2.2*). O grupo profissional predominante em 1998 continua a sê-lo em 2008 e diz respeito aos *operários, artífices e trabalhadores similares*. Porém, no intervalo temporal em estudo, verificaram-se três transformações importantes na distribuição profissional da população portuguesa: 1) o decréscimo do número de *trabalhadores não qualificados, dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, dos operários, artífices e trabalhadores similares* e dos afetos às *forças armadas*; 2) o aumento dos *especialistas das profissões intelectuais e científicas, dos técnicos e profissionais de nível intermédio* e do *peçoal administrativo e similares*; 3) a manutenção da proporção de *quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa*.

O emprego jovem segue, de um modo geral, as mesmas tendências, com excepção dos *quadros superiores e dirigentes da Administração Pública*, que registou um ligeiro aumento nos jovens com idades entre os 25 e os 34 anos, tanto para homens, como para mulheres.

Na análise da distribuição diferenciada por sexo, há a registar, nos rapazes com idades entre os 15 e os 24 anos, uma diminuição da proporção de *trabalhadores não qualificados*, de 1998 para 2008. Nas jovens sobressai, sobretudo, o aumento, na faixa etária dos 25 aos 34 anos das *profissionais de nível intermédio* e das *especialistas das profissões intelectuais e científicas*. No grupo do *peçoal dos serviços e vendedores*, o número de jovens mulheres aumentou significativamente, tanto nas que têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, como nas que têm idades entre os 25 e os 34 anos. Estas transformações traduzem, de certo modo, o investimento nas qualificações escolares a que se tem vindo a assistir por parte das raparigas, por um lado, no

que respeita às profissões diplomadas e, por outro, a grande feminização do sector dos serviços. De referir, no entanto, o ligeiro aumento do número de jovens trabalhadoras não qualificadas entre os 25 e os 34 anos.

**Quadro 2.2.1** Sector de actividade, 1998 – 2008

4.º Trimestre de 1998								
Grupo etário	Sexo	Total	Agricultura, Silvicultura e Pesca	(%)	Indústria, Construção, Energia, Água	(%)	Serviços	(%)
Total	HM	4863,0	626,1	12,9	1701,1	35,0	2535,7	52,1
	H	2699,7	313,1	11,6	1186,4	43,9	1200,2	44,5
	M	2163,3	313,0	14,5	514,7	23,8	1335,5	61,7
Dos 15 aos 24 anos	HM	637,6	31,2	4,9	319,2	50,1	287,2	45,0
	H	355,3	18,8	5,3	205,5	57,8	130,9	36,8
	M	282,3	12,3	4,4	113,7	40,3	156,2	55,3
Dos 25 aos 34 anos	HM	1259,0	58,3	4,6	516,9	41,1	683,8	54,3
	H	680,4	28,1	4,1	347,0	51,0	305,2	44,9
	M	578,7	30,2	5,2	169,8	29,3	378,7	65,4
4.º Trimestre de 2008								
Total	HM	5176,3	586,0	11,3	1490,4	28,8	3099,9	59,9
	H	2784,4	303,2	10,9	1094,7	39,3	1386,5	49,8
	M	2391,9	282,8	11,8	395,7	16,5	1713,4	71,6
Dos 15 aos 24 anos	HM	411,0	12,8	3,1	144,6	35,2	253,5	61,7
	H	230,9	9,2	4,0	108,7	47,1	112,9	48,9
	M	180,1	–	–	35,9	19,9	140,6	78,1
Dos 25 aos 34 anos	HM	1329,5	42,7	3,2	405,6	30,5	881,1	66,3
	H	709,3	30,7	4,3	287,8	40,6	390,9	55,1
	M	620,2	12,1	2,0	117,9	19,0	490,3	79,1

Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestre de 1998 e 4.º Trimestre de 2008

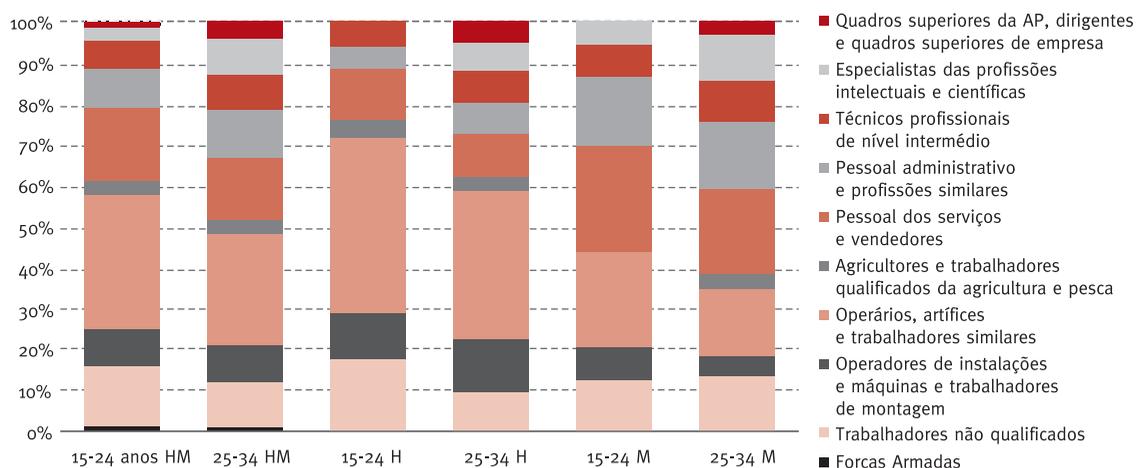
**Quadro 2.2.2** Situação na profissão, 2008

2008								
Grupo etário	Sexo	Total	Conta de outrem	(%)	Conta própria	(%)	Outros	(%)
Total	H/M	5176,3	3953,1	76,4	1183,9	22,9	39,3	0,8
	H	2784,4	2083,8	74,8	683,0	24,5	17,6	0,6
	M	2391,9	1869,3	78,2	500,9	20,9	21,6	0,9
Dos 15 aos 24 anos	H/M	411,0	389,5	94,8	13,6	3,3	-	-
	H	230,9	216,3	93,7	8,2	3,6	-	-
	M	180,1	173,2	96,2	-	-	-	-
Dos 25 aos 34 anos	H/M	1329,5	1180,1	88,8	143,3	10,8	-	-
	H	709,3	613,2	86,5	92,9	13,1	-	-
	M	620,2	566,9	91,4	50,3	8,1	-	-

Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestre de 2008

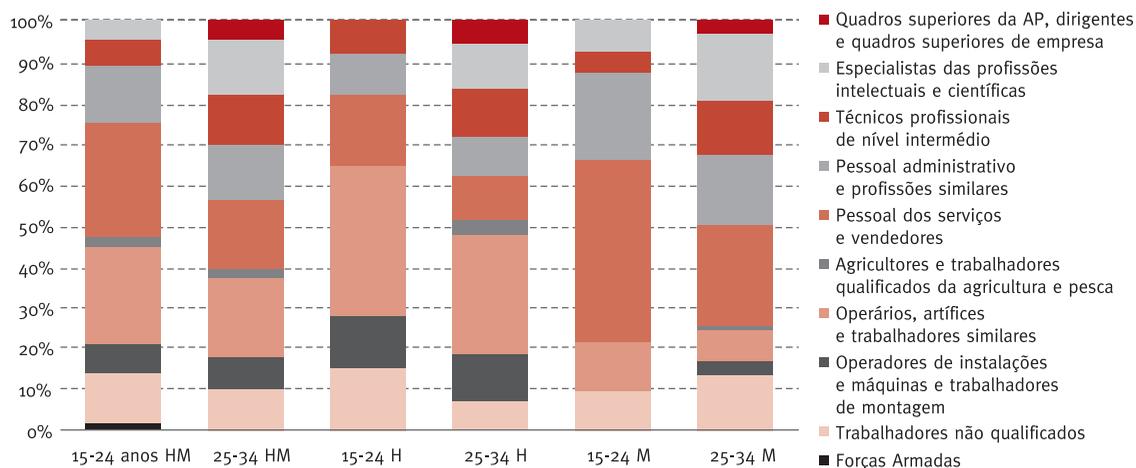
**Gráfico 2.2.1** População empregada, segundo o sexo, grupo etário e profissão principal, 1998-2008

**População empregada, segundo o sexo, grupo etário e profissão principal, 1998**



Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestre de 1998

**População empregada, segundo o sexo, grupo etário e profissão principal, 2008**



Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestres de 2008

### 2.3 VÍNCULOS CONTRATUAIS E TEMPOS DE TRABALHO

Analisando a situação contratual da população empregada por conta de outrem (*quadro 2.3.1*), regista-se, em geral, uma diminuição expressiva no número de trabalhadores com contrato de trabalho sem termo e um aumento do número de empregados com contrato a termo ou com outro tipo de relação contratual, tendência que se acentua nitidamente na população mais jovem.

De 1998 para 2008, a proporção de jovens com contrato permanente decaiu de 62,5% para 47,4%, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, e de 79,5% para 69,9%, no grupo etário dos 25 aos 34 anos. Apesar de a diminuição do emprego com contrato de trabalho sem termo e de o aumento de formas contratuais mais precárias ter sido mais acentuado nos jovens de sexo masculino, actualmente continuam a ser as mulheres a apresentar maiores proporções de trabalho com vínculo contratual não permanente. Nota-se assim que a precarização, ainda maioritariamente feminina, está a crescer significativamente também no sexo masculino.

No que diz respeito ao tempo de trabalho (*quadro 2.3.2*), observa-se em termos globais, um aumento relativo na percentagem de população empregada com uma duração horária da semana habitual de trabalho entre as 31h e as 40h. Por outro lado, diminuiu a população empregada com horário de trabalho semanal superior a 41h, resultado das mudanças de regime de horários entretanto ocorridas, com a passagem de 42h para 40h semanais. O número de trabalhadores com horário semanal entre as 11h e as 30h decresceu ligeiramente, assumindo-se que não houve um aumento expressivo do trabalho a tempo parcial, continuando a predominar o trabalho a tempo inteiro.

No emprego jovem, aumentou ligeiramente a percentagem de trabalhadores a tempo parcial (com duração entre as 11h-30h e as 31h-35h semanais), facto que se poderá justificar, por um lado, pela necessidade de conciliação da actividade profissional com os estudos, mas que, por outro, evidencia a tendência para o aumento de empregos nestes regimes de horário que representam trabalho a tempo parcial involuntário. A população entre os 15 e os 24 anos com semana habitual de trabalho entre as 11h e as 30h cresceu de 7,4% para 10,3% entre 1998 e 2008. A semana de trabalho de 31h a 35h, no mesmo grupo etário, subiu um pouco mais no período em estudo, mas os seus valores continuam abaixo dos 5%.

Na faixa etária dos 25 aos 34 anos, também com taxas modestas, em ambos os sexos, ocorreu um decréscimo no trabalho a tempo parcial, com efeito no aumento do trabalho a tempo inteiro entre 1998 e 2008. Os horários entre as 31h e as 35h subiram ligeiramente os seus contingentes, tendo contudo sido mais notório o aumento daqueles que praticam um horário entre as 36h e as 40h semanais (perto de 66%).

Apesar de as transformações ocorridas serem comuns a raparigas e rapazes, verifica-se a prevalência de uma distribuição diferenciada segundo o sexo, em todas as faixas etárias, que aponta para maiores níveis de trabalho a tempo parcial nas jovens, na ordem dos 15%, quando os rapazes se ficam pelos 6,8%.

**Quadro 2.3.1** População empregada por conta de outrem, segundo sexo, grupo etário e vínculo contratual, 1998 e 2008

Vínculo contratual								
Grupo etário	Sexo	Total	Sem termo	(%)	Com termo	(%)	Outro tipo	(%)
<b>1998</b>								
Total	H/M	3496,5	2882,2	82,4	430,6	12,3	183,7	5,3
	H	1916,6	1604,3	83,7	203,1	10,6	109,2	5,7
	M	1579,9	1278,0	80,9	227,4	14,4	74,5	4,7
Dos 15 aos 24 anos	H/M	565,3	353,5	62,5	160,8	28,4	51,0	9,0
	H	309,3	202,4	65,4	76,0	24,6	30,9	10,0
	M	255,9	151,2	59,1	84,7	33,1	20,1	7,9
Dos 25 aos 34 anos	H/M	1053,5	838,0	79,5	159,6	15,1	55,8	5,3
	H	560,7	455,8	81,3	67,4	12,0	37,5	6,7
	M	492,8	382,2	77,6	92,3	18,7	18,3	3,7
<b>2008</b>								
Total	H/M	3953,1	3070,4	77,7	723,1	18,3	159,7	4,0
	H	2083,8	1645,9	79,0	358,8	17,2	79,1	3,8
	M	1869,3	1424,5	76,2	364,3	19,5	80,5	4,3
Dos 15 aos 24 anos	H/M	389,5	184,6	47,4	179,8	46,2	25,1	6,4
	H	216,3	109,1	50,4	95,1	44,0	12,1	5,6
	M	173,2	75,4	43,5	84,7	48,9	13,1	7,6
Dos 25 aos 34 anos	H/M	1180,1	824,9	69,9	296,7	25,1	58,4	4,9
	H	613,2	445,5	72,7	138,6	22,6	29,1	4,7
	M	566,9	379,4	66,9	158,2	27,9	29,3	5,2

Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestres de 1998 e 4.º Trimestres de 2008

**Quadro 2.3.2** População empregada, segundo o sexo, grupo etário e duração da semana habitual de trabalho, 1998 e 2008

Duração da semana de trabalho												
Grupo etário	Sexo	Total	11-30 Horas	(%)	31-35 Horas	(%)	36-40 Horas	(%)	41 e mais horas	(%)	NS/NR	(%)
<b>1998</b>												
Total	HM	4863,0	527,6	10,8	451,2	9,3	2550,4	52,4	1218,6	25,1	13,7	0,3
	H	2699,7	164,7	6,1	176,4	6,5	1515,2	56,1	807,0	29,9	9,9	0,4
	M	2163,3	362,8	16,8	274,8	12,7	1035,3	47,9	411,5	19,0	–	–
Dos 15 aos 24 anos	HM	637,6	47,5	7,4	23,0	3,6	425,8	66,8	131,7	20,7	–	–
	H	355,3	16,6	4,7	9,7	2,7	241,5	68,0	83,8	23,6	–	–
	M	282,3	30,9	10,9	13,3	4,7	184,3	65,3	47,9	17,0	–	–
Dos 25 aos 34 anos	HM	1259,0	86,1	6,8	117,1	9,3	750,9	59,6	290,2	23,1	–	–
	H	680,4	23,2	3,4	43,1	6,3	423,6	62,3	185,2	27,2	–	–
	M	578,7	62,9	10,9	73,9	12,8	327,2	56,5	105,0	18,1	–	–
<b>2008</b>												
Total	HM	5176,3	535,3	10,3	610,5	11,8	2906,6	56,2	901,8	17,4	98,8	1,9
	H	2784,4	186,7	6,7	229,5	8,2	1671,3	60,0	596,7	21,4	60,4	2,2
	M	2391,9	348,6	14,6	381,1	15,9	1235,3	51,6	305,2	12,8	38,4	1,6
Dos 15 aos 24 anos	HM	411,0	42,3	10,3	17,6	4,3	288,5	70,2	50,2	12,2	–	–
	H	230,9	15,6	6,8	–	–	170,9	74,0	31,0	13,4	–	–
	M	180,1	26,7	14,8	12,2	6,8	117,6	65,3	19,1	10,6	–	–
Dos 25 aos 34 anos	HM	1329,5	82,9	6,2	128,8	9,7	872,2	65,6	213,3	16,0	–	–
	H	709,3	25,3	3,6	43,8	6,2	486,1	68,5	134,8	19,0	–	–
	M	620,2	57,5	9,3	85,0	13,7	386,1	62,3	78,5	12,7	–	–

Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Portugal, 4.º Trimestre de 1998 e 4.º Trimestres de 2008

### 3. JOVENS COM BAIXAS QUALIFICAÇÕES: O PERFIL DOS ENTREVISTADOS



### 3. Jovens com baixas qualificações: o perfil dos entrevistados

A principal informação tratada nos capítulos seguintes foi recolhida através de entrevistas realizadas junto de 75 indivíduos detentores de um conjunto de características sócio-demográficas específicas, relativas ao nível de ensino atingido, à experiência profissional e à idade. Seleccionaram-se, então, indivíduos que interromperam a sua escolaridade antes de concluírem o ensino secundário, no exercício de actividade profissional ou já tendo experimentado um qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho, com idades até 30 anos.

No que toca à escolaridade, foram entrevistados indivíduos com recursos escolares escassos, ainda que de certo modo heterogêneos, uma vez que o principal factor de selecção se baseou na exigibilidade da não conclusão do ensino secundário, por parte do entrevistado. Neste sentido, foram seleccionados indivíduos que não concluíram o ensino básico, que completaram o 9.º ano ou que, tendo ingressado no ensino secundário, não finalizaram este ciclo de estudos. A relativa diversidade de situações quanto à fase de interrupção da escolaridade parece apresentar alguma relevância na compreensão das suas trajectórias e projectos de vida, mas a característica que os une – não terem o diploma do ensino secundário – foi igualmente importante na análise e exploração de algumas das dimensões afloradas nesta pesquisa.

A análise das trajectórias escolares constituiu objectivo analítico em si, mas também serviu de fundamento explicativo para compreender os percursos e experiências profissionais dos jovens entrevistados. Um dos objectivos do estudo consistiu na análise das continuidades estruturais que podem ter lugar entre o sistema escolar e o mercado de trabalho. Inerentes a essa problemática estiveram preocupações de conhecimento sobre o tipo de percurso laboral encetado pelos jovens, a forma como se relacionam com algumas dinâmicas do mercado de trabalho que se têm vindo a afirmar nas sociedades ocidentais, o modo como projectam o seu futuro profissional e as estratégias que accionam (ou não) ao longo dos seus percursos de vida.

A decisão de incluir na pesquisa entrevistados com idades até 30 anos assentou em duas razões fundamentais: por um lado, era importante recolher impressões e testemunhos acerca do percurso escolar, enformados por experiências relativamente recentes nesse campo. Por outro lado, pretendia-se saber como ocorreram os processos de transição destes jovens para a vida adulta. Com efeito, a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho assumem-se muitas vezes como um primeiro passo nesse processo de transição. É, em geral, através do emprego que os jovens adquirem a sua independência económica face às famílias de origem e esboçam ou consolidam projectos familiares. Mas até que ponto os investimentos profissionais e qualificacionais são compatíveis com a constituição de uma família, nomeadamente no caso de jovens com este tipo de trajectória escolar? Quais as prioridades de jovens descapitalizados, no plano dos recursos escolares formais, nesta etapa das suas vidas? Estas foram outras interrogações que orientaram a pesquisa e estiveram presentes na determinação das idades dos entrevistados.

Procurou-se, ainda, equilibrar os efectivos entrevistados segundo o sexo e região de residência. Foram, assim, entrevistados indivíduos de ambos os sexos residentes em diferentes regiões de Portugal Continental. Esta diligência metodológica procurou assegurar alguma diversidade de situações e contextos, no pressuposto de que essas variáveis podem ser importantes na diferenciação das trajectórias e experiências de vida dos entrevistados.

O número de entrevistas realizadas foi determinado pelo critério da consistência e da saturação dos dados recolhidos, pretendendo-se assegurar que se captava informação suficiente para cobrir a diversidade de situações vividas por este perfil de entrevistados. O facto de ter sido possível recolher um número relativamente elevado de testemunhos alargou a amplitude substantiva da análise, da mesma forma que permitiu circunscrever com alguma consistência dados regulares e perfis-tipo.

Dos 75 entrevistados, 45 são do sexo masculino e 30 do sexo feminino. As suas idades distribuem-se de forma equilibrada pelas faixas etárias dos 21 aos 25 anos e dos 26 aos 30 anos. Com menos de 20 regista-se um número menor de indivíduos (quadro 3.1).

**Quadro 3.1** Caracterização social dos entrevistados

			Homens N=45	Mulheres N=30	Total N=75	
<b>Idade</b>						
Até 20			9	5	14	
21-25			19	13	32	
26-30			17	12	29	
<b>Região</b>						
Norte			15	8	23	
Centro			5	4	9	
Lisboa e Vale do Tejo			19	7	26	
Alentejo			2	5	7	
Algarve			4	6	10	
<b>Situação familiar e habitacional</b>						
Vive em casa dos pais ou de outros familiares	solteiro(a)	tem filhos	-	1	1	
		não tem filhos	27	9	36	
	com companheira(a)	tem filhos	1	-	1	
		não tem filhos	1	-	1	
	casado (a)	tem filhos	1	1	2	
		não tem filhos	1	-	1	
Sub-total			(31)	(11)	(42)	
Vive em casa própria	sozinho(a)	tem filhos	-	-	-	
		não tem filhos	1	1	2	
	em união de facto	tem filhos	2	4	6	
		não tem filhos	4	1	5	
	casado (a)	tem filhos	7	7	14	
		não tem filhos	-	6	6	
Sub-total			(14)	(19)	(33)	
<b>Escolaridade</b>						
Ensino básico	<9.º ano		8	9	17	
	9.º ano		11	7	18	
Sub-total			(19)	(16)	(35)	
Ensino secundário	10.º ano frequentado		8	5	13	
	10.º ano completo		2	1	3	
	11.º ano frequentado		4	3	7	
	11.º ano completo		-	-	-	
	12.º ano frequentado		12	5	17	
Sub-total			(26)	(14)	(40)	
<b>Formação extra-escolar</b>						
<9.º ano	Formação profissional	Realizado pela entidade empregadora, sem equivalência escolar	-	-	-	
		No exterior	Com equivalência escolar	-	1	1
			Sem equivalência escolar	1	1	2
9.º ano completo	Formação profissional	Realizado pela entidade empregadora, sem equivalência escolar	1	-	1	
		No exterior	Com equivalência escolar	5	-	5
			Sem equivalência escolar	8	3	11
		Certificação de competências		-	2	2
	Frequência do ensino secundário	Formação profissional	Realizado pela entidade empregadora, sem equivalência escolar	4	1	5
No exterior			Com equivalência escolar	3	-	3
			Sem equivalência escolar	2	4	6
Certificação de competências		-	-	-		
Sub-total			(24)	(12)	(36)	

**Quadro 3.2** Situação profissional

	Homens N=45	Mulheres N=30	Total N=75
<b>Condição perante o trabalho</b>			
Exerce profissão	41	27	68
Desempregado(a)	4	3	7
<b>Situação na profissão</b>			
Patrão	–	–	–
Trabalhador(a) por conta própria	1	–	1
Trabalhador(a) por conta de outrem	44	30	74
<b>Vínculo contratual</b>			
Contrato permanente	28	17	45
Contrato a termo certo	9	7	16
Recibo verde	2	–	2
Vínculo informal	3	4	7
Não sabe/não responde	3	2	5
<b>Categorias profissionais</b>			
<b>Pessoal administrativo e similares</b>			
Empregados de aprovisionamento e armazém	(9)	(8)	(17)
Empregados administrativos, secretários, telefonistas, recepcionistas	7	1	8
	2	7	9
<b>Pessoal dos serviços e vendedores</b>			
Empregados de mesa	(7)	(15)	(22)
Ajudantes de cozinha	–	3	3
Caixeiros, operadores de loja	–	1	1
Outros vendedores	3	7	10
Vigilantes de crianças e ajudantes familiares	3	1	4
Fotógrafos	–	3	3
	1	–	1
<b>Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca</b>			
Pescadores	(1)	–	(1)
	1	–	1
<b>Operários, artífices e trabalhadores similares</b>			
Electricistas e mecânicos reparadores	(8)	–	(8)
Serralheiros	3	–	3
Ajudantes de carpintaria	3	–	3
Magarefe	1	–	1
	1	–	1
<b>Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem</b>			
Operadores de máquinas de impressão	(5)	–	(5)
Operadores de máquinas de embalagem	2	–	2
Montadores de cortantes	1	–	1
	2	–	2
<b>Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio</b>			
Pessoal de vigilância e limpeza	(13)	(6)	(19)
Bagageiros	10	5	15
Vendedores por telefone e ao domicílio	1	–	1
Lavadores e engomadores de roupa	2	–	2
	–	1	1
<b>Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes</b>			
Serventes	(2)	(1)	(3)
Tarefeiros e outros	1	–	1
	1	1	2

Quase dois terços dos entrevistados residem no norte do país (nomeadamente no distrito do Porto) ou na região de Lisboa e Vale do Tejo (nos distritos de Lisboa e Setúbal). Os restantes são residentes nas regiões Centro, Alentejo e Algarve.

A população entrevistada divide-se de forma bastante idêntica entre os que residem em casa própria e os que ainda habitam com os pais. Este facto varia em função da idade, sendo os mais novos aqueles que mais tendem a permanecer em casa dos pais. Mas é sobretudo explicado pela sua situação conjugal e pela relação com a maternidade ou a paternidade.

Dos 42 entrevistados que ainda vivem com os pais ou outros parentes, apenas cinco são casados, ou têm companheira, e quatro têm filhos. Por outro lado, somente duas das 30 pessoas que têm casa própria vivem sós, sem cônjuge ou companheiro(a), sendo que neste conjunto de indivíduos, 20 tem pelo menos um filho. A saída de casa dos pais está, pelas declarações deles recolhidas, mais relacionada com o desenvolvimento de relações afectivas, formalizadas ou não, ou parentais, do que com a necessidade individual de autonomização habitacional. Na verdade, a decisão de os entrevistados, independentemente do seu sexo, saírem de casa da família de origem, depende da existência de pelo menos uma das situações referidas. Enquanto não estabelecem uma relação, a casa dos ascendentes configura-se como um espaço de acolhimento e apoio no quotidiano, consentâneo com estratégias de poupança com vista a uma futura autonomização. Nalguns casos os entrevistados poderão ter vivido em casa dos pais ou outros familiares com a(o) companheira(o), nomeadamente enquanto não reuniram condições materiais de independência habitacional, e só depois de terem filhos decidiram residir em casa própria. De referir ainda que, e de forma mais clara no caso dos casados e/ou com filhos, alguns entrevistados residem em casa dos pais ou de outros parentes devido a constrangimentos económicos, embora gostassem de ter casa própria e autonomizar-se a esse nível. A situação habitacional em que vivem surge, assim, como inevitabilidade e não como escolha.

Existe também uma estreita relação entre parentalidade e casamento: dos 24 entrevistados que têm filhos, 16 são casados. O casamento, enquanto “rito de instituição” (Bourdieu, 1998), é uma prática legitimadora da parentalidade, accionada num momento anterior a esta – e, neste sentido, constitui uma preparação simbólica para a segunda. Por outro lado, quando accionada posteriormente à parentalidade, representa como que a normalização de uma situação ainda em certos contextos reconhecida como socialmente ilegítima, desviante, imprópria.

Atente-se agora nos dados relativos à escolaridade, formação extra-escolar e à actividade profissional da população. Mas faça-se, antes, uma breve contextualização.

Em 2001, apresentando apenas os dados relativos aos níveis de escolaridade que encontramos nesta amostra qualitativa de jovens, 34,4% dos homens com uma idade compreendida entre os 21-29 anos tinha completado o 1.º ou o 2.º ciclos, 34,5% o 3.º ciclo e 22,0% o ensino secundário. No caso das mulheres, a frequência desses níveis escolares correspondia, respectivamente, a 26,5%, 32,0% e 28,2% da população feminina com as idades referidas (Censos 2001, INE). Ou seja, naquele universo etário, cerca de 70% dos homens e quase 60% das mulheres tem apenas o 9.º ano concluído. Embora o objectivo deste estudo não seja a busca de inferências estatísticas e a população entrevistada não constitua uma amostra com esse tipo de representatividade, a verdade é que percebemos que o perfil escolar que a priori foi escolhido para filtrar os entrevistados assume um cunho marcadamente estrutural, emerge como normalidade sociográfica da sociedade portuguesa e não enquanto excepção antropológica.

Do total de entrevistados, 17 têm um grau de escolaridade que varia entre o 5.º e o 8.º anos concluídos. Com a escolaridade obrigatória, há 18 entrevistados. Da leitura dos dados destacam-se, contudo, duas ideias fundamentais: a maior parte da população entrevistada chegou a frequentar o ensino secundário. Dentro desse grupo de 40 indivíduos, 30 deles desistiram durante a frequência do 10.º ano ou fizeram-no já no 12.º ano. O abandono escolar no ensino secundário acontece nas extremidades desse patamar da trajectória escolar dos estudantes, ou seja, depois de completarem a escolaridade obrigatória ainda experimentam o ensino secundário mas, mais tarde ou mais cedo, interrompem o seu percurso e encerram, pelo menos muitos deles, esta fase das suas vidas.

O problema do abandono escolar no ensino secundário está identificado pelas estatísticas e é reconhecido no plano político. Adiante, analisar-se-ão algumas das razões que motivaram os entrevistados a tomar essa decisão.

Para além da aprendizagem escolar, parte dos entrevistados ingressaram em cursos de formação que lhes conferiu, nalguns casos, ainda que minoritários, equivalência escolar. De facto, cerca de metade destes jovens frequentou ou concluiu cursos de formação.

O quadro 3.1 mostra que 11 dos entrevistados frequentaram cursos de formação com equivalência aos graus de ensino da escolaridade normal – dois concluíram o 9.º ano por meio dos centros de certificação de competências e nove frequentaram ou concluíram cursos de formação profissional operativos ao nível do reconhecimento de um grau escolar.

Ressalta desse quadro apresentado o facto de, em termos proporcionais, serem maioritariamente os rapazes a obterem formação extra-escolar, e de predominar, ainda, um conjunto de programas de formação profissional que não conferem a quem a faz qualquer reconhecimento formal das qualificações deste modo obtidas.

De referir também que entre aqueles que beneficiaram de formação profissional realizada pela entidade empregadora, se destacam os que, pelo menos, frequentaram o ensino secundário. A valorização relativa de algum adicional de capital escolar e das disposições e competências sociais destes sujeitos, porventura evidenciadas no desempenho bem sucedido de funções mais ou menos complexas, justificará o investimento das respectivas entidades patronais na formação desses recursos humanos.

Quanto à condição perante o trabalho, 68 entrevistados exerciam à altura da entrevista uma actividade profissional. Apenas sete estavam desempregados quando as entrevistas foram realizadas. Nenhum elemento da população é patrão, um trabalha por conta própria e os restantes 74 são (ou foram-no na sua última actividade profissional) trabalhadores por conta de outrem.

Os dados concernentes a estas duas variáveis indiciam uma relativa facilidade no acesso ao trabalho, mais concretamente ao trabalho assalariado associado à condição jurídica de “subordinado(a)”. Apenas um indivíduo escapa a esse tipo de relação de assalariamento e subordinação hierárquica, por ser trabalhador independente – um jovem que é fotógrafo. Note-se, ainda, que duas raparigas, empregadas de limpeza doméstica, ainda que possam ser formalmente consideradas trabalhadoras independentes, estão, com efeito, mais próximas de uma relação de assalariamento.

Centrando agora o olhar na questão dos vínculos laborais, percebe-se que quase dois terços dos entrevistados têm contrato permanente, facto que, pelo menos no plano formal, indica a predominância dos vínculos laborais seguros no quadro desta amostra qualitativa, independentemente da pertença de género dos entrevistados. Aliás, a esmagadora maioria deles tem vínculos laborais legalmente enquadrados. Apenas sete entrevistados não possuem qualquer tipo de relação formal com a entidade empregadora ou contratante<sup>14</sup>.

Viu-se que os jovens entrevistados são quase todos trabalhadores por conta de outrem e, em geral, com vínculos laborais de carácter permanente. Mas quais são os sectores onde se inscrevem as suas actividades profissionais? A primeira ideia a reter é que quase todos os jovens entrevistados trabalham no sector privado. É igualmente de notar não haver qualquer registo de indivíduos que se tenham identificado como empresários. O facto de deterem recursos escolares relativamente baixos não constituiria, por si só, um factor que inviabilizasse a escolha da via profissional do empresariado, já que boa parte dos pequenos empresários portugueses possuem também habilitações escolares baixas. Este dado indicia, contudo, para além da ausência de capitais económicos, a diminuta capacidade para assunção de riscos e a inexistência de disposições empresariais, as quais tendem a ser tanto mais fortes quanto mais se tem proveniências sociais onde exista este tipo de capital (Guerreiro, 1996) e vice-versa. Como adiante se poderá observar, alguns dos pais destes jovens eram ou são pequenos empresários, pelo que a transmissão dessa herança disposicional para os seus filhos terá sido pouco eficaz, ou ainda não se manifestou.

---

<sup>14</sup> Nem sempre a denominação da relação contratual veiculada pelos entrevistados corresponde à definição jurídica da mesma.

O quadro 3.2 mostra que existem profissões modais entre a população entrevistada, mas também que a distribuição profissional é fortemente influenciada pela variável género. O peso predominante situa-se nas categorias profissionais ligadas ao comércio e serviços, com 41 indivíduos de ambos os sexos, ao que se seguem as profissões da categoria pessoal administrativo e similares, nas quais trabalham 17 dos entrevistados.

Nas profissões administrativas a população distribui-se em moldes relativamente uniformes segundo o sexo, mas o mesmo já não acontece no conjunto dos profissionais dos serviços e vendedores, onde há uma predominância de mulheres, tal como acontece, no que toca à predominância masculina, nas profissões operárias e nos trabalhadores não qualificados dos serviços.

Se se tiver em atenção os níveis de diversificação profissional, conclui-se que as mulheres se concentram num número de actividades mais reduzido do que os homens. A amplitude das possibilidades de inserção profissional dos homens é, pelo menos neste conjunto de ocupações, superior ao daquelas. Este facto fundamenta-se em grande parte na relação entre o leque de actividades disponíveis no mercado para uma população do tipo da entrevistada e os estereótipos e disposições de género, originadoras do gosto e da vocação profissional. Ou seja, o mercado fecha o leque das possibilidades de trabalho das mulheres, da mesma forma que estas percepcionam como possíveis e desejáveis um número relativamente reduzido de actividades profissionais.

A variável género não é só operativa na distribuição da população entrevistada por alguns grupos profissionais, ela é também determinante na definição das profissões que dentro de um mesmo agrupamento são ocupadas por homens e mulheres. Veja-se, por exemplo, o pessoal administrativo e similares: a maior parte dos homens que pertencem a este grupo são auxiliares, conferentes ou fiéis de armazém, enquanto as mulheres são maioritariamente secretárias e administrativas. Ou, olhando agora para o pessoal não qualificado dos serviços e comércio, verifica-se que a maior parte dos homens são vigilantes, enquanto as mulheres são maioritariamente empregadas de limpeza. Ou seja, os atributos de género (e de um género socialmente contextualizado num local específico no espaço das classes) são determinantes na inserção profissional dos rapazes e raparigas entrevistados.

Em termos remuneratórios, mais de metade da população entrevistada recebe entre €400 e €599, e apenas três indivíduos recebem acima dos 1000 euros (um vendedor de automóveis, um pescador e um magarefe).

**Quadro 3.3** Rendimento

Euros	Homem	Mulher	Total
< 300	2	2	4
300-399	6	1	7
400-499	8	11	19
500-599	12	7	19
600-699	4	3	7
700-799	2	3	5
800-899	3	3	6
900-999	2	–	2
1000 ou mais	3	–	3
Não sabe/responde	3	–	3
Total	45	30	75

É curioso verificar que nenhuma jovem recebe mais do que €899. E que quase metade delas não vai além do escalão remuneratório de €400 a €499, valor modal para as mulheres, enquanto é um escalão superior (€500 a €599) a agregar boa parte dos homens. No contexto dos recursos escolares detidos pelos entrevistados e das profissões por eles ocupadas, a amplitude remuneratória das mulheres é inferior à dos homens, os quais podem auferir remunerações rondando os 2.000 euros, se bem que em profissões simbolicamente ainda pouco acessíveis ao sexo feminino, como são as de vendedor de automóveis, magarefe ou pescador.

Um outro aspecto a sublinhar prende-se com a não evidente relação, neste conjunto, entre os valores remuneratórios e o nível de escolaridade alcançado, e com as disparidades internas a uma mesma ocupação, ainda que dentro dos limiares baixos atrás referidos. O factor regional parece contar significativamente para tais diferenças, por um lado e, por outro, é evidente que para estes níveis qualificacionais os salários se situam tendencialmente abaixo dos 600 euros.

Antes de se passar à análise das trajetórias escolares dos entrevistados, importa atentar na escolaridade e actividade profissional dos seus pais. Com efeito, a compreensão dos percursos sociais dos indivíduos passa, em boa parte, por se atender à estruturalidade dos trajectos, neste caso, às disposições e posições sociais incorporadas e ocupadas durante o processo de socialização.

**Quadro 3.4** Escolaridade e categoria sócio-profissional dos pais

Escolaridade	Pai N=75	Mãe* N=75	Total
< 4.ª classe	1	2	3
4.ª classe	31	30	61
5.º – 9.º ano	6	6	12
> 9.º ano	7	11	18
Não sabe/não responde	30	26	56
<b>Categoria sócio-profissional</b>			
Dirigentes e pequenos empresários	4	–	4
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	1	2	3
Técnicos e profissionais de nível intermédio	2	2	4
Pessoal administrativo e similares	4	6	10
Pessoal dos serviços e vendedores	16	22	38
Operários, artífices e trabalhadores similares	19	5	24
Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	5	1	6
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	4	11	15
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pesca	2	1	3
Trabalhadores não qualif. da construção, indústria e transportes	9	1	10
Não sabe/responde	9	2	11

Fonte: \* 22 mães são domésticas

Uma parcela significativa dos jovens teve dificuldades em identificar a escolaridade dos pais. Tal facto não deixa de ser significativo. Por um lado, demonstra a desvalorização do tema escola e a rarefacção da sua importância no contexto social de pertença de alguns entrevistados, que declararam não saber qual a escolaridade dos ascendentes ou dela possuir senão uma ideia aproximada, inexacta, pouco passível de ser considerada na elaboração do quadro acima. Por outro lado, admite-se a hipótese de que alguns entrevistados/as, ao interagirem com o/a entrevistador/a, academicamente habilitado/a, se poderão ter inibido, optando por omitir os eventuais parcos recursos escolares dos seus progenitores.

Mas analise-se então os dados que objectivamente estão disponíveis. Apenas um pai e duas mães não concluíram o ensino básico, e a esmagadora maioria tem como grau escolar concluído a antiga 4.<sup>a</sup> classe. Este será o perfil médio de habilitações escolares da família de origem dos entrevistados (pais e mães). De destacar o facto de haver um maior número de mães com um nível de escolaridade superior ao 9.<sup>o</sup> ano relativamente aos pais – há inclusivamente uma mãe licenciada –, o que acompanha as recentes tendências de escolarização da população portuguesa, com as mulheres mais qualificadas do que os homens.

Em termos gerais, as famílias de origem dos entrevistados são, portanto, dotadas de baixos capitais escolares. Tal como os seus filhos, são espelhos mais ou menos aproximados do perfil escolar da população portuguesa pertencente ao respectivo grupo etário. Note-se, porém, que o conceito de baixa qualificação tem um sentido e uma natureza conjuntural, e que em termos relativos ocorreu um aumento global dos níveis de qualificação escolar na sociedade portuguesa, tendo sido instituída a escolaridade obrigatória de nove anos a partir de 1986.

Desta forma não surpreende o aumento claro dos níveis de escolaridade se se proceder à comparação das habilitações escolares dos entrevistados com as das famílias de origem. Nenhum entrevistado possui menos do que, ou apenas, a 4.<sup>a</sup> classe. Todos tiveram contacto com o 2.<sup>o</sup> ciclo (embora nem todos tenham concluído o 6.<sup>o</sup> ano) e mais de dois terços têm o 9.<sup>o</sup> ano ou frequentaram/concluíram anos escolares no ensino secundário. Veja-se, por exemplo, que o número de entrevistados que frequentaram o ensino secundário (38), ainda que sem o concluírem, é o dobro do dos pais que o fizeram (18).

Neste sentido pode-se dizer que há uma reprodução contextualmente mediada dos capitais escolares de pais para filhos, na medida em que estes continuam, em termos gerais, a ocupar posições dominadas no espaço da distribuição dos recursos escolares ao nível do seu grupo etário.

Uma primeira nota a introduzir no que toca à actividade profissional dos progenitores dos entrevistados, por comparação com as suas próprias, é a de que o leque de grupos profissionais de pertença que neles

se pode encontrar é mais amplo e recobre profissões dirigentes e mais qualificadas. Dos pais, quatro são dirigentes e pequenos empresários e três são especialistas das profissões intelectuais e científicas.

Mais atrás foi referido que os grupos profissionais com maior peso no universo da população entrevistada eram, por ordem decrescente, o pessoal dos serviços e vendedores, os trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio e o pessoal administrativo e similares. Entre os pais, é também o grupo do pessoal dos serviços e similares que tem um maior peso, mas a categoria profissional que se lhe segue em termos de preponderância numérica são os operários, artífices e trabalhadores similares.

Na comparação entre gerações verifica-se uma diminuição de operários e artífices, tal como acontece no caso dos trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes, e um aumento do pessoal administrativo e dos serviços. Nota-se, assim, um deslocamento da “fábrica” para o “balcão” e para a “secretária”. Tanto os filhos como as filhas destas famílias concentraram-se de forma bastante vincada no sector terciário, reduzindo a presença no sector industrial e da construção. No caso dos filhos, aconteceu uma redistribuição das actividades profissionais por meio de um processo de transferência de efectivos entre grupos profissionais que, porém, manteve a presença do sexo masculino em todos estes grupos. No que toca às filhas, o afunilamento da sua actividade nas profissões dos serviços e administrativas provocou a total erosão da presença de mulheres em vários grupos profissionais, nos quais a geração das mães marca presença.

A este nível está-se a falar de mutações profissionais. A alteração mais visível e significativa prende-se, no entanto, com o contacto e entrada de todas as mulheres entrevistadas no mercado de trabalho, por contra-posição às mães dos elementos desta população. Cerca de um terço delas eram domésticas, ou seja, não exerciam uma actividade profissional formalmente reconhecida como tal. Pensando nas mulheres casadas, isto reflecte uma alteração fundamental no seu papel no seio da família e, em termos gerais, da forma como elas são representadas socialmente. Tomar conta da casa já não equivale a ficar em casa a ocupar-se exclusivamente das lides domésticas. As mulheres também tomam conta da casa através do seu trabalho no exterior, por meio do seu salário, se bem que não estejam demitidas das anteriores funções, que em boa parte acumulam com as segundas.

A distribuição dos pais e mães pelas profissões é também claramente enformada pela variável género – por exemplo, apenas uma mãe é operadora de máquinas, o mesmo acontecendo com a reduzida presença destas nos trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes. Podemos dizer que, embora ocorra um rearranjo geracional na distribuição pelos grupos de actividade profissional, a verdade é que muitas profissões têm continuidade de uma geração para outra – empregadas de limpeza, empregada(o)s

de mesa e balcão, serralheiros, operadores de máquinas –, mantendo-se a lógica segregativa na definição da ocupação profissional de acordo com a variável gênero.

Após este primeiro retrato sociológico dos jovens entrevistados, veja-se agora o que resulta da análise das suas trajetórias sociais contextualmente localizadas.



#### 4. TRAJECTOS ESCOLARES E FORMATIVOS



## 4. Trajectos escolares e formativos

Importa neste ponto perceber a natureza das trajectórias escolares de quem deixou a escola antes de concluir o ensino secundário, nomeadamente no que se refere aos sucessos e insucessos na aprendizagem experimentados pelos entrevistados ao longo desse período do seu percurso de vida.

### 4.1 PERCURSOS ACIDENTADOS

Como já foi referido, nenhum dos entrevistados concluiu o ensino secundário. Alguns interromperam o seu percurso escolar numa fase mais prematura. Neste conjunto há também quem tenha apenas concluído cinco anos de escolaridade, desistindo de alcançar sequer o nível, há muito obrigatório, dos nove anos de escolaridade. Independentemente da latitude da desistência, ela é o indicador mais objectivo do insucesso escolar e tem representado o culminar de um percurso para muitos jovens que, sem grandes capitais qualificacionais, passam a integrar a população activa, em situação de emprego ou desemprego.

A esmagadora maioria dos entrevistados reprovou um ou dois anos antes de desistir da escola. Ou seja, a desistência escolar acontece após a ocorrência de percalços no percurso, nomeadamente por experiências de reprovação que em moldes mais ou menos acentuados parecem contribuir para a decisão de não continuar a escolaridade. É interessante verificar que esses percalços tendem a aproximar-se do momento do abandono, funcionando quase como avisos. Muitos dos que deixaram a escola no 9.º ano (concluindo-o ou não) reprovaram no 7.º e/ou no 8.º anos, e aqueles que o fizeram num momento posterior registam bastantes reprovações, tanto no 8.º como no 9.º anos. Muitos dos que nestas circunstâncias concluíram a escolaridade obrigatória acabaram por ter também aproveitamento insuficiente no início do ensino secundário. Por outro lado, alguns dos entrevistados que nesta amostra qualitativa apresentam uma escolaridade igual ou inferior ao 8.º ano, registam reprovações desde o 1.º ciclo do ensino básico, o que pode ser sintomático das repercussões negativas resultantes de diagnósticos de incapacidade porventura excessivamente precoces. Outros ainda, que no 7.º ano já contavam diversas reprovações, terão sido encaminhados ou optaram eles próprios pela via dos cursos profissionais com equivalência escolar.

Marcados nas suas trajectórias escolares por reprovações sucessivas, mesmo quando progrediam no nível de ensino, recorrentemente acumulavam, durante essa progressão, resultados negativos nalgumas das disciplinas. Inglês, Português, Ciências da Natureza e História são disciplinas que, em conjunto ou separadamente, acompanham a Matemática nas classificações semestrais não positivas. Na análise de conjunto é impressionante constatar quão significativo é o número de jovens que de forma mais ou menos continuada – até ao 9.º ano – obtiveram aproveitamento negativo a Matemática – cerca de dois terços da popula-

ção deste estudo –, mesmo tendo alguns deles beneficiado do sistema de explicações extra-escolares. O fracasso a Matemática é generalizado no conjunto destes jovens e essa realidade é imanente ao percurso escolar – embora alguns refiram que também tinham sempre classificações insuficientes noutras disciplinas. É de assinalar o impacto decisivo que um resultado negativo parece poder exercer na determinação dos percursos e nas precoces decisões de (des)investimento. Alguns jovens reflectem da escola uma imagem não associada a um processo de ensino-aprendizagem cujos resultados dependem do investimento nele realizado no quotidiano, mas antes a ideia de que nela se aferem capacidades, previamente possuídas, ou não, disso dependendo o sucesso escolar.

“A Matemática (tinha negativa) desde o 5.º até ao 9.º. Foi a área que eu excluí logo. Ia a algumas aulas, mas foi uma disciplina que eu disse: ‘olha, posso dar-me ao luxo...’ Antes podias passar com três ‘negas’ por ano, e eu excluía a Matemática e aplicava-me nas outras nove.”

*Gabriel, 10.º ano incompleto, empregado de mesa, 20 anos*

“Nunca falhava. Tinha negativa desde o 7.º. A Matemática a pessoa tem sempre de estar a par da matéria. Quando perdes não dá mesmo.”

*Pedro, 10.º ano incompleto, vigilante de parques e jardins, 22 anos*

Enquanto alunos, parece terem incorporado e mobilizado bastante as prerrogativas do sistema, que permite a progressão escolar com notaçãõ negativa a uma disciplina. Se o objectivo é “passar de ano”, sendo a negativa tolerada pelo sistema, então desiste-se desse investimento espinhoso em detrimento de outros menos indesejados. A inevitabilidade do resultado deriva, assim, de uma estratégia de estudo sincronizada com as regras de aprovação do sistema educativo.

No segundo caso, a inevitabilidade do aproveitamento negativo a Matemática deriva da incapacidade para acompanhar a evolução do processo de ensino-aprendizagem numa disciplina cuja lógica de funcionamento a torna inacessível a quem entretanto se perdeu, sem ter encontrado meios, por si próprio, de retomar o caminho.

Os casos de Gabriel e Pedro dão conta de questões fundamentais ao nível da reprodução do insucesso escolar e da sua perenidade durante o percurso nesse contexto – pelo menos em espaços disciplinares concretos. Aliás, são dois problemas que estão relacionados. Por ser conivente com o aproveitamento negativo, o sistema parece não se debruçar sobre quem se “perde” num espaço disciplinar específico. Importa porém perguntar até que ponto as notações negativas recorrentes contribuem para a construção de representações críticas, mais ou menos conscientes, acerca da escola. Qual o seu papel no progressivo afastamento

do aluno face a esta? Para já ficam as interrogações. Mais à frente analisar-se-ão os testemunhos de outros entrevistados e o que têm a dizer acerca deste assunto.

O facto de o abandono escolar ser antecedido por reprovações em anos lectivos e por cadentes resultados negativos, demonstra que este fenómeno se deve, pelo menos em parte, a um problema de calibragem disposicional. Quem reprova em certos níveis de ensino ou quem caminha com o peso acumulado de classificações negativas, tem fortes probabilidades de, mais tarde ou mais cedo, desistir da jornada. A partir do momento em que o aluno começa a não acompanhar a marcha das demandas escolares, o fim da linha apresenta-se próximo. Ora este facto demonstra também a incapacidade que a escola tem revelado para inverter o não aproveitamento dos alunos. Aliás, a ideia de “aproveitamento escolar” demonstra bem como a questão do insucesso é colocada: o aluno tem de aproveitar aquilo que tem à sua disposição na escola, ele é o sujeito activo a quem cabe decidir a sua própria sorte, individualmente responsável pelos resultados que conseguir obter. Uma questão de mérito individual, portanto.

Sai da escola precoce ou antecipadamente quem nela teve um percurso sinuoso, quem nela já experimentou o sabor do fracasso, quem nela acumulou uma história de insucessos. É o progresso a custo que faz com que a vontade de estudar se rarefaça gradualmente e o nível de investimento que se está disposto a fazer na subida ao nível seguinte se dilua.

Verifica-se um grande distanciamento entre o património de ensinamentos da instituição escolar e as disposições dos seus alunos, um hiato entre competências invocadas e capacidades detidas, entre necessidades de investimento no estudo e motivação para estudar. Originariamente, parecem ser essas as causas que em boa parte dos casos estão na base dos percursos titubeantes que conduzem ao fracasso escolar, da gradual incapacidade para triunfar nesse campo.

Embora se possam convocar fundamentos exteriores à escola e à relação entre aluno e escola (por exemplo, a necessidade de trabalhar que alguns jovens tiveram, devido a problemas económicos das suas famílias), a verdade é que, olhando ao percurso escolar dos entrevistados, rapidamente se pode concluir que de forma mais ou menos ampla e numa fase mais ou menos adiantada do percurso, eles não conseguiram suplantar os desafios curriculares, seja porque reprovaram vários anos lectivos, seja porque sistematicamente não tinham resultados positivos a algumas disciplinas. A história de insucesso atesta o distanciamento ontológico e cultural entre os entrevistados e a escola, e torna o abandono escolar expectável, sendo que o próprio fracasso no sistema escolar é em si reproduzidor desse distanciamento e potenciador da procura de alternativas de investimento noutros mercados, face a um (a escola) no qual se colecionaram maus resultados.

### Gabriel (irmão de Pedro)

Gabriel nasceu no Brasil, filho de mãe brasileira e de um português. Veio para Portugal há 16 anos. Tem agora 20. Começou por morar no Estoril – onde concluiu o ensino primário. Foi, depois, para Silves e aí completou a escolaridade obrigatória. Vive em São Brás de Alportel, na casa dos seus pais. A mãe é auxiliar de acção educativa e o pai é camionista.

Olhando para os recursos escolares da família, importa retirar três ideias centrais: o capital escolar da mãe (12.º ano) e do pai de Gabriel (6.º ano antigo – 10.º ano actual) colocam-nos numa posição intermédia no espaço das classes se tivermos em linha de conta apenas este indicador estrutural; no contexto de toda a população entrevistada, eles detêm uma posição dominante no âmbito deste vector classificativo; o capital escolar acumulado por Gabriel (9.º ano completo) fica aquém do adquirido tanto pelos seus pais como pela sua irmã, a frequentar a universidade. O seu irmão mais velho tem também apenas o 9.º completo.

Foi no 9.º ano que reprovou pela primeira vez. Diz que desde o 5.º ano tinha classificações negativas a Matemática – aliás, a negativa a esta disciplina passou a ser vista por Gabriel como uma inevitabilidade e, portanto, era posta de lado na hora de estudar. Também as disciplinas de Ciências Naturais não lhe agradavam. Pelo contrário, as línguas (era aluno de cinco a Inglês e por vezes a Francês, e de quatro a Português), a História e a Geografia eram disciplinas predilectas. Após a conclusão do 9.º ano Gabriel frequentou a Escola Hoteleira em Faro, mas desistiu, por não suportar os horários carregados e as pessoas que aí conheceu. Inscreveu-se no 10.º ano, em São Brás de Alportel. Tentou dois anos, depois desistiu. Alega que existe um nível de generalidade demasiado elevado neste ciclo de ensino. Ele queria línguas e tinha de aprender, por exemplo, Métodos Quantitativos. Gostaria de ter recebido uma formação especializada e profissionalizante no ensino secundário. Na hora de fazer recomendações, Gabriel diz que deveriam existir “especializações específicas” após o 9.º ano. De facto, ele aspirava a um fechamento do corpo de saberes ensinados no Secundário. Não foi isso que encontrou e acabou por ser ele a fechar a porta à escola. Fez isso à revelia, principalmente da mãe, que não só sempre o ajudou a estudar como o continua a incentivar a regressar à escola.

Não parece ser essa a vontade de Gabriel. Ele tem uma visão instrumental da aprendizagem escolar. Não se investe em algo em que não acreditamos poder ser-nos proveitoso. Para mais, se guiamos a nossa vida por uma ética de degustação, de experimentação do presente. Gabriel quer que o seu futuro se vá mostrando. Tem alguns planos (ir trabalhar para o estrangeiro, por exemplo), mas são volúveis e a escola, acredita, não é fundamental para a determinação desse futuro.

Teve a sua primeira experiência profissional com 14 anos, num restaurante. À excepção de experiências passageiras como padeiro e repositor (único emprego em que teve um contrato de trabalho), a sua trajectória profissional tem sido realizada no ramo da restauração. A carga horária (o trabalhar à noite como ponte para o “resto da noite” ou o trabalho de fim-de-semana), bem como a inexistência de vínculo contratual nos empregos que teve no ramo da restauração, são elementos estruturais que o têm acompanhado na sua trajectória.

É através da sua performance no contexto laboral que pensa traçar a sua biografia, embora admita poder vir a frequentar um curso profissionalizante na área do Turismo, Marketing ou das línguas – aliás, já andou a sondar esses cursos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Para além de aspectos de índole mais prática, como o transporte até ao local da formação, Gabriel coloca como questão fulcral para a frequência de um destes cursos o grau de especialização oferecida, desde que nas áreas acima referidas. Interessa-lhe mais a instrumentalidade profissional da formação do que o capital simbólico aí obtido.

Olha com alguma desconfiança para o IEFPP, pois embora se tenha lá inscrito nunca foi contactado. Os empregos que até hoje conseguiu foram por si procurados (“bater às portas”) e, pontualmente, encontrados pela irmã ou pela mãe.

Embora o trabalho tenha a função de o munir de dinheiro para os seus gastos, Gabriel valoriza bastante o prazer no trabalho e a camaradagem entre colegas.

## Pedro (irmão de Gabriel)

Filho de mãe brasileira (12.º ano, Auxiliar de Educação) e de pai português (7.º ano, Camionista), Pedro nasceu no outro lado do Atlântico e aí fez quase toda a escolaridade pré-primária. Hoje tem 22 anos, o 9.º ano completo e trabalha como vigilante de parques e jardins, contratado pela Câmara Municipal de São Brás de Alportel. Quando chegou a essa vila algarvia ingressou no 6.º ano.

Entre o 7.º e o 9.º ano, o seu aproveitamento é oscilante: reprova no 7.º (negativa a Biologia, Físico-Química, Matemática e Educação Visual e Tecnológica) e melhora as notas no 9.º. A Matemática era a sua pior disciplina quanto a resultados e o Inglês a melhor. “Mau negócio” para quem queria ser Piloto de Aviões. Contudo, por acalentar esse sonho, escolhe o agrupamento 1 (Científico-Natural) e acaba o ano com negativa às pendulares Matemática e Físico-Química. O resto foram 10 e 11 valores. Deparou-se com uma desadequação entre a profissão desejada e o trilha disciplinar e curricular necessário para a atingir. Passou de ano sofrivelmente e decidiu mudar para o agrupamento quatro (Humanidades). Nessa segunda tentativa, por já ter concluídas algumas disciplinas no ano anterior, acreditou que facilmente teria sucesso e que o ano lectivo estaria garantido, faltando muito às aulas. Acabou por reprovar por esse motivo. E também porque cobiçava os bens materiais que os seus conhecidos possuíam. A escola enquanto investimento para o futuro não conseguiu concorrer com as necessidades de investimento sentidas durante a juventude. O impulso sincrónico de ter enfraquecia a opção estratégica de aprender.

A chamada para o serviço militar estava iminente e Pedro acabou por se alistar voluntariamente na Escola de Tropas Aerotransportadas. Aí aprendeu a cozinhar e a manejar armas, mas sentiu a falta da família e do Algarve, e regressou. Arrependeu-se, pois devido a mudanças na carreira militar poderia ter ficado efectivo no Exército. De qualquer forma, na altura, Pedro pensava ter mais portas abertas no mercado de trabalho. Durante dois anos ficou sem emprego certo. Através da irmã conseguiu trabalhar como aprendiz de electricista – a experiência durou um mês e meio, pois Pedro sentiu que não estava a receber a formação adequada. A experiência seguinte foi numa fábrica de cortiça, através de um amigo. Trabalhou aí três meses com contrato a termo, oito horas por dia, €520 mensais. Entre os 16 e os 17 anos, durante as férias escolares, já tinha trabalhado em dois locais: no Mc Donald’s (a mãe foi com ele à procura de emprego) e na construção civil.

Actualmente tem um contrato de seis meses com a Câmara de São Brás do Alportel, renovável até dois anos. Recebe cerca de €500, dependendo das horas extra que faz, pois quando trabalha horas a mais opta por não ser compensado em folgas, mas sim em dinheiro. Trabalha sete horas por dia em regime de turnos.

Tem uma namorada há quatro anos mas ainda vive em casa dos pais. Pedro não paga alimentação e não tem os gastos de quem vive já na sua própria casa.

O jovem traça alguns planos para o futuro, embora nalguns casos o traçar não passe de um esboço (acabar o 12.º, ir para a universidade ou, embora com um nível de certeza mais elevado, tirar a carta de condução para ser camionista), enquanto noutros o risco é carregado (guardar dinheiro durante um ano para fazer «vidinha de solteiro» depois de sair de casa dos pais e antes de ir viver com a namorada). É interessante que relativamente a este período intermédio de experimentação – o ano de solteiro – Pedro se mostre decidido quanto à sua realização. No que toca aos projectos escolares, e mesmo profissionais, já não é assim. A realização pessoal passa mais por outro tipo de experiências, conhecimentos, nomeadamente experiências associadas ao gozo da juventude, ao período existencial anterior ao casamento. Tal como os percursos escolares, também a vida de solteiro é um investimento. Porém, não está em questão a aquisição de recursos destinados ao sucesso no mercado de trabalho, mas sim a necessidade de provar experiências típicas de um período característico da vida. A passagem para a vida adulta depende da experimentação da juventude num contexto de autonomia face a agentes condicionadores desta – os pais e a namorada. Neste sentido, embora ao nível da relação com a escola e com os saberes escolares exista como que uma cláusula trajectorial aberta, no que toca à necessidade da vidinha de solteiro existe uma clara planificação e racionalização trajectorial. Desvaloriza-se, na prática, a importância da escola enquanto elevador social, enquanto veículo de alocação social e valoriza-se a juventude e as suas ofertas enquanto tempo existencial.

Todavia, também é verdade que a juventude enquanto fase de transição é vista por Pedro como um momento de investimentos profissionalizantes. Ele fala na importância de fazer currículo, na carta de condução. A questão não é, portanto, a de representar a juventude como uma fase exclusivamente dionisíaca ou de liberdade. Das palavras de Pedro percebe-se que ele concebe esta fase de transição para a vida adulta como momento privilegiado para fazer esses dois tipos de investimentos. Por um lado, existe um ensejo de viver as experiências que o presente tem para dar – e tem para dar aos jovens, por outro, a juventude é também uma etapa de preparação do futuro. Neste contexto, a importância da escola na preparação do futuro é desvalorizada por Pedro. Os conhecimentos escolares por si detidos não o ajudaram a encontrar trabalho. O que é valorizado são as características individuais e a sua experiência. Quando refere que se arrepende de ter desistido da escola, fá-lo porque tem pena de ter perdido a dimensão convival e festiva que marca a passagem pela universidade. Deixa algumas sugestões: aumentar o tempo mínimo dos contratos de trabalho; diminuir a facilidade que os empregadores têm em despedir os trabalhadores; criar um IEFP especializado: “(...) *uma das coisas que eu acho que se devia pensar era um centro para jovens inexperientes, que nunca tiveram experiência no trabalho e que querem trabalhar. Era o que eu lhe pedia.*”

#### 4.2 QUANDO A ESCOLA NÃO CONSEGUE ATRAIR

Tem-se vindo a referir que nas suas trajectórias escolares os entrevistados se confrontaram, quase todos, com experiências de reprovações e fracos resultados escolares. Esse é o lado objectivo, estatístico, do insucesso escolar. Qual a associação entre esse tipo de aproveitamento e a forma como os entrevistados se relacionavam com a escola, com os seus conteúdos e com o modo como se representam enquanto alunos?

A quase totalidade dos entrevistados considera que foi um aluno/a “*médio/a*”, “*razoável*”, “*nem bom nem mau*”, “*assim, assim*”. Esta auto-avaliação resulta da confrontação entre a capacidade que pensam ter para aprender e o investimento que faziam na aprendizagem, isto é, embora afirmem que estavam cognitivamente capacitados para vingar no contexto escolar, elevar-se acima da mediania e afastar-se das classificações negativas, não tinham vontade para o fazer. Podiam ser bons alunos, mas não estavam dispostos a fazer o esforço necessário para melhorar os resultados escolares. Ora, a disposição para investir na aprendizagem escolar é em boa parte mais uma propensão para agir influenciada pelas posições sociais das famílias dos jovens, dos respectivos grupos de pertença e das disposições mentais associadas, do que uma pura vontade de acção (Bourdieu e Passeron, 1970). Esforça-se na escola e pela escola quem aprendeu deste sempre que vale a pena fazê-lo e quem está disposicionalmente mais apto a aprender. Correr por gosto não cansa.

De facto, a forma como estes jovens concebiam a frequência escolar demonstra que, por não gostarem da escola e dos seus saberes (cada um dos entrevistados tinha, porém, uma ou duas disciplinas predilectas), frequentavam-na superficialmente, deslizavam nela sem penetrar no seu universo de conhecimentos e sem aspirar a ter um aproveitamento elevado na relação com esse universo.

“Era um aluno médio... só não fui muito bom aluno porque não tinha ninguém que puxasse por mim, porque eu não era muito exigente comigo próprio. Bastava passar o ano, era o quanto baste.”

*Daniel, 12.º ano incompleto, telefonista no exército, 25 anos*

“Era um aluno aceitável, estudava era pouco. Mas quando me aplicava até conseguia passar. Nunca fui de tirar notas altas, as minhas pautas eram quase todas corridas a três, excepto às que disse que tinha dificuldade. Essas geralmente eram sempre vermelhas...”

*Célio, 9.º ano completo, operador de máquina de embalar, 29 anos*

“Na altura ia (à escola) porque todos iam.”

*Teresa, 9.º ano concluído, tarefeira, 25 anos*

“Nunca fiz planos do estilo ‘vou seguir economia para ser gestora no futuro’, isso não. Preocupava-me em passar o ano e pouco mais.”

*Carolina, 9.º ano completo, empregada fabril, 22 anos*

Daniel não tinha quem o incentivasse a estudar mais, deixava-se ir andando sem procurar outra coisa que não fosse passar o ano. A disposição para pouco apostar na formação escolar exprime o afastamento do aluno face à escola no presente, mas também está associada ao facto de muitos destes indivíduos não terem sonhado com uma profissão futura e assim não conceberem a escola como um meio decisivo para atingir esse tipo de metas. Aliás, quase todos os entrevistados que decidiram seguir o agrupamento de Humanidades, quando chegaram ao ensino secundário, fizeram-no por razões estranhas à prossecução de objectivos profissionais ou à vontade de satisfazer gostos disciplinares, temáticos. Muitos dizem que optaram pela área de Humanidades para “fugir” à Matemática, outros porque não se queriam separar dos amigos.

O insucesso escolar, contudo, contribuiu para que alguns entrevistados hipotecassem sonhos profissionais, ao mostrar-lhes que o caminho para lá chegarem era demasiado exigente para eles.

T: Quando uma pessoa é mais nova acho que tem aquele sonho de vir a ser aquilo e sei lá mais o quê. Mas depois vai crescendo e vai-se conformando com a realidade. Então é ver e procurar... ‘ai é aquilo’... vês o que é melhor e contentas-te com aquilo. Não tens assim agora grandes sonhos... olha eu gostava de ter sido advogada, mas não... era uma situação... só até ao meu 7.º ano eu pensava nisso, mas depois...

E: Mas porque é que aí desististe do sonho?

T: Porque até ao 7.º ano fui vendo que não era assim grande coisa para a escola. E depois fui

vendo a realidade das coisas... como isto é...

E: Afastas completamente a possibilidade de agora fazeres um esforço e...

T: ... Acho que sim, acho que está completamente de parte.

E: Mas porquê?

T: Eu vou-te ser sincera: eu acho que não tenho assim muita cabeça para estar na escola agora. Antes era assim... vi que não conseguia.

E: Mas não tens cabeça como?

T: Não é que... se calhar não me esforço é o suficiente, mas... não sei, queria era sair e arranjar trabalho, qualquer coisa.”

*Tânia, 10.º ano incompleto, desempregada  
(na sua última profissão trabalhou como rececionista), 22 anos*

Até ao 7.º ano, quando reprovou pela primeira vez, Tânia alimentou o desejo de ser advogada, mas o insucesso escolar acabou, porém, por dissuadi-la do sonho profissional; ajudou a convencê-la que esse era um objectivo cuja concretização lhe estava vedado devido às suas alegadas incapacidades intelectuais e à pouca vontade para nele investir. O fracasso fez com que a jovem se “conformasse com a realidade”, tornou-a realista, fê-la ver que talvez não estivesse à altura do desafio.

A capacidade para fazer face a este desafio tende a reduzir-se quando o investimento escolar diminui e o interesse é canalizado para um conjunto de práticas conviviais e lúdicas concorrentes com a frequência das aulas, por exemplo, “faltar às aulas para ir jogar futebol” ou para “passear”. Este tipo de relação com a escola, em que se busca acima de tudo prosseguir para o ano seguinte e no qual a dimensão convivial é hipervalorizada, funciona ela mesma como fundamento do insucesso escolar e de fenómenos de desmoralização dos alunos.

“Reprovei dois anos, no 8.º e no 11.º. Não diria que tinha dificuldades. Naquele tempo, no 8.º ano, era mais baldas, não me aplicava muito. Depois no 11.º reprovei por dificuldade mesmo...”

*Idálio, 11.º ano incompleto, montador de cortantes, 22 anos*

“Não me aplicava, quando começavam a aparecer as negativas no primeiro período começava a baldar-me às aulas.”

*Leonardo, 9.º ano concluído, operador de máquina de imprimir, 18 anos*

Mesmo os que afirmam que não sentiam dificuldades ao nível da aprendizagem, mas que reconhecem que não ocupavam muito do seu tempo a acompanhar regularmente as aulas e a estudar, acabaram por sentir dificuldades quando a exigência do ensino se avolumou. Leonardo, por seu lado, não se aplicava e as classificações negati-

vas daí decorrentes levavam-no a não se aplicar. Percebe-se a lógica marcadamente reprodutiva e dialéctica da relação entre desinteresse face à escola e insucesso escolar. O facto de um aluno se considerar a si próprio como “*baldas*” pode ser analiticamente conceptualizado como variável explicativa e explicada do insucesso escolar.

Porém, este tipo de atitude perante a escola nem sempre decorre de um historial de insucessos ou de aproveitamento mediano. A forte acumulação de conhecimento em níveis iniciais de ensino, por reduzir o nível de dificuldade dos desafios escolares que se colocam no curto prazo aos alunos que têm esse tipo de trajecto, pode também favorecer a perda de hábitos de estudo e o progressivo afastamento face às demandas escolares.

“A: A evolução foi assim: a primária foi muita boa, tive uma professora excelente, tive uma aprendizagem se calhar mais evoluída do que o normal. Cheguei ao 5.º, 6.º ano praticamente não tinha de estudar nada, a não ser Inglês, que um gajo não dá na primária. De resto estava muito à frente, praticamente não tinha de estudar nada para tirar cinco e quatro. Então fui-me habituando assim, pegava no livro meia hora antes do teste.

E: Então e no 9.º?

A: No 9.º já era três, quatro...

E: Foste perdendo embalagem...

A: Pois, nunca aprendi assim a estudar.”

*André, 12.º ano incompleto, vendedor, 26 anos*

André não precisava de estudar porque veio bem preparado do 1.º ciclo do ensino básico, tinha as bases disposicionais bem calibradas, e esse facto permitiu-lhe viver à custa do conhecimento anteriormente incorporado. No fundo, como ele próprio diz, “*deu-se ao luxo*” de deixar de trabalhar e viver do rendimento dos saberes capitalizados na “escola primária”. Habituou-se a não estudar e no 10.º ano não conseguiu transitar para o ano seguinte. Esgotados os recursos acumulados, as actividades escolares passaram a constituir-se como um desafio demasiado exigente para um aluno que não reponderou os seus métodos de estudo. O abandono (provisório) do ensino secundário foi o resultado.

Os entrevistados atrás apresentados têm em comum o facto de relacionarem o insucesso que obtiveram na escola com a alegada pouca vontade que afirmam ter tido para triunfar. Todavia, nem todos os que foram ouvidos revelam esse tipo de confiança na sua capacidade individual para ter êxito no contexto escolar.

“S: Há pessoas que têm mais facilidade de aprender, eu tinha menos de aprender, ‘tás’ a ver? Por muito que eu... estudava, estudava, estudava... eu não tinha uma pessoa que me ajudasse. Eu vinha para casa e os meus pais, coitados, tiraram a 4.ª classe, já muito antiga, o 5.º ano...

eles não percebiam nada. Porque agora hoje há mais acompanhamento nas escolas. Antigamente não. Eu vinha para casa, estudava, estudava, era muito... a cabeça não dava para chegar... porque precisava de um acompanhamento que me ajudasse mais, e isso não tive.

E: Não havia essas coisas na Escola?

S: Não, nada.”

*Sandra, 7.º ano concluído, empregada doméstica, 30 anos*

Embora se esforçasse, Sandra não conseguia fazer face às exigências da escola. Ainda que a sua vontade lhe indicasse o caminho do estudo e do investimento escolar, não conseguia rentabilizar no mercado escolar esse esforço. Ela avança com duas razões explicativas e imbrica-as uma na outra. Não estaria cognitivamente habilitada para ter sucesso na escola, não tinha capacidade intelectual para debater-se com as dificuldades que esta instituição lhe colocava. Mas não estava habilitada porque não tinha acompanhamento em casa e na escola. A visão de Sandra afasta-se das concepções naturalistas da inteligência e aproxima-se da perspectiva sociológica. A sua “*cabeça não dava*” porque quando necessitava “*não tinha acompanhamento*”. Completando a ideia, poderia acrescentar-se que o facto de os seus pais não a conseguirem ajudar num momento precoce da sua trajectória escolar é altamente significativo para se explicar as necessidades de acompanhamento por ela sentidas. Os fracos recursos escolares dos pais de Sandra impossibilitaram-nos de a sintonizar com os desafios escolares que tinha de enfrentar num patamar escolar iniciático e impediram que, no processo de socialização familiar, lhe fossem transmitidas disposições operativas para a sua harmonização com as exigências escolares.

Sandra chama a atenção para a questão do acompanhamento de que os alunos necessitam fora das aulas e, nomeadamente, no exterior da escola, o que remete para uma reflexão e problematização acerca da prática dos “trabalhos de casa”. De facto, um aspecto evidenciado nas entrevistas reporta para os investimentos escolares realizados em casa. Raros são os que dizem que costumavam estudar de forma continuada fora da escola e das salas de aulas, não contando com os que frequentaram explicações. Por exemplo, poucos faziam os chamados trabalhos de casa, práticas escolares de aprendizagem realizadas em contexto familiar. Ora, na generalidade das situações, como em capítulo anterior já se pôde constatar, os pais destes alunos são possuidores, muitos deles, de recursos escolares bastante baixos. E este tipo de disposições funciona como um duplo motivo de falência do trabalho de casa: convívência de quem pouco estudou e, frequentemente, valoriza pouco o estudo, com quem não tem vontade de estudar; incapacidade dos primeiros para ajudar os segundos. Obviamente, existe uma terceira razão, mais subtil e silenciosa, que decorre da formação social das disposições de classe e a sua relação com a cultura e os objectivos da escola. No fundo, trata-se da formação da vontade de estudar (Bourdieu e Passeron, 1970; Benavente, Costa, Machado e outros, 1987; Sebastião, 2007). Por outro lado, poucos são os que frequentaram explicações, já que, também ao nível dos recursos económicos, são provenientes de famílias desfavorecidas.

Os trabalhos de casa contribuem, assim, para agudizar os efeitos que o lugar de classe produz no desempenho que os alunos têm no contexto escolar, pois o investimento que é suposto ser feito fora da escola afasta ainda mais quem lá dentro já corre em esforço e que em geral demonstra pouca vontade de correr.

As estratégias pedagógicas usadas pelos professores, e questões de natureza organizacional no sistema de ensino, servem também como focos de afastamento dos alunos face ao espaço escolar, de forma mais ou menos intensa, de acordo com a maior ou menor proximidade social que eles têm com a cultura e os desígnios da escola.

“Certos e determinados professores... a maneira como nos obrigavam a estudar. Para mim é assim... um professor tem que não só ensinar a matéria, mas tem que ensinar a matéria de uma forma empática com os alunos... transmitir aquilo de alguma forma... não é despejar matéria. E quando temos professores que não sabem diferenciar uma coisa da outra... chegam ali e despejam matéria... quem aprendeu, aprendeu, quem não aprendeu, não aprendeu. Se calhar os marrões... aqueles que estão sempre a olhar apontam tudo... mas temos que ver que temos ali vinte ou vinte e cinco pessoas na sala e que não são todos iguais. E que uns precisam de ser cativados de uma maneira e outros de outra. Não se quer com isto dizer que uma professora gosta mais de um ou de outro. Mas também não dá, numa aula com vinte e cinco alunos. As aulas são de cinquenta minutos, são dois minutos por aluno. Aqui vai também um bocado do mal do nosso sistema de ensino. Se calhar não é o melhor. Se calhar quando estamos a falar em ensino privado há uma dedicação maior...claro que ali também recebem mais. É tudo um bocadinho à volta disto.”

*Francisco, 12.º ano incompleto, vendedor de automóveis, 26 anos*

“O mal está no modo como os ‘prófes’ organizavam as aulas, tínhamos que dar tudo... era a única preocupação deles. Quem conseguisse acompanhar conseguiu, quem não conseguiu... azar! Era mesmo assim... depois nós, claro, éramos novos nem sequer sabíamos dar valor à escola... hoje se calhar...”

*Célio, 9.º ano completo, operador de máquina de embalar, 29 anos*

“Hoje em dia os professores... eu penso assim... os professores ‘tão’ lá... é assim... metem, escrevem no quadro, percebes? Ninguém diz nada, apagou, continuou (...) Podiam inovar um bocadinho na maneira de darem as aulas (...) Fazer coisas novas, não estar sempre a fazer a mesma coisa (...)”

*Fábio, 6.º ano concluído, desempregado (na sua última profissão trabalhou como montador de cortantes), 20 anos*

“O sempre ter tido turmas grandes, as minhas turmas nunca tiveram menos de trinta pessoas... no máximo tive trinta e duas pessoas numa turma... a falta às vezes, não de paciência, mas de formação por parte dos professores, o contínuo crescimento de livros todos os anos, o facto de chegarmos ao final do ano e termos dado metade de cada um e depois a partir do 10.º ano, com as provas globais e os exames, termos de estudar um livro inteiro sozinhos, sem tópicos, sem nada, porque os professores davam aquilo que mais lhes interessava ou que achavam que era mais difícil para o aluno estudar sozinho. Mas no fundo o aluno a estudar sozinho é sempre tudo difícil.”

*Ana, 12.º ano incompleto, assistente de produção, 26 anos*

Embora a relação do aluno com a escola seja em boa medida influenciada por razões estruturais que antecedem a sua entrada nesse contexto institucional, existem aspectos de cariz ambiental, curricular e comunicacional que assumem uma importância considerável nos processos de integração escolar. A forma como o conhecimento escolar é transmitido parece ser, por si, uma dimensão fundamental para a compreensão da desmotivação sentida por alguns alunos face ao universo de conhecimentos disponibilizados na escola. Mas, tal como é referido por Francisco e Ana, o processo de ensino é condicionado pelas características do meio ambiente, na turma ou na escola em geral, e pela natureza dos próprios currículos, o que será gerador de dificuldades de comunicação e aproximação entre docente e aluno.

Ana chama a atenção para a dimensão exagerada dos currículos no ensino secundário e afirma que tal implica que os alunos se vejam obrigados a assimilar matérias sem acompanhamento do professor. A extensão dos programas, por criar condições para que o aluno se relacione com as matérias sem a intermediação do docente, pode funcionar como um mecanismo que reforça a lógica meritocrática do ensino e as desigualdades de aproveitamento a ela imanentes.

Por outro lado, num ensino massificado, com turmas demasiado grandes, os professores terão dificuldade em pessoalizar relações, sintonizar o registo da transmissão de conhecimentos com as capacidades diferenciadas de aprendizagem. Limitam-se a “dar a matéria”, cumprem o programa, em geral extenso. E parecem fazê-lo a um ritmo que não espera por quem tem de a aprender. O aluno que a “apanhe”. Novamente aqui se coloca o problema da incapacidade sentida pelos alunos disposicionalmente mal preparados para, nas aulas, incorporarem conhecimentos com a mesma facilidade de outros com proveniências sociais de latitude superior (lembramos que esta população é em geral originária de famílias com poucos recursos escolares). A “empatia” de que fala Francisco subentende a adequação do teor do conteúdo ensinado às características disposicionais do seu receptor, que determinam a maior ou menor facilidade na aprendizagem, bem como a maior ou menor vontade em aprender.

Nada é mais impessoal do que ensinar nos limites impostos pelas balizas do quadro da sala de aula. O conhecimento é exposto nesse espaço e cada um fica com o ônus de o tornar inteligível. “*Ninguém diz nada. Apagou*”. Ensina-se de forma estandardizada alunos que têm ritmos de aprendizagem diferentes.

Associada a esta questão está o problema da inovação nos processos de ensino. Anseia-se por métodos e estratégias mais estimulantes e adequadas, capazes de aproximar os alunos da cultura, dos objectivos escolares e da complexidade do conhecimento transmitido. As entrevistas indiciam que grande parte dos indivíduos ouvidos sentiam dificuldade na aprendizagem, mas ao mesmo tempo desinteresse pelo que é ensinado na escola. Por isso a relação com o professor se torna tão importante e funciona como uma dimensão catalizadora fundamental na aproximação ou ruptura com a instituição escolar.

“Só de um professor é que não gostei, que foi um de Matemática, porque era tipo sargento. Não podias rir, não podias fazer nada, tinhas que olhar mesmo para o quadro todo o dia (...) Porque, tipo, o professor chegava muitas vezes... as pessoas estavam a fazer barulho, a falar, e pah, pah, pah, e a fazer distúrbios na sala, ele chegava e dizia: ‘olha, tu, tu e tu vão para a rua e daqui a meia hora estejam aqui à porta que eu não vos marco falta’.  
(...) Às vezes lá calhava um quatro, mas era a História ou coisa assim, porque também tive uma professora de Português e de História no 5.º ano, que eu adorava elas. Eram umas ‘stôras’ mesmo excelentes. Elas metiam conversa com a gente, ela às vezes falava do filho dela.”

*Fábio, 6.º ano concluído, desempregado (na sua última profissão trabalhou como montador de cortantes), 20 anos*

A repulsa face à interacção formal, e às estratégias accionadas pelo professor para os excluir das aulas, contrasta com a adesão a formas de relacionamento mais personalizadas, intimistas até, entre professores e alunos. Esse parece ser um factor decisivo na cativação destes alunos e no aumento da criação de mecanismos que contrariem lógicas centrifugadoras, aparentemente tão presentes no sistema escolar.

A motivação dos alunos está também associada a aspectos de índole substantivo. Até que ponto a escola tem a plasticidade necessária para conseguir oferecer ensinamentos mais próximos dos conteúdos desejados pelos discentes? De facto, alguns destes jovens referem que não encontraram na escola a possibilidade de aprender e aprofundar conhecimentos em áreas desejadas pelo seu gosto pessoal.

“Eu, eu gosto de informática. Tudo o que eu sei de informática, aprendi tudo à minha custa. Aprendi tudo comigo, ia mexendo e coiso... Na escola, nunca tive nada. Se calhar, era uma coisa que eu podia, potencialmente, ir estudar, se calhar.”

*Alberto, 10.º ano incompleto, electromecânico de electrodomésticos, 22 anos*

“Eu sempre gostei de aprender, o conhecimento só nos enriquece, mas nunca gostei de ser obrigado a aprender o que os outros acham que é melhor, por isso é que, no fundo, nunca gostei da escola. A partir do 8.º ano deviam ser os alunos a escolher as disciplinas que querem.”

*Guilherme, 12.º ano incompleto, vigilante, 29 anos*

Alberto e Guilherme criticam a lógica impositiva e fechada do currículo escolar. O que está em causa é a possibilidade de um tipo de interação virtuosa entre os objectivos a atingir pelo currículo escolar e os gostos e interesses dos alunos, que permita à escola tornar-se mais interessante, atraente e participada no que aos processos de ensino-aprendizagem diz respeito.

Anteriormente foi exposta a posição crítica de Ana face à amplitude excessiva das matérias leccionadas em cada disciplina no ensino secundário. Para Gabriel o problema das disciplinas nesse patamar de ensino não tem a ver com a dimensão dos programas de cada uma delas, mas sim com a vocação demasiado ampla, generalista do currículo no ensino secundário.

G: Em Portugal tu especializas-te, mas é mais a partir do 10.º... quer dizer, é mais a partir da universidade. A minha irmã só se começou a especializar na área que queria a partir da universidade. Também tens de ter um *background*, mas em Portugal o *background* é muito grande mesmo. São doze anos a estudar. Há horas que tu não vais aplicar para ti, não vais aplicar na tua vida profissional, não vais sequer lembrar-te. Estás a perder tempo, podias estar a especializar-te na área.

E: Quer dizer que algum grau de generalidade das disciplinas do Secundário empurrou-te para fora da escola... querias coisas mais específicas...

G: Sim, eu queria especializar-me na área. Coisas ligadas ao turismo ou... se fosse línguas era várias línguas, áreas em que aprendesses modos de estar e de falar como deve de ser. Acho que isso é que era uma especialização como deve de ser. Como se deve falar, quais os métodos desse país, o que é tu podes falar e o que é que tu não podes falar, como tu deves estar e como tu não deves estar. Acho que isso é que devia ser. Acho que era assim que a escola devia funcionar. Se fosse uma área de línguas... até ao 9.º ano é a base. Acho que aí tudo pode ser em geral, podes ter de tudo um pouco. Mas a partir do momento em que tens de escolher qual é a área que queres, aí tem de começar a especialização. Digo eu, não sei.”

*Gabriel, 10.º ano incompleto, empregado de mesa, 20 anos*

O cariz demasiado generalista que encontra no ensino secundário terá, assim, afastado Gabriel da sua órbita, por esse currículo ser desadequado face às exigências do mercado de trabalho. Ele queria especializar-se e aprender conhecimentos profissionalizantes. Por não os ter obtido afastou-se de uma escola que não atraí.

## Ana

Ana tem 26 anos e vive em Odivelas. Nasceu em Évora e lá fez grande parte do seu trajecto escolar. Filha de uma costureira e de um auxiliar da administração pública, estudou até ao 12.º ano, não o tendo completado por falta de aprovação a uma disciplina.

Afirma nunca ter gostado de estudar. Enquanto frequentou o ensino primário, contou com a ajuda da mãe para ter bom aproveitamento escolar. Teve alguns problemas de dicção que implicaram um acompanhamento especial por parte da família e da escola e que acabaram por ser superados.

Embora nunca tenha reprovado, constam do seu trajecto escolar negativas frequentes a Matemática e Físico-Química. Ana chegou inclusivamente a ter aulas de apoio a Matemática, por parte de um professor.

Sempre gostou de teatro e de representação. Durante o ensino secundário, fez parte de um grupo de teatro, a funcionar numa outra escola da região. Por este motivo, no 11.º ano chegou a tentar mudar para esta outra escola, porém sem efeito.

Desistiu de continuar os estudos no 12.º ano. Desmotivada com os resultados à disciplina de Alemão, decidiu começar a trabalhar.

Nunca trabalhou durante os anos em que frequentou a escola, mas começou desde cedo a vender bijuteria feita por si, para “*ganhar alguns tostões*”. Tinha também tido uma pequena experiência de trabalho no cabeleireiro de um amigo, durante um período de férias escolares. Desta experiência guarda más recordações; diz ter sido “*escravizada, ostracizada, humilhada*”. Ganhava entre €10 e €20 por semana, trabalhava das 9h30 às 21h, de 2.ª feira a sábado, e realizava todo o tipo de trabalho: limpezas, reposição, atendimento.

O seu primeiro emprego prolongado acabaria por ser numa loja de roupa. Com 18 anos, começou por ter um primeiro contrato, de seis meses, a que se seguiu um contrato de um ano. Auferia o salário mínimo nacional, acrescido de comissões. Segundo diz, este modo de pagamento era um forte incentivo para que vendesse mais. Trabalhava das 9h30 às 12h e das 14h às 19h, seis dias por semana. No entanto, depois do fecho da loja, tinha que ficar a fazer a limpeza, acabando por trabalhar horas que não eram remuneradas.

Terminado este contrato e descontente com o último emprego, Ana foi trabalhar para Lisboa. Inicialmente, começou por vir acompanhar a irmã, que se tinha inscrito num curso de manequins. Foi por seu intermédio que conheceu a agência de figuração onde trabalha actualmente. Começou por fazer figuração e, mais tarde, para ocupar o lugar de uma pessoa que tinha saído da empresa, é contratada como assistente de produção.

As suas funções actuais envolvem a marcação de figuração e *castings* e a gestão das carreiras dos actores e modelos. Trabalha das 10h às 13h e das 15h às 19h, mas por vezes trabalha aos fins-de-semana. Tem um contrato sem termo e ganha entre €600 e €700 mensais.

Está na empresa há seis anos e considera que, dentro da empresa, já atingiu o limite em termos de progressão profissional. Neste momento, está a frequentar o ensino recorrente com o objectivo de terminar o ensino secundário e ingressar no ensino superior. Pensa obter um curso na área de comunicação ou jornalismo, com o objectivo de enriquecer o seu currículo e de progredir na área em que trabalha.

Recomenda aos jovens que estudem; que não abandonem o sistema de ensino.

## Célio

Célio tem 29 anos de idade, é operador de máquina de embalar no armazém de uma fábrica de brinquedos. É natural do Porto, onde reside. Solteiro, vive na freguesia de Francos.

Do seu percurso escolar constam três reprovações: no 4.º, 5.º e 9.º anos do ensino básico.

As disciplinas a que sentiu maiores dificuldades foram Português e, a partir do 7.º ano, Matemática, Francês e Inglês.

Na análise que faz do seu trajecto escolar, considera-se um aluno “*aceitável*”, sublinhando a preponderância de três valores nas pautas de avaliação, aos quais se somavam resultados negativos a Matemática e Português.

Após a conclusão do 9.º ano, e devido a problemas pessoais dos quais não quis falar, viu-se obrigado a começar a trabalhar.

Da extensa lista de empregos por que já passou, só guarda a memória de ter desempenhado a função de empregado de armazém e do vínculo contratual nunca ter deixado de ser sob o regime de trabalho temporário.

No actual emprego espera que a “*sorte*” mude. Foi a única vez que não recorreu ao jornal – meio que elegeu como privilegiado após ter tentado o IEFP sem qualquer resultado até ao momento – tendo-lhe este emprego sido sugerido por um colega que já trabalhava para os mesmos patrões. Está confiante de que, pela primeira vez, verá assinado um contrato sem termo. Este seu optimismo aflui, unicamente, da relação que tem com os colegas de trabalho e com alguns dos seus chefes com os quais mantém uma relação amigável. Sente-se integrado na equipa, valorizando esse aspecto acima de qualquer outro.

Descreve-se como uma pessoa que aceita o destino como este se lhe tem apresentado, sem fazer grandes planos, postura que adopta quer para a sua vida profissional, quer para a sua vida pessoal.

No seu currículo conta ainda com uma inscrição num curso de carácter profissional em canalização e instalação de rede de gás, administrado por uma instituição não governamental. Nunca chegou a terminar o curso por se ter desiludido com o perfil de formação adoptado. Esperava receber uma formação que contemplasse uma profunda aquisição de saberes pela via da formação prática e simultaneamente facultasse a inserção no contexto de trabalho; na realidade, deparou-se com uma forte componente teórica, da qual dizia estar cansado.

## Fábio

Fábio tem 20 anos e vive na Amadora. Os pais estão separados e Fábio vive com a mãe. Ambos com a 4.ª classe, o pai trabalha numa pastelaria e a mãe é porteira.

Nasceu no Alentejo e mudou-se para Lisboa quando tinha seis anos, o que adiou a sua entrada na escola. Recordar-se com clareza do seu primeiro dia de aulas. Pela primeira e única vez, foi levado pelo pai à escola: *“Era um bocado longe e o meu pai só me levou uma vez à escola. Disse: ‘Este é o caminho que deves fazer todos os dias’, e deixou-me ao pé de um poste e tudo, que eu lembro-me, e depois pronto, nunca mais me levou nem nada. Fui sempre sozinho. Passar passadeiras e estradas, e isso tudo...”*

As disciplinas de que mais gostava eram História, Ciências e Educação Física. Não gostava de Matemática, *“... como a maior parte dos portugueses”*.

Pelo facto de ter iniciado a sua trajectória escolar mais tarde, o seu círculo de relacionamentos na escola incluía sobretudo alunos mais velhos. Lembra-se de roubar e copiar os testes dos melhores alunos e de ameaçá-los para que não o delatassem.

Reprovou no 6.º ano e desistiu da escola no 7.º. Não clarifica os motivos que o levaram a sair da escola. Diz apenas que teve *“uns problemas”* com uns colegas que, aliados à sua desmotivação, insucesso escolar e despesas dos pais em educação, acabaram por ser determinantes na hora de optar pela saída.

Antes de sair da escola, Fábio tinha já trabalhado com os avós, no campo, mas não era pago por isso. Tinha também trabalhado com um tio, na construção civil, mas devido a desentendimentos com colegas, acabou por sair.

O primeiro trabalho permanente que teve foi como montador de cortantes. Tinha 18 anos e conseguiu o emprego através de um amigo da mãe. Tinha um horário de trabalho rotativo; cumprindo sempre as 8h diárias de trabalho, podia entrar e sair mais cedo ou mais tarde. As horas extra eram pagas e, por vezes, trabalhava aos fins-de-semana. Ficou nesta empresa durante três anos, até que esta faliu.

Procurou emprego em diferentes locais. Inscreveu-se no IEFP e deslocou-se a possíveis empregadores. Nunca foi aceite por ter baixas qualificações.

Actualmente está a tirar um curso, numa colaboração entre o IEFP e a Santa Casa da Misericórdia. Esta formação dá equivalência ao 9.º ano.

Quando terminar o 9.º ano, espera tirar um curso profissionalizante de informática ou electricidade, com o objectivo de completar o 12.º ano.

Gostaria de voltar um dia à sua terra natal, no Alentejo, e abrir uma loja de informática, conciliando assim uma paixão pessoal com a necessidade de modernizar a terra onde nasceu.

Todavia, nesta altura, para o Fábio, *“tudo o que vier à rede é peixe; o que vier é sempre bem-vindo”*. Ainda sofrendo de dores nas costas – represálias do trabalho como montador de cortantes, onde pegava pesos muito elevados – o dinheiro não assume o valor mais importante. Em vez disso, dá prioridade às condições de trabalho, preferindo um trabalho sentado, que não envolva esforços na coluna, e um bom ambiente de trabalho.

Futuramente, espera iniciar uma vida a dois com a namorada, embora reconheça que isso dependerá directamente de uma boa inserção profissional.

## Idálio

Idálio é natural de Ermesinde, onde reside com os pais. Tem 22 anos, é solteiro e trabalha há aproximadamente quatro anos como montador de cortantes numa empresa de artes gráficas.

A mãe é doméstica, nunca exerceu qualquer actividade remunerada e o pai é montador de cortantes na mesma empresa em que Idálio trabalha.

Frequentou o ensino formal até ao 11.º ano com duas repetições. Uma no 8.º e outra no 11.º ano. Descreve-se como aluno razoável, mas “*baldas*”, razão a que atribui as causas do seu primeiro insucesso. Diz que se estudassemos (actividade que fazia quase sempre sozinho, à excepção dos trabalhos de grupo) conseguiria bons resultados. Na segunda reprovação, atribui as causas do fracasso ao grau de dificuldades que sentiu com Geometria Descritiva e Filosofia, disciplina em que a negativa era tida como certa, por mais que se esforçasse.

O pouco investimento nos estudos e as dificuldades encontradas na área que escolheu no 10.º ano (Artes), levaram-no a reflectir sobre a hipótese de abandonar os estudos e começar a trabalhar. Os pais tentaram dissuadi-lo, porém, em vão.

Teve a sua primeira e única experiência profissional, como assalariado, aos 19 anos através da ajuda do pai que lhe arranhou vaga como montador de cortantes, na empresa onde trabalhava.

No que concerne à adequação do modelo de ensino às exigências do mercado de trabalho, diz não serem muito coerentes. Idálio tem uma opinião positiva relativamente à escola e aos conteúdos transmitidos pelas respectivas instituições educativas, mas quando voltar a estudar (coisa que pensa vir a fazer mais cedo ou mais tarde) diz dar preferência aos cursos de formação profissional, uma vez que só aí vê a oportunidade de enriquecer as suas qualificações no que diz respeito a formações vocacionadas para áreas que pretende desenvolver no futuro. Espera, se lhe derem as condições necessárias, progredir na empresa e ingressar nas áreas de desenho, controlo e qualidade do produto, nas quais a empresa tem facultado formação profissional.

Dentro da empresa diz gostar de tudo o que faz. Para além de montar os moldes de corte das caixas, quando é preciso auxilia e/ou substitui um outro colega encarregue do programa de desenho dos moldes, com quem teve formação na área.

A estabilidade é o aspecto que mais valoriza na actual situação profissional. Tem uma boa relação com os colegas de trabalho, tem um contrato de trabalho sem termo, e prevê, optimista, a possibilidade de progressão na carreira, factor que determinará a sua permanência na empresa por mais tempo.

Caso essa situação não se materialize, Idálio pondera a hipótese de vir a mudar de emprego. Para que tal mudança seja proveitosa, gostava, entretanto, de terminar o 12.º ano e mais tarde tirar um curso de formação na área que já vem desenvolvendo. Esta tarefa avizinha-se, no entanto, difícil, uma vez que os horários escolares são, geralmente, incompatíveis com os seus horários de trabalho.

As suas principais recomendações vão no sentido de um maior ajuste e adaptação entre escola, formação e mercado de trabalho.

## Leonardo

Leonardo é natural de Rio Tinto. Tem 18 anos, é solteiro, e vive com os pais e um irmão mais velho em Pedrouços, freguesia de Rio Tinto. A mãe, de momento de baixa médica, é costureira especializada. O pai é empregado numa fábrica (controlador de qualidade – metalomecânica) e o irmão operador de máquinas, na mesma empresa que ele. Frequentou o ensino formal até ao 7.º ano na escola EB 2-3 de Rio Tinto, e mais tarde, ainda na mesma escola, frequentou um curso tecnológico de electricista.

No seu curriculum escolar registam-se três reprovações: uma no 5.º ano e duas no 7.º ano, razão pela qual decidiu enveredar por um curso mais técnico. As disciplinas de Português e Matemática eram as que mais resistências lhe ofereciam, tendo começado a ser habituais as negativas a essas duas disciplinas, independentemente do seu esforço. Não considera ter sido um aluno aplicado; as negativas eram o motor para a sua desmotivação.

A desmotivação pela escola, a par das dificuldades financeiras dos pais, levou-o a ter a sua primeira experiência profissional com 17 anos, após ter terminado os estudos que lhe davam equivalência ao 9.º ano de escolaridade. Iniciou-se no mercado de trabalho como electricista, actividade na qual tentou pôr em prática todo o conhecimento que tinha adquirido nos três anos de curso. Esta aplicação teve, contudo, uma duração reduzida. Passados três meses foi trabalhar como operador de máquinas para a mesma empresa em que estava o irmão.

A sua experiência como operário dura há quase um ano. Desse ano Leonardo diz não ter razão de queixa – a não ser o facto de receber apenas o salário mínimo nacional. Gosta do trabalho que faz, gosta do horário (turnos) e principalmente do ambiente de respeito e amizade que vive com os actuais colegas de trabalho – aspecto que refere ter escasseado no primeiro emprego e que lhe causava um enorme desconforto.

Apesar da avaliação do seu último trabalho ser positiva, pensa mudar de ramo de actividade. Leonardo tenciona vir a tirar um curso de formação em informática e/ou em mecânica de automóveis.

### 4.3 A DESISTÊNCIA DURANTE O PERCURSO

A origem social dos entrevistados e o modo como a herança de classe se manifesta no percurso e aproveitamento escolares ajudam a compreender até que ponto a relação entre instituição e aluno se vai tornando gradualmente mais frágil à medida que as exigências curriculares se acentuam – até porque existem no interior da escola problemas de ordem organizacional, curricular e pedagógica que tendem a reforçar o afastamento de alunos interiormente dispostos a afastar-se. Viu-se, portanto, que a interacção estabelecida entre aluno e escola faz com que a permanência do primeiro na órbita desta se torne tendencialmente problemática, instável.

O insucesso escolar e o conjunto de variáveis que ajudam a explicar este fenómeno propiciam o abandono da escola, serram com profundidade a corda que liga o aluno à instituição. A falta de poder gravitacional manifestada pela escola e as trajetórias marcadas pelo insucesso, traçadas nesse contexto são estruturantes do abandono, mostram a porta de saída, criam condições para que quem está pouco disposto a estudar, facilmente se disponha a sair da escola. Interessa agora convocar outros elementos para o campo de análise, de modo a que se compreenda de forma mais precisa as razões que levam o aluno a desistir durante o percurso.

### 4.3.1 Fazer contas à vida

A frequência da escola desenrola-se num plano paralelo a percursos, condições e situações de vida que a enformam. Estas influenciam o modo como o aluno percorre a trajectória da escolaridade, e determinam em boa medida a decisão de a abandonar. A origem social de cada aluno parece acompanhar grande parte deles na sua história escolar e contribuir para que estes lhe ponham precocemente um fim.

A questão da falta de poder económico das famílias e o acesso a recursos financeiros por parte dos entrevistados foi determinante para, segundo muitos deles, decidirem deixar de estudar ou iniciarem-se no mercado de trabalho. Nalguns casos, situações familiares economicamente precárias, que a custo sustentam o peso do investimento escolar nos filhos, agudizam-se devido a factos imprevisíveis e precipitam a necessidade de pôr cobro a esse tipo despesa, principalmente quando dela não derivam os resultados esperados. A morte de um dos elementos activos, provedor do orçamento do agregado doméstico, um problema de saúde de qualquer membro da família, a separação dos pais ou de um dos progenitores relativamente ao/à companheiro/a de uma segunda conjugalidade são exemplos – captados nos discursos dos entrevistados – de razões que terão interferido nos percursos escolares.

“Os meus pais são divorciados, e foi nessa altura que decidi desistir... isso influenciou bastante, mas a minha mãe queria que nós continuássemos a estudar. Na altura ficou sozinha com três filhos, foi bastante complicado... a decisão de sair foi minha, por ela tínhamos continuado... Eu gostava muito de estudar, não era das melhores alunas mas era boa aluna, razoável. Por mim tinha continuado, mas era difícil, a minha mãe não tinha como nos pôr aos três na escola... “

*Vanessa, 9.º ano concluído, secretária, 27 anos*

“C: ... A minha situação depois mudou quando o meu padrasto morreu. A minha mãe perdeu tudo, perdeu o meio que tinha para sobreviver... o trabalho dela e isso tudo... e ficou um bocadinho complicado cá, e então eu comecei a trabalhar, na altura com dezoito anos. Para tirar a carta e isso tudo. Passei das quatro horas por dia para oito horas, e eu aí disse logo...”

E: Mas aí ainda estavas a estudar?

C: Sim. Trabalhava quatro horas, mas era para ter o meu dinheiro: tirar a carta, comprar o carro.”

*Cátia, 12.º ano incompleto, caixa num posto de abastecimento de gasolina, 25 anos*

Como refere Lahire (1995: 22-23), as condições materiais de existência determinam a estabilidade da organização familiar e a capacidade de investimento dessa instituição nas carreiras formativas dos seus filhos. Quando a escassez económica desafia a sobrevivência quotidiana das famílias, estas mostram-se menos

capazes de direccionar os seus recursos para investimentos que nem sempre estão a garantir retorno ou apenas no médio ou longo prazo poderão ser materialmente operativos.

As dificuldades económicas familiares estão também na base da transferência e justificação dos fundamentos da interrupção da escolaridade para o plano da ética. Segundo alguns entrevistados, frequentar a escola de forma indolente, sem aproveitamento e investindo muito pouco para o conseguir, significava enganar os pais, gastar-lhes dinheiro indevidamente.

“Na altura os meus pais não podiam... eu queria ter as minhas coisas, e então achei melhor começar a trabalhar... os meus pais na altura não queriam, mas eu já tinha decidido e então eles acabaram por aceitar... se eu gostasse, mas não, eles estavam ali a gastar dinheiro para nada... foi uma opção minha.”

*Ronaldo, 9.º ano incompleto, serralheiro, 20 anos*

“Não tinha interesse suficiente pela escola, sentia, muito honestamente, que só estava ali a gastar dinheiro aos meus pais, e pronto... foi uma opção minha.”

*Francisco, 12.º ano incompleto, vendedor de automóveis, 26 anos*

Abandonar um investimento mal sucedido surge, assim, em muitas situações, como uma questão de honestidade para com os patrocinadores dos estudos – os pais. A experimentação do trabalho e o acesso à remuneração, por parte dos entrevistados, foram potenciados por razões de ordem económica, imperativas ou não, e em alguns casos tiveram uma influência importante na decisão de abandono da escola, decisão que lhes parece, na maioria dos casos, curiosamente, irreversível, pese embora a jovem idade e as tão mediatizadas necessidades da aprendizagem ao longo da vida.

“Comecei a ver dinheiro e o dinheiro falou mais alto que os estudos, e é uma parvoíce aquilo que eu fiz, mas pronto, já tá feito. Acho que é a única coisa que eu me arrependo na minha vida.”

*Mauro, 10.º ano concluído, agenciador, 23 anos*

“E: Acha que esse dinheiro que ganhou nas férias do 9.º para o 10.º ano...

M: ... Também me influenciou um bocado.

E: Ter o seu próprio dinheiro...

M: Ter o meu próprio dinheiro, ter a minha independência, começar a ter as minhas coisas.”

*Mena, 10.º ano incompleto, desempregada (ex- empregada de limpeza), 22 anos*

Percebe-se que o acesso ao dinheiro através do trabalho seja um motivo de peso para quem olha para a escola e para o seu património curricular sem lhes reconhecer interesse e valor. Por não haver gosto pelo que é ensinado, mais forte é a atracção exercida pelo trabalho e pela possibilidade de assegurar um rendimento, pouco se equacionando, em muitos casos, a possibilidade de “jogar nos dois tabuleiros”. Até porque, e esta é uma ideia largamente partilhada pelos entrevistados, a necessidade de poderem comprar com o seu próprio dinheiro bens para uso pessoal que seriam demasiado custosos para a bolsa dos pais, ou de alargarem a amplitude da autonomia através da independência financeira face a estes, constituiu um apelo difícil de ignorar por muitos dos jovens com histórias de insucesso escolar e com baixos níveis de adesão aos conteúdos escolares.

“Como ia começar a ganhar algum dinheiro, confesso que talvez tenha sido isso o que pesou mais, decidi que era melhor aproveitar aquela hipótese... lá no fundo já sabia que não ia conseguir passar nos exames, ia ter que repetir o 12.º ano e como nada me garantia que a média me iria permitir entrar na universidade, achei melhor ficar lá... porque depois de começarmos a trabalhar, e ganharmos o nosso primeiro ordenado, dificilmente queremos voltar a ficar dependentes dos nossos pais... e não queremos voltar a estudar.”

*Lília, 12.º ano incompleto, administrativa, 29 anos*

“Acho que foi a situação de estar numa cadeira x horas e estar a olhar lá para fora e ver já alguns amigos meus com dinheiro, roupas novas. Uma pessoa começa a pensar: ‘calhando eu vou fazer a mesma coisa. Se eles estão assim e já se estão a dar bem, porque é que eu não vou tentar.’ Isso já foi grande parte para me desinteressar da escola.”

*Pedro, 10.º ano incompleto, vigilante de parques e jardins, 22 anos*

A ambição pela posse dos seus próprios recursos financeiros é um argumento fundamental para quem não vê possibilidade de triunfar na carreira escolar. Lília foi trabalhar. Ganhou dinheiro e independência económica, castelos que não se abandonam depois de conquistados. A saída da escola marca a esse nível um momento importante na fase de transição para a vida adulta, pois desiste-se de uma carreira ao longo da qual a dependência face aos pais tende a perpetuar-se – a frequência escolar não produz dividendos remuneratórios imediatos – e abraça-se uma que, embora signifique no plano estrutural a hipoteca de possibilidades objectivas de mobilidade ascensional a médio prazo, dota o indivíduo de uma maior margem de movimento no acesso a bens materiais e a práticas sociais fundamentais na construção das identidades juvenis (Pais, 1993) – por exemplo, começar a fumar e “*ter dinheiro para tabaco*”, “*ir para a noite*”, ter dinheiro “*para copos*” ou para roupas. O impulso sincrónico de *ter* acaba por ser mais forte do que a opção estratégica de *aprender*. Usando as expressões de Sandra e de Tatiana, quem provém de famílias com par-

cos recursos económicos teve necessidade “*de se fazer à vida*” ou “*de pôr os pés ao caminho*” para poder comprar bens ou experimentar práticas inacessíveis à carteira dos seus progenitores.

A necessidade de garantir poder económico pode advir de razões que não as de ordem materialista ou hedonística, como se vê no caso de Lucas.

“Era estudante na altura...12.º ano. As coisas aconteceram... começámos a namorar... a Sónia engravidou... eu depois entretanto chumbei... não sei se tem alguma coisa a ver com isso. Eu optei por começar a trabalhar... fui chamado ‘p’rá’ tropa... foi tudo ao mesmo tempo... como se o mundo tivesse desabado. A namorada engravida... sou chamado ‘p’rá’ tropa... e chumbei o ano. O que é que decidimos fazer? Assumir a criança... na altura pensávamos que era só uma... depois ainda se veio mais tarde a saber que eram duas (*risos*). Decidi fazer a tropa, desisti de estudar, assumir as crianças e depois quando viesse ia trabalhar com o meu sogro.”

*Lucas, 12.º ano incompleto, pescador, 30 anos*

O abandono escolar surge aqui como o resultado de um cruzamento de diversas situações, sendo a mais importante delas a assunção da parentalidade. Atrás foi mencionado que a entrada no mercado de trabalho servia como porta de acesso à independência económica, total ou parcial, e esta é uma dimensão central nos processos de transição da juventude para a vida adulta (País, 1993; Guerreiro, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2004). O caso de Lucas e de outros entrevistados é diferente. A decisão de assumir um filho e a constituição de uma família é, em si, estruturante da relação do indivíduo com o seu estatuto geracional. Ser-se pai ou mãe, independentemente de outras variáveis invocáveis, é central no plano das práticas e no plano simbólico para a aproximação dos indivíduos à idade adulta. Lucas não decidiu sair da escola e ir trabalhar porque se queria autonomizar relativamente aos pais. Fê-lo porque queria assumir a paternidade – a vontade de autonomização económica é explicada pelo desejo que teve de ser pai.

O abandono escolar é também estimulado por problemas de feição eminentemente juvenil.

“F: Eles não me deixavam namorar e eu disse que se eles não me deixassem namorar eu aproveitava o tempo na escola para namorar, que era o que toda a malta jovem fazia. Foi um dia, foram dois dias, até que fui mesmo trabalhar. Acabei por deixar a escola para ir trabalhar, porque chegou ao terceiro trimestre, tinha falta de umas coisas para a escola, e a resposta dos meus pais foi ‘se queres estudar, vai trabalhar para pagar os estudos.’

E: E então...

F: ... E então das duas, três: eu peguei em mim, eu sou teimosa, deixei de ir durante um mês, fui

trabalhar durante um mês para um cafezinho, arranjei dinheiro e quando voltei disseram-me: ‘você reprovou por faltas, não pode voltar’. Na nossa cabeça, quando a gente é jovem, é ‘vou trabalhar um mês e depois volto’. Nessa altura deixei de me dar bem com os meus pais.”

*Fernanda, 9.º ano concluído, administrativa num clube desportivo, 29 anos*

“E depois como reprovei no 9.º ano e os meus amigos passaram para o 10.º eu fiquei praticamente sozinha na escola... a outra escola (secundária) ficava a poucos metros da minha, eu via-os todos juntos e ficava a pensar ‘fogo podia estar com eles e estou para aqui sozinha!’ Acabei por perder um pouco o entusiasmo que tinha antes.”

*Carolina, 9.º ano completo, empregada fabril, 22 anos*

“Comecei a namorar muito cedo, já não me sentia bem no meu grupo de amigas, já não me enquadrava, já tinha outras ideias, e então achei que estava na altura de sair.”

*Teresa, 9.º ano concluído, tarefeira, 25 anos*

No primeiro caso, o início da actividade laboral decorre da necessidade sentida por Fernanda de se autonomizar monetariamente face aos seus pais e, por esse meio, ao poder prescritivo por eles detido. Os pais não queriam que ela namorasse. Entre a espada e a parede, Fernanda resolveu reagir. Foi trabalhar e assim “desarmou” os pais. A variável dinheiro perdia o poder intimidatório, pois ela mostrou que em caso de chantagem “*não tinha medo do trabalho*”. Esqueceu-se das faltas, e a contenda aberta nesse momento afastou-a durante alguns anos da escola.

Quer Carolina, quer Teresa, abandonaram a escola devido a problemas de integração sentidas nesse contexto. A primeira porque se sentiu só quando reprovou no 9.º ano e viu os amigos partir, isto é, o vazio deixado pelo grupo de amigos esvaziou a escola de sentido. A segunda, porque a maturidade adquirida através de uma relação amorosa relativamente precoce a afastou do grupo de amigas. Veja-se o quão importante é a dimensão convivial na manutenção dos alunos na órbita da escola e até que ponto o poder de atracção do currículo escolar pode ser por si insuficiente para colmatar deficiências ao nível da integração dos alunos em redes grupais de convívio e amizade.

O abandono escolar, devedor do desejo ou da necessidade de os jovens obterem independência, está também associado a questões de natureza prospectiva.

“A: É um bocado estúpido ‘tar’ a depender de uma disciplina como Biologia para entrar num curso que se chama Produção e Tecnologia de Música. Também não tinha bem a certeza que se acabasse Biologia podia ir para lá, porque entretanto os meus pais separaram-se e não sei quê, e o meu pai nunca deu assim grande apoio, e a minha mãe sozinha era um bocado pesado (...).

E: Porque é que não estudaste mais?

A: O principal de tudo foi falta de vontade, falta de interesse pelo que havia cá em baixo (*no Algarve*).

E: Se calhar viste que mesmo que acabasses o 12.º não podias ir estudar aquilo que querias...

A: Exacto, também contou... contou uma grande parte. E o começar a trabalhar quase sem querer e a ganhar dinheiro e gostar de ganhar dinheiro.”

*André, 12.º ano incompleto, vendedor, 26 anos*

“Eu quando andava a estudar, e até ao 10.º ano, sempre tive a vontade de estudar para tirar o curso de História, mas quando me apercebi que em Portugal o curso superior só serve para dar aulas, disse a mim próprio que já não valia a pena continuar (...) Nunca gostei de ter de pedir dinheiro aos meus pais... cedo quis a minha independência.”

*Guilherme, 12.º ano incompleto, vigilante, 29 anos*

A falta de motivação para concluir o ensino secundário baseia-se também num olhar negativo sobre o futuro no ensino superior. Por saber que não tinha condições económicas para abraçar o curso desejado, André desinvestiu no ensino secundário. Se um curso universitário está a priori vedado, para quê caminhar até lá? Para muitos jovens, mais vale saborear o valor da independência económica proporcionada pelo trabalho.

Tal como André, Guilherme sentia-se cativado por uma área disciplinar. Mas ao contrário deste, a questão negativa que emerge quando faz a prospecção do seu futuro escolar prende-se com as saídas profissionais do curso. Apreciador do conteúdo da área disciplinar, nega encetar um percurso académico em História devido a questões instrumentais e por antecipar uma difícil inserção profissional com um diploma naquele domínio.

Antes de se abandonar a escola, fazem-se contas. Problematiza-se a escola e o trajecto escolar, as valias relativas que nela se podem obter comparando com as ofertas do mercado de emprego. Equaciona-se a admissibilidade moral da frequência escolar indolente e desinteressada, relativiza-se a importância do circunspecto conhecimento à luz das possibilidades abertas pelo dinheiro tentador. Fazem-se escolhas de vida, busca-se na escola pontos de atracção que já lá não se encontram, reflecte-se acerca das possibilidades de caminhar pelo trilho da escola e procura-se antever o seu ponto de chegada. Contas algo complexas, portanto. Quando a necessidade se impõe, as contas são, contudo, fáceis de fazer. O trabalho não é opcional, é imperativo.

## Lucas

Lucas tem 30 anos e vive em Almada com a mulher e os dois filhos gêmeos. É pescador e a mulher está sem trabalhar há cerca de três anos, dois dos quais devido a uma baixa médica. O seu último emprego foi como administrativa (dois anos num centro de saúde e três noutra). Nunca teve um contrato de trabalho sem termo e a sua remuneração rondava os €540 mensais. Os filhos do casal têm 11 anos e frequentam o 7.º ano do 3.º ciclo do ensino básico. Estiveram num infantário desde os três anos, até entrarem na escola primária. Até então ficaram aos cuidados das avós materna e paterna, alternadamente.

Antes de casar, Lucas vivia na Damaia com os pais e o irmão. Não sabe precisar a escolaridade do pai, sendo este delegado de propaganda médica e desempenhando um cargo de chefia. A mãe, com o 11.º ano, encontra-se neste momento reformada, tendo sido administrativa num centro de saúde. O irmão tem 32 anos, é casado, licenciado em Engenharia de Máquinas.

Teve um percurso escolar proveitoso. Frequentou sempre o ensino privado até ao 9.º ano, passando no ensino secundário para a escola pública. Os seus pais optaram pelo ensino privado numa estratégia educativa que visava beneficiar os filhos. O ensino secundário foi frequentado no público devido, no entanto, aos elevados preços praticados.

Apesar de se considerar um aluno mediano, teve sempre boas notas e o único sinal de insucesso veio no 12.º ano, com uma negativa a Matemática.

Sempre foi um aluno interessado, mas assume que o que mais gostava na escola era o futebol. Até ao 9.º ano teve sempre um bom ambiente escolar, mas quando foi para a escola secundária foi “...o virar completo de ambiente”. Estranhou mas adaptou-se e, embora mantivesse as boas notas, sente que a sua aprendizagem escolar em geral piorou, o que justifica ter reprovado no 12.º ano a Matemática “...por falta de bases...”.

A saída do sistema de ensino foi determinada pela gravidez inesperada da namorada. O anúncio de que viria a ser pai fez-se acompanhar da solicitação para o cumprimento do serviço militar obrigatório. Depois de frequentada a tropa, começa a trabalhar com o pai da namorada como pescador.

Esta sua experiência profissional não viria a ser a primeira, uma vez que Lucas já tinha conciliado um *part-time* com os estudos, quando estava no 11.º ano, a fazer a distribuição de jornais, das 5h30 às 10h. Conseguiu este emprego por intermédio da mãe. Não tinha contrato e não se recorda de quanto ganhava. Acabou por sair ao fim de cerca de 5 meses, devido ao cansaço.

Enquanto pescador começou por trabalhar na pesca de amêijoas por arrasto. Inicialmente sentiu algumas dificuldades de integração. Segundo diz, os pescadores não gostam da entrada de pessoas estranhas ao meio no mundo da pesca. Acabou por se “apaixonar pela liberdade da profissão”.

Sensivelmente dois anos depois, tirou um curso de mergulhador profissional durante quatro meses. Com o curso, deixou de trabalhar no arrasto durante dois anos e iniciou-se como freelancer. Trabalhou em várias empresas e em várias obras, como mergulhador ou como aquilo a que chama “pedreiro debaixo de água”. Fez cais, rampas de acesso a barcos, reparações, entre outros. Quando eram obras grandes, de 15 em 15 dias vinha a casa, mas quando eram obras pequenas, trabalhava apenas três dias. Nestas, trabalhava seis horas e ganhava €150. Nas obras grandes, ganhava €75 por dia, chegando por vezes aos €120. No entanto, estes valores dependiam sempre da profundidade do mergulho, pois quanto maior fosse, mais ganhava. Gostava igualmente da liberdade do trabalho, mas era muito mais cansativo e as condições de trabalho nem sempre eram as melhores. Não passava o tempo que queria com os filhos e o bom dinheiro que ganhava começou a não compensar o risco de vida que corria. Voltou a trabalhar com o sogro, mas a sua experiência no mergulho, levou-o a apanhar amêijoas ao mergulho, actividade que concilia ainda hoje com a apanha de amêijoas por arrasto.

Actualmente é pescador da categoria C. Não tem contrato de trabalho mas está registado na embarcação do sogro, que procede aos descontos sobre o ordenado mínimo. O rendimento de Lucas é, no entanto, bem superior, auferindo, “*num bom mês*”, cerca de €1000/€1200 no arrasto. No mergulho, por sua vez, numa boa altura como o Verão, chega a ganhar €1500/€2000. Não ganha mal e tem um bom horário (trabalha quando quer e em média cinco horas por dia), mas se as condições climatéricas estiverem adversas não trabalha, o mesmo acontecendo em caso de doença. Recebe na proporção do que ganha. Por isso, muitas vezes não descansa aos domingos para compensar dias menos bons. Seja no arrasto ou no mergulho, aquilo que pesca é vendido de imediato, recebendo o dinheiro na mão. A diferença é que no arrasto, por ser uma pesca conjunta, os lucros são divididos pelos pescadores e esta pesca é mais certa (o barco protege os pescadores das adversidades). No mergulho o lucro é só para o mergulhador que pesca a amêijoa, mas é uma pesca mais arriscada e cansativa.

Apesar de se queixar das condições da lota, dos acessos ao cais e dos preços do combustível, Lucas diz que adora o que faz. Não tem superiores hierárquicos e trabalha numa profissão sem stress e monotonia.

Sente-se independente da família há cerca de oito anos, mas confessa que não o é de forma absoluta. Para a prestação de cuidados às crianças, os familiares estão sempre presentes.

Com 30 anos, prevê que só possa exercer a sua profissão até aos 40 anos, dado o facto de esta ser muito exigente fisicamente. Se voltasse atrás, agiria da mesma forma, não se arrependendo de ter deixado a escola. Actualmente, gostava de tirar um curso de História de Portugal, o que considera não passar de um sonho. Mais real é a intenção de tirar a carta de arrais, na FORPescas. Considera que teve uma boa formação escolar mas que esta não lhe foi útil nas suas experiências profissionais, uma vez que na vida do mar não são precisos os conhecimentos escolares que adquiriu, mas sim a força do corpo.

## Mauro

Mauro tem 23 anos, o 10.º ano completo e vive em Lisboa com os pais. O pai é litógrafo e a mãe é empregada administrativa. Mauro frequentou o ensino básico na escola da localidade onde vive. Do seu percurso escolar constam duas reprovações: uma no 8.º ano e outra no 10.º.

Quando frequentava o 10.º ano, por incentivo do irmão, inscreveu-se no Instituto de Formação Bancária, com o objectivo de obter uma formação profissionalizante. Por não gostar das matérias leccionadas, por ter tido maus resultados e por chegar à conclusão de que não gostaria de dar continuidade a uma carreira nesta área, acabou por desistir, voltando à escola anterior.

A conclusão do 10.º ano veio coincidir com a sua entrada no mercado de trabalho. Começou por fazer figuração, aos 15 anos, na empresa onde a mãe trabalhava. Segundo diz, ter começado a ganhar dinheiro – “*fácil e muito*” – fez com que desistisse da escola. Nesta tomada de decisão, sublinha o desacordo do irmão, embora reconheça que, na altura, o dinheiro falou mais alto e acabou por vencer.

Depois de ter estado oito anos a trabalhar como figurante conseguiu, através da mãe, outro tipo de emprego dentro da mesma empresa. Actualmente faz o agenciamento de figuração de actores e modelos. Trabalha das 10h às 13h e das 14h às 19h, embora nem sempre tenha horários definidos. Habitualmente trabalha de 2ª a 6ª feira, mas é frequentemente solicitado a trabalhar aos fins-de-semana. Recebe a sua remuneração através de recibos verdes e auferir cerca de €1000 por mês.

Diz-se satisfeito com o emprego que tem, mas a existência de *picos de trabalho* (que já o obrigaram a trabalhar 24h e 48h seguidas) levam-no a planear um rumo diferente para o futuro.

Pensa deixar o emprego que tem e ir trabalhar para o Algarve, na área do desporto, num negócio que o tio está a iniciar. Até lá, e estando arrependido de não ter estudado mais, considera concluir o 12.º ano e ingressar no ensino superior, aumentando paralelamente a sua formação na área desportiva.

## Ronaldo

Ronaldo, natural de Ermesinde, é serralheiro numa oficina de alumínios e tem 20 anos de idade. Filho único e a viver com os pais, prevê ficar nesta situação por mais tempo, porque apesar de namorar já há alguns anos, diz ainda não ter feito projectos de vida a dois. Ao contrário de si, a namorada pensa terminar o ensino secundário e, quem sabe, ingressar no ensino superior, decisão que Ronaldo apoia por considerar que, para as raparigas, a integração no mercado de trabalho é mais difícil.

Nunca se considerou um bom aluno. Reprovou no 7.º e no 9.º anos. As suas principais dificuldades eram a Física, a Química e a Matemática. Apesar da dificuldade que reconhece nessas matérias, a par da falta de motivação para os estudos (justificação que apresentou aos pais), revelou que a verdadeira razão para não continuar a estudar foi de ordem económica. Já namorava, queria ter as *suas coisas* e, não só os pais não tinham condições para lhas dar, como Ronaldo não queria estar a fazê-los despender dinheiro em vão. Perante tal constatação, decidiu comunicar aos pais que não queria continuar a estudar. Estes tentaram dissuadi-lo, mas sem efeito. Tinha concluído o 9.º ano.

Face à sua determinação os pais aconselharam-no a tirar um curso de formação. Esperou completar os 16 anos, e dirigiu-se, então, ao IEFP no intuito de averiguar que cursos ofereciam, para eventualmente se inscrever num. Neste contacto com o IEFP, propuseram-lhe um emprego na oficina em que se encontra actualmente. Nesse mesmo dia foi à entrevista e foi aceite. Está lá há quatro anos e não pensa sair.

Apesar de considerar que o salário fica aquém do que poderia estar a ganhar noutra empresa, o facto de gostar do que faz, a sólida situação contratual (contrato sem termo) e a relação que mantém com os outros colegas e patrão, levam-no a não procurar outra ocupação.

Chegou a pensar em estudar à noite para completar o ensino secundário, mas cedo mudou de ideias, por considerar os conhecimentos que iria adquirir desnecessários e desajustados face ao mercado de trabalho. Se um dia o vier a fazer será certamente para ingressar num curso de carácter mais prático, como o que pretendia tirar no IEFP.

## Vanessa

Vanessa é natural de Valongo. Tem 27 anos de idade, casou há dois anos. É secretária comercial. O marido é técnico de vendas.

O seu percurso escolar é descrito como *razoável*. Considerava-se boa aluna a todas as disciplinas, à excepção de Educação Física. Até à saída da escola, o momento menos positivo que identifica relaciona-se com razões extrínsecas ao seu desempenho: reprovou uma vez, no 3.º ano, porque teve de mudar de residência – e, conseqüentemente, de escola – a meio do ano, o que afectou o seu aproveitamento escolar.

Quando frequentava o 9.º ano, os pais divorciaram-se, facto que identifica como uma “crise familiar”. Este acontecimento interferiu directamente com a decisão de abandonar os estudos. Apesar de ter sido uma opção difícil e contrária aos seus projectos e à vontade da mãe (com quem ficou a viver depois do divórcio), Vanessa deixou efectivamente o sistema de ensino. Ter dois irmãos mais novos, em idade escolar, converteu a sua decisão numa obrigação e necessidade.

Começou a trabalhar aos fins-de-semana como caixa num hipermercado. Manteve este emprego durante um ano e meio, tendo passado entretanto a regime de *part-time* no horário da noite. Ia já para o terceiro contrato quando soube da vaga para secretária comercial (actual emprego) por uma ‘senhora que conhecia’. O facto de não ter o perfil que pediam não a impediu de se inscrever e de ir à entrevista. Gostaram dela e assinou um contrato a termo incerto.

O motivo que esteve na origem da mudança de emprego foi, sobretudo, a remuneração. Vanessa ganhava €200 no emprego anterior, auferindo actualmente cerca de €800. A estabilidade contratual foi, também, um factor determinante. Reconhecendo que os aspectos salariais são apelativos na hora da escolha de um emprego, sobrepõe a este elemento o bem-estar pessoal e o bom relacionamento entre os colegas de trabalho.

O seu percurso na empresa em que se encontra actualmente foi marcado por uma interrupção de um ano. Entrou para a empresa em 1998, com um contrato sem termo, mas devido a incompatibilidades com uma colega de trabalho, saiu ao fim de três anos, por considerar que o mau ambiente de trabalho estava a prejudicar o seu desempenho e bem-estar. Regressou um ano mais tarde, com as mesmas condições contratuais e com a garantia de que não voltaria a ter o mesmo tipo de problemas.

Apesar da estabilidade de que diz usufruir com o actual emprego, e de, ao longo dos sete anos de trabalho, ter acumulado competências que lhe garantem segurança no que concerne à continuidade na empresa, diz que gostaria de “*saber mais*”. Essa necessidade pessoal já a levou a frequentar um curso de formação pós-laboral não remunerado (no âmbito das técnicas de secretariado), facultado por uma entidade privada.

Os seus projectos para o futuro passam pela empresa. Observando o que já aconteceu com as suas colegas, acredita poder ascender na sua carreira profissional. De momento, não tenciona ingressar novamente no ensino formal, mas ocasionalmente informa-se acerca dos cursos que o IEFP ou outros institutos públicos proporcionam.

### 4.3.2 A importância do apoio na escola e das atitudes familiares

“C: Olha, eu nunca tive um professor... eles não têm culpa, têm a vida deles... nunca me perguntaram porque é que eu quis desistir. Eu acho que se tivesse havido alguém que me tivesse aberto os olhos, se tivesse chegado ao pé de mim... apanhado, falar, insistir, ‘vamos lá resolver de outra maneira, vamos lá ver se gostas de outro curso’. Há falta de informação. Se houvesse alguém que... por exemplo, essa directora de turma... se tivesse percebido alguma coisa, se tivesse chegado ao pé de mim e perguntado... arranjar outra solução. Basicamente acho que tem de haver alguém na escola que perceba disso.

E: ‘Disso’... de coisas que não tenham só a ver com a escola...

C: Exactamente. As crianças... nós naquela altura éramos umas crianças... as crianças saem da escola e nem sabem porquê. Sabem que não querem ‘tar’ lá, mas não sabem porquê.

E: Nem sabem os custos que essa decisão pode vir a ter no futuro...

C: Mostrar... falar com alguém que já tivesse passado por isso. Essas coisas... Há psicólogos e coisas assim, mas isso é muito vulgar. Eu não ia procurar o Psicólogo.... Eu nunca iria procurar um Psicólogo. Até porque ‘eu é que tinha razão, eu é que tinha razão...’ Quando alguém começa a faltar alguma coisa existe, certo? A pessoa não vai faltar do nada.

E: Mas mandam os avisos para casa...

C: Em casa às vezes não tem ninguém. Eu acho que devia haver alguém com formação para fazer essas coisas, porque há crianças que... sabem que não querem ‘tar’ ali (...) Isto é assim: mandam as cartas para casa e nós apanhamos as cartas. Quando os pais chegam para saber já é tarde (...) Mas se não tentares nunca vais conseguir. Eu acho que devia haver um programa que mostrasse o que é que isso acarreta. Naquela altura se me dissessem ‘se não fizeres isto vais para caixa’... provavelmente naquela altura eu ‘tava-me’ nas tintas. Mas podia ser que não. Só que nunca tentaram... nunca tive um travão...”

*Cátia, 12.º ano incompleto, caixa num posto de abastecimento de gasolina, 25 anos*

Inicia-se este ponto com uma extensa citação porque ela compreende grande parte das questões que se pretende aqui abordar, nomeadamente a questão da informação e do encaminhamento nas escolas. Cátia fala na necessidade de existir nas escolas alguém que consiga aproximar os alunos que estão em vias de abandonar. De facto, muitos dos alunos que abandonam a escola, ao contrário do que aconteceu com alguns dos entrevistados atrás mencionados, fazem-no de forma pouco reflexiva, sem pensarem nas consequências de médio e longo prazo, desconhecendo as implicações trajectoriais associadas a essa decisão – e legitimando a decisão por meio de deduções emersas de exemplos esparsos da vida quotidiana. Estão, como alguns afirmam, de “olhos fechados”. E não têm em casa quem lhes ponha um “travão” e os encami-

nhe. Embora este facto decorra principalmente de um alheamento das famílias relativamente à performance escolar dos seus filhos, estes podem também contribuir para a perpetuação desta situação, ocultando dos seus encarregados de educação informações pouco abonatórias acerca do seu aproveitamento ou comportamento na escola. Nestes casos, o mensageiro tem o poder para decidir sobre a entrega (ou não) de mensagens comprometedoras (Montadon e Perrenoud, 2001: 34).

A falta de informação e apoio nas escolas, ou a pouca divulgação dessa informação e das possibilidades de percursos escolares alternativos, faz com que se percam boas oportunidades de deter alunos que estão de partida, de os encaminhar e orientar durante a trajectória escolar, mais concretamente na passagem do 9.º para o 10.º ano, mas também na preparação de uma possível saída profissional ou entrada na universidade. Por desconhecimento ou inexistência de serviços de orientação psicológica, raros são os alunos que a eles expressamente aludem ou dizem ter recorrido.

Alguns entrevistados iniciaram o percurso no ensino secundário sem se sentirem particularmente motivados para seguir uma área curricular específica. Muitas vezes referem ter escolhido um determinado agrupamento por quererem evitar disciplinas de que não gostavam ou nas quais haviam obtido maus resultados. Não menos vezes, a escolha foi condicionada pela pretensão de continuar junto dos amigos. Noutros casos, ainda, sentiram-se vocacionados para áreas que se vieram a demonstrar desadequadas ao seu gosto ou interesses.

“Eu também nunca tive uma área de que gostasse mais. Foi uma das razões que fez com que eu desistisse da escola... não sabia o que queria.”

*Vânia, 10.º ano concluído, administrativa num parque de campismo, 28 anos*

“E: Se calhar fazia falta apoio na própria escola...”

A: Hmm... as pessoas chegarem ao 9.º ano, terem algum aconselhamento do que é que mais se adapta à sua personalidade ou isso.

E: Não tiveste?

A: Eu não tive nada.

E: Estou a perguntar, porque na minha escola havia.

A: Eu saí do nono ano e estive em Humanidades, mas não tive noção de nada. Foi assim ‘ao calhas.’ Fui ‘p’ra’ ali. Não havia apoio nenhum, nada. Aconselhamento do que é que é mais adequado...”

*Alberto, 10.º ano incompleto, electromecânico de electrodomésticos, 22 anos*

A decisão de abandonar, sem contraditório, a escola decorre também do tipo de atitude manifestada pelos pais da maior parte dos entrevistados. Embora a quase totalidade refira que os pais discordaram da sua decisão, percebe-se que essa atitude consiste numa oposição tolerante, isto é, uma objecção que não é suficientemente firme para funcionar como verdadeira fonte de reaproximação do aluno à escola.

Os pais que se mostraram mais renitentes na aprovação do abandono escolar dos filhos são precisamente aqueles mais favorecidos em capital escolar, que maiores expectativas criaram no enriquecimento dos recursos qualificacionais dos filhos e maior valor dão a esse tipo de recursos. Os progenitores com menores recursos escolares tendem, isso sim, a ser rígidos ao nível da obrigatoriedade dos filhos irem trabalhar profissionalmente após saírem da escola. Discordam da decisão de abandono, mas toleram-na. Não podem, porém, permitir a “*boa vida*”, contrária às carências económicas da família e à importância que dão ao trabalho na formação do indivíduo (Pinto, 1998). Por outro lado, têm pouca legitimidade para exigir um percurso que eles próprios não percorreram, muitos deles conhecendo bem os sentimentos de repulsa e alheamento face à escola, por terem vivido idênticas experiências. Não podem e, inconscientemente, não quererão assumir-se como tampões que estanquem a saída dos seus filhos da escola.

O pouco valor atribuído à escola por alguns pais, muitas vezes silenciado por não se querer limitar o eventual sucesso dos filhos nesse campo – nem responder pelo insucesso esperado –, é por vezes perscrutado de forma insuspeita, como o atesta o discurso dos jovens:

E: Qual é que achas que era a ideia que passava da escola para o teu agregado familiar, família mais próxima ou vizinhos?

P: Pois... é um canudo que não dá ‘p’ra’ nada... a ideia familiar era essa, era aquilo que sem eles terem consciência de que nós ouvíamos, nós ouvíamos e... não dava ‘p’ra’ nada.

*Paulo, 12.º ano incompleto, operador de parque na EMEL, 29 anos*

O processo de abandono escolar desenrolou-se, em muitos casos, sem que tenha existido por parte dos estudantes uma verdadeira prospecção do seu futuro e uma ponderação das consequências decorrentes dessa decisão. A escola tem tido uma intervenção deficiente na orientação vocacional e profissional dos alunos. Por outro lado as famílias não se chegam a afigurar como uma verdadeira oposição à decisão tomada pelos jovens de abandonarem a escola. Insatisfeitos relativamente aos conteúdos escolares, e sem que lhes fossem apresentadas alternativas relativamente à aquisição de qualificações formais, optaram por seguir o apelo do mundo do trabalho. Os investimentos formativos acabam por claudicar perante desejos imediatos de índole materialista ou hedonística, apenas concretizáveis através do acesso a uma remuneração.

## Alberto

Alberto tem 22 anos e vive com os pais e a irmã em Sobral de Monte Agraço. O pai tem a 4.<sup>a</sup> classe e é condutor de máquinas escavadoras. A mãe, com o 6.<sup>o</sup> ano de escolaridade, é doméstica. A irmã, de 25 anos, está actualmente desempregada, tendo concluído o 12.<sup>o</sup> ano e um curso de técnicas de secretariado.

Alberto é electromecânico. Trabalha com contrato sem termo numa empresa onde tem como função a reparação de pequenos electrodomésticos. Trabalha das 9h às 13h e das 14h às 18h, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira. De 15 em 15 dias trabalha também aos sábados, folgando meio-dia durante a semana. Recebe €440 por mês, acrescidos de €5 diários de subsídio de alimentação. Conseguiu este emprego na sequência de um estágio profissional.

Sempre se considerou um aluno razoável, nunca tendo reprovado. Até ao 8.<sup>o</sup> ano obteve notas razoáveis. Os resultados negativos ocorreram no 9.<sup>o</sup> ano. Apesar disso, conseguiu sempre transitar de ano.

Na passagem para o ensino secundário, escolheu a área de Humanidades, mas as más notas fizeram-no desistir. Quando se recorda da sua passagem pela escola, lembra-se de alguns episódios que diz terem contribuído para a desvalorização da importância da escolaridade. Relata, por exemplo, um episódio passado no 8.<sup>o</sup> ano, numa aula de Matemática. Na sua turma, composta em grande parte por repetentes, a professora passava muitas das aulas a chorar, dado o mau comportamento dos alunos. Alberto ocupava o tempo destas aulas a “jogar ao galo” com os colegas.

Saiu da escola no final do ano lectivo, sem ter completado o 10.<sup>o</sup> ano. Gozou o período de férias e inscreveu-se no IEFP em Setembro. Em Fevereiro foi chamado para um curso de formação profissional, em electromecânica de electrodomésticos, com possibilidade de frequentar um estágio. Os seus pais gostariam que Alberto tivesse dado continuidade aos estudos, mas, como o próprio diz, *“Já tinha dito que ia sair, eles é que quiseram que eu ficasse até ao fim, mas também nunca me deram grande chatice... Os meus pais nunca me pressionaram, sempre fizeram como eu queria...”*.

Depois de ter feito o estágio profissional, acabou por ficar na empresa, onde ainda se mantém actualmente. Gosta do trabalho que faz, embora reconheça que gostaria de ganhar mais. Como aspectos negativos do emprego que tem, aponta as condições físicas de trabalho; trabalha num local sem janela e sujeito ao fumo do tabaco dos outros.

Não espera progredir dentro da empresa. A ascensão profissional poderá vir da aposta numa outra área: a informática. Se hoje tivesse a possibilidade de voltar atrás, confessa que teria sido esta a sua aposta.

Não tem perspectivas para o futuro.

## Cátia

Cátia tem 25 anos. Vive no Algarve. Completou o 10.º ano. A sua mãe é operadora de caixa numa bomba de gasolina e concluiu o 7.º ano antigo (correspondente ao actual 11.º ano). O pai tem o antigo 5.º ano dos liceus e é Polícia Marítimo.

Filha de pais divorciados, viveu com a mãe e com o padrasto até aos 21 anos. A saída de casa da mãe deu-se quando foi viver com o actual marido, sub-chefe da polícia. Há três anos teve a sua filha. A constituição de uma família foi o culminar de um processo de autonomização financeira que se iniciou um pouco antes de sair da escola, mas que contribuiu parcialmente para este facto. Foi trabalhar porque sentiu necessidade de ‘ter as suas coisas’ e de ajudar em casa, aquando da morte do padrasto. Começou a fazê-lo como operadora de caixa num hipermercado, em regime de *part-time*, com 16 anos. Passados seis meses passou para as oito horas. Nessa altura desistiu da escola, porque não conseguia conciliar o trabalho com os estudos, mas, principalmente, devido ao facto de não querer continuar no sistema de ensino – embora a mãe a tenha tentado dissuadir dessa decisão e Cátia admita que ela estaria disposta a sacrificar-se em prol da sua formação.

O desinteresse pela escola chegou no ensino secundário. Até aí nunca tinha reprovado, nem nunca tinha tido uma classificação negativa – teria, em média, quatro valores por período. Tinha o sonho de ser enfermeira, trabalhar na área da saúde. Todavia, nunca gostou de Matemática e deixou-se influenciar pelos amigos na altura de escolher o rumo escolar no 10.º ano. Foi para Humanidades. Concluiu o 10.º ano, mas no ano seguinte reprovou por faltas. Repetiu o ano e deixou duas disciplinas para trás: Português e Alemão. Transitou para o 12.º ano e ainda obteve aproveitamento em duas disciplinas. A escola não era apelativa; as coisas que o dinheiro permitia comprar eram-no – e este era escasso em casa.

Hoje mostra-se arrependida de ter abandonado a escola. Diz que não teve ninguém que a “segurasse e controlasse”. Saiu do hipermercado para ir trabalhar na mesma bomba de gasolina da mãe, também como operadora de caixa. Foi atraída pela protecção materna, pela “*asa da mãe*”, por um ligeiro aumento do ordenado (ganha agora €550, a que se acrescentam os €50 por dia, ganhos nos feriados) e por lá existir menos competitividade. Está efectiva (trabalha das 8h às 16h, de 2.ª a 6.ª), tal como o marido – que ganha €1500 por mês.

Em 2005 fez um curso de Contabilidade de um ano, participado pelo Estado. Teve *Muito Bom* na nota final. Todavia, apesar de considerar a actual profissão desinteressante e desprestigiante (sujeita à má educação dos clientes), colocou o diploma e o conhecimento de parte, não arriscando uma profissão mais apelativa, mas menos segura. O pagamento da casa, do carro, do infantário, está na base desta escolha. Os “saltos sem rede” são sempre mais difíceis de dar – pesa a família e um certo conservadorismo nas apostas profissionais.

Embora tenha medo dos *voos* no mercado de trabalho actual, Cátia quer continuar a investir na sua formação, pese embora a desconfiança que manifesta face às possibilidades de empregabilidade proporcionadas pela formação escolar. Espera completar o 11.º ano a breve trecho e depois enveredar por um curso que dê equivalência ao 12.º ano, conciliando assim a acumulação de conhecimento profissionalizante e a mais-valia formal do 12.º ano de escolaridade. A frequência de um curso superior está para ela fora de questão.

Nunca contactou o IEFP. Diz que o Estado devia tentar tornar o emprego mais seguro através de incentivos às empresas. Embora no entender de Cátia ser jovem ajude a obter trabalho, a preservação deste é conjuntamente determinada e a insegurança é uma característica marcante da actual conjuntura.

Declarou estar arrependida de ter abandonado a escola e atribui em parte essa sua decisão ao facto de não ter tido em seu redor quem a fizesse ponderar nas consequências de tal decisão.

## Paulo

Casado e filho único, Paulo tem 29 anos e ficou com o 12.º ano incompleto. Vive em Fernão Ferro, com a esposa e o filho de 14 meses. Está empregado com um contrato permanente na EMEL, como operador de parques. Conseguiu este emprego através da mulher, que já lá era funcionária, no atendimento público das contra ordens. Auferem um salário de €750 e a esposa ganha €700 mensais. Paulo trabalha por turnos rotativos de 8h. As folgas são também rotativas. Ambiciona fazer carreira nesta empresa.

Antes de ter casado, Paulo viveu em Lisboa e mais tarde em Sintra com os pais. O pai, entretanto falecido, tinha por habilitações a 4.ª classe e era proprietário de uma loja de produtos ortopédicos e dietéticos. A mãe tem o antigo 5.º ano e era empregada administrativa. Presentemente gere o negócio que o marido possuía.

Passou a infância em Lisboa, onde frequentou até aos seis anos uma instituição escolar religiosa. Quando entrou para o 1.º ciclo passou a frequentar a Voz do Operário. Não gostava dessa escola, uma vez que passava lá todo o dia; era o primeiro a chegar e o último a sair, dada a ocupação profissional dos pais.

Obteve sempre aprovação até à conclusão do 9.º ano. Quando ocorreu a transição para o ensino secundário, candidatou-se a uma escola secundária que tivesse a opção de desporto. Por falta de vagas, acabou por ser colocado na área de teatro. Frequentou o 10.º ano, mas reprovou por faltas. No ano seguinte conseguiu mudar para desporto. Fez o 10.º e o 11.º ano nessa escola, mas como tinha disciplinas em atraso, repetiu o 11.º ano.

Entretanto mudou de casa, o que implicou uma mudança de escola. O 12.º ano foi frequentado numa escola secundária em Sintra.

Não chegou a concluir o 12.º ano. Sempre teve o sonho de seguir uma carreira militar e quando, aos 18 anos, foi chamado para o recenseamento militar, ofereceu-se como voluntário para a Força Aérea, em Leiria. Aí tirou um curso de mecânico de material aéreo. Mais tarde, foi destacado para os Açores, onde esteve três meses como porta de armas.

Para os pais, a licenciatura do filho sempre foi um objectivo. Mas, contra a vontade deles, Paulo acabou por desistir da escola, em busca de um sonho de criança “...uma obsessão...”. O pai não aprovou a opção militar, mas deu-lhe liberdade para seguir a sua escolha.

Passados cerca de dois anos, desistiu da vida militar. Estava longe de casa, desiludido com as funções que desempenhava e só poderia progredir na carreira ao fim de oito anos. Tinha um salário simbólico (cerca de €50), trabalhava por turnos e tinha um contrato de trabalho.

Depois de dois anos em trabalhos pontuais e informais, conseguiu trabalho como repositor num hipermercado. Trabalhava por turnos de 8h e recebia cerca de €500 mensais. Por não gostar das funções que desempenhava, demitiu-se ao fim de quatro meses.

A última experiência profissional que teve, antes do actual emprego, foi como empregado num Coffee-Shop, em Inglaterra. Foi com um amigo à aventura, quase sem dinheiro, mas cheio de ambição. Pediu emprego de porta em porta, até que lhe deram trabalho. Trabalhava 8h por dia a fazer chás e cafés, ganhava €350 por semana, mas ressentiu-se do clima e dos ingleses: “...era muito frio (...) Os ingleses são um povo muito esquisito...”. Acabou por vir para Portugal ao fim de três meses, mas com algum dinheiro no bolso.

Com 29 anos, vai passar a controlador de acesso a bairros históricos, pois foi seleccionado num concurso interno da EMEL. Pretende estabilizar a sua posição na empresa e, se possível, ser promovido para o departamento de informática. Está contente com o contrato que tem e funções que desempenha, embora confesse que deveria ter uma remuneração melhor, dadas as suas funções.

Se voltasse atrás, seguiria qualquer área de estudo ligada a desporto ou informática. Actualmente não pondera voltar a estudar, equaciona apenas a possibilidade de vir a fazer formação profissional na área de informática. Apesar de reconhecer que o que aprendeu na escola não foi útil nas suas experiências profissionais, admite que sem os estudos não podia ter ido nem para a força aérea nem para a EMEL.

## Vânia

Vânia tem 28 anos e vive na Cruz de Pau com os pais e o irmão. O pai, com a 4.<sup>a</sup> classe, é operário da construção civil. A mãe, também com a 4.<sup>a</sup> classe, é funcionária de uma instituição de férias e tempos livres. O irmão, de 21 anos, tem o 9.<sup>o</sup> ano e trabalha como revisor numa empresa de transportes públicos.

Até ao 6.<sup>o</sup> ano de escolaridade, Vânia teve um percurso escolar tranquilo. Era uma aluna bem comportada e tinha resultados razoáveis. Quando mudou de residência e, conseqüentemente, de escola, começou a alterar o seu comportamento. Num ambiente novo, começou a faltar às aulas e acabou por reprovar uma vez no 7.<sup>o</sup> ano e duas vezes no 8.<sup>o</sup>. Não se recorda das disciplinas a que teve negativa, lembra-se apenas de que gostava muito de conviver com os colegas e que passou a desinteressar-se pela escola.

Quando era criança, gostaria de ter seguido a área de saúde. No entanto, com as reprovações, foi perdendo o interesse.

Os seus pais sempre permaneceram relativamente afastados dos seus resultados escolares. Trabalhavam muito e não conseguiam acompanhar suficientemente a vida escolar da filha. O grupo de amigos da Vânia, paralelamente, apelava mais ao convívio do que aos estudos o que, conseqüentemente, aumentou a desvalorização da escola. Começou a sentir crescer o desejo de trabalhar e ganhar dinheiro. Ao reprovar pela segunda vez no 8.<sup>o</sup> ano, quando contava 16 anos, desistiu de estudar, com a indiferença dos progenitores, sobretudo do pai.

O seu primeiro trabalho foi como empregada de balcão numa geladaria/pastelaria, emprego que conseguiu através da mãe. O que começou por ser um trabalho de Verão, prolongou-se até ao Inverno. No Verão trabalhava só aos fins-de-semana, das 12h às 20h e recebia entre €75 e €100 mensais. No Inverno tinha um horário das 7h30 às 17h e auferia €300. Esteve dois anos nesta pastelaria até mudar para uma outra, pertencente ao mesmo patrão. Recebia um pouco mais, cerca de €375 mensais e assinou um contrato sem termo. Sempre gostou do contacto com o público e da função, mas sentiu que teria dificuldades em progredir. Despediu-se passados três anos, quando a mãe lhe conseguiu um emprego na mesma instituição em que trabalhava.

Por esta altura, já Vânia tinha terminado o 9.<sup>o</sup> ano, à noite, num externato particular. Trabalhou, então, como rececionista, por turnos. Inicialmente, trabalhava como estagiária e recebia cerca de €350 mensais. Passado um ano, começou a ganhar cerca de €500. Gostava das funções que desempenhava e progrediu até chefe de recepção. Contudo, ao fim de três anos, o contrato não foi renovado. Acabaria por regressar, passado um mês, mas com um contrato estabelecido através de uma empresa de trabalho temporário. Esteve 6 meses nestas condições, mas, por não ser possível para a empresa manter mais funcionários nestes moldes, acabou por sair.

Esteve três meses sem trabalhar até se candidatar a um emprego como administrativa num clube de campismo. Novamente, trabalhou só durante o período de Verão, indo para Inglaterra no final do contrato, depois de ver uma oferta de trabalho num jornal.

Em Inglaterra, trabalhou numa estufa, das 7h às 15h30, como horticultora e recebia €300 por semana. Em alturas de maior trabalho, chegava a trabalhar 12h por dia, mas era devidamente remunerada. Tinha um contrato sem termo e gostava de trabalhar com plantas, mas pelo clima, custo de vida, saudades da família e por se sentir discriminada por parte dos ingleses, voltou para Portugal ao fim de dois anos. Regressou em Dezembro e, em Fevereiro, encontrou trabalho como vendedora de passes turísticos, respondendo a um anúncio num jornal. Trabalhava das 17h às 24h, por todo o país, numa venda que considera muito agressiva. Não tinha contrato, ganhou só aquilo que vendeu (€200) e não gostou da função. Saiu duas semanas depois.

Mais tarde, foi trabalhar como operadora de registo de dados, numa empresa multinacional. Este emprego foi conseguido através de uma amiga que já lá trabalhava. Não fez contrato, trabalhava das 9h às 18h, ganhou €800 e sabia que não tinha possibilidades de continuar. Depois de um mês, ficou sem emprego e trabalhou como promotora, em actividades pontuais. Fazia-o aos fins-de-semana, não tinha contrato de trabalho e recebia €25 por dia. Esteve a fazer promoções até reabrir o clube de campismo, onde Vânia se encontrava a trabalhar no momento da entrevista, com saída prevista para o final do Verão. Tem um contrato de três meses, ganha cerca de €700 e trabalha por turnos de 6h30m.

Quando terminar este contrato, vai novamente trabalhar como operadora de registo de dados, na mesma empresa em que já o fez.

Espera entretanto concluir o 12.º ano no ensino recorrente. Sente também necessidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos de informática e de aprender mais uma língua.

#### 4.4 VIAS ALTERNATIVAS DE APRENDIZAGEM

Até aqui foram seguidos os percursos dos entrevistados, nas várias etapas do ensino regular. Olhe-se agora para a formação que obtiveram através de outros itinerários por eles também percorridos.

O grau escolar obtido por via da escola regular é, em geral, considerado inoperativo ao nível da empregabilidade e, quando valorizado, avança-se com o problema das dificuldades do percurso escolar necessário para o obter. Por regra, quem não concluiu o 9.º ano repudia o sacrifício de frequentar a escola até atingir esse patamar. Quem abandonou a escola já com o 9.º ano concluído, tem sentimentos semelhantes relativamente ao esforço necessário para obter o 12.º ano ou um grau universitário. Problemas, portanto, de cariz disposicional e representacional.

Pelo contrário, a formação profissional, com ou sem equivalência escolar, é vista como um passaporte fiável e viável para entrar no mundo do trabalho e tem a seu favor o facto de permitir a obtenção de formação em áreas temática e tecnicamente circunscritas. Para além disso, o tipo de saber nela veiculado está vocacionado para a aprendizagem de conhecimentos práticos e operativos no contexto laboral, embora não constituam garantidamente uma via para a empregabilidade desejada.

“E: De quantos anos são esses cursos?”

T: Alguns são um, mas normalmente são três anos, com estágio, com tudo. Não vais já... acho que te dá mais facilidade em encontrares um emprego depois do curso... tens o diploma e não sei quê, dá equivalência ao 12.º e acho que tens mais... como fizeste os estágios... tens para aí três estágios por ano, então em três anos tens nove estágios. Já não vais às cegas para arranjares um trabalho.”

*Tânia, 10.º ano incompleto, desempregada (na sua última profissão trabalhou como rececionista), 22 anos*

“E: Sentiu necessidade de fazer algum tipo de formação complementar à proporcionada pela escola? Em quê?

F: Fiz só o tal curso profissional para ter uma saída de emprego... mas estudar, mesmo, não quis mais, para quê?! Passamos lá tantos anos e quando saímos não nos abre portas nenhuma...”

*Fausto, 9.º ano concluído, fiel de armazém, 21 anos*

“Depois de sair da escola fiz um curso... de electricidade e manutenção, e depois trabalhei à noite. Fazia o que era preciso, é mesmo assim... ajudava um electricista, foi fácil. Como tinha feito o curso já sabia algumas coisas.”

*Xavier, 9.º ano concluído, ajudante de armazém, 20 anos*

Os que frequentaram cursos de formação profissional, nomeadamente os promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), consideram que estes os dotaram de adequadas competências laborais e lhes abriram portas no mercado de trabalho. Aliás, no caso de Fausto, a frequência de um curso de formação profissional teve na sua base uma estratégia de o mobilizar como ponte para o emprego. Não houve um interesse pelo conteúdo do curso, mas sim pelas oportunidades profissionais que este lhe proporcionava.

Tânia, que na altura da entrevista planeava entrar para um curso do IEFP com equivalência ao 12.º ano, destaca o contacto que durante esse tipo de cursos se tem com a realidade laboral, por intermédio dos estágios. Nas suas palavras, “*não se vai às apalpadelas*” para o mercado de trabalho, porque já se passou por lá.

Ou seja, por prepararem os alunos para actividades específicas, facultando-lhes (na sala ou nos estágios) um conjunto de disposições práticas para o seu exercício, a formação profissional do IEFP parece contribuir para a abertura de portas no mercado de trabalho a quem ambiciona desenvolver uma actividade profissional. Mas além de preparar para o mundo do trabalho, esses cursos são valiosos no plano formal, pois dão equivalência a um grau escolar que é, por si, um recurso importante no acesso ao sistema de emprego.

Os cursos atrás referidos são operativos no ensinamento de competências profissionalizantes e na atribuição de um título. Como se sabe, existem também cursos<sup>15</sup> que atribuem títulos, mas cujo plano curricular não está directamente vocacionado para o ensino de saberes profissionalizantes e sim para a certificação de conhecimentos interiorizados em contextos não necessariamente escolares. Mantendo a dimensão da equivalência escolar e da valia mercantil e simbólica a ela associada, estes cursos procuram avaliar, valorizar e redimensionar o conhecimento obtido através das “experiências de vida”, sejam elas laborais, escolares ou outras.

---

<sup>15</sup> Veja-se neste âmbito o programa Novas Oportunidades.

“Não é qualquer pessoa que chega ali e tira o 9.º ano em dois meses. Eu tive que pegar na minha vida e saber identificar o que é que nela correspondia ao 9.º ano. Tipo: onde é que a Matemática do 9.º ano era usada na minha vida. Estava lá um professor que dizia que a Matemática era isto, isto e isto, e nós tínhamos de fazer um trabalho relacionado com a nossa vida a demonstrar onde é que nós usávamos essa matéria e como a aplicava. A gente sai de lá mais esclarecidos do que uma pessoa que acabe o 9.º ano, isso posso garantir. Só que para conseguir entrar primeiro passas por uma avaliação que é um teste com várias perguntas... não tem nada a ver com História nem Matemática. São perguntas práticas, do dia-a-dia, onde nessas perguntas diz se tens capacidade para ter o 9.º ano ou não. Há pessoas com a 4.ª classe, pessoas com cinquenta e sessenta anos que andavam lá a tirar o 9.º ano. Três ou quatro reprovaram, mas outros três ou quatro passaram, tiveram capacidade de demonstrar que mereciam o 9.º ano.”

*Fernanda, 9.º ano concluído, administrativa num clube desportivo, 29 anos*

É a experiência de vida e são os conhecimentos daí emersos que permitem aceder a um grau escolar. Dá-se como que uma inversão das fontes do conhecimento valorizado. O saber incorporado no exterior é estruturante para o sucesso num contexto onde se decide a habilitação escolar. Embora o reconhecimento do 9.º ano que obteve tenha sido fundamental para o acesso a um trabalho administrativo, Fernanda sente-se disposicionalmente inferiorizada em relação a pessoas que concluíram a escolaridade obrigatória pela via regular. Com efeito, as baixas qualificações escolares podem, muitas vezes, resultar em sentimentos de “*inferioridade social*” (Ávila, 2005), quando os indivíduos pouco escolarizados se comparam com os que detêm mais qualificações formais. Este sentimento não se deve apenas ao “*valor do diploma escolar enquanto recurso valorizado e reconhecido pelos outros*”, mas também à “*importância do diploma no quadro das interações quotidianas*” e aos “*efeitos que pode ter ao nível dos modos de agir e pensar*” (Ávila, 2005: 414) e também de falar.

“É claro que eu não tenho as palavras nem as falas que uma pessoa que anda no 9.º ano usa... eu vejo por amigos meus que tiraram mesmo o 9.º ano e a maneira deles falarem é muito mais vip do que a minha. Eu falo de uma maneira simples, eles falam de uma maneira simples com um amigo, com um colega, numa borgia, mas com as pessoas do dia-a-dia já têm outra maneira de falar, de ser. São da minha idade, mas passaram pelo 9.º ano e têm outra maneira de dizer que eu não tenho.”

*Fernanda, 9.º ano concluído, administrativa num clube desportivo, 29 anos*

Se aquilo que se busca é a acreditação de disposições imersas no capital cultural de sujeitos que saíram precocemente da escola, e portanto estiveram menos expostas a um conjunto de ensinamentos e modos de estar típicos da cultura dominante, faz sentido que essa camada mais fina das disposições relacionais dos alunos desses cursos passe por uma peneira menos apertada, pouco estruturante.

Alguns entrevistados procuraram e foram alvo de formação em contextos que não o IEF. Quando se caracterizou a população entrevistada foi referido que são os jovens com níveis de escolaridade mais elevado (neste estudo, os que frequentaram ou concluíram alguns anos do ensino secundário) aqueles que mais frequentam formação profissional nas empresas e que mais apostam nessa estratégia. Esse tipo de aprendizagem pode ser requisito para aceder a um emprego ou investimento que visa solidificar condições estruturais viabilizadoras de mobilidade ascendente no contexto de uma organização de trabalho específica ou do mercado de trabalho, em geral.

“E: E depois fizeste alguma formação complementar? Sei que foste para Lisboa uns tempos para receberes formação para esta actividade que tens agora...

A: Duas semanas, sim.

E: Foste fazer o quê?

A: Fui aprender a avaliar ouro, a fazer empréstimos...

E: Quem é que te deu a formação?

A: Foi a própria empresa, um técnico da empresa.

E: Depois de receberes a formação foste logo trabalhar?

A: Sim. Não fui logo fazer empréstimos, mas fui fazer o resto. Depois, passados uns dois meses comecei a fazer empréstimos. Ainda tive mais formação cá em baixo. Ainda cá veio o técnico para dar mais formação.”

*André, 12.º ano incompleto, vendedor, 26 anos*

André é dotado de um capital formal um pouco mais elevado do que a maioria dos entrevistados (o 12.º ano frequentado) e a esse nível estava calibrado para poder aspirar à profissão e ser aceite pela empresa. Faltava-lhe o conhecimento técnico, oferecido posteriormente por esta.

A procura de cursos de formação sem equivalência escolar obtidos em instituições privadas, pelos quais se investe nos recursos disposicionais e na certificação profissional não-escolar, é uma estratégia accionada pelos entrevistados para se prepararem para uma eventual oportunidade profissional. Semeia-se hoje para colher amanhã.

“Depois de ter terminado o 9.º ano inscrevi-me num curso de secretariado à noite, mas só fui nos primeiros meses, depois desisti, era muito cansativo... passado um tempo tirei outro curso, durante um ano, de Iniciação à Informática... passado uns anos tirei outro de informática, mas só *Access*, também durante um ano, já mais avançado, e agora ando a tirar um outro, aqui dado pela firma sobre Higiene e Segurança no Trabalho (...) Eu gosto de estudar... temos que zelar pelos nossos interesses. Se me surgir outra oportunidade eu quero estar o mais bem preparada possível, para depois não me arrepende de não ter feito... ando sempre à procura desses cursos. Se forem compatíveis com o meu horário e na área de informática nem hesito... à excepção deste último, que é dado pela empresa, tenho-os tirado em instituições privadas...”

*Carolina, 9.º ano completo, empregada fabril, 22 anos*

“Já tirei um curso de informática. Hoje em dia é sempre bom sabermos mexer com o computador... por acaso na altura não tinha necessidade, era motorista, mas mesmo assim tirei... foi-me útil quando vim para aqui.”

*Venâncio, 9.º ano, conferente de armazém, 30 anos*

Embora cada entrevistado protagonize a sua própria história de vida, dotada de especificidades, todos eles têm em comum o facto de num momento mais ou menos avançado dos seus percursos escolares terem abandonado a escola, e todos o fizeram antes de concluir o ensino secundário. Em certa medida, todos experimentaram o insucesso escolar. Pela análise das suas pertenças sociais, constata-se que se está perante um fracasso escolar socialmente enformado. Provenientes de famílias predominantemente descapitalizadas ao nível de recursos escolares, os jovens reproduziram de forma bastante nítida o volume relativo do capital escolar dos progenitores.

Segundo Lahire (1995, 2008), a eficácia da transmissão do capital cultural entre pais e filhos depende em muito de processos de interacção específicos, pelos quais as heranças disposicionais podem ou não encontrar as condições comunicacionais necessárias à sua interiorização pelos herdeiros. Se é verdade que as heranças disposicionais se transmitem segundo processos relacionais concretos, importa porém referir que as modalidades dessa transmissão dificilmente são, na sua totalidade, apreensíveis pelas grelhas analíticas construídas pelo olhar sociológico. E neste sentido, independentemente do modo concreto como o capital cultural é transmitido entre pais e filhos, essa herança encontra, muitas vezes, canais mais ou menos visíveis, mais ou menos explícitos, que viabilizam a sua perpetuação geracional.

A escola é um contexto de interacção onde as disposições sociais do indivíduo se confrontam com um tipo de cultura e de saberes socialmente dominantes. Por terem na sua maioria interiorizado no seio das respectivas

famílias capitais culturais pouco volumosos, os jovens sentiram dificuldade em triunfar num palco onde as demandas curriculares se vieram a revelar pouco estimulantes ou demasiado complexas. O facto de os conteúdos escolares serem em geral pouco apreciados pelos jovens, fê-los desinvestir nos processos de aprendizagem, facto que tendeu a reproduzir e a agudizar o hiato entre os recursos e disposições detidos pelos jovens e as exigências escolares. O insucesso escolar encontra nesta evidência um fundamento explicativo. Mas ele próprio tende a potenciar a sua própria reprodução, pois ajuda a acentuar o afastamento do aluno face à escola, às suas lógicas culturais e ao seu sistema de saberes e avaliação. Por isso mesmo a decisão tomada pelos jovens no sentido de abandonarem a escola foi quase sempre antecedida por resultados negativos e experiências de insucesso, que funcionam como sinais que indiciam a ruptura entre aluno e escola.

É interessante verificar que a maior parte dos jovens explica o seu insucesso escolar apoiando-se no facto de não ter investido mais nos estudos. A capacidade cognitiva era, segundo afirmam, suficiente. A vontade para investir não. Aparentemente, o insucesso escolar foi pouco violento no plano simbólico para estes jovens. Mas até que ponto a indisposição para investir é apresentada como uma explicação que acaba por esconder as razões estruturais que enformam a fenomenologia da vontade e, afinal, acaba por funcionar como uma impostura representacional que ajuda a amenizar eventuais sentimentos de frustração e impotência?

O hiato ontológico decorrente da falta de empatia entre os saberes escolares e as disposições sociais dos jovens foi ampliado, em muitos casos, por razões de ordem organizacional, curricular e relacional. Dentre as críticas apontadas pelos jovens, destacam-se os programas curriculares demasiado extensos e pouco plásticos, o elevado número de alunos por turma e a impessoalidade que, nalguns casos, preside à relação entre aluno e professor. Exceptuando a questão da plasticidade dos currículos escolares, as restantes têm em comum o facto de directa ou indirectamente aludirem à importância que o professor assume na aproximação do aluno à escola e aos conhecimentos aí veiculados. Ele é apresentado como uma âncora decisiva para a manutenção do aluno na instituição.

O afastamento face à escola pode também ser favorecido pela falta de apoio oferecido ao aluno no que toca ao seu encaminhamento disciplinar, facto relevante no quadro de uma amostra qualitativa de jovens sem sonhos profissionais e com interesses indefinidos. Por um lado, a frequência escolar perde sentido porque não é um momento formativo intermédio pelo qual se busca alcançar um objectivo profissional concreto; por outro, as escolhas disciplinares mais ou menos aleatórias mostraram-se nalguns casos potenciadoras da repulsa sentida pelos jovens face ao universo de conhecimentos veiculado pela escola, nomeadamente no ensino secundário. Não havendo afinidade com os conteúdos escolares, num nível de ensino onde já existe alguma especialização e complexificação dos saberes transmitidos, os problemas de relacionamento com a instituição tendem a agravar-se.

A manutenção dos alunos na órbita de trajectórias educativas pode também ser equacionada no plano da relação entre a escola e instituições vocacionadas para a formação profissional. Ao não informar e encaminhar os alunos que a abandonam para esse tipo de possibilidades formativas, a escola perde uma boa oportunidade de ajudar os alunos desistentes a construir um novo projecto formativo e qualificacional. Esta valência da instituição escolar ganha pertinência estratégica se se pensar que muitas vezes as famílias de origem dos jovens não constituem travões efectivos ao abandono escolar dos seus filhos. No quadro da população aqui entrevistada, esta é uma ideia bastante consistente. Se bem que a maioria refira que pelo menos um dos seus pais se opôs à decisão de abandonarem a escola, percebe-se que essa posição foi quase sempre pouco firme e, no fundo, funcionou como uma aceitação tácita do desejo por eles manifestado.

Embora facilitado, na maior parte dos casos, pela falta de motivação e interesse face à escola, o seu abandono é potenciado também por factores alheios ao funcionamento da instituição: alguns dos entrevistados foram obrigados a abandonar a escola ou sentiram o dever moral de o fazer (visto que não tinham aproveitamento), devido a necessidades económicas sentidas pelas famílias de origem (o divórcio dos pais ou a morte de um deles são razões que explicam a deterioração das condições materiais de existência dos jovens). É o estudo de Patrícia Ávila (2005:397) que chega a idênticas conclusões. Outros porque, inesperadamente, abraçaram o projecto de constituição de uma família (e por isso foram obrigados a obter um rendimento) ou insistiram na experimentação de uma relação afectiva juvenil contra a vontade dos pais (o caso de Fernanda). Noutros casos, foi a vontade de autonomização económica face aos pais e de alargamento das possibilidades de consumo (a compra de roupa, tabaco, despesas afectas a práticas hedonísticas...) que potenciou o abandono escolar. Essa decisão pode também advir de problemas ao nível convivial sentidos no interior da escola. Por fim, houve jovens que puseram um ponto final na sua trajectória escolar porque acreditaram que a frequência dos cursos universitários que desejavam seria inviável no plano económico, ou pouco eficaz no que toca à inserção profissional.

A compreensão do abandono escolar deve, portanto, ter em conta um conjunto diversificado de variáveis e modos de relacionamento entre estas. Se é verdade que a origem social exerce forte influência na definição dos trajectos escolares, não se pode menosprezar o impacto do funcionamento e organização da instituição escolar na explicação deste fenómeno. É, por outro lado, importante conceptualizar as regularidades sociais enquanto tendências, e não como determinações. De facto, uma aproximação demasiado determinista à realidade social enubla o olhar científico e marginaliza experiências concretas inscritas na história de vida dos indivíduos que são, na verdade, decisivas na explicação dos processos de abandono escolar precoce.

## Fausto

Fausto tem 21 anos de idade e é servente de armazém há três anos, numa empresa ligada ao comércio e instalação de ferramentaria electromecânica. É solteiro e vive actualmente com a avó. O pai é empregado de armazém na mesma empresa que ele, e a mãe é doméstica, nunca tendo exercido qualquer profissão.

Frequentou a escola até ao 7.º ano, na freguesia da Prelada, Porto, de onde é natural. Reprovou pela primeira vez no 6.º ano de escolaridade, no qual diz ter sentido dificuldade a todas as disciplinas. Continuou a senti-la até decidir terminar os estudos no 9.º ano. Nunca teve apoio escolar, nem dentro nem fora da escola. Sempre que estudava, coisa que referiu fazer poucas vezes, fazia-o sozinho. Atribui a desistência da escola ao seu fraco entusiasmo pelos estudos. A decisão de deixar de estudar colidiu com as expectativas que os pais e a avó tinham em relação ao seu percurso escolar. Fausto refere não ter sido pressionado por ninguém (amigos, pais, avó) a tomar tal decisão, atribuindo a si mesmo toda a responsabilidade. Até ao momento não se diz arrependido, nunca tendo sentido necessidade de voltar a estudar.

Quando abandonou a escola frequentou um curso de formação profissional em electricidade e manutenção proporcionado pelo IEFP, que lhe deu equivalência ao 9.º ano. A sua intenção foi aprender uma “arte” que lhe permitisse uma melhor integração no mercado de trabalho, falha que aponta ao sistema de ensino regular nas escolas portuguesas.

A sua integração foi facilitada pela mediação do pai. Quando terminou o curso, perante a falta de perspectivas profissionais – para além da intenção, vaga, de seguir algo relacionado com a formação que acabara de obter – decidiu aceitar a proposta que o pai lhe fez de ir trabalhar para junto dele. Começou a trabalhar dois dias depois de ter concluído o curso. A sua adaptação à actividade que viria a desempenhar (servente de armazém) foi relativamente fácil, graças ao apoio que teve dos seus restantes colegas de trabalho.

Exprime um elevado agrado por todas as actividades que tem desenvolvido enquanto servente durante os três anos de actividade profissional que já acumula, apontando como principal falha, no sistema laboral da empresa, a falta de formação profissional.

A estabilidade da empresa onde actualmente se encontra, e a obtenção de um contrato sem termo levam Fausto a apresentar uma atitude descontráida relativamente à mutabilidade que se vive actualmente no mercado de trabalho, desconstracção que se estende a outros domínios da sua vida pessoal, nomeadamente à ideia de constituir família. Apesar de referir ter namorada, a ideia de casamento ainda não se anuncia para breve. A par da sua indeterminação no que concerne ao casamento, refere o facto de a namorada ainda se encontrar a estudar e do seu ordenado (€410) não ser suficiente para levar a cabo tal desígnio.

## Fernanda

Fernanda tem 29 anos e o 9.º ano completo. Foi mais longe no percurso escolar do que os seus pais, ambos com a 4.ª classe. São vendedores de peixe numa praça local. Actores sociais com uma relação mínima com a escola, eles contribuíram para que a sua filha abandonasse precocemente esta instituição, no seu 7.º ano. Esse facto teve na sua origem uma zanga familiar motivada por um namoro, e perante a desaprovação dos pais, Fernanda comunicou-lhes que aproveitará o tempo das aulas para namorar. No 3.º semestre desse ano escolar, Fernanda precisava de material para os estudos. Os pais disseram-lhe que se quisesse estudar tinha de trabalhar. Foi o que fez. Quando voltou estava reprovada por faltas. A necessidade de autonomia foi conseguida à custa do (des)investimento escolar. Houve então uma ruptura com os pais. Foi viver com a avó. Tinha cerca de 16 anos e para frequentar a escola precisava de papéis assinados. A vida de Fernanda até aí estava longe da linearidade trajectorial. Viveu em França, onde concluiu o 1.º ciclo. Entretanto, passou um ano em Portugal com a avó e deu os primeiros passos no Português. Voltou definitivamente a Portugal após concluir esse nível de ensino. Era aluna de quatro/cinco valores a Matemática e a Educação Visual. Diz que vinha com a matéria adiantada a Matemática. Até ao 7.º nunca teve negativas, nem mesmo a História e a Português, as suas piores disciplinas. Tinha dificuldades em decorar os conteúdos de História e a escrita em Português era turbulenta nos erros. Mesmo assim, devido à sua imaginação, conseguiu no 6.º ano ter um 4 a esta última disciplina. Oscilava entre os quatro e os três valores às restantes. Aos 18 anos volta a estudar. Tenta fazer o 9.º ano através das unidades capitalizadas. Não consegue completar o plano de estudos nesse ano e no ano seguinte essa modalidade curricular acaba na sua localidade (São Brás de Alportel).

Novo revés no seu percurso. Somente 10 anos depois é que tenta outra vez a escalada. Neste caso, tomando um atalho. Aos 28 anos, depois de ter sido estimulada e informada pelo director da Repartição de Finanças de Faro, quando aí trabalhava como empregada de limpeza, foi ao IIEP e inscreveu-se num programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Aí faz o 7.º, 8.º e 9.º ano em três meses. Garante que nem toda a gente é admitida, que alguns não o conseguem completar e que os ensinamentos são equivalentes aos da escola normal e bastante operativos ao nível das competências de empregabilidade. Contudo, existe na Fernanda algum complexo face aos seus amigos com o 9.º normal, que têm outras “falas” e “palavras”. Foram as falas e os conhecimentos que amealhou durante a sua trajectória profissional que lhe permitiram fazer o 9.º ano, mas foi a formalidade desse grau de ensino, associada aos ensinamentos práticos que aí interiorizou (por exemplo, como se comportar numa entrevista de emprego), que lhe possibilitou ter um emprego que até aos 28 nunca tinha alcançado. Até essa idade tinha trabalhado em cafés, restaurantes, pastelarias, supermercados, trabalhou uma vez numa empresa de lavagem de carros e entre os 18 e os 20 anos experimentou (e lucrou) no trabalho nocturno em discotecas. Quase nunca teve contratos de trabalho. Diz que teve dois ou três, de seis meses, em toda a sua vida. Ganhou quase sempre o ordenado mínimo quando trabalhava a tempo inteiro, embora antes dos 18 anos tivesse chegado a ganhar, em cafés, entre €100 e €150 nesse mesmo regime. As actividades que exerceu foram conseguidas por convite. O seu salário só aumentava quando combinava dois ou três empregos. Terá chegado a combinar três empregos ao mesmo tempo, e a dormir apenas uma hora durante um mês (nas discotecas ganhava €25 por noite).

Aos 20 anos conhece o marido actual. Vivem juntos há cerca de oito anos e casaram-se há sete. A partir daí deixou de trabalhar à noite e de acumular empregos. Têm dois filhos – um com sete anos e outro com cinco. Fernanda ficou com cada um deles em casa até aos dois anos. Depois teve de recorrer à dispendiosa ama (“era metade do ordenado para a ama”). Foi a sua sogra que lhe encontrou o trabalho com empregada de limpezas na Repartição de Finanças de Faro. E o facto de o marido ser protésico (auferindo entre €900 e €1000 de rendimento mensal, sem contrato neste momento, empregado) e de se relacionar com “médicos” ou “engenheiros”, mobilizou-a a elevar-se no espaço social das profissões. A procura desse capital simbólico constituiu motivação para a mudança profissional.

Obtido o 9.º ano, e segundo declara, “deixou de lavar o chão e de servir às mesas” e pôde sentar-se “atrás de uma secretária” como administrativa num clube desportivo de São Brás do Alportel, no quadro de uma programa do IEFP. Em vez de lhe conceder o subsídio de desemprego, o IEFP colocou-a no mercado de trabalho. Paga-lhe mais 20% do que o subsídio de desemprego a que teria direito e o clube complementa com o subsídio de almoço. O trabalho é teoricamente a tempo inteiro mas Fernanda goza de grande liberdade no cumprimento desse horário. Serve-se do computador e da Internet no serviço, práticas que aprendeu sozinha. O facto de o seu contrato ter apenas a duração de um ano não a assusta. A insegurança laboral sempre a acompanhou e nunca esteve desempregada sem querer. Para além disso, o 9.º ano “abre-lhe outras portas”.

Na pior das hipóteses, as da restauração continuam disponíveis se ela quiser regressar. Embora Fernanda desde cedo se tenha visto na contingência de ganhar o seu próprio dinheiro recorrendo aos trabalhos disponíveis, a perspectivação que ela faz do seu futuro não deixa de ser marcada por uma certa dose de onirismo. Sonha com a possibilidade de ser advogada e, sobretudo, poder vir a frequentar o ensino superior. Diz ter uma incompreensível paixão pela escola e sente-se atraída pelo acto de estudar, independentemente dos lucros profissionais que tal prática lhe poderá granjear. Mas há o problema dos filhos, e assim consente que a realidade tolha os seus sonhos. Talvez mais tarde... O abandono precoce da escola é o grande espinho que encontra na sua trajetória. Não se arrepende da ruptura com os pais, mas sim com a escola. Devia ter conciliado o trabalho com os estudos. Três notas finais: no contexto laboral, Fernanda valoriza a atitude profissional dos colegas e desvaloriza a remuneração; assinala o IPJ, o IEFP e os clubes desportivos e recreativos como instituições que ajudam na procura de emprego e na formação; gostaria de poder concluir o 12.º ano por via de um curso homólogo ao que frequentou e lhe permitiu concluir o 9.º ano – o problema, diz, é que esses cursos poderão não estar disponíveis para as pessoas com a idade dela.

## Tânia

*“Estou desempregada há três meses”*. Na verdade Tânia nunca teve um emprego duradouro. Saiu da escola com 19 anos. Informada pelo pai, foi trabalhar no verão durante um mês num campo de férias de uma autarquia algarvia a tomar conta de crianças, em regime de tempo parcial, a ganhar cerca de €150. Seguiu-se um trabalho nocturno de distribuição de publicidade, duas vezes por semana, €20 por noite. Trabalhou também numa loja de roupa e num café, um mês em cada um, com o salário mínimo nacional. A sua última experiência laboral foi como recepcionista numa pensão familiar, recebendo €150 por mês. Ficou lá por pouco tempo. Em nenhum dos empregos teve contrato de trabalho, nem tal facto a incomodou. Não havendo nada menos precário, Tânia quer ir *“trabalhando”*.

Esta foi a sua trajectória no mercado de trabalho nos últimos três anos. Tem actualmente 22 anos e o 9.º ano completo. Conseguiu-o sem brilhantismo, pois tinha normalmente três ou quatro negativas em cada semestre e passava o ano com duas ou três: *“História e Matemática eram negativas certas”* (diz não se lembrar das outras). Reprovou no 7.º e no 9.º anos. Gostava mais de línguas e de Educação Física. Tentou ainda a sua sorte no ensino secundário (Humanidades), mas com tão pouco balanço, a inclinação dessa nova etapa escolar foi insuperável e acabou por desistir.

Na verdade, a questão do pouco entusiasmo trazido por Tânia para a escola secundária tem de ser contextualizada na relação estrutural que a sua própria família tem com a instituição escolar: o pai, cantoneiro, tem a 4ª classe, enquanto a sua mãe, doméstica, tem o 7.º ano. Todavia, a mãe deu-lhe o impulso necessário para ir frequentar a escola secundária, visto que ela não queria. Só isso a fez tentar ir mais além no trajecto escolar.

Nunca aplicou no trabalho os conhecimentos aprendidos na escola, e quer receber formação extra-escolar que lhe permita aceder a postos de trabalho até agora fora do seu alcance. *“Coisas práticas”*. Foi ao IEFP de Faro inscrever-se num curso de Turismo mas não o encontrou. Vai agora tentar um de Seguros, embora o vá fazer sem grande paixão. Soube de alguns cursos no Algarve administrados pelo IEFP que lhe agradavam (Marketing, Publicidade), mas diz que por serem longe de São Brás do Alportel (Tavira, Vila Real, Loulé) não os frequentou. Percebe-se facilmente que existe alguma indolência na atitude de Tânia relativamente à procura de emprego e de formação. Desde que saiu da escola só foi por três vezes ao IEFP, não tem qualquer tipo de método na procura de emprego (não compra jornais; olha apenas para as vitrinas das lojas), rejeitou os cursos do IEFP de Loulé (cidade próxima de São Brás do Alportel). Os pais são compreensivos. Os amigos ajudam a matar o tempo no café, à tarde.

Ao contrário do que acontecia até ao 7.º ano, não tem sonhos profissionais: queria ser advogada, mas esse projecto diluiu-se no insucesso escolar. Diz que foi realista. No contexto escolar deixou de sonhar profissionalmente e talvez seja por isso que não equaciona voltar à escola. Hoje já não tem sonhos, tem projectos profissionais. Procurará *“agarrar o que vier melhor e seja o que Deus quiser.”* E vai usar os cursos de três anos do IEFP (que dão equivalência ao 12.º) para os pôr em marcha, pois estes têm estágios e dão-lhe garantias de emprego: *“não se vai às cegas procurar trabalho.”* É que há *“advogados a servir em cafés.”*

## Vênancio

Vênancio tem 30 anos, é casado há 10 e tem uma filha de oito anos. É conferente de armazém há oito anos e a sua mulher é operadora de caixa num supermercado. Têm ambos o 9.º ano. É natural de Ermesinde onde viveu com os pais. O pai, reformado, era carteiro e a mãe nunca exerceu qualquer profissão. Tem uma irmã nove anos mais nova que é estudante universitária, no 3.º ano de Biologia.

Frequentou duas escolas ao longo de todo o seu percurso no sistema de ensino. Inicialmente estudou num colégio em Ermesinde, em regime de externato, até completar o 6.º ano. Depois, dada a mudança de residência dos pais, passou a frequentar a Escola Pedro Vaz de Caminha, no Porto. É a esta mudança de escola que Vênancio atribui a transformação no seu aproveitamento escolar. Até então não contava com nenhuma negativa no seu curriculum. Considerava-se um aluno razoável, embora preguiçoso. Sublinha a rigidez, rigor e controlo exercido pelos docentes do externato como factor de sucesso dos seus resultados.

Teve o primeiro indicador de insucesso escolar no primeiro ano na nova escola, no 7.º ano, situação que se viria a repetir no ano seguinte. Explica este contratempo com a atitude descontrainda com que sempre encarou a escola e com a necessidade, na altura prioritária, de se integrar no novo estabelecimento de ensino e de travar novas amizades.

Recorreu a explicações à disciplina de Matemática, quando repetiu o 7.º ano. Inglês e História também são identificadas como disciplinas “pouco desejadas”, mas que apenas exigiam método de estudo e organização para resultarem numa nota positiva.

Quando terminou o 9.º ano, entrou na frequência militar obrigatória. Quando regressou, inscreveu-se no ensino secundário, em regime nocturno, mas acabou por desistir, dado o mau ambiente nocturno e as fracas relações interpessoais que estabeleceu com os colegas. Perante este acontecimento, e vendo-se pressionado pelos pais, optou por entrar no mercado de trabalho. Começou por trabalhar como motorista durante cerca de um ano, depois trabalhou como segurança durante dois anos e trabalha como conferente de armazém há oito anos.

O seu ingresso no mercado de trabalho foi apoiado nas duas primeiras vezes pelo pai e depois por um amigo. O terceiro emprego foi conseguido por intermédio de uma agência de trabalho temporário, na qual se inscreveu antes de sair do cargo de segurança. Nos três empregos por que passou entrou em regime de contratação a termo certo.

Quando, no segundo emprego, o transferiram para o turno da noite, momento que coincidiu com o seu casamento, deixou o trabalho e passou a trabalhar como conferente de armazém. Entrou com um contrato a termo, de 3 anos, tendo no final desse período assinado um novo contrato, o primeiro a termo incerto.

A estabilidade da empresa, e a sua efectividade, a par da boa relação que mantém com os colegas deixam-no tranquilo quanto à necessidade de pensar em alternativas profissionais futuramente.

## Xavier

Xavier tem 20 anos, é servente de armazém numa empresa ligada ao sector do comércio e instalação de ferramentaria electromecânica. Solteiro, vive actualmente com os pais, dois irmãos e com os avós maternos. O pai e o irmão mais velho são mecânicos de profissão e a mãe é cabeleireira. O irmão mais novo ainda se encontra a frequentar 7.º ano.

Xavier frequentou o ensino formal até ao 7.º ano tendo-se decidido, no final desse ano lectivo, por um curso profissional de electricidade e manutenção proporcionado pelo IEFP, com equivalência ao 9.º ano. No decorrer da entrevista mencionou, a par da dificuldade financeira dos pais, a sua falta de empenho nos estudos, como as causas principais para a sua decisão. A ideia foi-lhe sugerida por um amigo da escola que já tinha, na altura, a intenção de abandonar a escola. A área seguida não era a que pretendia, mas a impossibilidade de frequentar um curso mais vocacionado para a mecânica (tal como o pai e o irmão mais velho) e a necessidade que sentia de “ter dinheiro para as suas coisas” foram cruciais no momento de decidir iniciar o curso. Estimulado pelo amigo, e não tendo enfrentado qualquer impedimento por parte dos pais, opta por ingressar no curso com o único objectivo de obter a equivalência ao 9.º ano de escolaridade.

Teve a sua primeira experiência profissional como ajudante de electricista. Trabalhou nessa actividade durante alguns meses a recibos verdes. A insegurança do vínculo contratual que possuía, a fraca afinidade com a actividade e a oferta de trabalho proposta, novamente, pelo amigo, levaram-no até à actual situação profissional.

É servente de armazém há aproximadamente nove meses. Deste período guarda como positiva a relação de companheirismo que vive com os colegas de trabalho. Apesar de não se dizer completamente desagradado com a profissão, revelou ter intenção de mudar no futuro, quem sabe para mecânica automóvel, desejo que possui há já algum tempo e que ainda não realizou por falta de oportunidade.

Não tenciona voltar a estudar, apesar de ter referido que gostava de ter dado continuidade aos estudos. Este seu gosto deixou transparecer, acima de qualquer valorização dos conteúdos leccionados, um sentimento saudosista das relações de amizade aí vividas. Neste momento vê-se obrigado a dar prioridade ao trabalho, única fonte de rendimento desde que saiu da escola, mas não exclui a ideia de vir a fazer um curso de Inglês, pela utilidade que lhe é reconhecida actualmente.

## Bernardo

Bernardo tem 26 anos de idade e é natural de Pedroso, Vila Nova de Gaia. Está casado há quatro anos e tem uma filha de três meses. É auxiliar de armazém numa empresa de distribuição alimentar e a mulher, na altura em licença de maternidade, é costureira por conta de outrem.

Os pais estão divorciados desde os seus quatro anos de idade. Por essa razão, perdeu todo o contacto com o pai, a respeito de quem diz nada saber. Viveu com a mãe até aos 22 anos, idade com que casou. Não tendo voltado a casar, a mãe era o único elemento do agregado de quem provinha um rendimento mensal, que garantia a subsistência da casa. Motivos de saúde obrigavam-na a faltar muitas vezes ao trabalho, como empregada de limpeza, principalmente nos últimos anos. Foram as dificuldades financeiras da mãe que anteciparam a entrada de Bernardo no mercado de trabalho.

Antes de abandonar o sistema de ensino, no 12.º ano, Bernardo tinha já começado a auxiliar financeiramente a mãe, dando explicações escolares, depois do horário de aulas e aos sábados.

Considerava-se um bom aluno a todas as disciplinas, dos melhores da turma. Apesar desta sua aptidão para os estudos, desvaloriza o contributo prestado pela escola no processo de formação e integração dos jovens no mercado de trabalho. Admite que se não se tivesse deparado com uma situação financeira desfavorável, talvez tivesse continuado a estudar, não por sentir que tivesse vocação, mas porque era essa a “*ordem natural das coisas*”. Reconhece que tinha capacidades para ter continuado os estudos, mas nunca sentiu qualquer tipo de propensão para uma área específica.

No seu discurso é perceptível uma maior defesa dos métodos especializantes de formação profissional no terreno, do que dos métodos formais de ensino. Esta sua posição deve-se ao modo como encara a vida e analisa a actual conjuntura económica e social em Portugal. Reprova todo o tipo de estratégias que promovam o facilismo e a acomodação, a que diz os jovens estarem a habituar-se.

Analisando os processos de procura de emprego por que passou, pode inferir-se a sua determinação e pouca selectividade na hora de responder às ofertas. Foi a várias entrevistas de emprego, todas conseguidas por resposta a anúncios de jornal, método de procura que privilegiou. No entanto, a sua primeira experiência profissional foi obtida através do IEFP, única instituição a que recorreu com esse fim.

Assinou um contrato a termo certo, de um ano, com uma empresa de cabos eléctricos a funcionar em Gaia (aspecto convidativo dada a proximidade de casa).

Antes do final do contrato, entendendo que não se poderia acomodar, iniciou a procura de outro emprego. Respondeu a um anúncio de jornal, solicitando um funcionário para uma livraria no Porto. Apesar de considerar ter pouca aptidão para vendas e assumindo a sua timidez, foi admitido pouco tempo depois.

A situação profissional, novamente instável (contrato a termo certo de um ano), não o deixou desanimar na busca de uma ocupação que lhe garantisse mais segurança. Terminado o contrato na livraria, esteve um mês à procura de nova oferta de emprego. Durante esse longo mês, foi a quatro entrevistas de emprego, sem qualquer resultado. A esperada oportunidade chegou, uma vez mais, através de um anúncio de jornal. Desta vez tratava-se de um anúncio para auxiliar de armazém, numa empresa do sector alimentar em Ermesinde.

Encontra-se nessa empresa há cerca de quatro anos, com um contrato sem termo. Bernardo diz-se satisfeito com o convívio que mantém com os colegas de trabalho, condição que considera determinante para o bom desempenho e continuidade nas funções que desempenha.

Não pensa vir a frequentar qualquer tipo de formação, porque apesar de considerar que esses cursos só “*atrasam*” a entrada dos jovens no mercado de trabalho, sente que a formação que recebeu nas empresas, mesmo que informal, é suficiente.

Com a família a crescer, e um emprego estável, não delinea qualquer projecto para o futuro. Está certo de que continuará por muitos mais anos a desempenhar as funções que actualmente desempenha. Sente-se satisfeito. Confessa que, apesar de as mudanças sociais e económicas externas o deixarem um pouco alerta, a estabilidade da empresa consegue aquietar qualquer insegurança que o mercado de trabalho possa despertar.

## Carlos

Carlos tem 30 anos e vive em Bucelas com a companheira. Será pai brevemente.

Actualmente está desempregado, depois de ter saído de uma empresa de desmancho de carne de porco. A companheira é técnica de 1.<sup>a</sup> classe no departamento de fiscalização de uma autarquia dos arredores de Lisboa e aufera um salário de cerca de €700.

Tendo passado por um divórcio, antes do primeiro casamento Carlos vivia já em Bucelas com os pais e as duas irmãs. Não sabe indicar com precisão o nível de escolaridade do pai. Estando também ele desempregado, trabalhou anteriormente como ladrilhador. Por outro lado, a mãe, com o 8.<sup>o</sup> ano, é empregada doméstica, mas trabalhou numa fábrica em Sacavém. A irmã mais velha concluiu o 12.<sup>o</sup> ano e a mais nova desistiu no 10.<sup>o</sup> ano, quando encontrou emprego.

Amante da prática de futebol, Carlos deixou de jogar há dois anos, depois de ter sido federado em vários clubes locais. Chegou mesmo a receber um salário enquanto sénior.

Quando era criança, gostava de ir mais cedo para a escola primária para jogar futebol com os colegas – hábito que manteve até sair do sistema de ensino.

Em termos de aproveitamento escolar, teve sempre negativas às disciplinas de Matemática e Ciências, tendo reprovado apenas no 5.<sup>o</sup> ano, com outras duas negativas: Português e Francês. No que diz respeito ao comportamento, tem registado no seu percurso escolar uma semana de suspensão por ter estragado um jardim na escola. Pensa que foi um aluno razoável, mas que podia ter sido melhor, não fosse o caso de não estudar. Identifica-se como “cábu-la”, e lembra-se de copiar inclusivamente os trabalhos de casa. Guarda como positivas as experiências que teve na escola em relação ao futebol, o que contrasta com a Matemática, “...ter que fazer exercícios...era um horror.”

Apesar de afirmar que os seus amigos da escola manifestavam igual desinteresse pelos estudos, na verdade, a maior parte concluiu o 9.<sup>o</sup> ano e alguns ingressaram no ensino secundário. Contrariamente, e dada a desmotivação sentida com a reprovação no 5.<sup>o</sup> ano, Carlos abandonou o sistema de ensino após terminar o 6.<sup>o</sup> ano.

Segundo Carlos, os seus pais sempre valorizaram os estudos. Em casa, contava até com a ajuda das irmãs para estudar, as quais eram consideradas “...uns cérebros na escola.”. No entanto, foi com alguma naturalidade que os pais aceitaram a sua saída da escola e entrada precoce no mercado de trabalho.

De facto, começou a trabalhar desde cedo, a ajudar o pai, como servente, na construção civil. Aos 14 anos, depois de terminado o 6.<sup>o</sup> ano, começou a trabalhar como aprendiz de fresador; uma actividade encontrada pelo pai. A sua entrada no mercado de trabalho veio colmatar algumas das suas necessidades pessoais, mas também as necessidades financeiras da família. Daí o bom acolhimento da ideia de Carlos começar a trabalhar.

Nesta sua primeira actividade, Carlos trabalhava 9h por dia, recebendo cerca de €50 mensais a fazer peças e moldes de ferro. A partir daí progrediu até passar a fresador, passando a auferir €400 mensais. À excepção das funções de limpeza das instalações às sextas-feiras, Carlos diz ter gostado muito deste emprego. Trabalhou com contrato permanente durante seis anos mas acabou por sair quando casou e foi morar para Sintra.

A mudança de residência levou-o a procurar trabalho mais perto de casa. Foi trabalhar para outra empresa, mas também como fresador. Ganhava €450 mensais e chegava a receber o mesmo valor em horas-extra. Trabalhava das 8h às 24h e saía entretanto para treinar futebol. A falência da empresa veio determinar a sua saída, com uma indemnização.

Pouco tempo depois, através de conhecimentos pessoais que tinha feito na empresa, conseguiu trabalho como desmanchador de carne. Trabalhava das 6h às 18h, recebia €500 acrescidos de €300 não declarados, pelo trabalho de horas-extra.

Durante oito anos, assinou vários contratos de seis meses e trabalhou para duas empresas (uma vez que na mesma sala de desmanche operavam várias empresas). Numa destas empresas chegou a ser encarregado. Ganhava €850 mensais e €150 não declarados. Confessa que não gostava do trabalho por ser muito cansativo, mas precisava de trabalhar. Acabou por não renovar contrato quando o seu patrão não acedeu ao seu pedido de aumento pelas horas-extra que fazia. Não se arrepende de ter saído, pois para além de estar farto da função em si, as condições de trabalho não eram as desejáveis.

O seu futuro passa por casar com a actual companheira e encontrar um emprego como fresador ou como distribuidor de materiais de construção, funções que diz ter vocação e prazer em desempenhar. Hoje está arrependido de ter desistido da escola, pois sente que tinha mais possibilidades profissionais se tivesse o 12.º ano. Reforça a importância da escola, quando diz que esta lhe fez falta em alguns empregos, nos quais maiores conhecimentos matemáticos teriam sido importantes. Nunca teve formações nem estágios profissionais e reconhece que gostava de estudar mais, porque sente que lhe falta vocabulário.

Ao longo da sua vida profissional, tem utilizado sempre os conhecimentos pessoais e o pedido 'porta a porta', para arranjar emprego. Quando ficou desempregado, dirigiu-se pela primeira vez, ao IEFP para ter direito ao fundo de desemprego. Apesar de afirmar que é uma boa ajuda para pessoas desempregadas, não espera que o IEFP lhe conceda trabalho, preferindo deixar essa tarefa para si.

A escola sempre foi uma obrigação para o Carlos. Começou a trabalhar desde cedo e partilha com a sua família o mesmo entendimento do trabalho. Trabalhar é a via natural "...para quem não tem queda para os estudos". De momento, parece emocionalmente estável, quando procura reconstruir o seu projecto familiar, após uma tentativa mal sucedida. A reinserção profissional será condição essencial para que isso aconteça.

## Esmeralda

Esmeralda tem 28 anos e vive na casa dos sogros com o marido, os filhos, o cunhado e a cunhada. Os seus pais separaram-se quando tinha três anos. A partir daí viveu sempre com a mãe e manteve pouco contacto com o pai. Tem uma meia-irmã, por parte da mãe, com quem viveu e um meio-irmão, da parte do pai. A mãe tem a 4.ª classe e é cozinheira. Não sabe a escolaridade do pai, apenas que é proprietário de uma empresa de transportes.

Casada há quatro anos, tem dois filhos gémeos com quatro anos também. O marido tem o 6.º ano e é condutor de máquinas industriais.

Teve uma trajectória escolar regular até ao 7.º ano, ano em que reprovou, o que coincidiu com a mudança de escola. Diz que a adaptação foi difícil. Tinha negativas frequentes a Matemática, mas gostava, por outro lado, de Inglês e Francês.

A desmotivação e o facto de não gostar da escola levaram-na a desistir de estudar a meio do 8.º ano. Começou por trabalhar num café, onde diz ter sido explorada: “trabalhava muito e ganhava pouco”. Tinha um horário das 8h às 20h, de 2.ª a domingo e auferia €150 mensais, sem contrato de trabalho. Acabou por sair e manteve-se a trabalhar em cafés, restaurantes ou bares. Teve mais quatro experiências profissionais nesta área, onde horários e salários eram sempre semelhantes. Trabalhava das 10h às 15h e das 19h às 22h. Recebia entre €300 e €350 mensais, acrescidos de gorjetas.

As mudanças de emprego ocorriam sempre que Esmeralda encontrava um melhor. Conseguia os empregos através de conhecimentos informais, à excepção do último emprego que teve antes do actual, que encontrou através de um anúncio no jornal.

Trabalhava num Centro Equestre. Durante quatro anos foi tratadora de cavalos, dava aulas de equitação a crianças e acompanhava os cavalos a concursos. Não tinha qualquer formação específica para o fazer, nem mesmo para dar aulas. Todas as funções que desempenhava foram aprendidas no trabalho, através do seu patrão – foi neste emprego que aprendeu a montar a cavalo e a ensinar crianças a fazê-lo. Trabalhava das 8h às 13h e das 15h às 20h. Auferia €525 mensais.

Saiu deste emprego quando engravidou. O trabalho com os cavalos poderia ser perigoso e não sentiu grande interesse, por parte do patrão, em encontrar soluções.

Depois de ter tido os filhos e passados três anos – idade em que puderam ir para a creche – Esmeralda começou a trabalhar no emprego que mantém hoje.

É empregada de armazém, numa empresa de produtos regionais. Tem como funções preparar as encomendas e conferir o que chega. Trabalha das 9h às 12h e das 14h às 18h30, de 2.ª a 6.ª feira. Recebe €420 mensais. Gostaria de ter mais qualificações. Sente falta da escolaridade sobretudo quando vê que, para qualquer emprego, os requisitos envolvem ter o 9.º ou o 12.º ano. A sua mãe não queria que ela deixasse a escola. No entanto, este desacordo não foi factor suficiente para demover Esmeralda. Reconhecendo a importância das qualificações e, arrependida de ter deixado de estudar, Esmeralda foi firme com a irmã mais nova quando esta quis seguir as suas pisadas. Aconselhou-a, esclareceu-a e convenceu-a a continuar. Actualmente frequenta o 10.º ano. Esmeralda sente algumas dificuldades financeiras. Por isso vive na casa dos sogros e conta com a sua ajuda nas despesas quotidianas. Neste momento, não consegue perspectivar o futuro.

## Guilherme

Guilherme tem 29 anos, é vigilante de segurança privada numa companhia de segurança. Há cinco anos foi residir para a Maia, onde vive actualmente com a companheira, em união de facto.

O agregado familiar de origem era composto por mais três pessoas: o pai – motorista nos serviços de transporte público, com o 9.º ano; a mãe – doméstica, com a 4.ª classe; e uma irmã mais nova – que se encontra a frequentar o 12.º ano. Guilherme frequentou o sistema de ensino formal até ao 12.º ano, não o tendo completado por ter perdido a motivação pela escola e pelo curso que tinha escolhido no 10.º ano (Curso de Carácter Geral: Introdução às Tecnologias de Informação).

No seu percurso escolar acumulou duas reprovações: a primeira no 10.º ano, por dificuldades com Matemática e Físico-Química, e a segunda no 11.º ano, também pela mesma razão. Quando chegou ao 12.º ano não sentia qualquer interesse em estudar. Reprovou inclusivamente às disciplinas de que gostava.

Começou, entretanto, a pensar na “sua independência”. No seu grupo de colegas, não foi o primeiro a abandonar os estudos. No entanto, não atribui a sua desistência a este tipo de influências externas. Considera-se o único responsável pelo “rumo da sua vida”.

Desde muito cedo que os seus gostos musicais o diferenciavam dos restantes colegas da escola, tendo sido este o critério para a identificação e aproximação com os restantes elementos do seu grupo de amizades. Guilherme era, porém, o mais popular. O seu estilo “rebelde” dentro da sala de aulas, por vezes, merecia a chamada de atenção por parte dos professores, mas não porque ultrapassasse o respeito que considera ser desejável entre professor e aluno.

A sua falta de motivação para com a escola e a vontade de ser independente fizeram com que tivesse a sua primeira experiência profissional aos 20 anos, decisão que não surpreendeu as pessoas mais próximas (pais e amigos) com quem já vinha partilhando – desde os 16 anos – a sua vontade de começar a trabalhar. A repetição de ano, duas vezes consecutivas no 10.º e 11.º ano, a Matemática e a Físico-Química, que resultaram no prolongamento da sua passagem pela escola e a possibilidade (que desde cedo era vista quase como certa), de voltar a reprovar no 12.º ano foram determinantes para o seu abandono escolar.

Iniciou-se no mercado de trabalho como servente da construção civil. Após algumas experiências passageiras nessa área, desta vez com a regulação de um contrato de trabalho, foi admitido como ajudante de motorista. Ao fim de dois meses de contrato, descontente com o salário que auferia, resolveu mudar e ingressou numa nova experiência que se viria a prolongar por seis anos, desta vez como 3.º escriturário, onde desempenhava tarefas nas áreas de gestão de stocks, tratamento de correio interno e externo e empregado de armazém.

De todas as actividades desenvolvidas, a de escriturário foi a que mais o agradou, devido ao facto de não ter “horas mortas”, ao contrário do que se passa com o actual.

Actualmente, a desmotivação com a profissão, unicamente atribuída à monotonia que a envolve, fazem com que os seus planos profissionais (e pessoais, uma vez que envolvem a companheira, licenciada em turismo, e actualmente desempregada e com um passado profissional marcado pela constante mudança de emprego devido aos vínculos contratuais a termo certo) augurem a possibilidade de emigrar para o Luxemburgo, onde acreditam ser possível “mudar de sorte”.

Apesar de os dois primeiros empregos lhe terem sido indicados por colegas, diz que foi por si que conseguiu os três empregos em que esteve.

Nunca planeou o seu futuro profissional, tendo “arriscado a sorte” nos que lhe davam uma maior probabilidade de ficar efectivo, e lhe asseguravam a independência económica dos pais. Desde que ingressou na vida profissional e foi viver com a actual companheira, reparte metade do seu salário com os pais, para ajuda nas despesas domésticas.

## Patrícia

Patrícia tem 24 anos, vive em Arez, concelho de Portalegre, e tem o 5.º ano completo.

Patrícia provém de uma família de sete irmãos, três raparigas e cinco rapazes. A sua mãe é doméstica e o pai proprietário de um café. Os seus irmãos completaram o 6.º ano de escolaridade, abandonando os estudos para apoiar o pai no negócio.

Tendo passado a infância num monte isolado, a ida à escola era, para Patrícia, uma forma de estender os seus horizontes geográficos e sociais. Dada a distância da casa, o transporte das crianças desta família para a escola era assegurado pela autarquia, através do pagamento de um táxi. As despesas com o almoço eram também asseguradas pela Câmara Municipal.

No que diz respeito à relação com a escola, Patrícia colocava as suas preferências nas disciplinas de História e Ciências da Natureza, tendo menos apreço por Matemática. Tendo sido sempre uma aluna bem sucedida, com média de aproveitamento de quatro valores, conhece o insucesso escolar numa transição de escola, no seu 6.º ano de escolaridade. Tendo obtido três negativas no primeiro período, e desmotivada pelo que considera ter sido má preparação e incompreensão por parte dos professores, desiste de ir à escola, passando a trabalhar assiduamente no café do pai.

Mais tarde, aos 19 anos, tenta o regresso ao sistema educativo, no regime nocturno, porém sem sucesso. Patrícia termina, assim, o seu percurso escolar.

Depois de um namoro fracassado, o conhecimento do seu actual marido coincide com o ingresso profissional numa cadeia de supermercados, como funcionária da padaria, numa outra localidade. Passadas três semanas, foi despedida por ter sido acusada de roubo. Este emprego, ao implicar uma deslocação geográfica, originou uma mudança de residência. Inicialmente, Patrícia foi viver com os actuais sogros, mais tarde, já depois do despedimento, iniciou uma vida a dois em residência autónoma.

Encontrou novo emprego numa loja de animais, onde ficou seis meses, com um salário de €350. Por problemas internos, despediu-se, tendo conseguido novo emprego como cantoneira de limpeza, na Junta de Freguesia, com um salário de €400. Quando a Junta de Freguesia deixou de assegurar este serviço, Patrícia foi dispensada. Pouco tempo depois, voltou a encontrar emprego, por intermédio da irmã, como auxiliar num lar de idosos na Santa Casa da Misericórdia, onde se mantém até hoje.

As suas funções envolvem o cuidado da higiene e limpeza de cerca de 30 utentes, a distribuição de refeições e, por vezes, a limpeza das casas dos idosos. Trabalha há dois anos na instituição, tem €400 de salário, um horário de oito horas diárias (9h-20h, com três horas de almoço), com duas folgas semanais rotativas. Apenas tem fins-de-semana livres, uma ou duas vezes por mês.

Recentemente casada e grávida, Patrícia projecta para o seu filho um rumo diferente do seu, sobretudo no que respeita ao percurso escolar. Lamenta o seu abandono do sistema de ensino e, na suposição de que o filho se possa ver tentado a fazer o mesmo, afirma que o vai convencer do contrário e apoiá-lo. Reflectindo sobre a sua própria vida, *“se eu agora pudesse voltar atrás, tinha continuado a estudar, fazia como fazem alguns que durante as férias têm trabalho e começava a juntar dinheiro para as minhas coisas. Porque a gente começa por querer ajudar os pais e não tem uma vida própria, porque até hoje, o meu pai continua a ter o café e eu estou casada e ainda vou lá ajudar, por exemplo, à noite a fechar, ainda vou fazer limpeza... Porque sinto-me mal não ir porque se não for...”*.

## Renata

Renata, 24 anos de idade, nasceu numa zona rural, na Estremadura, onde vivia com os pais e sete irmãos. O pai, actualmente reformado, foi sempre trabalhador rural e nunca chegou a frequentar a escola. A mãe, desempregada, tem a 4.ª classe e também trabalhou sempre no campo.

As primeiras contrariedades do percurso escolar de Renata foram logo sentidas no 1.º ano de escolaridade. Quando entrou para a escola, não gostou do professor. Afirma que era “mau” e que isso a levou a não querer frequentar mais as aulas. Deixou de ir à escola e não completou esse ano lectivo. Acabou por entrar para a escola mais tarde, no ano seguinte, acompanhada do seu irmão mais novo. Atrasou o seu caminho escolar por um ano e começou um novo percurso juntamente com o irmão. O professor, porém, permaneceu o mesmo.

Na família de Renata, os obstáculos à escolaridade tinham já sido sentidos, ainda no 1.º ciclo, por dois dos seus irmãos. Os seus três irmãos mais velhos concluíram apenas a 4.ª classe, assim como a sua irmã também mais velha que ela. Os dois outros irmãos, nascidos imediatamente antes da Renata, não sabem ler nem escrever. Frequentaram o ensino primário, mas desistiram. Renata concluiu o 6.º ano e o irmão mais novo completou o 12.º.

Renata nunca reprovou. Considera ter sido uma aluna razoável e bem comportada, mas confessa que não se esforçava tanto quanto poderia. As piores notas que tinha eram a história, mas ao longo da sua passagem pela escola contou sempre com a ajuda do irmão, que considera “um génio nos estudos”.

Abandonou o sistema de ensino aos 14 anos e foi trabalhar para o campo, actividade que conciliava com os estudos desde os 10 anos. Trabalhava na vindima, na apanha de fruta, na plantação de cebolo, com o objectivo de ajudar os pais e de incrementar o rendimento familiar. Lembra-se de receber cerca de €15 por dia – dinheiro que dava aos pais. Enquanto estudava, não o fazia por vontade dos pais, mas sim porque esta era uma forma de conseguir ter acesso a alguns bens desejados. *“Não, eu ia porque queria. Porque, às vezes, a minha mãe dizia ‘fica em casa’, mas eu também precisava de ganhar aquele dinheiro, porque eu queria umas calças ou queria uma camisola... E eu via que os meus pais também não tinham posses para isso, não ia ficar à espera. Se eu queria tinha que conseguir. E então ia com a minha mãe. Dava algum à minha mãe e comprava umas calças... Esta semana comprava umas calcitas, comprava uma camisola e era assim... Ou guardava o dinheiro depois para ir para a escola... quando eu lanchava, porque a minha mãe não tinha dinheiro para me dar todos os dias e para dois [ela e o irmão], não é? Tinha que guardar algum.”*

Mais tarde, por intermédio de uma amiga da mãe, conseguiu emprego num restaurante, onde trabalha ainda hoje. É empregada de mesa e ajuda também na cozinha. Tem um horário das 9h às 14h e das 20h às 24h, de 2.ª a sábado. Recebe €600 mensais, acrescidos de gorjetas que chegam a um terço do seu salário. Faz também horas-extra, embora estas não sejam pagas.

Começou a trabalhar com 15 anos e está neste emprego há nove. Diz gostar muito daquilo que faz, valorizando muito o contacto com os clientes: *“Estar a servir à mesa e aquela comunicação... Conhecer um doutor, conhecer um engenheiro, depois conhecer um médico... É muito interessante.”*

Desde que está neste emprego já progrediu profissionalmente e em termos salariais. Tem mais responsabilidades agora do que tinha quando começou a trabalhar, chegando por vezes a substituir a patroa quando esta se ausenta.

Deixou de estudar porque tinha necessidade de ajudar os pais e de obter dinheiro para comprar as suas próprias coisas. Sempre teve vontade de estudar e diz sentir falta de algumas qualificações, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento de línguas estrangeiras. “Por exemplo, eu tenho o sexto ano, mas tudo o que aprendi... O Inglês foi aquele básico, se eu quiser falar com os clientes, não sei nada, não é? E... Tenho necessidade, porque, no ramo de trabalho que eu tenho, tem-se necessidade de aprender mais alguma língua... É fundamental o Inglês, o básico. Se me aparece um Inglês à frente, não lhe sei explicar o que é que é uma carne nem o que é que é um peixe, quanto mais um ovo estrelado, não é? E é muito complicado, porque se tiveres mais instrução, tens mais contacto com qualquer tipo de pessoas. E não saber mais...”

Os pais não se opuseram à sua decisão; estavam conscientes das suas carências económicas.

Casada e a viver com o marido (12.º ano e vendedor de imóveis), pretende voltar a estudar daqui a um ano. Pensa tirar um curso de Inglês ou até concluir o 9.º ano.

Espera, no futuro, ter oportunidade de abrir o seu próprio negócio, também na área da restauração.

## 5. TRAJECTOS PROFISSIONAIS



## 5. Trajectos profissionais

Até aqui a análise centrou-se no percurso escolar dos entrevistados. É agora altura de a direccionar para outro campo decisivo na definição das suas biografias: o seu trajecto no mercado de trabalho.

O percurso dos jovens no campo profissional foi simultaneamente estruturado pelas suas trajectórias sociais, pelos recursos e disposições que interiorizaram ao longo do processo de socialização, e pela força gravitacional específica deste palco de interacção (Bourdieu, 1989). As trajectórias profissionais destes jovens foram influenciadas por um processo de acumulação de recursos anterior à sua entrada no sistema de emprego, mas a forma como este se organiza e tende a acomodar os recursos e as disposições sociais dos indivíduos que nele interagem é determinante para perceber o rumo e o sentido dessas mesmas trajectórias. As escolhas individuais emergem da vontade socialmente estruturada do indivíduo, mas também dos campos de possibilidades (Velho, 1994) e experiências particulares que vão vivendo. Os jovens entrevistados escolheram o que podiam escolher.

Desta relação entre as escolhas da vontade e as possibilidades do campo não resultam trajectórias predefinidas. Tendo em consideração os seus recursos e as especificidades do contexto, os jovens escolheram os trajectos possíveis. É nesses trajectos e suas incidências que se centra a análise dos próximos capítulos.

### 5.1 ENTRADA E SAÍDA DO MERCADO DE TRABALHO

Ainda que alguns jovens afirmem utilizar uma ou duas estratégias preferenciais na procura de emprego, em geral acabam por utilizar diversos meios e acedem a uma ocupação através de canais diferenciados.

Pode-se, contudo, identificar algumas tendências. Os operários, os artífices, os trabalhadores da indústria e da construção ou os operadores de instalações ou máquinas são os que preferencialmente conseguem integrar-se profissionalmente através dos capitais sociais detidos, das redes de conhecimento – embora esta estratégia seja comum a todos os jovens. Aliás, é interessante verificar que o capital social é altamente mobilizado na busca e no acesso a um emprego. O “conhecido” pode participar neste processo de forma passiva, limitando-se a sinalizar ofertas de emprego, ou pode ter uma participação activa, fornecendo boas referências do candidato a quem o vai empregar. Mas a activação do capital social como recurso no plano da empregabilidade pode estar associada a relações sociais de maior proximidade entre quem procura e quem oferece trabalho.

“A minha mãe trabalha cá há dezasseis anos. Eu vim para aqui tinha quatro anos. Então sempre foi um ambiente já mais de família. E depois comecei a ajudar...mais ‘pecanina’... e depois comecei a ter mais responsabilidade e já conseguia ‘tar’ aqui sozinha: servir uma bebida ou fazer certas coisas. ‘Tou’ aqui desde os quatro anos (...) Com que idade é que comecei a trabalhar? Não sei, talvez aos dezasseis anos, mais ou menos ... aos dezoito, mais ou menos, porque antes estava aqui a brincar.”

*Síria, 9.º ano concluído, empregada de mesa e balcão, 20 anos*

“O meu pai trabalha lá já há muito tempo. Quem trabalha lá na firma é família: o meu tio, o meu primo, o meu pai, o patrão não é família mas é como se fosse (...) Saí da escola... ainda andei aí à procura de trabalho, mas não arranjava por causa da idade. Fiquei em casa, na vida bem boa uns dois ou três meses. Falei com o meu pai a ver se ele podia falar lá com o patrão dele...”

*Sandro, 6.º ano concluído, serralheiro mecânico, 20 anos*

Síria começou a ajudar no actual posto de trabalho ainda antes de ser lá empregada. Familiarizou-se com os proprietários do restaurante e com as tarefas hoje desempenhadas. A idade com que começou formalmente a trabalhar no restaurante é difícil de definir, pois a linha que demarca as ajudas em registo de brincadeira do trabalho profissional é pouco nítida. O surgimento de responsabilidades e a seriedade que as suas ajudas progressivamente vieram a assumir traçam essa divisória. A carreira dela iniciou-se, portanto, num momento anterior ao exercício da profissão. Pela brincadeira, aprendeu a trabalhar.

Sandro foi recrutado para uma empresa empregadora de alguns elementos da sua família, que mantêm relações de amizade com o patrão, tal como o entrevistado, que já o conhecia antes de ser seu empregado. Numa altura em que este jovem não se estava a sentir bem sucedido na sua tentativa de integração no mercado de trabalho (depois de desistir da escola tinha apenas trabalhado na construção civil e não gostava dessa actividade), pediu ao pai para intermediar a sua entrada na empresa. Aí encontrou um ponto de abrigo. O seu perfil não estava a encaixar nas oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, pelos menos nas que ele considerava desejáveis. Não conseguiu triunfar por si nesse contexto. Necessitou da ajuda do pai. E acabou por abraçar uma profissão que é quase uma herança familiar.

A integração no mercado de trabalho por via das redes de conhecimento assenta no poder estruturante dos laços de confiança e de solidariedade que se estabelecem entre os agentes que participam nesse processo. A importância dos recursos técnicos e laborais detidos por quem se candidata a esse tipo de trabalhos é negligenciável, pois a preparação técnica ou a experiência profissional acumulada podem ser colmatadas por períodos de aprendizagem e experimentação da actividade laboral a desempenhar.

Nos dois casos apresentados, o capital social existe num plano exterior à actividade laboral propriamente dita. É funcional no acesso ao emprego, mas fundamenta-se em relações sociais construídas fora desse contexto. Todavia, as redes de conhecimento desenvolvidas no contexto laboral podem ser estruturantes para aceder a uma ocupação profissional, bem como nos processos de mobilidade profissional.

E: Esses primeiros trabalhos nos cafés e restaurantes... foste tu que procuraste?

F: Não, sempre me convidaram. Até aos dezoito anos sempre me convidaram.

E: Mas eram amigas que te diziam?

F: No primeiro trabalho, nesse que era amigo do meu pai, iam lá pessoas que tinham cafés e restaurantes e gostavam do meu serviço. Quando eu saía tinha as portas abertas em dois ou três sítios. Mas ainda hoje é assim. Em hotelaria eu tenho as portas abertas em todo o lado.”

*Fernanda, 9.º ano concluído, administrativa num clube desportivo, 29 anos*

O exercício da actividade profissional contribui para a densificação das redes de conhecimento e de novas oportunidades de trabalho. No exercício da profissão o capital social redimensionou-se e assumiu-se como um recurso estruturante para essa mobilidade. Fernanda conheceu no seu emprego indivíduos que reconheceram o seu valor profissional e, enquanto agentes que actuam no mesmo nicho de mercado, abriram-lhe “portas”, oportunidades de mobilidade horizontal.

A este nível, o acesso a um emprego depende da forma como o indivíduo se comporta e é avaliado no exercício de uma profissão. Nem sempre, porém, o processo de recrutamento assume este tipo de informalidade. Após cumprirem contratos a termo certo que acabaram por não ser renovados pelas empresas, alguns jovens foram chamados por estas num momento posterior (no caso, os CTT, a TAP, a BP). Conhecedoras da valia laboral dos trabalhadores, e de acordo com necessidades sazonais ou pontuais de mão-de-obra, algumas empresas recrutam directamente jovens com experiência profissional no interior da organização.

Os jornais, mas principalmente a internet, são instrumentos usados pelos entrevistados mais escolarizados e que trabalham predominantemente no sector dos serviços. Faz sentido que o jornal usado pela esmagadora maioria para procurar trabalho seja o *Correio da Manhã*, diário de feição popular, cujos anúncios de emprego que publica são maioritariamente destinados a indivíduos sem qualificação universitária.

A intermediação institucional/empresarial é outra das vias escolhidas. Alguns entrevistados usam o Instituto de Emprego e Formação Profissional como plataforma de acesso ao trabalho. Neste caso, o processo pode ser directo ou indirecto, consoante o jovem queira que o centro de emprego lhe encontre um trabalho, ou aspire a tirar um curso profissionalizante que lhe permita (re)integrar-se no mercado – através de um estágio ou sem este.

O surgimento das empresas de trabalho temporário é um fenómeno relativamente recente na sociedade portuguesa. Dentre os jovens entrevistados, são sobretudo os que habitam em Lisboa ou na margem sul do Tejo que dizem ter procurado os seus serviços – nomeadamente da Select ou da Randstad. O “*tele-marketing*” e o “*call-center*” são as actividades que os entrevistados desempenharam em maior número através deste tipo de intermediação.

O acesso a um emprego pode também acontecer sem qualquer tipo de intermediação, seja ela institucional, relacional, laboral ou de jornais. Alguns jovens vão ao local de trabalho oferecer os seus serviços. Esta modalidade é accionada predominantemente por quem procura trabalho em lojas de roupa, restaurantes, cafés, ou seja, pessoal dos serviços e vendedores.

Apresentaram-se os processos mais comuns pelos quais os jovens obtêm emprego. Interessa agora focar a análise nos motivos que os levam a sair, mais concretamente nos motivos voluntários. A mobilidade laboral destes jovens deve-se a quatro razões fundamentais, autónomas por si só ou entrelaçadas: a) o surgimento de novas oportunidades de trabalho aliciantes; b) a rejeição das condições laborais vigentes; c) a existência de problemas de natureza relacional; d) o investimento em relações afectivas e/ou familiares.

Um emprego é considerado uma nova oportunidade quando oferece melhores condições a nível de horários, de tipo de contrato e, sobretudo, de rendimento. De facto, com algumas excepções, os jovens buscam melhores condições, independentemente da função a desempenhar. Sentem-se impelidos para um trabalho sobretudo porque as condições lhes agradam e não tanto porque têm gosto em desempenhá-lo. Procuram unicamente melhorar as condições de trabalho objectivas porque, em termos subjectivos, a questão do gosto profissional não parece assumir um papel predominante – e isto pode explicar-se, pelo menos parcialmente, com o facto de as suas carreiras escolares de curta ou média duração terem impossibilitado a formação deste tipo de disposições ou de contribuírem para a solvência destas (devido ao insucesso escolar). Aliás, tomando em conta os poucos recursos escolares que têm para oferecer no mercado de trabalho, faz sentido que pautem as suas trajectórias laborais por estratégias de mobilidade realistas, práticas, assentes na procura de progressivas melhorias materiais.

Nem sempre, porém, é necessário surgir uma nova oportunidade para que os jovens abandonem o seu emprego, visto que as (más) condições que nele encontram podem também potenciar essa decisão.

“Arranjei (*trabalho*) no Intermarché. Estava nas caixas, só que depois despedi-me porque eles aumentaram... fui para chefe de caixas, só que o ordenado era igual ao das minhas colegas, era mais responsabilidade. Se acontecesse alguma coisa era responsabilidade minha, e elas

estavam ali sem se preocupar... e eu ganhava o mesmo que elas e tinha de ter tudo às costas. Então optei por sair.”

*Vera, 11.º ano incompleto, empregada de pesagem num supermercado, 25 anos*

“Na altura não fazia descontos. O patrão nunca me meteu na Caixa e... estava lá mesmo sem nada. Cheguei a um ponto em que precisava de fazer descontos para a Caixa e então decidi sair.”

*Vasco, 7.º ano concluído, mecânico, 21 anos*

“Na altura, recordo-me que o ordenado mínimo era sessenta e quatro contos e eu ganhava sessenta porque as comissões iam por cima. Ou seja, vim eu a descobrir depois, a pessoa ganha o ordenado e depois ganha a comissão como um bónus. Nos descontos para a Caixa as comissões não vão, vai apenas o ordenado, e o desconto para a Caixa é sobre o ordenado. Eles juntavam tudo e só depois é que faziam os descontos, ou seja, eu era roubada de duas formas: era roubada porque eu ganhava menos que o ordenado mínimo, mas isso nunca aparecia na folha porque era o ordenado mais as comissões tudo junto, e, em vez de ganhar o bónus gratificante, muitas vezes via-me sem menos cem euros por causa dos descontos para a Caixa... e então era aí mais o meu problema com eles.”

*Ana, 12.º ano incompleto, assistente de produção, 26 anos*

Vera demitiu-se porque o aumento de responsabilidade e a subida na hierarquia laboral não foram acompanhados da remuneração. Isto é, a promoção no plano funcional, decorrente da avaliação positiva do seu trabalho, não implicou a actualização do rendimento de acordo com essa evolução na estrutura funcional. Foi-lhe reconhecido valor para desempenhar uma função de supervisão, mas essa avaliação não se repercutiu no valor do salário.

O problema de Vasco quando exercia a profissão de padeiro não derivava do volume da remuneração, mas do facto de não descontar uma parcela deste para o regime de Segurança Social. Ana abandonou o emprego porque descobriu que era prejudicada na contabilização do rendimento. Embora as suas posições no sistema de emprego não sejam privilegiadas (nomeadamente a de Vasco), pois não detêm recursos escolares qualificados para nele competirem, estes jovens não se acomodaram a situações que consideraram injustas e prejudiciais aos seus interesses.

A relação com colegas e patrões é unanimemente avaliada pelos entrevistados como uma dimensão fundamental no seu bem-estar profissional. O convívio, o respeito, a solidariedade, a lealdade, são factores que cimentam a satisfação e a ligação com o trabalho. Este não é exercido segundo uma lógica de gosto ou

vocação, mas sim de acordo com uma visão instrumental. Deste modo, faz sentido que as sociabilidades desenvolvidas nesse contexto assumam uma importância nevrálgica.

“Do hotel saí porque quando alguém faltava tinha que ficar sempre eu ou a minha colega no lugar do que faltava. Enquanto a minha colega esteve lá íamos alternando: um dia ficava ela, outro dia ficava eu, e íamos levando bem a coisa. Cada uma ficava com um dia da semana e um do fim-de-semana para a folga, tínhamos isso combinado entre as duas. Mas essa minha colega encontrou outro emprego, saiu... foi para lá um outro senhor, e com ele as coisas não correram muito bem, tinha que ser como ele queria, não respeitava os colegas. Mas o pior foi quando eu pedi para trocar a minha folga... a minha folga era sexta e sábado, e eu tinha um casamento no domingo, e precisava do fim de semana... depois voltávamos ao normal, mas ele não quis cooperar. Mais tarde foi ele quem precisou e eu fiz-lhe o mesmo. Quando chegou o dia do casamento eu deixei tudo preparado no dia anterior e não fui. Na segunda-feira tinha o director à minha espera porque ele tinha feito queixa. Já nem esperei para ouvir o director: apresentei logo a minha carta de demissão. Ainda falou que odiava resolver o assunto daquela maneira, mas como eu já não gostava do ambiente, gosto de estar no meu cantinho, dar-me bem com todos, saí.”

*Lília, 12.º ano incompleto, secretária, 29 anos*

Os arranjos informais nos horários acabaram quando a anterior colega foi substituída por alguém pouco disponível para esse tipo de cooperação. Não anuiu a um pedido de Lília. O ambiente degradou-se, e ela acabou por preferir abandonar o emprego.

O investimento em relações afectivas ou em projectos familiares é também um factor importante na explicação dos processos de mobilidade de alguns destes jovens. Quando a conciliação entre esse investimento e a actividade profissional não é possível, tendem a reorientar o seu trajecto no mercado de trabalho.

“Eu tenho outros objectivos, como toda a gente tem (...) Ou seja, eu consegui arranjar uma namorada e... E é assim, eu agora ‘tôu’ a tentar juntar-me com ela, casar-me, vá lá, que é mesmo isso o que eu quero, é casar e... chegar a um certo patamar (...) Ou seja, não é só hoje ‘tar’ aqui na casa dela, com os meus sonhos... Tenho de viver também para esse outro objectivo.”

*Ruben, 6.º ano concluído, auxiliar de armazém, 23 anos*

“Sempre fiz horas em bares, cafés, depois estive a trabalhar sem termo aqui num café em Nisa... ainda lá estive a trabalhar durante dois anos e tal, e depois foi quando fiquei grávida

do meu menino mais velho é que eu deixei a vida dos cafés.”

*Carla, 7.º ano concluído, auxiliar de serviços gerais na Santa Casa da Misericórdia, 22 anos*

Ruben tinha uma banda de música e chegou mesmo a viver unicamente do dinheiro amealhado em concertos. Trabalhava à noite, em local incerto, pois tocava em diferentes pontos do país. Estava a concretizar um sonho de criança. Entretanto conheceu a actual companheira. E começou a ter sonhos de adulto que se sobrepuseram ao projecto musical – a construção de uma sólida relação afectiva.

O facto de ter engravidado fez com que Carla abandonasse “*a vida dos cafés*”. Para ela, a natureza das actividades profissionais que desempenhava e os seus horários (nocturnos) não eram compatíveis com o papel de mãe que iria abraçar no curto prazo. A parentalidade funcionou, no caso desta entrevistada, como uma alavanca para a mobilidade profissional, na medida em que a estimulou a procurar uma actividade que fosse adequada à sua condição de mãe.

A dimensão simbólica pode ser, de facto, um factor estruturante dos processos de mobilidade profissional das mulheres, nomeadamente das que são casadas e têm filhos (ou se preparam para os ter).

“E: Na altura sentias gosto por esses trabalhos ou estavas farta? Querias dar um salto para outras coisas? Percebi que gostavas da tua actividade, mas que gostavas de dar o salto...”

F: E não foi só isso... foram os meus filhos e foi o meu marido ter a profissão que tem. Ele vai beber um café com um banqueiro, com um engenheiro, com um doutor, com um protésico, com um dentista, com um médico, e eu ali como empregada de limpeza, ali a servir às mesas. Mesmo eu me sentia mal no próprio ambiente.”

*Fernanda, 9.º ano concluído, administrativa num clube desportivo, 29 anos*

Ao longo da sua trajectória laboral, Fernanda trabalhou essencialmente como empregada de mesa ou de balcão e, antes de aceder à actual profissão (graças à conclusão do 9.º ano de escolaridade), era empregada de limpeza. O seu trabalho consistia em servir os outros ou limpar o que eles sujavam. Exercia actividades “dominadas” do ponto de vista estrutural e simbólico. O que começou a afligir a entrevistada foi o facto de a mobilidade ascendente do marido no espaço das profissões ter implicado que ele se passasse a relacionar com indivíduos pertencentes a classes mais qualificadas. Como esposa de um protésico ela interagiu horizontalmente com as classes dominantes, mas ao nível das relações mantidas no contexto laboral ela era subalterna. Nesse campo, já não vivia no mesmo plano que os “*engenheiros*” e os “*médicos*”. A sua relação com estes era, aí, vertical. Por isso sentiu necessidade de elevar a sua posição no mercado de trabalho de forma a sintonizar o seu lugar no espaço das profissões com a latitude social do seu estilo de vida (Giddens, 1973).

## Carla

Carla tem 22 anos e vive em Nisa. Com o 7.º ano completo, trabalha como auxiliar de serviços gerais numa instituição de solidariedade social.

Está separada do pai dos seus dois filhos e vive com os seus pais, irmão mais velho e filha mais nova, de um ano. O filho mais velho, com três anos, encontra-se a viver com os avós paternos. O ex-companheiro, com 31 anos, está desempregado e vive um problema de toxicodependência. O pai de Carla é pedreiro e a mãe é cozinheira. Na sua passagem pela escola, Carla não teve dificuldades durante o 1.º ciclo. Com a mudança de escola, na transição para o 5.º ano, começou a sentir algumas dificuldades em termos de aproveitamento. Reprovou pela primeira vez no 6.º ano e voltou a ter de repetir um ano no 7.º.

A sua disciplina preferida era História e as de que menos gostava eram Matemática e Físico-Química. A sua saída do sistema de ensino não foi, no entanto, motivada pelo mau aproveitamento, mas sim por problemas de assiduidade. Não gostava de assistir às aulas e faltava muito para ir passear com as amigas. Estava ainda no primeiro período do 8.º ano quando desistiu de estudar e foi procurar emprego. Tinha 16 anos.

Face a esta sua decisão, contou com a objecção do pai, que gostaria que a filha tivesse prosseguido os estudos. Porém, o seu descontentamento não teve efeito na opção tomada por Carla.

As suas primeiras experiências profissionais envolveram o trabalho em bares e cafés. Eram actividades sem qualquer tipo de contrato e o pagamento era feito por hora de trabalho. Mais tarde, através de uma amiga com quem mantinha uma relação que considera familiar, conseguiu emprego num café, onde permaneceu por dois anos. Trabalhava das 8h30 às 11h e das 16h às 19h ou até o café encerrar. Tinha um contrato de trabalho sem termo e recebia €313 mensais. Sempre que fazia horas extra, estas eram pagas à parte.

Deixou este emprego quando engravidou. Não desejava continuar no mesmo depois de ter o seu filho. Segundo diz, a “vida de cafés” não se coadunava com as responsabilidades da maternidade. Aos 18 anos e desconhecendo os seus direitos enquanto mãe trabalhadora, fez a sua carta de despedimento. Perdeu direitos e apoios sociais.

Depois de ter tido o primeiro filho, foi viver com o companheiro na casa dos sogros. Recorda os primeiros meses de vida do filho como momentos de grande dificuldade. O companheiro estava, também ele, desempregado e só com a ajuda dos pais de Carla e dos sogros é que conseguiram suportar as despesas associadas ao nascimento de uma criança.

Com conhecimento das privações por que Carla estava a passar, uma amiga sua, funcionária da Segurança Social da região, aconselha-a a inscrever-se no Programa Ocupacional para Famílias Carenciadas. Foi através deste apoio social que conseguiu o emprego que mantém hoje.

Ainda não tem uma função e horário fixos e, como tal, percorre todos os sectores da organização. Tanto pode trabalhar no refeitório, como na prestação de cuidados a idosos e o horário é variável (das 8h30 às 15h30, ou das 8h30 às 19h30, ou das 16h às 24h). A escala de trabalho é planeada semanalmente e implica sempre um dia de trabalho ao fim-de-semana. Recebe €411 mensais.

Futuramente espera concluir a escolaridade obrigatória no regime nocturno, em Nisa. Não estende a continuidade dos estudos até ao ensino secundário porque este teria de ser feito em Portalegre, e envolveria deslocações frequentes, incompatíveis com o cuidado dos seus dois filhos. Quando os filhos crescerem talvez faça outros planos; por agora, as prioridades passam pela manutenção de um emprego estável. Deseja para os seus filhos uma vida diferente da sua: *“Espero que eles sejam muito melhores que a mãe. O meu pequeno já disse que quer ser engenheiro. Aquele meu pequeno vai e espero que a minha pequena também.”*

Lília, é secretária administrativa numa empresa de distribuição de produtos alimentares, tem 29 anos de idade, é casada há três anos. O marido é gerente numa loja de material informático. É natural de Alfena. Os seus pais são comerciantes por conta própria (proprietários de uma mercearia). Tem um irmão que está no momento a frequentar o ensino superior, no curso de Fisioterapia.

Até ao 9.º ano teve um percurso estável. Diz nunca ter sentido grandes dificuldades com os conteúdos escolares, considerando-se uma aluna média. Costumava estudar sozinha, os pais tinham o negócio e o irmão, mais novo, não a podia ajudar. Reunia-se com os colegas apenas quando se aproximava um teste em que tinha mais dificuldade, mas eram raras as vezes em que tais reuniões ocorriam.

No 10.º ano decidiu-se por um curso técnico profissional, na área de Química, por pretender seguir essa área na universidade e considerar mais vantajosa a componente prática desses cursos. Essa sua preocupação em adquirir conhecimentos práticos fizeram-na descurar as componentes teóricas contidas nos programas curriculares do ensino formal, opção que se veio a revelar desastrosa mais tarde, aquando dos momentos da avaliação por escrito. Considera que este aspecto apanhou de surpresa a maioria dos seus colegas, que tal como ela, estavam à espera que os testes fossem mais ajustados aos formatos práticos das aulas. Para conseguir terminar os estudos no 10.º e no 11.º ano, sem negativas, viu-se obrigada, logo no 10.º ano, a recorrer a aulas de explicação a Matemática e a Bioquímica, disciplinas em que sentia maior dificuldade e receio de reprovar.

A meio do 12.º ano, por ter uma média de curso pouco expressiva, aumentando as probabilidades de não ingressar no ensino superior, começa a ponderar a hipótese de se iniciar no mercado de trabalho. Os pais não a demoveram desta escolha.

Lília teve a sua primeira experiência profissional como recepcionista num hotel de uma área de serviço. Teve conhecimento desta vaga através do jornal. A decisão de deixar a escola só foi tomada depois de ter sido chamada para a entrevista no hotel e lhe terem dado a garantia de que, caso estivesse interessada, começaria a trabalhar dias depois. Perante a possibilidade de vir a ganhar algum dinheiro para suas extravagâncias – o que confessou ter sido a principal fonte de atracção – e temendo não conseguir concluir o 12.º ainda nesse ano lectivo, Lília tomou a decisão efectiva de começar a trabalhar.

Durante os quatro anos em que esteve no hotel, passou por várias funções: começou como recepcionista, algum tempo depois ficou responsável pelo economato, e mais tarde desempenhou funções de secretária. Até poucos meses antes da saída, descreve a sua passagem no hotel como enriquecedora, baseada na cooperação e na confiança entre colegas de trabalho e entidade patronal. Os últimos meses, porém, devido à saída da colega com quem dividia as tarefas administrativas, foram uma excepção à regra. Com o novo colega de escritório não houve uma adaptação cordial, o que pôs termo ao bom ambiente que vivera até então. Os desentendimentos constantes e a falta de compreensão do colega em momentos mais decisivos da sua vida pessoal levaram-na a pedir a demissão. Diz ter saído do emprego com mágoa; esperava uma maior compreensão e confiança por parte do director de quem tinha boas referências.

Conseguiu o segundo e actual emprego – secretária administrativa numa multinacional – do mesmo modo que o primeiro, através de um anúncio de jornal ao qual decidiu responder no mesmo dia em que saiu do emprego anterior. Foi chamada para a entrevista e uma vez mais, como no primeiro, começou a trabalhar poucos dias depois. Foi contratada como secretária, função que desempenha há 6 anos, e da qual só guarda boas recordações. Na actual empresa só se queixa da dificuldade que tem em lidar com os funcionários mais antigos, por considerar que estes são um pouco hostis quando se trata de receber ordens de alguém mais novo; diz que na empresa impera a máxima de que “longevidade é posto” o que dificulta a relação. Apesar desses atritos entendidos como menores, o que mais valoriza no emprego é a convivência com os colegas de trabalho.

Devido ao excesso de trabalho, causado pela redução do corpo administrativo de seis para três elementos (a entrevistada e mais dois colegas), referiu que as funções que lhe eram atribuídas nem sempre correspondiam às suas competências, mas que em nome do bom ambiente, as fazia de bom grado. Até porque lhe davam a oportunidade de valorizar o seu currículo, oportunidade que não perde. Nesse sentido, já frequentou um outro curso de formação (Escritório e Contabilidade), em horário pós-laboral, por considerar uma mais-valia para a sua actividade actual. No futuro, Lília pensa vir a abrir um salão de cabeleireira. Por não ter ainda carteira profissional, está impedida de abrir um negócio por conta própria. Consequentemente, é na sua própria casa que vai desenvolvendo esta actividade nas horas livres.

Fez formação para cabeleireira, de modo informal, através de um amigo formador na área. Pensou frequentar o curso formal e só não o fez porque era destinado a pessoas desempregadas ou que estivessem a exercer a profissão de cabeleireira há pelo menos cinco anos. Diz compreender as condições impostas pela entidade pública que dava a formação, mas considera-a injusta. Defende que a oportunidade deve ser dada a todos os que queiram investir noutras áreas, nem que a esses lhe fosse retirado o direito ao subsídio – deixa como sugestão para os responsáveis. A par de outras sugestões menciona a necessidade de adequação do ensino ao mercado de trabalho, e a necessidade, que elege como dever, de as empresas darem formação aos empregados.

## Ruben

Ruben tem 23 anos e vive há três meses com a namorada, na casa dos sogros, juntamente com estes e com o cunhado e cunhada.

A sua primeira e única reprovação ocorre no 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico. Ruben viria apenas a concluir o 6.º ano de escolaridade.

Abdicou da escola aos 14 anos, quando foi trabalhar para uma padaria. Durante quatro anos, trabalhou à noite, com horário entre as 18h e as 22h, recebendo €50 por semana. A sua saída do sistema de ensino fez-se acompanhar por uma paixão pela música. Com vontade de aprender a tocar bateria, desejo que vinha mantendo desde os 10 anos, Ruben sentiu necessidade de trabalhar para ganhar dinheiro.

Depois de ter estado a trabalhar na padaria, actividade que abandonou por considerar cansativa e mal remunerada, esteve cinco meses a trabalhar como servente da construção civil. Acabaria por sair, mais tarde, quando surgiu a oportunidade de ir trabalhar para uma cooperativa de frutas, por intermédio de conhecidos. Esteve dois anos como funcionário da cooperativa, assinando contratos de seis meses.

Acabaria por trocar de emprego novamente, quando surgiu uma outra oportunidade de trabalho, também através de um amigo. Trabalhou numa empresa de cargas e descargas, onde manipulava máquinas empilhadoras. Não sabe precisar quantos meses esteve empregado nesta empresa, mas mudou de emprego pouco tempo depois. O último trabalho que teve antes do que mantém actualmente, foi como distribuidor de produtos horto-frutícolas. Saiu poucos meses depois, por ter discutido com os superiores hierárquicos.

Em todos estes empregos trabalhou com horários e salários idênticos. Trabalhava cerca de 8h diárias e recebia o salário mínimo nacional. Paralelamente, conseguiu sempre conciliar a vida profissional com o gosto pela música, tendo chegado a pertencer a uma banda, com a qual fazia concertos por todo o país.

Neste momento, trabalha como auxiliar de armazém. Tem turnos rotativos de 8h diárias e recebe o salário mínimo. Tem um contrato de 6 meses e conseguiu o emprego através do sogro.

No emprego em que está, não perspectiva progredir profissionalmente. Futuramente pensa casar e depois espera concluir o 9.º ano. Sente falta da escolaridade obrigatória para conseguir um emprego com melhor remuneração e estabilidade. No seu dia-a-dia, sente sobretudo falta de conhecimentos de Inglês, falha que espera colmatar em breve.

## Sandro

Sandro tem 20 anos e o 5.º ano completo. Frequentou o 6.º ano, mas desistiu no 3.º período. A mãe tem a 4.ª classe (é empregada de café) e o pai, com quem vive actualmente, concluiu o 9.º ano (é serralheiro civil).

Antes de ter abandonado a escola com 15 anos já o tinha feito no 5.º ano – reprovou por faltas. Gostava de Educação Física, Educação Visual e Tecnológica, Matemática e Inglês (embora às duas últimas a positiva não fosse garantida). As disciplinas de que gostava menos eram História, Português e Ciências da Natureza (quando abandonou a escola no 6.º ano, Sandro estava com aproveitamento negativo a estas disciplinas). O abandono da escola foi compreendido pelos pais que, no entanto, tinham investido monetariamente no percurso escolar do Sandro arranjando-lhe uma “explicadora multifunções”. Quando lhes comunicou que ia abandonar a escola, exigiram-lhe apenas que, não estudando, encontrasse trabalho: *“Se queres estudar, vais estudar. A boa vida é que não. Se queres trabalhar, vais trabalhar.”*

Para além do apartamento face às matérias escolares, o Sandro decidiu ir trabalhar para poder comprar bens materiais que via alguns colegas possuírem e que ele, devido às dificuldades económicas da família, podia apenas desejar. Faltava muito às aulas, juntamente com três ou quatro colegas, embora não fosse esse o padrão na sua turma. A pouca assiduidade às aulas não se devia a incompatibilidades com os professores – pelo contrário, o Sandro recorda que estes «puxavam» por ele, tentavam que ele acompanhasse e se interessasse pela matéria. Nunca estudava sozinho, pois não se conseguia concentrar. Só queria brincadeira. Por isso mesmo o estudo em conjunto e os trabalhos de grupo eram as melhores formas de aprendizagem.

Actualmente trabalha como serralheiro civil na mesma empresa que o seu pai. Foi ele que aí o introduziu. Está lá há cinco anos e é efectivo – após um primeiro mês como estagiário, entrou logo para o quadro da organização. Trabalha oito horas diárias, cinco dias por semana. Recebe €515 mensais, exceptuando as horas extra (que prefere que sejam convertidas em dinheiro e não em férias). Entre o abandono da escola e a entrada para a empresa de serralharia passou quase um ano. Nesse período trabalhou cerca de seis meses na construção civil como ajudante de pedreiro. Ganhava €150, de três em três semanas. Só descansava ao domingo. Decidiu sair porque o trabalho era muito “pesado”.

Hoje em dia já não se sente arrependido de ter abandonado a escola. Tentou estudar à noite, mas não conseguiu conciliar a profissão e os estudos. Pensa que o que interessa para triunfar no mercado de trabalho é “saber fazer as coisas” e estar disponível para trabalhar e ajudar a empresa – numa altura em que a empresa de serralharia estava sem clientes, ele e os outros trabalhadores foram distribuir publicidade da empresa para angariarem encomendas.

O sentimento de satisfação profissional de Sandro baseia-se em três pilares fundamentais: a relação com os colegas, o nível de dureza do trabalho, a remuneração. Embora o ambiente no seu trabalho actual seja bom, Sandro gostaria de experimentar a profissão de segurança/vigilante pois diz que esta é mais leve do que a actual e permitir-lhe-ia ganhar perto de €1000 mensais e assim autonomizar-se face ao seu pai, ou seja, sair de casa deste.

Nunca foi ao IEF. Diz que para encontrar trabalho não necessita desta instituição. Também o cenário de poder vir a receber formação é visto sem entusiasmo. Nunca gostou de estudar, e o afastamento temporal e simbólico face à escola agudizaram esse sentimento. Diz que dois ou três anos depois de ter abandonado a escola se tinha arrependido dessa decisão. Entretanto, já passaram cinco anos...

O entrevistado não aponta críticas à escola. Culpa-se pelo seu próprio insucesso, num claro exemplo de violência simbólica exercida pela instituição escolar junto de um aluno que não conseguiu integrar: *“O meu problema não foi na escola. O meu problema foi meu. Não quis estudar, quis ser independente, ganhar o meu dinheiro.”*

## Síria

Síria tem 20 anos e vive em Evoramonte. Com o 9.º ano, trabalha como empregada de mesa e balcão no mesmo restaurante-bar em que a mãe trabalha como cozinheira. Vive só com a mãe. O pai, actualmente desempregado, trabalhou como assalariado rural.

Fez a escolaridade primária em Evoramonte e o 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário em Estremoz. No seu percurso escolar, conta com duas reprovações no 8.º e no 10.º anos. Na avaliação que faz da sua passagem pela escola, sublinha as dificuldades a Matemática e Inglês, valorizando, pelo contrário o gosto e dedicação às disciplinas de Técnicas Laborais, Química e Física, Biologia e Filosofia.

Avalia-se como tendo sido uma aluna média. Teve necessidade de apoio extra-escolar no 1.º ciclo do ensino básico.

Por desmotivação, deixou o sistema de ensino no 11.º ano. Na altura já trabalhava com regularidade no restaurante. A sua entrada no mercado de trabalho foi, aliás, bastante precoce. Síria começou a frequentar o restaurante em que a mãe sempre trabalhou, desde os quatro anos. Do simples contacto com o local de trabalho da mãe, ao início de uma actividade profissional, foi percorrido um caminho ténue e natural. Não se recorda com precisão da idade com que começou a prestar ajudas não remuneradas no restaurante, mas lembra-se de, aos 15 anos, ter começado a receber cerca de €50 por cada fim-de-semana de trabalho.

A sua situação profissional actual permanece indefinida. Não tem um contrato de trabalho, nem apresenta recibos verdes. A relação de trabalho baseia-se em redes de amizade e confiança com os empregadores. O horário, apesar de impreciso, ronda as seis horas de trabalho, entre as 12h e as 17h30, de 3.ª a 6.ª e as 10 horas, aos fins-de-semana, das 11h às 21h.

Num emprego, a Síria valoriza o ambiente de trabalho e o contacto e relação com os colegas, enaltecendo também a importância de se gostar daquilo que se faz.

Neste momento, encontra-se a estudar à noite, no regime de ensino recorrente, com a finalidade de concluir o ensino secundário para posteriormente fazer um curso de formação profissional. Na sua opinião, a formação profissional constituirá uma mais-valia para o seu percurso e sucesso profissionais.

## 5.2 PERFIS TRAJECTORIAIS

Procurar-se-á nesta etapa da análise dissecar a evolução das trajectórias profissionais dos jovens no que toca às actividades que desempenharam e às condições laborais que tiveram ao longo desse percurso. Esta análise permitirá perceber até que ponto as trajectórias no campo do emprego se pautam por lógicas de continuidade ou descontinuidade. Tendo por base a evolução das profissões e funções desempenhadas pelos jovens e o tipo de condições contratuais e remuneratórias que experimentaram durante o trajecto profissional, procurar-se-á captar as tendências estruturais e o sentido dos percursos trilhados.

A primeira ideia que é importante reter prende-se com o facto de a maior parte dos entrevistados ter exercido actividades diferentes durante o seu percurso no mercado de trabalho. Ou seja, estes jovens efectuaram, na sua maioria, *percursos profissionais itinerantes*, trajectórias no mercado de trabalho que se basearam em

experiências profissionais diversificadas. Muito embora durante esse percurso os jovens com este tipo de perfil trajectorial tenham desempenhado ocupações distintas, percebe-se que os que frequentaram o ensino secundário, ainda que por vezes apenas por mais um ano, tenderam a afastar-se das profissões manuais menos qualificadas, como é o caso do trabalho desqualificado na construção civil ou noutras tarefas similares. Desta forma, poucos são os jovens com experiência escolar a nível do ensino secundário que tenham ingressado, mesmo que temporariamente, na categoria profissional dos operários, artífices e similares, ou na dos operadores de máquinas e instalações e trabalhadores da montagem ou, ainda, tenham exercido trabalho não qualificado fora do sector dos serviços. As trajectórias profissionais dos jovens um pouco mais escolarizados tendem, assim, a concentrar-se no interior das fronteiras ocupacionais dos trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio, pessoal dos serviços e vendedores e pessoal administrativo e similares – isto é, usando a terminologia de Reich (1991), no sector dos “serviços interpessoais”.

Pelo contrário, os jovens com uma escolaridade igual ou inferior ao 9.º ano que se enquadram neste tipo de perfil itinerante, desenvolveram ao longo das suas trajectórias ocupacionais actividades que grande parte dos jovens com um pouco mais de capitais escolares evitou – aquilo a que o mesmo autor denomina de “serviços de produção de rotina” (1991). No entanto esta dicotomia aplica-se somente aos homens, até porque o sexo feminino tende a estar afastado de várias destas profissões, nomeadamente da área da construção civil ou da metalurgia. Na verdade muitas das jovens com escolaridades até ao 9.º ano que se incluem nesta categoria trajectorial integraram (ou integram), em geral com remunerações inferiores às auferidas pelo sexo masculino, o grupo profissional do pessoal dos serviços e vendedores – como empregadas de mesa ou de balcão, vendedoras em lojas de roupa –, ou dos trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio – como empregadas de limpeza, por exemplo.

Desta forma, entre os entrevistados com percursos profissionais itinerantes e para além de se verificar alguma separação ao nível do tipo de actividades experimentadas de acordo com o capital escolar possuído, notam-se claras diferenças de género. Os trajectos percorridos no mercado de trabalho não são lineares, embora pareçam ser demarcados por uma linha que circunscreve o tipo de ocupações desejáveis ou possíveis. O pulular entre empregos diferentes não acontece de forma aleatória, pois parece haver nichos ocupacionais indisponíveis ou repulsivos. Em termos gerais, a escolaridade é estruturante na delimitação das trajectórias profissionais, no mapeamento dos empregos possíveis ou aceitáveis. Os recursos escolares calibram, portanto, a posição do indivíduo perante a morfologia estrutural do mercado de trabalho. Como diria Weber (1922), a “situação de mercado” tem uma existência homóloga à “situação de classe”. Além disso encontram-se também particularidades de género, sendo a variável sexo igualmente importante na determinação do tipo de itinerários profissionais. No quadro de quem frequentou o ensino secundário, os rapazes tendem a exercer profissões inscritas num leque mais amplo do que o das profissões a que as

mulheres acedem. Por outro lado, as jovens que apenas concluíram a escolaridade obrigatória ou ficaram aquém deste grau de ensino parecem distribuir-se mais transversalmente pelo conjunto de profissões em geral ocupadas por mulheres, mas auferindo remunerações bastante baixas.

Em termos gerais, os entrevistados com percursos itinerantes parecem poder melhorar a sua posição no mercado de trabalho. Tendencialmente, a mudança de “posto de trabalho” corresponde a uma melhoria, total ou parcial, de situação contratual ou do tipo de actividade desempenhada. Não é demais sublinhar, no entanto, que aqueles que frequentaram o ensino secundário, independentemente do sexo, mostram ter maior capacidade no melhoramento das suas condições de empregabilidade, relativamente aos menos escolarizados. Note-se, porém que esta valorização da posição no mercado de trabalho pode ter um cariz mais ou menos vincado, pois nem sempre todos os factores de ponderação da mobilidade profissional ascendente se combinam de forma unívoca. Por exemplo, André, com o 12.º ano incompleto, iniciou a sua trajectória profissional como trabalhador não qualificado dos serviços, entregando *pizzas* ao domicílio. Em regime de “recibo verde” e a tempo parcial, ganhava €3 por cada hora de trabalho. De seguida foi trabalhar para a transportadora aérea portuguesa, como *bagageiro*. Assinou aí vários contratos a termo certo e acabou por ficar efectivo. Recebia €850 quando trabalhava oito horas diárias. Actualmente, como avaliador de jóias, tem um contrato sem termo e um rendimento de €700. Tendo em conta o ponto de partida da sua trajectória, e muito embora tenha auferido um rendimento superior em fases anteriores do seu percurso profissional, a verdade é que a actividade que desempenha actualmente é, no plano simbólico, mais valorizada do que as anteriores, fisicamente menos exigente (e este facto é importante no reconhecimento social das profissões) e tem um vínculo contratual mais seguro.

Existem trajectos profissionais identificados como itinerantes, que se desdobram em modalidades diversas, consoante o sentido da mobilidade a eles associada. Poderão assim ser classificados de *híbridos*, *ascendentes*, *descendentes* ou *estacionários*.

Exemplo deste último tipo de trajectória é o do percurso profissional do Jerónimo, 9.º ano incompleto. Começou por trabalhar na construção civil. Após ter experimentado as profissões de serralheiro e de estafeta, na entrega de *pizzas*, voltou à actividade inicial. A mudança de actividade não significou para Jerónimo uma alteração significativa da situação ao nível remuneratório, pois o seu rendimento não sofreu qualquer tipo de flutuação. No plano contratual também não. Em termos funcionais a natureza das profissões exercidas sofreu uma alteração importante quando trabalhou como estafeta, pois aí o esforço físico deixou de ser um elemento fundamental para o desempenho da sua actividade, contrariamente ao que acontece na construção civil. Todavia, acabou por regressar à construção e ao tipo de trabalho exercido anteriormente.

O percurso laboral de Miguel, 12.º ano incompleto, empregado de balcão numa loja de filmes, ao contrário da maioria destes jovens, foi descendente, pois por duas vezes durante o seu percurso teve remunerações superiores aos €350 auferidos na profissão actual. Como secretário, na Marinha, recebia €580, e como auxiliar de veterinário de segundo grau, auferia €475. No entanto no actual emprego está com um contrato permanente, enquanto nas outras funções estava contratado a prazo.

Há também percursos itinerantes cujas condições laborais e funções exercidas são de tal modo inconstantes que o sentido da trajectória assume um cariz eminentemente híbrido. Angélico, 9.º ano incompleto, trabalha na manutenção e limpeza de um parque de campismo. Auferia €690, tem contrato a termo certo. A primeira actividade que desempenhou foi como servente na construção civil. Refere que chegou a ganhar €1000 por mês durante as férias escolares. Quando abandonou a escola decidiu partir para Inglaterra. Foi contratado para trabalhar na área das limpezas, onde auferia “entre £100 e £200” por semana. Através de um tio, ainda no Reino Unido, conseguiu um emprego como lavador e lubrificador de carros, com uma remuneração mais elevada: £300 libras semanais. Quando decidiu regressar a Portugal foi trabalhar como vigilante, com um salário de cerca de €500 e um contrato de trabalho permanente. Presentemente trabalha num parque de campismo. Não contando com o rendimento incomparavelmente superior auferido em Inglaterra face ao actual, também o prestígio da profissão agora desempenhada é menor do que as anteriores, por exemplo, a de vigilante – embora nesta recebesse um salário inferior ao que auferia actualmente como trabalhador nas limpezas e manutenção do parque de campismo.

Até aqui analisaram-se os percursos profissionais itinerantes. É agora altura de centrar o olhar sobre as trajectórias de jovens cuja história no mercado de trabalho indica que trilharam *percursos direccionados*, trajectos marcados pela constância do tipo de funções desempenhadas ou pela permanência em ocupações inscritas em sectores de actividade específicos.

Nesta categoria, as trajectórias laborais traçadas tendem a ser ascendentes ou estacionárias. A experiência acumulada nos vários empregos assume-se como um capital qualificacional conducente a alguma progressão profissional, ainda que de curto alcance. O que está em causa não é uma empregabilidade decorrente directamente das habilitações formais, mas um conjunto de saberes aprendidos através do desempenho de determinadas funções e da apreensão de normas, procedimentos e capitais sociais inerentes a certos contextos organizacionais. Tal tipo de qualificações, por outro lado, pode ser replicado noutras organizações de trabalho análogas, que convocam, por isso, competências semelhantes. Esta constitui, aliás, uma via estruturante de muitos trajectos profissionais, nomeadamente os conducentes ao pequeno empresariado, onde não poucas vezes se tende a ‘imitar’ o modelo de organização no qual o empresário, à altura assalariado, adquiriu competências numa determinada actividade, passando a concorrer no mesmo mercado (Guerreiro, 1996; Guerreiro et al, 2000).

Mauro, com o 10.º ano concluído, começou a trabalhar como figurante quando tinha 15 anos de idade. Ainda estudava. Recebia em média cerca de €750 por mês. Era remunerado por intermédio de recibos verdes. Actualmente trabalha na mesma empresa de produção de espectáculos, mas numa função administrativa. Gere a carreira de indivíduos que desempenham a mesma actividade que ele experimentou aos 15 anos. Continua a receber através de recibo verde e tem um rendimento mensal de €1000. Mais do que uma nítida ascensão profissional traduzida em termos remuneratórios, Mauro poderá vir a enveredar daqui por algum tempo pela empresarialidade, tanto mais que é já esse o seu estatuto formal, de prestador de serviços a uma empresa, ao ser remunerado mediante a emissão de recibo verde.

Ao contrário de Mauro, Rui teve um percurso profissional direccionado, não porque tenha trabalhado de forma continuada num ramo de actividade específico, mas porque ao longo da sua passagem por vários empregos desempenhou funções de natureza análoga. Iniciou o seu percurso profissional aos 19 anos. Inseria dados referentes a encomendas no computador. Tinha um contrato de seis meses, ganhava entre €600 e €650. Trabalhava de segunda a sexta-feira, oito horas diárias. De seguida obteve um novo emprego como auxiliar de armazém num hipermercado, com contrato a termo certo, em regime de tempo parcial, ganhando €400 por mês. Passou depois a fazê-lo a tempo inteiro, em horários rotativos. Actualmente é operador num posto de abastecimento de combustível. As suas funções continuam a revestir-se de um cariz essencialmente administrativo, mas em regime de alguma autonomia, que lhe confere uma maior responsabilidade. Controla os stocks do armazém do posto, trata das encomendas, encarrega-se do processamento das facturas. O seu emprego poderá inscrever-se na lógica que o trabalho vem assumindo nas sociedades contemporâneas, onde predomina a retórica da responsabilidade, do auto-controle (Lallement, 2007). Neste seu posto de trabalho tem uma função adicional, que implica também responsabilidade: o enquadramento e apoio, em moldes mais ou menos informais, ao trabalho dos colegas mais inexperientes. Rui encontra-se em regime de contrato permanente e recebe um salário de €900. Melhorou, por isso, a sua situação profissional, ainda que não através dos moldes clássicos de uma carreira estruturada, com direito a um estatuto e a uma posição hierárquica claramente definida.

Outros exemplos de trajectos ascensionais são fornecidos pelos casos de Lília e de Francisco. Lília tem o 12.º ano incompleto. O rendimento auferido, as condições contratuais e as funções exercidas foram sendo melhorados ao longo da sua trajectória. Parecem conjugar-se aqui um maior número de anos de escolaridade com a acumulação de experiência no desempenho de actividades administrativas no ramo da hotelaria. Começou por trabalhar como recepcionista num hotel, com um salário de €350. Foi promovida a responsável do economato e posteriormente começou a executar outras tarefas administrativas de *back-office*, recebendo, então, cerca de €450. Inicialmente era remunerada através de recibos verdes, tendo mais tarde assinado um contrato de trabalho por três anos, até que ficou com contrato permanente. Actualmente é

secretária e o seu salário é de €800. Entretanto decidiu fazer, por sua conta, um curso de formação na área de contabilidade e administração. Às competências profissionais acumuladas pela experiência empírica, Lília adicionou as qualificações proporcionadas por um curso que lhe permitiu aprofundar e sistematizar conhecimentos na sua área de trabalho.

Francisco, por seu lado, é vendedor desde que ingressou no mercado de trabalho. Também aqui é notória a importância de uma formação profissional concreta, na melhoria das condições de acesso ao emprego. Chegou a frequentar o 11.º ano mas posteriormente ingressou num curso profissional de vendas no Centro de Formação Profissional para o Comércio. Efectuou um estágio numa empresa da indústria alimentar, onde assinou um contrato por seis meses. O seu salário era de €800 mensais. Tinha isenção de horário, mas trabalhava das 7h30m da manhã à meia-noite. Seguidamente trabalhou como consultor de segurança. Vendia alarmes. Tinha um contrato sem termo, um ordenado de €1000 e gozava também de isenção de horário, embora trabalhasse muito menos horas do que no emprego anterior. Actualmente é vendedor de automóveis. Recebe €600 de ordenado base, aos quais se adicionam em média por mês cerca de €2000 em comissões. Continua a ter isenção de horário e o seu contrato é de seis meses. Diz que recebe formação na empresa com bastante frequência e que esta lhe é bastante útil no desempenho da sua actividade.

A ascensão de Francisco surge ancorada em quatro variáveis estruturantes: a) o curso profissional vocacionado para a área das vendas, que lhe abriu as portas do mercado de trabalho, devido ao estágio profissional curricular; b) os seus recursos escolares relativamente mais elevados, por comparação com os de outros entrevistados neste estudo; c) a especialização num ramo de actividade ao longo de todo o trajecto profissional; d) a formação em contexto laboral, por meio da qual cria as condições formais e disposicionais necessárias para trilhar um percurso de mobilidade profissional ascendente.

Uma parcela dos jovens que esboçou trajectórias profissionais direccionadas, tal como acontece com alguns dos que pertencem à categoria anteriormente apresentada, apresenta, contudo, percursos de carácter mais estacionário. É o caso de Gabriel. Embora tenha desempenhado pontualmente actividades profissionais noutros ramos, Gabriel, com o 10.º ano incompleto, trabalha desde os 14 anos como empregado de mesa e de balcão. No quadro destas actividades, nunca teve contratos de trabalho nem qualquer tipo de vínculo laboral. A remuneração mensal também sofreu poucas oscilações. Percebe-se, porém, que esta situação se deveu mais ao facto de o entrevistado não querer estabelecer vínculos profissionais duradouros, por pretender sair do país, do que à incapacidade para melhorar as condições profissionais. O cariz estacionário da sua trajectória deriva de uma escolha e não de uma inevitabilidade. Embora não procure capitalizar no presente a experiência e as competências adquiridas nos últimos seis anos, Gabriel acredita que estas vão ser operativas na definição da sua trajectória futura neste domínio do mercado de trabalho.

A trajectória profissional de Lucas, 12.º ano incompleto, é híbrida. Exceptuando uma experiência como distribuidor de jornais quando ainda frequentava o ensino secundário, o jovem trabalhou desde sempre em actividades exercidas em contexto aquático – no mar ou nos rios. Após a conclusão do serviço militar obrigatório, dedicou-se à pesca por arrasto na embarcação do sogro. Ganhava entre €1000 e €1200 por mês, não tinha contrato de trabalho, mas descontava o equivalente ao ordenado mínimo nacional. Decidiu, entretanto, frequentar um curso de mergulhador civil e através dos conhecimentos aí adquiridos iniciou-se nesta actividade. Segundo ele, trabalhava como “*pedreiro debaixo de água*” nas obras subaquáticas (construção de rampas, reparações de instalações ou embarcações...). Em regime de recibo verde, recebia consoante o número de dias trabalhados, o tipo de trabalho a realizar, a profundidade do mergulho. Mas o preço do seu trabalho foi evoluindo à medida que a experiência e a perícia aumentavam. Quando iniciou esta profissão recebia em média €75 por dia e antes de se retirar, dois anos depois, já cobrava mais de €100. Longe da família e consciente dos riscos que a profissão acarretava, voltou ao barco do sogro. As condições laborais mantiveram-se. Paralelamente, serviu-se das competências incorporadas no curso que frequentou e no exercício da anterior profissão para se iniciar na apanha de marisco por meio do mergulho – os rendimentos provenientes desta actividade são sazonais, mas no verão chega a receber cerca de €1500 mensais. Lucas nunca teve vínculos contratuais. Nem ordenados fixos. Os seus rendimentos sempre dependeram do número de dias que trabalhava. Mas enquanto na pesca o número de dias de trabalho não determina o volume do proveito monetário que retira de cada jorna, tudo dependendo do peixe que consegue pescar, quando era mergulhador profissional o preço do seu trabalho era por si definido, logo, previsível. A experiência adquirida como mergulhador permitiu-lhe alargar o seu leque de competências no aproveitamento dos recursos fluviais e marítimos – e nesse sentido houve uma evolução positiva ao nível do rendimento económico e das competências detido(as) por Lucas, tendo em conta que combina a pesca com a apanha de marisco por mergulho. Ao nível simbólico houve, contudo, uma regressão no seu estatuto profissional. Actualmente é pescador.

Interessa introduzir neste ponto um terceiro tipo de trajectórias profissionais percorridas pelos jovens – os *percursos profissionais iniciais*. Caracterizam-se sobretudo pela curta duração do percurso profissional (até um ano), mas também pela experimentação – nesse tempo pouco amplo – de uma única actividade profissional, a qual pode evoluir no sentido das anteriormente caracterizadas a partir dos exemplos de outros entrevistados.

Dos quatro casos de entrevistados, aqui analisados e que se enquadram nesta categoria, três exercem actividades profissionais subordinadas e pouco qualificadas. Graça trabalha em serviços de limpeza, João é ajudante de carpinteiro e Sónia é empregada de caixa num mini-mercado. Nenhum deles viu as suas funções ou condições de trabalho alteradas desde o início do percurso profissional, nem tampouco as possibilidades de melhoria da sua empregabilidade se afiguram fáceis ou de curto prazo.

O caso de Mariana é diferente. Esta jovem trabalha numa empresa familiar de média dimensão, propriedade de seu pai. A função essencialmente administrativa que desempenha afasta-a ainda do poder de autoridade e de decisão mas, segundo diz, esta fase permite-lhe acumular a experiência e o conhecimento necessários para mais tarde vir a assumir funções mais complexas e de maior responsabilidade.

Sintetizando o que tem vindo a ser analisado, pode-se concluir que o grau de escolaridade é determinante na definição do tipo de actividades e profissões exercidas pelos jovens entrevistados, quer no início, quer ao longo das suas trajectórias no mercado de trabalho. Por si, os recursos escolares – ainda que seja pouca a diferença (em geral um a dois anos num outro ciclo de estudos, não completo) entre os casos aqui considerados – tendem a agrupar os jovens em profissões de certo modo padronizadas, parecendo ser decisivos na estruturação das opções profissionais e dos campos de possibilidades de trabalho abertas a estas gerações que deixam prematuramente a escola. Note-se ainda a importância da variável sexo na determinação diferenciada de percursos e oportunidades profissionais masculinas e femininas.

**Quadro 4.1** Tipo e sentido do percurso profissional dos entrevistados

	Ascendente	Descendente	Estacionário	Híbrido	Total
Percurso Itinerante	28	3	9	8	48
Percurso Direccionado	11	–	11	1	23
Percurso Inicial					4
Total	39	3	20	9	75

Veja-se que 39 dos jovens trilharam trajectórias de sentido ascendente no mercado de trabalho, enquanto muitos outros se mantiveram estacionários ou mesmo (três deles), e apesar da jovem idade, em situação regressiva. Existe, assim, um número significativo de entrevistados que não conseguiram alterar até ao momento a sua posição estrutural no mercado de trabalho, ou relativamente aos quais a alteração das condições de emprego combina indicadores contraditórios sobre o sentido da evolução nesse campo, estando na origem das trajectórias profissionais identificadas como híbridas.

**Quadro 4.2** Tipo e sentido dos percursos profissionais dos entrevistados do sexo masculino, tsegundo a escolaridade

	Homens												Total
	Ascendente			Descendente			Estacionário			Híbrido			
	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	
Percurso Itinerante	3	4	11	–	–	2	2	1	1	1	2	–	27
Percurso Direccionado	–	1	6	–	–	–	1	4	4	–	–	1	17
Percurso Inicial													1
Total	3	5	17	–	–	2	3	5	5	1	2	1	45

**Quadro 4.3** Tipo e sentido dos percursos profissionais dos entrevistados do sexo feminino, segundo a escolaridade

	Mulheres												Total
	Ascendente			Descendente			Estacionário			Híbrido			
	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	< 9.º ano	= 9.º ano	> 9.º ano	
Percurso Itinerante	2	4	4	1	–	–	1	2	2	2	1	2	21
Percurso Direccionado	2	–	2	–	–	–	–	1	1	–	–	–	6
Percurso Inicial													3
Total	4	4	6	1	–	–	1	3	3	2	1	2	30

No plano profissional, os entrevistados encetaram sobretudo trajectórias do tipo itinerante ou direccionado, através das quais, nalguns casos, conseguiram melhorar as suas condições de trabalho, evidenciando alguma evolução no plano funcional e remuneratório, ainda que nem sempre seguido de mudanças nítidas

de categoria profissional. Nestes casos, terão conseguido acumular alguns capitais qualificacionais e relacionais que permitiram essa progressão e melhoria relativa nas condições de empregabilidade, embora se não saiba qual a sua perenidade num sistema económico e laboral em constante mutação, que obsolesce cada vez mais rapidamente as qualificações e os saberes. No entanto, em significativo número de percursos tal melhoria não ocorreu, e os jovens transitam entre empregos mais ou menos precários e temporários, de carácter mais ou menos formal ou informal, sem que a tal corresponda uma melhoria notória da sua situação perante o mercado de trabalho (Guerreiro e Pegado, 2006).

Independentemente do sexo e do tipo de percurso profissional, os jovens que pelo menos frequentaram o ensino secundário são aqueles que, maioritariamente, inculcam um sentido ascendente nas suas trajectórias profissionais. Esta relação é, no entanto, mais vincada entre os jovens do sexo masculino.

Importa, todavia, referir que a melhoria relativa que se nota na posição destes jovens no mercado de trabalho é evidenciada, em muitos casos, pelo facto de terem iniciado a sua trajectória numa latitude bastante baixa do campo profissional, por um lado, e que muitos dos entrevistados estão já numa situação de estagnação, apesar da jovem idade em que se encontram, ou até numa trajectória marcada pelo sentido descendente.

## Angélico

Angélico tem 30 anos e vive na Costa da Caparica com o filho de dois anos e com a namorada, que se encontra grávida pela segunda vez. A companheira de Angélico está desempregada.

Antes de viver em união de facto com a namorada, Angélico vivia com os avós paternos. Tendo nascido em Angola, foi educado pelos avós paternos e nunca chegou a ter contacto com os pais. Pouco falou sobre a sua história familiar. Nunca conheceu a mãe e do pai só sabe que era militar. Veio para Portugal com três anos.

Segundo Angélico, a experiência de guerra foi traumatizante e teve uma força determinante no seu pouco aproveitamento escolar, devido a dificuldades de aprendizagem. Não sabe dizer quantas vezes reprovou, nem em que níveis de escolaridade. Afirma apenas que não chegou a concluir o 9.º ano. Recorda-se de ter maiores dificuldades a Português, Inglês, Francês e Matemática. Sempre teve apoio escolar.

Os avós transmitiram-lhe desde cedo a ideia de que a escola é importante, apesar de, na sua opinião, nem sempre garantir emprego. Após reprovações sucessivas, acabou por deixar a escola, pois sentia que não iria ser bem sucedido – visão partilhada pelos avós, que preferiram ver o neto a trabalhar do que a *“marcar passo na escola”*.

É operário de manutenção e obras num parque de campismo. Recebe entre €659 e €690 mensais, trabalhando das 8h às 17h e com folgas rotativas. Conseguiu este trabalho solicitando-o directamente ao seu patrão. Tem um contrato de trabalho sem termo e gosta das funções que desempenha e do ambiente de trabalho, apesar de reconhecer que por vezes há conflitos.

Sempre trabalhou na construção civil, mesmo durante as férias, enquanto era estudante. Chegava a ganhar €1000 por mês. O seu trajecto profissional contou também como uma experiência de trabalho em Inglaterra. Foi trabalhar para junto dos tios, fazendo limpezas em diferentes empresas. Entrava cedo e não tinha hora de saída. Recebia entre £100 e 200£ por semana. Tinha contrato de trabalho, mas poucas possibilidades de progressão devido às baixas qualificações.

Mais tarde, e ainda em Inglaterra, conseguiu encontrar um emprego melhor como lubrificador de carros. Por esta altura, já tinha um curso de Inglês básico, facultado pelo governo britânico. Entrava às 9h e saía às 18h, folgava dia e meio e ganhava cerca de £300 por semana. Tinha contrato sem termo e poderia ter chegado a mecânico, mas apesar de gostar do que fazia, teve de sair de Inglaterra, por ter adquirido maus hábitos: *“...foi a má vida que havia lá. É assim, comecei a conhecer mais do que devia conhecer”*. Esteve em Inglaterra durante dois anos.

Já em Portugal, e depois de dois meses sem desempenhar qualquer actividade profissional, foi trabalhar como vigilante. Confessa que este foi o seu pior emprego devido ao mau ambiente de trabalho. Foi, de resto, este mau ambiente que o levou a sair: *“...o mau ambiente dos colegas, de muitos colegas, eu devia ouvir e calar, ouvi e falei, meteram-me uma casca de banana e eu escorreguei e caí.”*

Através de anúncios em jornais, candidatou-se a outros empregos na área da segurança e continuou a trabalhar como vigilante. Trabalhava por turnos de 8h e auferia cerca de €500. Tinha um contrato de trabalho sem termo, sentia que podia ascender profissionalmente e gostava do convívio com as pessoas, mas, para além das inúmeras horas em pé, o local onde trabalhava sofreu alguns assaltos e Angélico acabou por se despedir. Este foi o seu último emprego antes do actual.

De momento, sente-se bem com a sua situação profissional, por isso não pensa mudar. O seu grande objectivo é obter o estatuto de cidadão português, para se poder casar com a sua namorada. Se voltasse atrás, tinha continuado os estudos. Gostaria de ter sido fotógrafo ou *cameraman*. Sente ainda necessidade de tirar um curso de Português e de línguas estrangeiras, apesar de afirmar que sabe conversar com toda a gente, faculdade que a escola lhe ensinou.

## Graça

Graça tem 18 anos e vive em Nisa. É filha única e vive com os pais. O pai, com a escolaridade primária, trabalha como guarda-florestal e a mãe, também com a 4.<sup>a</sup> classe de escolaridade, é empregada doméstica numa casa particular.

Avalia-se como tendo sido uma má aluna. A primeira reprovação surgiu no 1.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico, no 4.<sup>o</sup> ano. Voltou a reprovar no 7.<sup>o</sup> ano, por duas vezes. Depois de concluído o 7.<sup>o</sup> ano, reprovou, novamente por duas vezes, no 8.<sup>o</sup>. Quando repetia o 8.<sup>o</sup> ano pela terceira vez, acabou por desistir. Estava no segundo período e tinha 16 anos.

Sem que os pais soubessem, Graça tinha já começado a procurar trabalho antes de sair da escola. Quando decidiu desistir, tinha já a garantia de que iria trabalhar como empregada de limpezas numa empresa. Conseguiu este emprego através de pessoas conhecidas. Depois de alguma contestação inicial, os seus pais acabaram por aceitar esta sua decisão.

Ainda hoje se mantém neste emprego. Trabalha das 9h às 13h e das 14h às 18h. Tem um contrato de três anos e auferir €423 mensais. As horas extraordinárias e o trabalho ocasional aos fins-de-semana são pagos à parte.

Antes de se iniciar nesta actividade, Graça tinha já trabalhado durante as férias na Feira de Gastronomia de Nisa e na Ocupação de Tempos Livres de crianças.

Neste momento, sente-se bem com o emprego que tem, mas tendo consciência do contexto de precariedade laboral em que vive, quer minimizar os riscos de desemprego terminando o 9.<sup>o</sup> ano. Espera fazê-lo no regime nocturno em Nisa e pondera inclusivamente concluir o ensino secundário, desde que, futuramente, passe a ser possível fazê-lo em Nisa.

Graça gostaria de viver fora da localidade em que reside, mas debate-se com alguns dilemas: *“É assim... por um lado, eu gostava de aqui ficar mas, por outro lado, eu quero ver-me livre disto...”*

Reconhece que lhe faz falta a escolaridade obrigatória e que esta é um elemento fundamental para a sua vida profissional, mas não sente falta dos estudos. Tem saudades dos colegas que fez na escola, mas lamenta a forma como foi tratada por alguns professores pelo facto de ser repetente.

Perspectivando o futuro, demonstra o desejo que sente em ser educadora de infância, dado o seu gosto por crianças, mas para isso terá de aumentar a sua escolaridade.

## Jerónimo

Jerónimo tem 21 anos e vive em Nisa com os pais e o irmão de 15 anos. O pai é pedreiro e a mãe é doméstica. Por fazer anos depois de 15 de Setembro, não conseguiu vagas no ano em que seria suposto ter começado a estudar. Entrou para a escola no ano seguinte, tendo reprovado no 2.º ano.

No 2.º ciclo, reprovou uma vez no 6.º ano e, no 3.º ciclo, reprovou no 7.º. Gostava de Matemática, Educação Física, Educação Visual e Geografia. Por outro lado, não gostava de Português, nem de Ciências da Natureza. Jerónimo considera ter sido um bom aluno. Afirma que não tinha necessidade de estudar para conseguir passar nos testes; tinha notas positivas, sem que disso dependesse muito estudo. Diz nunca ter estudado em casa, até porque os livros ficavam sempre no cacifo da escola.

Os aspectos que poderão ter contribuído para o seu insucesso escolar relacionam-se com o seu comportamento. Os professores sempre afirmaram que Jerónimo era muito influenciável pelos colegas. O próprio reconhece actualmente muito do seu mau comportamento. Admite que faltava às aulas e que não hesitava em responder mal aos professores.

O pouco empenho e interesse nos estudos fez com que saísse da escola aos 16 anos. No momento da entrevista, Jerónimo tinha acabado de fazer um curso profissional com equivalência ao 9.º ano.

Quando saiu da escola, foi trabalhar para a construção civil. Este tipo de trabalho não era novidade para o Jerónimo, já que ajudava o pai com frequência nas obras de casa. Trabalhava das 8h às 17h, com 1h de almoço. Recebia €75 por semana. Ficou neste emprego cerca de um ano e saiu porque não tinha contrato de trabalho.

Conseguiu, depois, um trabalho numa serralharia, com um contrato sem termo. Ficou neste emprego por um ano, mas acabou por se despedir devido a desentendimentos com os patrões.

Encontrou depois trabalho como estafeta numa pizzeria. Lá permaneceu por sete meses. Trabalhava de domingo a 6ª feira, das 12h às 15h e das 19h às 23h. Despediu-se novamente. Segundo diz, “...fartei-me porque aquilo eram vidas presas”. Voltou a trabalhar na construção civil, desta vez por intermédio de um tio, que lhe arranjava uns biscates.

Entretanto, por conhecer a mediadora do curso, foi inscrito no curso profissional. O curso teve a duração de um ano e meio e concede competências para operador agrícola. Tinha um horário das 9h às 17h e uma bolsa de estudo de €500, caso não faltasse.

Agora, com o curso terminado e sem perspectivas de conseguir emprego na sua área de formação, voltou a trabalhar na construção civil. Desta vez, vai abrir actividade para poder passar recibos verdes.

Não pensa continuar na construção civil eternamente. Espera conseguir encontrar um trabalho na área da informática.

Planeia uma vida a dois com a namorada, mas isso dependerá da estabilidade profissional de ambos. Se tiver filhos, não quer que estes sigam a sua trajectória de vida. Com um futuro incerto, opta por não fazer projectos e vai vivendo o dia-a-dia.

## Mariana

Mariana tem 19 anos de idade e é secretária. Vive no Porto com o companheiro, que é vendedor num *stand* de automóveis, e com a sua filha de 19 meses. Até há um ano atrás vivia com os pais, irmã mais nova e avó materna. Os pais são proprietários de uma empresa que comercializa portas.

Frequentou o ensino formal até ao 12.º ano, desistindo ainda no início do ano lectivo. As razões que refere para tal decisão oscilam entre a falta de interesse pela escola e o facto de ter engravidado – motivo suficientemente forte para justificar as faltas às aulas.

Refere nunca ter dado muita importância aos estudos, nem nunca ter planeado prosseguir para o ensino superior, não sentindo aptidão para nenhum dos cursos que conhecia.

Do seu percurso escolar até ao 11.º ano não consta qualquer aproveitamento negativo; considerava-se uma aluna razoável. Começou a ter explicações extracurriculares a partir do 6.º ano a Matemática, disciplina que, entre todas as outras, destacou como sendo a que maiores problemas lhe dava.

Terminada a gravidez, ficou seis meses em casa dos pais com a filha. Após esse meio ano foi, com a filha, morar com o companheiro. Decidiu, então, começar a trabalhar.

Começou por procurar emprego em centros comerciais. Através de uma amiga, conseguiu uma colocação numa loja de roupa, onde aquela já trabalhava. Desta experiência diz guardar apenas más recordações, salientando, entre outras queixas, a desconfiança e o desrespeito pelos funcionários. Saiu após um dia de trabalho. Nesse mesmo dia, o pai convidou-a para jantar e ofereceu-lhe emprego na sua empresa. Diz não ter recorrido ao pai como primeira opção, por recear que o acto fosse entendido como a “*reivindicação de um direito*”, preferindo que a oferta partisse dele.

Actualmente, não cogita a hipótese de voltar a estudar ou frequentar outro tipo de formação. Isto porque, para além de sentir que o seu percurso profissional está directamente ligado à empresa do pai – possibilidade que a deixa mais tranquila em relação ao futuro e na qual centra todos os seus projectos profissionais – não encontra no programa das disciplinas que frequentou a componente prática necessária para uma boa integração no mercado de trabalho.

Como apoio familiar, conta com a avó materna para cuidar da sua filha, durante o período de trabalho.

## Miguel

Filho único e residente em Almada, Miguel vive com a avó e com a mãe. O avô já faleceu. Tal como o pai, a mãe está desempregada. Para além de ter 12.º ano incompleto, tirou um curso de artes na Escola Conde Ferreira e deu aulas num atelier.

Tem 23 anos, namora, e trabalha em tempo parcial (30 horas semanais/ seis horas por dia) como caixeiro auxiliar numa multinacional. Tem folgas rotativas e está com um contrato sem termo, depois de ter estado três meses à experiência. O seu horário é variável, dependendo da escala de serviço, e a sua remuneração mensal é de €310. Faz horas-extra, que são pagas e por vezes compensadas com dias ou horas de descanso. Considera a empresa modernizada, nomeadamente ao nível do sistema informático e até afirma gostar do que faz, pois “...*falar com o público é interessante..*”, mas, para o trabalho que tem, diz que deveria ganhar mais. Acima de tudo, não é assim que se imagina no futuro.

Andou sempre em escolas perto de casa e foi mudando naturalmente, à medida que ia passando de ciclo. Andou num infantário até ingressar no 1.º ciclo do ensino básico, frequentando-o em regime de ATL até ao 8.º ano, onde fazia os trabalhos de casa. Até ao 9.º ano, a sua trajectória escolar foi regular, pois considera que era bom aluno a Educação Física, a Português, a Ciências e um aluno médio a Matemática e a Física e Química. Tinha mais dificuldades a História e a Inglês. No entanto, não tinha negativas. Chegou a perder a vontade de ir à escola, na primária, devido a um conflito com um aluno problemático, mas esse episódio foi rapidamente esquecido.

Não era muito estudioso e gostava mais de estar no seu canto a estudar, do que junto dos colegas. No entanto, isso não impedia que os ajudasse nas disciplinas para as quais tinha mais jeito. Os problemas só começaram verdadeiramente no 10.º ano, quando mudou para a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, no Pragal. Apesar de ter boas condições para a prática do desporto (área que escolheu), esta escola possui um ‘ambiente’, que chocou o Miguel. “*Tive um pequeno problema com um grupo de pretos... eles faziam muita pressão... principalmente para quem vinha de fora.*” Para além deste conflito de ordem ‘racial’, Miguel afirma que as turmas de desporto não eram muito bem vistas na escola, principalmente, nos torneios desportivos. Acresce a esta difícil integração grupal, o mau aproveitamento que se começou a fazer sentir, acabando o Miguel por reprovar no 10.º ano, com negativas a Inglês, a Matemática, a Ciências e Português, numa turma com muitos alunos repetentes. Começa aqui o desinteresse pela escola, que o levou a reprovar também no 11.º ano. Na repetição de ano, consegue passar para o 12.º ano, mas completamente desmotivado, situação para a qual contribuíram alguns problemas familiares.

Apesar da sua vocação para o desporto, começa a sentir-se ‘completamente sufocado’ na escola, acabando por encontrar refúgio numa nova oportunidade de carreira. Ao ver um panfleto de promoção da Marinha, resolve inscrever-se, indo ao encontro de um fascínio de criança “...*sempre gostei de ver as fardas da marinha, os barcos...*” e na esperança de seguir as pisadas do primo e da prima. Ainda frequentou o 1.º período do 12.º ano mas com a concordância da família, entra na Marinha aos 20 anos, em busca de uma profissão, mas também com o objectivo de se licenciar em desporto. Embora não esteja arrependido, se voltasse atrás, teria acabado o 12.º ano, e assim poderia ter-se candidatado à Escola de Oficiais.

Feita a recruta e um curso de abastecimento (secretaria) praticamente em seis meses, Miguel passou a 2.º grumete, mas ao invés de exercer a função de secretário, desempenhava tarefas de porteiro. Durante este processo, passou a efectivo e foi ganhando sempre mais, até chegar aos €580, trabalhando das 9h às 16h e de 2.ª a 6.ª feira. Ainda que com de uma certa estabilidade, começou a saturar-se a vários níveis. O tratamento por parte de superiores, as funções que exercia, a fraca possibilidade de se licenciar através da Marinha e, por fim, a previsão de que só subiria ao posto de cabo ao fim de 15 anos. A juntar a todos estes factores, começa a namorar e a sentir uma certa incerteza quanto à conciliação da vida amorosa com a vida de embarcado. Acaba por abandonar a Marinha ao fim de dois anos.

Através de anúncios no jornal, conseguiu, mais tarde, duas experiências como operador de telemarketing. Na primeira, ganhou €150 nos dois meses em que esteve à experiência, a trabalhar quatro horas por dia. Detestou e acabou por sair por 'falta de vocação'. Para a segunda experiência em telemarketing, candidatou-se pensando que era uma função que não envolvia vendas. Ao verificar que era um cargo semelhante, foi-se embora passados dois dias.

A experiência profissional que se seguiu foi como auxiliar de veterinário de 2.º grau, num hospital veterinário, no qual esteve durante dois a três meses a trabalhar por turnos (oito horas por dia) e novamente à experiência. Por gostar muito de animais, estimou muito a função. No entanto, acabou por entrar em conflito com o patrão devido a algumas reivindicações que vinha fazendo: baixo salário (€475) e pouco tempo de pausa para refeições. Após um período de baixa, mandaram-no embora.

Com 23 anos, ainda ambiciona continuar os estudos. Daí que pretenda acabar o 12.º ano e até mesmo tirar um curso de desporto com especialização em treinador de futebol, um curso de fisioterapia ou de secretaria. Reconhece que a escola o ensinou a comunicar e a relacionar-se com as pessoas, mas só com uma licenciatura é que vê possibilidade de cumprir o sonho de trabalhar na área desportiva.

Actualmente, vive uma fase de indefinição. Pretende continuar os estudos (à noite ou num curso semi-profissional de desporto, na Universidade Lusófona). Mas uma eventual ida para a universidade só é possível com um emprego com bons horários e uma boa remuneração. Segundo as suas perspectivas, esse emprego poderá passar pela área de secretariado. Perspectiva sair de casa, mas não a curto prazo.

Habitualmente recorre aos jornais e à Internet, considerando-as boas formas de procura de emprego. Segundo ele, existe muita informação, mas as ofertas são quase todas para trabalhos temporários. Pensa que o IEFP é uma boa ajuda a esse nível, mas só se vai inscrever quando fizer os seis meses de contrato.

Reconhece que se devia apostar mais nos jovens mas afirma que estes só não encontram emprego se não quiserem. No entanto, entende que os jovens tenham dificuldades em ingressar no mercado de trabalho, principalmente, aqueles que têm poucos estudos. Em relação às mulheres e a grupos socialmente discriminados, pensa que é igualmente difícil, realçando a forma discriminatória como as mulheres são tratadas na Marinha.

## Rui

Rui tem 25 anos e trabalha como operador de posto numa área de serviço. Vive com o namorado, que é consultor informático por conta própria e antes de viver em união de facto, vivia com o pai, que é distribuidor de escapes em armazéns. A sua mãe, já falecida, era doméstica.

Rui teve sempre um aproveitamento escolar razoável. Independentemente das negativas, quase sempre presentes a Matemática e a Português, conseguiu chegar ao 12.º ano sem nunca reprovar. Neste momento, falta-lhe fazer a disciplina de Português A, para concluir o ensino secundário.

Deixou de estudar com 19 anos. Na altura em que o fez, evidenciava alguma exaustão em relação à escola e ao estudo. Sentia que, mesmo que continuasse a estudar e prosseguisse os estudos para o nível superior, não conseguiria obter um bom aproveitamento e terminar uma licenciatura. Paralelamente, começou a desejar alguma independência financeira, que só seria possível se entrasse no mundo do trabalho.

O primeiro emprego que teve foi conseguido através do pai. Trabalhou durante seis meses num armazém de venda de ferro, no atendimento aos clientes. Tinha um horário das 9h às 18h, de 2.ª a 6.ª e recebia cerca de €450 por mês, acrescidos de horas-extra. Teria tido, possivelmente, oportunidade de progredir na empresa, mas, terminado o contrato, Rui não quis continuar. Considerava o trabalho cansativo e pesado; tinha muitas vezes de pegar manualmente em ferros muito pesados.

Depois de ter saído deste emprego, inscreveu-se directamente numa cadeia de hipermercados. Passadas poucas semanas foi chamado e começou a trabalhar, em regime de tempo parcial, a fazer reposição. Depois do primeiro contrato de seis meses, começou a trabalhar a tempo inteiro, nas mesmas funções. Recebeu, mais tarde, uma proposta para abandonar o trabalho de armazém e trabalhar como placa de vendas. Esta função envolvia o tratamento da loja e do cliente. Tinha a tarefa de verificar se o funcionamento da loja estava do agrado do cliente, garantindo igualmente a boa apresentação dos produtos – fixava etiquetas soltas, confirmava os preços dos produtos, aproximava os produtos para a frente das prateleiras, perguntava se o cliente precisava de ajuda. Esteve nesta função durante um ano e meio. Trabalhava por turnos de 8h diárias, que podiam variar entre as 8h e as 17h ou as 17h e as 22h00. Auferia €450 mensais.

Saiu do hipermercado quando, através de uma amiga, conseguiu o emprego que mantém actualmente. O salário, superior ao anterior, e as funções a desempenhar, mais aprazíveis, levaram-no a mudar de trabalho.

Actualmente, tem como funções o atendimento ao cliente, o trabalho de caixa, a reposição de produtos, o controlo de stocks, entre outras tarefas. Trabalha das 7h às 16h, com uma folga semanal rotativa e recebe €783, a que se somam os prémios de assiduidade e produtividade. Chega a ganhar €900 por mês.

Sente-se bem no trabalho em que está e não pensa voltar a estudar em breve. Apesar de fazer formação profissional na empresa com alguma frequência, diz sentir falta de conhecimentos de gestão. Não se arrepende, no entanto, de ter deixado de estudar. Quando iniciou o seu primeiro emprego, sentiu dificuldades e, confessa, algum arrependimento. Com o passar do tempo acabou, no entanto, por se adaptar à sua nova condição de trabalhador.

Quando fala do abandono escolar e das saídas precoces do sistema de ensino, não hesita em atribuir às famílias essa responsabilidade. Apesar de garantir que não foi esse o seu caso, considera que “...os grandes culpados são a família, que não incentiva (...) porque a escola incentiva sempre.”

### 5.3 SEGURANÇA, FLEXIBILIDADE E FORMAÇÃO

A gradual estabilização dos vínculos contratuais constitui um traço que caracteriza parte das trajectórias profissionais destes jovens. De vínculos mais ou menos precários, alguns deles evoluíram para contratos mais seguros.

Muitos dos que actualmente têm contrato permanente experimentaram ao longo da sua trajectória profissional modalidades contratuais diversificadas, nomeadamente o pagamento através do regime de recibo verde e o contrato a termo certo. Alguns chegaram a trabalhar sem qualquer tipo de vínculo contratual. Este tipo de percurso é característico dos jovens empregados na área dos serviços e das actividades administrativas. Independentemente do direccionamento funcional das suas trajectórias, experimentaram vínculos laborais precários durante a sua trajectória profissional antes de acederem a um contrato de carácter mais permanente.

Os jovens operários, artífices, operadores de instalações e máquinas ou trabalhadores da montagem não tiveram, em geral, vínculos formais precários durante a sua trajectória. A sua precariedade advém-lhes, antes, das fracas condições remuneratórias e da pouca solidez da empresa onde trabalham. Normalmente, quando acediam a um posto de trabalho, ficavam “à experiência” durante períodos relativamente curtos de tempo, e apenas depois efectivavam a relação contratual. Ou então acederam à condição de efectivos desde o início. Embora desempenhem actividades profissionais caracterizadas como dominadas, no plano simbólico e estrutural, chegam com maior facilidade à condição de trabalhadores permanentes e, neste sentido, estão menos sujeitos a situações de precariedade contratual, ainda que esta não seja sinónimo de segurança efectiva.

A este nível verifica-se uma relação significativa entre o perfil do sector e o regime dos vínculos contratuais. Em sectores de actividade mais tradicionais os jovens obtêm com maior facilidade vínculos permanentes, por comparação com os que laboram em empresas modernas e de maior dimensão. Contudo, a solidez contratual dos que trabalham nos sectores mais tradicionais na economia portuguesa é aparente, pois o contrato de trabalho não legitima por si a segurança laboral a prazo, como se comprova pelo recorrente encerramento de empresas a que nos últimos anos se assiste no nosso país. Embora os jovens com este tipo de actividade detenham vínculos sem termo temporal, a verdade é que a maior ou menor sustentabilidade das empresas condiciona a extensão real desse contrato. Aliás, esta ideia encontra eco na amostra qualitativa deste estudo.

Fábio, com o 7.º ano concluído, trabalhou durante três anos como montador de cortantes numa empresa de pequena dimensão (tinha nove trabalhadores). Esteve efectivo até a empresa falir. Nesse momento, ficou

desempregado. O caso de Sandro é também ilustrativo. Serralheiro mecânico numa empresa do tipo familiar, mostrava-se na altura da entrevista confiante no futuro desta e na capacidade que os seus trabalhadores teriam para resolver eventuais problemas que se colocassem à prosperidade da empresa. Alguns meses após a recolha do seu testemunho, num encontro casual, o discurso do jovem tinha-se alterado: a empresa estava com “*dificuldades*”, com “*pouco trabalho*”, e no “*fim do mês*” começava a faltar o ordenado. Sandro, farto de trabalhar sem ser remunerado, e temendo a falência da empresa, andava “*à procura de trabalho*”.

Apenas aparentemente o vínculo laboral afasta o trabalhador de situações de precariedade, pois o perfil estrutural das empresas é em si um factor potenciador desse tipo de condição – por exemplo, as que utilizam pouca tecnologia ou que não apostam na formação do seus trabalhadores têm grandes probabilidades de se virem a debater com problemas de competitividade e, portanto, de sobrevivência.

Há, porém, entrevistados cujo trajecto no mercado de trabalho, foi quase sempre marcado por situações de precariedade contratual, ou sofreu uma evolução negativa. Jerónimo, 9.º ano incompleto, assinou apenas um contrato de trabalho. Foi no seu segundo emprego, quando trabalhava como distribuidor de *pizzas*. Tinha um contrato a termo certo. Antes e depois desta actividade, como trabalhador da construção civil ou serralheiro mecânico, nunca teve qualquer vínculo laboral.

A primeira actividade de Sandra, que tem o 7.º ano completo, foi como embaladora de fruta. Ficou logo como efectiva. Trabalhou posteriormente durante quatro anos numa loja de roupa, um mês à experiência num lar de idosos e há cerca de sete anos que é empregada doméstica. Em nenhuma destas três actividades teve qualquer tipo de contrato de trabalho. É interessante o facto de a jovem não se sentir insegura quanto ao seu futuro profissional, mesmo não tendo qualquer tipo de vínculo contratual com as suas “*patroas*”.

“E: Cada vez mais as pessoas sentem-se inseguras quanto ao emprego, não têm contratos de trabalho ou têm contratos curtos... na tua profissão....

S: ... Na minha profissão eu não sinto isso, porque graças a deus gostam do meu trabalho e vêm que eu sou competente... tenho sempre as chaves, nunca tenho uma patroa à espera, tenho sempre chaves. É muita responsabilidade, mas no meu trabalho não sinto, na limpeza não sinto, porque cada vez mais as pessoas andam mais stressadas e não têm tempo para a casa. Preferem ter uma pessoa para ter as coisas mais organizadinhas. Na minha profissão eu não...

E: ... Não tens medo de ficar sem trabalho?

S: Não, não sinto. Até me sinto à vontade. Não procuro mais porque já não aguento. Até porque agora quero ficar com uma tarde para mim. Para tratar de papéis tenho de andar sempre aflita de um lado para o outro. Na minha profissão, nunca durante estes anos eu senti que me faltasse tra-

balho. O que eu quando era mais nova pensava era ‘sou nova, tenho de andar na limpeza’. A gente quando falava antigamente na limpeza... as pessoas costumam dizer, com licença, que é limpar a merda dos outros, não é? Quando era mais nova sentia-me assim coiso, mas uma pessoa tem de pensar ‘tenho de ganhar o meu dinheiro fazer a minha vida, ao fim do mês as despesas são aquelas e eu tenho de arranjar para pagar’. Aí eu pensei de outra maneira e fui lá e... agora de faltar não, nunca... também posso estar sujeita a isso, mas as casas que eu tenho são já de longos anos e são pessoas do Estado, percebes?, com ordenados certos. Por isso não sinto aquela falta.”

*Sandra, 7.º ano concluído, empregada doméstica, 30 anos*

Sandra conformou-se com a natureza da sua função e a estabilidade que lhe proporciona. Considera-se uma boa profissional. Acredita que o capital de confiança acumulado junto das suas patroas e o facto de estas terem empregos seguros e pouca disponibilidade para as lides domésticas, lhe asseguram o seu futuro profissional. Os sentimentos de segurança emergem de vínculos tácitos, de outro tipo de laços que não de contratos formais (Hochschild, 1983 e 2003). De facto, a segurança contratual pode não advir apenas do vínculo formal, mas também do “contrato psicológico” (Lewis e outras, 2002: 79).

A posição de Sandra relativamente a esta questão não é partilhada pela maioria dos entrevistados que, tal como ela, têm filhos ou por aqueles que têm a seu cargo avolumadas despesas mensais fixas, como uma renda de casa, mas que trabalham noutras ocupações. Para estes, o tipo de contrato de trabalho é um elemento importante das condições laborais e factor decisivo na estabilização das suas vidas. Para eles a segurança contratual funciona como fundamento legitimador da “segurança ontológica” (Giddens, 1990).

Embora ao longo da sua trajectória profissional muitos destes jovens tenham experimentado vínculos laborais flexíveis ou inexistentes, grande parte evoluiu para vínculos laborais contratualizados e permanentes. Este facto poderia subentender a estabilização das condições de trabalho. Mas, como já se viu, nem sempre assim acontece.

“A: O contrato era efectivo, mas era efectivo a *part-time*, embora permitisse aumentar o número de horas. Ou seja, durante o Verão era a *full-time*, no Inverno eles reduziam as horas. No Inverno ganhava uns oitenta ou noventa contos.

E: Ficaste lá quanto tempo?

A: Uns cinco anos.

E: Porque é que decidiste abandonar esse trabalho?

A: Pelo facto de ter um contrato efectivo a *part-time*, que não me permitia ter uma estabilidade financeira para comprar uma casa, um carro.”

*André, 12.º ano incompleto, vendedor, 26 anos*

André tinha contrato permanente na transportadora aérea portuguesa, mas o número de horas de trabalho variava de acordo com as necessidades da empresa. Neste sentido, o horário e o montante da remuneração eram incertos e sazonais, dependendo dos picos de tráfego em momentos específicos do ano. Embora fosse um trabalhador efectivo, a sua situação – remuneratória e de tempo de trabalho – era flexível, impossibilitando-o de estabilizar financeiramente a sua vida.

No quadro dos percursos profissionais dos entrevistados, é bastante nítido que a flexibilização das relações e condições laborais tende a densificar-se no sector dos serviços. Por exemplo, nas chamadas “grandes superfícies” comerciais, o regime de horários e folgas rotativas, bem como o trabalho a tempo parcial, impõem-se enquanto lógicas laborais dominantes. Nas actividades oficinais mais tradicionais essas modalidades de regimes flexíveis têm uma presença residual.

A realização de horas extraordinárias é também uma modalidade de flexibilização laboral experimentada por grande parte dos jovens que trabalham nos serviços. Na maior parte dos casos a entidade patronal compensa o trabalho suplementar realizado através de mecanismos mais ou menos formais. A regra é a compensação monetária ou a acumulação de tempo de férias. Mas as horas extraordinárias são também compensadas através de outras modalidades, como por exemplo, a possibilidade de o empregado se ausentar do trabalho para tratar de assuntos pessoais. A este nível, a flexibilização surge não enquanto processo formalmente instituído, mas como um conjunto de obrigações recíprocas, de natureza tácita, entre o trabalhador e o patrão ou superior hierárquico.

A flexibilização laboral é entendida e avaliada pelos entrevistados segundo diferentes perspectivas. Existe uma parcela dos entrevistados que adere a este tipo de lógicas laborais, temente das consequências de uma outra atitude que possa ser interpretada como sinal de não investimento profissional.

“Quem está efectivo, hoje, tem tanta segurança como quem está a contrato... está difícil para todos... mas eu sei como as coisas estão lá fora, também tenho que me esforçar um pouquinho... eu pelo que vejo, e o meu marido lá na loja também sente o mesmo, as pessoas não se sujeitam a nada... eu tive uma colega minha daqui que foi para Vidago, teve que mudar completamente o dia-a-dia dela, mas foi. Se fosse outra pessoa se calhar não ia...”

*Lília, 12.º ano incompleto, administrativa, 29 anos*

“E: Como vive as actuais dificuldades e mudanças do mercado de trabalho?

C: Vivo isso como um desafio... temos mais lojas pelo país. Quando assinei o contrato falámos sobre essa possibilidade, por isso estou preparada... não me assusta... já tive uma experiên-

cia dessas. Abrimos uma loja no Porto (num Shopping), e no início estavam a precisar de uma pessoa com urgência. Como esta aqui tem menos movimento eu fui. Trabalhava os sete dias da semana, domingos e tudo. (...) Já me têm surgido situações com as quais não contava, mas não me recusei a fazê-las por não ser a minha função... Nós temos que zelar pelo nosso trabalho... se nós não colaborarmos...”

*Cláudia, 9.º ano completo, vendedora numa loja de decoração, 27 anos*

Lília considera que devido à insegurança que impera no mercado laboral, os trabalhadores devem sujeitar-se às condições impostas pela entidade empregadora, têm de se “*esforçar um pouquinho*” para conseguir manter o emprego e contribuir para a prosperidade da empresa. Neste sentido, enaltece a atitude da colega que aceitou transferir-se para um posto de trabalho situado noutra parte do país. Cláudia já experimentou este tipo de mobilidade no interior da empresa onde trabalha e executou tarefas que não as da sua função. Aliás, chegou a trabalhar sete dias por semana. Também ela encara a maleabilidade do trabalhador, essa disposição para “*colaborar*” com a empresa, como uma forma de acautelar o futuro profissional.

A aceitação dos processos de flexibilização e polivalência é, em geral, pacífica entre os entrevistados. O problema colocado por alguns destes tem a ver com a descoincidência que por vezes existe entre as actividades que exercem e a função que serve de referência para calcular os seus salários.

“Agora já estou numa altura em que já não estou satisfeito. Já estou lá há quase dois anos, faz em Setembro. Tenho categoria de porteiro de 2.ª, mas faço trabalho de porteiro de 1.ª. Já estamos lá há dois anos e não houve qualquer promoção na carreira. Agora já não estou satisfeito. Obviamente que quando entrei estava, mas agora já passou quase dois anos e só houve uma vez um aumento, de dois e meio por cento, que é o obrigatório.”

*Nuno, 12.º incompleto, porteiro num hotel, 28 anos*

“E: Do que é que tu não gostas neste emprego?

F: Das funções que desempenho actualmente é ‘tar’ preso numa recepção e não ganhar como recepcionista. Porque como vigilante o ordenado é quinhentos e noventa e cinco euros, base, mas se fosse como recepcionista – porque a empresa tem recepcionistas – ganhava 650 de base.”

*Florêncio, 12.º incompleto, vigilante, 21 anos*

Entre a atribuição formal de uma categoria profissional a um trabalhador e a actividade desempenhada por este pode haver, nalguns casos, uma diferença de índole funcional e remuneratória. Neste caso, há diferenças de cariz classificatório. Tanto Florêncio como Nuno são remunerados de acordo com a categoria pro-

fissional que as suas entidades patronais lhes atribuíram, mas exercem actividades que parecem escapar aos limites funcionais dessa classificação. Ao ajustamento funcional típico das lógicas de “flexibilização qualitativa” (Kovács, 2005), não correspondeu, nestes casos, a retribuição salarial associada à natureza das funções desempenhadas.

Importa agora focar a análise na formação recebida por estes jovens no âmbito do seu contexto de trabalho. Em geral, os entrevistados foram muito pouco envolvidos em acções de formação profissional. Mesmo assim, o contacto com estes programas é uma experiência quase exclusiva dos jovens que trabalham no sector dos serviços, nomeadamente em empresas de média ou grande dimensão.

Quando se caracterizou a amostra qualitativa deste estudo, referiu-se que os jovens com maiores capitais escolares são os que integraram com maior frequência programas de formação profissional promovidos pelas entidades patronais. A escolaridade é uma variável estruturante ao nível da disponibilidade para aprender e na formação de representações positivas acerca dos processos de aprendizagem. Mas é também um recurso valorizado pelas entidades empregadoras, que, construindo muitas vezes “*identidades sociais virtuais*” dos trabalhadores, tendem a direccionar a formação profissional para aqueles que mais capital escolar detêm, na medida em que os identificam como os mais aptos e motivados para a receber (Dubar, 2000: 187).

As possibilidades de promoção no interior de uma empresa tendem a aumentar de acordo com essa variável, bem como o acesso a programas de formação profissional – que, aliás, funcionam muitas vezes como alavancas dos processos de mobilidade e progressão na carreira.

Ao contrário dos que beneficiaram de formação profissional, que reconhecem a sua importância no plano das competências adquiridas e das oportunidades laborais abertas, alguns dos que nunca experimentaram quaisquer processos de formação profissional pouco valor atribuem a este tipo de aprendizagem, até porque a não viveram. Sobressai nos seus discursos a referência à aprendizagem empírica, na interacção com os demais colegas:

“Quando vim para aqui não sabia fazer nada, nunca tinha lidado com nada disto, mas fui aprendendo aos poucos... há coisas mais difíceis que outras, mas vamo-nos ajudando uns aos outros... e eu aprendo rápido.”

*Vasco, 7.º ano concluído, mecânico, 21 anos*

“Sabemos fazer todos o mesmo. Quando um não sabe o outro – normalmente os que estão cá há mais tempo – explica... aqui ninguém é formado em nada. Quando vim para cá não sabia fazer nada, comecei por ir ajudando e aprendia ao mesmo tempo.”

*Ronaldo, 9.º ano concluído, serralheiro, 20 anos*

Pouco escolarizados, Vasco e Ronaldo desvalorizam a formação profissional dentro da empresa. Para eles a perícia laboral adquire-se na prática. Quando começaram a trabalhar nas suas actuais actividades não sabiam “*fazer nada*”. Aprenderam a trabalhar perguntando aos colegas com mais experiência ou observando-os. Os colegas mais experientes funcionam como uma espécie de “conhecimento à mão” (Schutz, 1970), pois transmitem aos aprendizes saberes práticos durante a prática laboral e, desse modo, ajudam a formar as disposições e recursos profissionais destes.

Ronaldo começou por auxiliar os mais velhos e, através dessa prática, assimilou os conhecimentos necessários para ser serralheiro. Vasco “*foi aprendendo aos poucos*”. Estes jovens são pouco receptivos a processos de aprendizagem em que existe uma separação entre o plano teórico e o prático, pois transportam disposições de classe enformadoras de uma visão instrumental do ensino e da rejeição do conhecimento teórico. Para eles o processo de aprendizagem ganha sentido e valor se for invocado por uma necessidade ou por um objectivo prático. Por isso gostam de se formar e adquirir competências técnicas exercitando, na prática, uma actividade profissional, num contexto em que não há alunos e professores, mas apenas colegas com maior ou menor experiência laboral.

Alguns jovens que trabalham no sector terciário afirmam ter sentido a falta de formação profissional.

“Sentir falta, senti, mas fui aprendendo com os meus colegas, não sou das que fica sentada... quando puseram a *net*, eu não sabia, foi a primeira vez que lidei com e-mails e essas coisas. Fui explorando. Quando não sabia alguma coisa perguntava aos que sabiam, e tem que ser assim, senão... Penso que os patrões deviam estar mais atentos a essas necessidades dos seus funcionários, a eles não lhes custava mandar alguém da Guarda (*sede da empresa*) para nos dar uma formação. Pelo menos quando instalam programas novos, pois fica tudo por nossa conta. Depois não se podem queixar de erros... claro que sem formação no início ocorrem muitos erros, mas já temos colocado essas dificuldades quando nos vêm chamar a atenção para alguma falha, mas até hoje não veio cá ninguém... fazemos o melhor que sabemos e quando é assim... “

*Lília, 12.º ano incompleto, administrativa, 29 anos*

Tal como Vasco e Ronaldo, Lília diz ter-se apoiado na ajuda dos colegas para aprender competências invocadas pela actividade profissional. Ela tem, no entanto, uma posição diferente no que toca à importância da formação profissional promovida pela sua entidade patronal, pois considera que este tipo de formação poderia favorecer a familiarização dos trabalhadores com ferramentas de trabalho por vezes estranhas ao saber prático do trabalhador. Defende que os patrões deviam estar “*mais atentos*” às “*necessidades*” dos trabalhadores e, deste modo, assegurar-lhes acções de formação. Pelo facto de não o fazerem, perdem a legitimidade para criticar os trabalhadores quando estes erram devido a questões de desconhecimento associadas à falta de formação.

O trajecto profissional dos entrevistados, decorrente do seu grau de escolaridade, parece ser, portanto, uma variável importante na compreensão e análise das suas condições profissionais presentes e passadas. No plano formal, os jovens que trabalham no sector secundário – em geral, menos escolarizados do que os que laboram no sector dos serviços – são os que acederam com maior facilidade a vínculos contratuais supostamente mais estáveis e são também eles que trabalham (e trabalharam) em regimes menos flexíveis. O facto de os jovens que trabalham no sector dos serviços terem regimes mais flexíveis e contratos formalmente menos seguros não significa que sejam eles as principais vítimas dos alegados processos de “brasileirização” da economia e do trabalho (Beck, 2000), pois o tipo de contrato não determina por si a certeza da manutenção do posto de trabalho. Faz por isso pouco sentido olhar para os processos de flexibilização do trabalho de forma unívoca, associar linearmente tipo de vínculo contratual e segurança laboral.

A flexibilidade laboral e as condições por ela impostas são um desafio em geral aceite pelos jovens, mas enquanto uns aderem a este tipo de regimes de forma submissa – sujeitando-se às lógicas do mercado de trabalho e às exigências das entidades patronais –, outros tendem a criticar e a mostrar-se insatisfeitos relativamente a algumas manifestações deste fenómeno.

Quanto à formação promovida pelas entidades patronais, ela parece ser uma prática pouco difundida nos contextos de trabalho percorridos pelos entrevistados. Os jovens mais escolarizados integrados em empresas de maior dimensão são os que tendencialmente beneficiam deste investimento e o valorizam, enquanto os menos escolarizados – nomeadamente os que trabalham em actividades industriais, muito pouco expostos a este tipo de formação – têm maior propensão para desvalorizar tais ensinamentos e a destacar a importância da aprendizagem das competências profissionais no local de trabalho.

## Florêncio

Florêncio tem 21 anos e vive em Odivelas com os pais e os avós. O pai tem o 6.º ano e é operário numa Junta de Freguesia e a mãe, com a 4.ª classe, é ajudante de copa numa pastelaria. Tem uma irmã, com 29 anos, que já não vive com ele. Ela possui o 12.º ano e trabalha como caixa, num hipermercado.

Florêncio tem o 12.º ano incompleto. Reprovou uma vez, no 8.º ano, com negativas a Educação Musical, Educação Visual e Tecnológica, Inglês e Matemática. Apesar de admitir nunca ter sido muito empenhado nos estudos, atribui esta reprovação a um problema familiar: o avô estava doente e isso reflectiu-se na sua motivação e aproveitamento.

Como nunca teve a intenção de se licenciar, inscreveu-se num curso de formação profissional com equivalência ao 12.º ano. Os seus pais, com uma forte ligação ao campo, apoiaram esta decisão, sobretudo porque o curso era de jardinagem e esse sempre foi o sonho de Florêncio. Fez quase todos os módulos, mas deixou o curso incompleto, faltando-lhe os módulos de Inglês, Matemática e Físico-Química.

As suas primeiras experiências profissionais deram-se enquanto ainda estudava. A partir dos 16 anos, e durante três Verões, trabalhou como jardineiro na Junta de Freguesia, por intermédio do pai. Não tinha contrato, trabalhava das 7h às 13h e recebia €20 por dia. Sempre gostou do trabalho de jardinagem e chegou a ter um convite por parte do Presidente da Junta de Freguesia para ficar lá a trabalhar depois do curso. Florêncio tomou, no entanto, uma opção diferente.

O curso profissional que frequentou incluía um estágio profissional que, no seu caso, foi feito no Jardim Zoológico. Terminado o estágio, foi convidado para ficar lá a trabalhar a tempo inteiro. Procurou conciliar este trabalho com a conclusão do curso mas, por não conseguir, acabou por deixar o curso incompleto.

Trabalhava das 8h às 17h e recebia €400. Gostava muito da função, do ambiente de trabalho e teve oportunidade de aprender muitas coisas novas. No entanto, por não estar satisfeito com a remuneração, acabou por sair. Cumpru um contrato de três meses e dois contratos de um ano.

Duas semanas depois, foi trabalhar como vigilante numa empresa de segurança privada. Soube que a empresa estava em fase de contratação através de conhecidos. Está lá há um ano, trabalha das 16h às 00h ou das 00h às 8h. Aos fins-de-semana trabalha das 8h às 20h ou das 20h às 8h. As folgas são rotativas e recebe entre €700 a €750 por mês.

Gosta do trabalho que faz e ambiciona ascender profissionalmente na empresa, se puder fazer formação interna. Apesar da estabilidade do emprego – que admite ser rara na actualidade – diz ter uma função cansativa e ingrata, uma vez que, para além de vigilante, trabalha também como rececionista.

Está cansado de ser vigilante e, por isso, vai procurar emprego, possivelmente como jardineiro. Prevê a curto prazo constituir família, mesmo que não esteja estabilizado profissionalmente.

Se voltasse atrás, acabaria o curso, de forma a ter a equivalência ao 12.º ano; ser-lhe-ia mais fácil encontrar trabalho. Actualmente, não quer voltar à escola mas talvez tire um curso básico de Inglês, apesar de considerar difícil conciliar com o trabalho.

Considera que a formação profissional remunerada é, para os jovens, uma boa solução para o desemprego, e por isso entende que se deve apostar numa formação escolar mais prática.

## Sandra

Sandra tem actualmente 30 anos. O seu pai, pedreiro, fez a 4.<sup>a</sup> classe, o mesmo nível escolar atingido por sua mãe, que é doméstica. A entrevistada nasceu num contexto familiar detentor de baixos recursos escolares. Para além disso, a pobreza ao nível da posse de capitais escolares, por parte dos seus pais, era acompanhada pelas carências económicas. As condições sócio-familiares parecem ter assumido um papel fundamental para o abandono escolar da entrevistada no 7.<sup>o</sup> ano. Até aí nunca tinha reprovado, embora a negativa a Matemática fosse constante. No último período do 7.<sup>o</sup> ano teve quatro negativas: Educação Visual, Ciências da Natureza, Inglês e Matemática. Já nos dois anteriores períodos lectivos tivera negativas.

Era uma aluna disciplinada e aplicada. “*Estudava, estudava, estudava.*” A verdade é que apesar disso não conseguia acompanhar as matérias. Não encontrava apoio na escola nem em casa. Opõe-se aqui a ideia da vontade de aprender à da capacidade de aprendizagem, entendida no sentido sociológico. Um problema de natureza marcadamente disposicional mas, se se tiver em linha de conta a inexistência de respostas da escola, uma questão também organizacional.

Por outro lado, depois de provar o sabor do insucesso escolar e de se ter sentido impotente para triunfar nesse contexto, procurou a sua “*sorte*” no mercado de trabalho. Queria ganhar dinheiro, ter as suas coisas, reduzir a sobrecarga de despesas familiares – o investimento falhado na formação de Sandra no contexto de uma família sem posses deve, indirectamente, ter contribuído para a decisão desta em desistir da escola, até porque o aumento do investimento na sua formação através das explicações estava fora de hipótese devido às limitações materiais familiares – os limites económicos e a limitação das fracas disposições escolares.

Abandonou a escola com 16 anos. Por intermédio da mãe obteve de imediato um emprego, a empacotar laranjas numa empresa agro-industrial. Trabalhou aí um ano como efectiva, 12 horas por dia, a ganhar 50 contos (€250). A ocupação era dura e mal paga. Através do IEFP conseguiu trabalho numa loja de roupa (onde trabalhou quatro anos, sem contrato, a ganhar 65 contos mensais (€325), e depois desta falir, num lar, onde acaba por ficar apenas um mês, pois aquilo que começou por ser apenas um trabalho diurno evoluiu para uma actividade diurna e nocturna sem que as condições salariais fossem alteradas. Estimulada por uma funcionária do IEFP, com a ajuda da sogra, iniciou-se nas limpezas domésticas, com 23 anos. Há sete anos que é essa a sua profissão. Actualmente trabalha cerca de 10 horas por dia, ganha cerca de €500 mensais e não tem nenhum contrato formalizado com as pessoas a quem limpa as casas – embora desconte para a Segurança Social. Faz ainda um *part-time* ao fim do dia num Centro de Turismo. Embora ao início sentisse alguma vergonha por ter uma actividade desprestigiante do ponto de vista social, hoje em dia está conformada com o que faz. O que a preocupa realmente é a questão da segurança laboral e, ainda que trabalhe sem contrato, diz que não teme ficar sem trabalho. Aliás, nunca esteve desempregada – e quando precisou do IEFP a instituição deu resposta às suas necessidades de emprego.

A questão da segurança laboral ganha maior centralidade na sua vida desde que nasceu a filha, há alguns meses. Foi o facto de a sua situação profissional e a do seu marido (mecânico, trabalhador por conta de outrem, efectivo, ganha entre €650 e €1150 mensais) serem actualmente estáveis que permitiu à Sandra concretizar este projecto de maternidade, e é também em nome da filha e da sua educação que rejeita a possibilidade de vir a abraçar outra profissão. Gostava de ser hospedeira nos autocarros, mas não iria arriscar.

O investimento económico e afectivo na filha faz com que os projectos de mobilidade e formativos se esbatam. Sandra diz que não equaciona a possibilidade de voltar a estudar, pois isso significaria passar menos tempo com a filha.

Depois de sair da escola ainda fez alguns investimentos na sua formação: frequentou e concluiu um curso de informática promovido pela Junta de Freguesia, um curso de Inglês promovido pela Câmara Municipal e tentou ainda concluir, sem efeito, o 9.º ano à noite.

O Inglês foi o recurso escolar de que tirou mais proveito no mercado laboral, nomeadamente na loja de roupa – embora a jovem tenha mais facilidade na compreensão do que na expressão dessa língua. Actualmente diz que gostaria de aprofundar os seus conhecimentos dessa língua, pois o Inglês, no Algarve, é uma ferramenta de trabalho importante na sua actividade e o curso que frequentou não teve grande valia por ter colegas com dificuldades na aprendizagem de matérias já assimiladas por Sandra.

Sandra arrepende-se de ter saído da escola. Todavia, percebe-se que existe alguma frustração e até mágoa pelo facto de a escola não ter conseguido potenciar a sua vontade de estudar. Para ela a escola devia garantir apoio curricular aos alunos com dificuldades, que efectivamente complementasse as aulas.

## Vasco

Vasco é natural de Valongo, onde vive actualmente. Tem 21 anos de idade, é mecânico de profissão, casado há um ano e pai de uma criança de três meses. A mulher, de momento desempregada, trabalhava, até engravidar, como brunideira.

Tem mais três irmãos. O pai é picheleiro e a mãe, actualmente desempregada, exercia a função de operária de cablagens.

O seu percurso escolar terminou quando completou o 7.º ano, na Escola Secundária de Valongo. A decisão de não continuar os estudos foi uma decisão pessoal, da qual não se arrepende porque nunca considerou ter o perfil de um aluno dedicado. A sua decisão sustentou-se, essencialmente, no facto de não gostar de ir às aulas: “*não tinha jeito para aquilo*”. Reprovou no 5.º e no 6.º ano. As disciplinas a que tinha mais dificuldade eram Matemática e Inglês.

Após o 7.º ano, e com apenas 16 anos de idade, começou a trabalhar como padeiro na padaria que ficava ao lado da antiga escola. Nesse emprego, a carga horária (trabalho nocturno), a inexistência de vínculo contratual, a impossibilidade de descontar para a Segurança Social, o baixo salário e as más condições de trabalho levaram-no a querer sair após dois anos de experiência. Esta decisão só foi concretizada quando soube que na oficina onde se encontra actualmente a trabalhar estavam a precisar de um operário.

Quando questionado sobre projectos futuros revelou não ter qualquer intenção de voltar a estudar à noite, nem de frequentar qualquer programa de formação destinado a jovens, apesar de ver com bons olhos todos os incentivos que tenham como finalidade preparar os jovens para uma melhor integração no mercado de trabalho. Diz nunca ter sentido necessidade de formação profissional.

#### 5.4 A DISPOSIÇÃO PARA TRABALHAR

Pelo que atrás tem sido referido, percebe-se que os recursos escolares dos jovens são estruturantes das suas trajectórias profissionais. Concluiu-se que a pertença dos entrevistados às diferentes categorias profissionais é influenciada pelo grau de escolaridade, quer no conjunto do percurso ocupacional, quer no que concerne à última actividade desempenhada.

As disposições e habilitações escolares determinam em grande parte os espaços profissionais percorridos pelos jovens. O gosto pelo desempenho de uma profissão e as oportunidades variam de acordo com o nível de ensino atingido, duas questões estrutural e fenomenologicamente entrelaçadas. Como já foi referido noutra parte, gosta-se daquilo de que se pode gostar, aspira-se alcançar aquilo que é possível (Mateus, 2002). Pelo menos, numa perspectiva realista. As oportunidades profissionais dependem da calibragem disposicional acumulada na escola e da certificação formal decorrente da frequência desta. Se o mercado de trabalho for visualizado como um conjunto de profissões distribuídas verticalmente, segundo uma ordem hierárquica, é fácil perceber que a latitude em que os jovens ingressam nesse mercado e a amplitude das suas trajectórias no interior desse contexto dependem em muito do volume de capital escolar detido. As trajectórias percorridas nesses dois campos são, portanto, tendencialmente homólogas.

Quanto mais escolarizados são os jovens, maiores possibilidades têm de escapar às profissões mais desvalorizadas do sector secundário ou do sector dos serviços, e menor é a atracção que tais ocupações exercem. Os jovens com níveis escolares menos elevados têm de se conformar com as ocupações que são indesejadas pelos que caminharam um pouco mais longe na escolaridade. A conformação com um destino profissional surge, porém, no discurso destes jovens, como uma escolha – ou, simplesmente, como uma casualidade. Na escola valoriza-se a inteligência e a capacidade intelectual. Não é por isso de admirar que os estudantes que mais (de)graus escolares conseguiram percorrer sejam reconhecidos como os mais aptos a desempenhar actividades entendidas como mais exigentes do ponto de vista intelectual e socialmente mais valorizadas, correspondendo, na conceptualização de Reich (1991), aos “analistas simbólicos”. Por seu lado, os jovens que na escola pouco capitalizaram e a abandonaram precocemente ficaram destinados a exercer actividades de conteúdo mais confinado, simbólica e materialmente menos valorizadas.

Em termos gerais, o posicionamento no espaço profissional é definido pelo capital escolar, mas este recurso não é o único factor decisivo na determinação das trajectórias laborais, pois o tipo de profissões desempenhadas por jovens com níveis de escolaridade semelhantes tende a variar também de acordo com o sexo.

No caso dos que trabalham em actividades administrativas, a frequência do ensino secundário e as disposições que lhe estão inerentes parecem ser decisivas no acesso a essa latitude do mercado de trabalho. Já no que respeita às ocupações de índole operária, por um lado, e de serviços pessoais pouco valorizados, por outro, registam uma nítida segregação de género, sendo as primeiras desempenhadas por rapazes e as segundas por raparigas. A natureza das funções desempenhadas e as disposições de género aparecem intensa e estruturalmente correlacionadas. As actividades de natureza administrativa são essencialmente exercidas por jovens que pelo menos frequentaram o ensino secundário. Veja-se, porém, que o tipo de funções levadas a cabo por homens e mulheres tende a diferenciar-se: as mulheres são quase todas recepcionistas e secretárias; os homens trabalham, muitos deles como fiéis, conferentes e auxiliares de armazém.

O peso numérico das mulheres é evidente entre o pessoal dos serviços, e o tipo de profissões que elas desempenham é significativo – empregadas de balcão, de mesa, cozinheiras, vigilantes de crianças, actividades análogas às desempenhadas pela mulher no contexto doméstico. Entre os homens, encontram-se sobretudo vendedores. É igualmente interessante verificar a inexistência de qualquer mulher entre os operários, artífices e trabalhadores similares, bem como no grupo dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem – grupos profissionais onde trabalha um número significativo de jovens do sexo masculino. Enquanto os homens tendem a sentir-se atraídos por actividades onde a desenvoltura manual e a força física são valorizadas, as mulheres afastam-se desse tipo de trabalho porque este invoca disposições e competências estranhas ao seu *habitus* feminino. No trabalho actualiza-se e reproduz-se a identidade de género.

Não há dúvida de que o lugar estrutural ocupado no mercado de trabalho decorre do volume de capital escolar que detêm. Mas a forma como esse recurso se torna estruturante no campo laboral varia em função do sexo. Neste sentido, as trajectórias profissionais destes jovens tornam-se inteligíveis do ponto de vista analítico através do cruzamento das duas variáveis mencionadas. E nesse cruzamento, o sexo dos jovens enforma o modo como os recursos escolares se tornam operativos no campo do trabalho. Aliás, tendo em linha de conta que nenhum dos entrevistados concluiu o ensino secundário, o poder estruturante do capital escolar na definição dos seus destinos profissionais é relativamente limitado. Já as disposições de género são bastante operativas a este nível. São operativas, não porque traçam objectivos ou sonhos profissionais, mas na medida em que naturalizam os processos de procura de emprego e o exercício de uma profissão. Os homens e as mulheres tendem a aproximar-se de actividades funcionalmente adequadas às suas disposições de género. Não interessa qual é concretamente a profissão a exercer, mas sim a natureza das funções a ela associadas.

Destituídos de títulos e saberes académicos, grande parte dos entrevistados iniciaram a sua trajectória profissional sem estarem formal ou tecnicamente preparados para o desempenho de actividades especí-

ficas. As disposições de classe, escolares e de género substituíram o saber pericial no papel de variável estruturante no posicionamento destes jovens no mercado de trabalho e na delimitação dos seus percursos profissionais. Foi sobretudo com base naquelas disposições que traçaram o perfil das suas trajectórias no campo do emprego.

Na sua maioria, as trajectórias profissionais dos entrevistados são itinerantes, marcadas pela experimentação de diversas actividades funcionalmente diferentes. Mas quer as trajectórias itinerantes quer as direccionadas podem assumir um sentido ascendente. Isto significa que no interior do mercado do trabalho alguns entrevistados conseguiram melhorar as suas condições laborais ou o tipo de função exercida, embora para muitos deles não se note tal melhoria de condições. Na verdade, embora as trajectórias destes jovens sejam marcadas em grande medida por processos de mobilidade no interior do mercado de trabalho, a amplitude dessa mobilidade é relativamente diminuta. Mesmo as trajectórias itinerantes ocorrem num espaço de possibilidades profissionais pouco amplo, estruturalmente regular.

Estes jovens procuram essencialmente melhorar as suas condições de trabalho. Não têm sonhos profissionais muito ambiciosos – até porque sabem não possuir os recursos suficientes para os alcançar. Por isso procuram acumular experiência profissional potenciadora de pequenas alterações ao nível das funções desempenhadas e das condições de trabalho. A evolução da sua posição no mercado de trabalho depende da construção de um currículo profissional com alguma solidez.

Alguns densificaram os saberes profissionais e legitimaram no plano formal a sua situação laboral através de programas de formação. Investiram nesse tipo de recursos com o intuito de se prepararem para eventuais possibilidades de mobilidade profissional. São os entrevistados com frequência do ensino secundário que se envolvem mais frequentemente nesses processos de aprendizagem. Considerando a formação promovida pelas entidades patronais, conclui-se que ela tem uma expressão reduzida no contexto desta amostra qualitativa, mas as empresas de maior dimensão são as que apostam de forma mais clara neste tipo de práticas – e tendem a direccionar as acções de formação para os trabalhadores mais escolarizados.

Independentemente da sua dimensão, as empresas que operam no sector terciário parecem ser as que implementam com maior frequência modalidades flexíveis de contratação enquanto as do sector secundário mantêm tipos de vínculos e regimes laborais de carácter permanente, ainda que não sejam necessariamente mais seguros. A segurança formal dos vínculos contratuais é, na prática, impotente para fazer face aos problemas económicos e competitivos das empresas ou dos estabelecimentos comerciais. É no perfil organizacional da entidade contratante que muitas vezes reside a verdadeira e recôndita precariedade de alguns postos de trabalho.

Por fim, note-se que os jovens aderem às demandas e às lógicas dos processos de flexibilização laboral, mas enquanto uns acreditam que a sujeição a estas lógicas é a única forma de garantir o posto de trabalho numa conjuntura pouco favorável de acesso ao emprego, outros criticam a manipulação das condições de trabalho realizada pelas suas entidades patronais. Isso ocorre tanto mais quanto tais modalidades os impeçam de assegurar uma estabilidade mínima do ponto de vista dos rendimentos auferidos e dos tempos e modos de trabalhar, susceptíveis de lhes permitir transitarem de forma mais efectiva para uma outra fase das suas vidas, na qual consigam ser financeiramente autónomos para assumirem responsabilidades, designadamente familiares e parentais.



## 6. PERSPECTIVAS SOBRE O SISTEMA DE ENSINO E AS POLÍTICAS DE EMPREGO



Algumas questões da entrevista procuravam captar a perspectiva dos jovens sobre o sistema de ensino, o sistema de emprego e as políticas de apoio à sua inserção nestes dois sistemas, enquanto outras se centraram na auscultação das suas opiniões sobre o que nestes domínios deveria ser feito pelos decisores políticos.

Neste capítulo serão analisadas, num primeiro momento, as representações dos jovens acerca do valor que reconhecem à escola e aos saberes que nela podem ser produzidos. Sistematiza-se também o que avançam como concepções sobre o que na sua óptica poderia ser diferente ou melhorado no sistema de ensino. Depois, a análise irá focar-se na avaliação que fazem dos seus contactos e experiências junto dos centros de emprego. Procura-se ainda captar o que pensam sobre os apoios à inserção profissional e sobre as políticas de emprego.

### 6.1 O VALOR DA ESCOLA E DOS SABERES

Analisa-se aqui a forma como os entrevistados representam o valor da escola, através da avaliação, por eles promovida, da adequação ao mercado de trabalho dos conhecimentos adquiridos nessa instituição, da falta que sentem (ou não) dos estudos e dos níveis de arrependimento (ou a inexistência destes) que demonstram em tê-la abandonado.

Em termos gerais, os entrevistados referem que a formação obtida na escola não foi adequada às exigências laborais e ao tipo de trabalho que vieram a desempenhar. Dentro deste quadro representacional global, interessa esmiuçar as diferentes visões e sentidos por eles manifestados. Há quem defenda que o conhecimento interiorizado na escola não tem qualquer tipo de valia operativa no mercado de trabalho. A desadequação entre escola e trabalho é, para estes indivíduos, total.

“O que se aprende na escola não tem nada a ver com o que se passa cá fora... uma pessoa com o 12.º ano que nunca tenha trabalhado não sabe nada... na escola não ensinam uma pessoa a trabalhar.”

*Bernardo, 12.º ano incompleto, auxiliar de armazém, 26 anos*

“O que é hoje mais importante para o mercado de trabalho é a idade da pessoa, é a disponibilidade da pessoa, se é uma pessoa assídua ao trabalho. Agora a escola... a maioria dos patrões vêem que a escola não quer dizer que a pessoa seja boa ou seja má no trabalho. É o que a pessoa é em si, não é o que a pessoa trouxe da escola. Normalmente, pelo menos nos trabalhos que eu frequento.”

*Pedro, 10.º ano incompleto, vigilante de parques e jardins, 22 anos*

“T: Eu acho que hoje em dia uma pessoa sai de um curso ou da escola e não está bem preparado para... não tem prática... vai para um trabalho e só sabe teoria.

E: Em todos os trabalhos em que estiveste não sentiste que a tua experiência escolar tivesse sido útil?

T: ... Não, cada vez que ia para um trabalho não aplicava as coisas.”

*Tânia, 10.º ano incompleto, desempregada (na sua última profissão trabalhou como rececionista), 22 anos*

“Eu acho que no meu emprego é mesmo o que nós aprendemos na vida, o respeito pelas pessoas, a maneira de falar com as outras pessoas... Acho que é mesmo... Mesmo o que a gente aprende no dia-a-dia, na vida, o ensino que os pais nos deram, também, em casa... Acho que isso... É mais a maneira como se foi educado. O que nós aprendemos na escola é ler, é... Pelo menos, ter respeito pelas outras pessoas... Porque o facto de trabalhar com muitas pessoas e manter o respeito entre elas... Na escola aprende-se outras coisas, isto é mais o ensino que os pais nos dão.”

*Renata, 6.º ano concluído, empregada de mesa, 24 anos*

Segundo a perspectiva destes jovens, na escola só se ensina teoria, e esta não é invocada pelo trabalho. Aí o que interessa é a prática. É pelo exercício da profissão que se aprende a exercê-la. Só em teoria é que a teoria interessa. Na prática não. E não interessa, ou porque através dela não se adquire qualquer tipo de competência operativa, instrumental, necessária para a actividade profissional, ou porque o trabalho realizado requer competências de natureza relacional que não se aprendem na escola. O sucesso no trabalho depende mais da disposição do trabalhador para aprender, das suas características idiossincráticas, do que de competências escolares.

No caso de Renata, o sucesso profissional depende de competências relacionais assimiladas no seio da família. A capacidade para se socializar num contexto laboral em que o contacto presencial com outras pessoas é imperativo e intenso adveio da socialização familiar. Nem todos seguem este ponto de vista.

Entrevistados há, que destacam a importância que a escola teve na formação das suas disposições relacionais, na capacidade de lidar e comunicar com outras pessoas.

“E: Quando saíste da escola, achas que a tua formação escolar te serviu para alguma coisa?

C: Não, não tem nada a ver.

E: Só as coisas básicas... as contas...

C: ... Só a educação... nós lidamos com público.”

*Cátia, 12.º ano incompleto, caixa num posto de abastecimento de gasolina, 25 anos*

A valorização deste tipo de recursos interiorizados na escola é feita predominantemente por entrevistados que trabalham no campo dos serviços de atendimento ao cliente, como empregado(a)s de mesa ou empregado(a)s de balcão. Destacam a importância do “*vocabulário*” e das “*maneiras de estar*” aprendidas na escola. Recordemo-nos que estamos perante entrevistados que, na sua maioria, são provenientes de famílias pobres em capital cultural formal. Faz sentido, então, que tenham encontrado na escola um espaço de socialização onde puderam ampliar esse tipo de recursos relacionais pouco desenvolvidos em casa, disposições interacionais que, por contraposição aos recursos invocados pelos operários, são decisivas no ramo dos serviços (Crompton e outras, 1996).

A importância da escola para a promoção da capacidade de comunicar é, na verdade, a dimensão que os entrevistados mais enaltecem no que toca à adequação dos ensinamentos escolares ao mercado de trabalho. Para além da relevância dada às disposições relacionais primárias (saber-se estar ou ser-se educado na interacção com os outros), destacam ainda a crucialidade dos conhecimentos de Inglês.

E: Sentiste que as coisas que foste aprendendo na escola te ajudaram no mundo do trabalho?

S: Sim, sim. O Inglês... que eu cheguei a ter Francês, mas a professora faltava muito. Mas o Inglês ainda hoje... percebo melhor o Inglês do que falar, mas dá para me desenrascar. Para mim foi importante.

E: Em que emprego?

S: Em lojas, hoje em dia as lojas puxam muito, não é? Na loja de roupa há muitos ingleses, muitos estrangeiros, e eu conseguia... porque na altura ainda não exigiam muito o Inglês. Hoje se não souberes falar correctamente o Inglês não te dão emprego nas lojas (...) Se soubermos só a nossa língua parece que não vamos lá. Temos de saber mais porque para qualquer emprego estão a exigir mais. Se uma pessoa não souber línguas fica parada completamente.”

*Sandra, 7.º ano concluído, empregada doméstica, 30 anos*

“Fui para um parque aquático... o Inglês era... eu trabalhava na pizzaria e o parque aquático praticamente era tudo estrangeiros.”

*Vera, 11.º ano incompleto, empregada de pesagem num supermercado, 25 anos*

Com efeito, os conhecimentos de línguas assumem um valor decisivo enquanto utensílios laborais. O Português, no plano vocabular, ao nível da elevação da capacidade discursiva; o Inglês no que toca à possibilidade de comunicar com públicos internacionais. São, portanto, competências nevrálgicas no acesso ao trabalho e à mobilidade laboral. A agilidade da língua permite que não se fique “*parado*”.

Embora se reconheça instrumentalidade ao Inglês, Português ou, pontualmente, a outras disciplinas, os conhecimentos escolares recebem, em geral, uma avaliação negativa no que toca à sua adequação ao mercado de trabalho. É importante não esquecer que se está perante uma população cujas actividades laborais desempenhadas apelam principalmente ao esforço físico, à disposição para servir, ao conhecimento de técnicas e processos laborais estranhos ao universo de conhecimentos transmitidos pela escola.

Neste sentido, os entrevistados não sentem necessidade dos conhecimentos que acabaram por não incorporar. Aliás, é comum encontrar nas entrevistas o verbo “*perder*” associado às possibilidades de investimento escolar. Para eles, estudar mais anos implica perder tempo e experiência no mercado de trabalho, na degustação de actividades lúdicas e em práticas hedonísticas, ou perder a oportunidade de investir noutro tipo de circuitos de aprendizagem formal. Neste sentido, a escola é dispensável porque nela não se aprende nada de instrumental, e ir à escola é uma opção estrategicamente errada porque desta forma o investidor acaba por não apostar nas práticas e nas opções mais proveitosas – quer do ponto de vista lúdico, quer do ponto de vista estratégico.

A necessidade, sentida ou não pelos entrevistados, no prolongamento da sua trajectória escolar, encontra na operacionalização profissional dos atestados escolares um centro de discórdia, pois enquanto uns dizem sentir falta dos “*canudos*” (seja o 9.º ano, o 12.º ou o grau universitário), outros negam a importância destes diplomas no acesso ao trabalho profissional.

“Eu acho que a escola, para mim... dantes era um desperdício de tempo, agora não. Agora já não vejo assim porque preciso dela para arranjar trabalho (...) É assim, sabendo o que eu sei hoje, voltava para a escola para tirar o 9.º ano, ou para tirar o 12.º. Mais valia ter perdido mais uns anos, ou coisa assim, na escola do que agora, tipo, não posso... hoje em dia se não tiveres o 9.º ano ou o 12.º, acabou. Não podes fazer nada na vida.”

*Fábio, 6.º ano concluído, desempregado (na sua última profissão trabalhou como montador de cortantes), 20 anos*

“Era muito duro... puxava muito pelo cabedal. Tinha esta profissão (*cortador de carne*) porque derivado às minhas habilitações era o que eu podia arranjar. Mas era muito pesado.”

*Carlos, 6.º ano concluído, desempregado (na sua última profissão trabalhou como cortador de carnes), 30 anos*

“Queremos um emprego e vemos que é preciso o 12.º ano para isto, é preciso o 12.º ano para aquilo e não há...”

*Esmeralda, 7.º ano concluído, empregada de armazém, 28 anos*

“Sinto que perdi a oportunidade de ser alguém. Se calhar hoje... se soubesse o que sei hoje aplicava-me mais.”

*Venâncio, 9.º ano, conferente de armazém, 30 anos*

Quer Fábio, desempregado, com o 6.º ano, quer Esmeralda, 7.º ano, empregada de armazém, concebem o (de)grau escolar como meio de acesso ao trabalho, certificado que possibilita a empregabilidade, ficha para entrar em jogo. Tal como Fábio, Carlos tem apenas o 6.º ano concluído. Sente falta dos estudos porque, com uma formação curta, tinha apenas a força corporal para vender ao mercado. Ou seja, destituído de qualificações escolares, o único recurso laboral valioso de que dispunha era o seu capital físico.

Se tivesse estudado mais, Venâncio poderia, segundo ele próprio diz, “*ser alguém*”. Como “fintou os livros” no 10.º ano, não o é. Por atribuir recursos valiosos no plano social e laboral, a escola permite ao indivíduo distinguir-se na multidão, dota-o de atributos formais e simbólicos fundamentais na obtenção de reconhecimento e na procura de distinção.

O grau escolar surge como porta de entrada no mercado de trabalho e elevador que possibilita a mobilidade ascensional nesse contexto. A razão que os leva a sentir necessidade dos ciclos escolares varia de acordo com a relação que mantêm com o sistema de emprego. Fábio sente a falta da escola porque está desempregado e queria trabalhar; Carlos porque queria ter um trabalho menos pesado, Esmeralda e Venâncio porque aspiram a um trabalho mais nobre e qualificado. O grau de escolaridade funciona como a chave que ajudaria a resolver a especificidade do problema de cada um. A este nível está-se a falar da escolaridade como fundamento de reformulações das posições face ao mercado de trabalho, de desejos de mobilidade de pequena amplitude.

Porém, alguns entrevistados colocam a questão no plano das expectativas sonhadas, da falta que a posse de certificados escolares valiosos faz na concretização de sonhos. Os desejos realistas são agora substituídos por anseios oníricos.

E: Sentes hoje em dia necessidade de estudar? Sentes necessidade para o teu trabalho, para aquilo que gostavas de fazer?

F: Para o meu trabalho não, para aquilo que eu gostava de fazer sim.

E: O que é que gostavas de fazer?

F: Ser Advogada. Gostava de ser Advogada, sempre gostei desde pequena. Se não fosse polícia queria ser advogada.”

*Fernanda, 9.º ano concluído, administrativa num clube desportivo, 29 anos*

Reconhece-se que o capital cultural formal facultado pela escola, nomeadamente pelos patamares mais elevados dessa instituição, é a chave necessária para alcançar profissões inatingíveis a quem não os possui. Fernanda, com o 9.º ano de escolaridade, diz que para a função administrativa que desempenha não sente falta de um maior volume desse recurso. Para a concretização do seu sonho profissional, sim. No fundo, estamos a falar da escola como fonte estruturadora de mutações do perfil e da posição social dos indivíduos, isto é, de escaladas porventura de elevada altitude no espaço das classes sociais.

O diploma universitário é um objectivo que alguns entrevistados com o 11.º ou o 12.º ano inacabado acalentam atingir, pois acreditam que, possuindo-o, estarão em condições de redimensionar as suas perspectivas profissionais e remuneratórias.

“Não é que sinta a falta, porque até estou bem inserido aqui e gosto do que faço, mas se tivesse mais estudos poderia ter outro cargo onde ganhasse mais.”

*Idálio, 11.º ano incompleto, montador de cortantes, 22 anos*

Os entrevistados que acima referimos acreditam que a escola e os seus certificados formais são estruturantes no acesso ao trabalho profissional e na mobilidade nesse mercado. Encontramos outros que são mais cépticos quanto à capacidade de empregabilidade proporcionada pela escola.

“E: Achas que se tivesses estudado mais um pouco tinhas tido outras oportunidades?

S: Isso de estudar e... hoje em dia é preciso é um gajo saber fazer as coisas, saber falar. Se uma pessoa não souber fazer as coisas, souber falar, não passa da cepa torta.

E: Já fiz esta entrevista a outras pessoas e muitas dizem que não teriam abandonado... ‘porque se calhar conseguia outros trabalhos...’

S: Com mais estudos uma pessoa consegue sempre o melhor trabalho possível.

E: Mas tu também não te queixas...

S: Não me posso queixar: não ‘tou’ bem, nem ‘tou’ mal – ‘tou’ mais ou menos.

E: Tens a sensação de que nunca te vai faltar trabalho, é isso?

S: E se faltar trabalho ali vou procurar trabalho ou tomar a iniciativa de... dar uma ajuda, tentar resolver o problema.”

*Sandro, 6.º ano concluído, serralheiro mecânico, 20 anos*

O sucesso profissional depende do saber prático aprendido no local de trabalho. É o saber fazer as coisas e a capacidade comunicacional que permite a estes jovens, enquanto trabalhadores, manterem-se no mercado. Embora admita que teoricamente os estudos ajudam a encontrar melhores empregos, no seu caso, Sandro acredita que

conseguirá fazer prevalecer as suas qualidades profissionais e pessoais e impô-las ao mercado de trabalho. Com apenas o 6.º ano concluído, Sandro sabe que não pode contar com o poder da formalidade do grau escolar e por isso desvaloriza o saber da escola em detrimento do prático, apresenta-se como um agente que por si, independentemente de creditações formais, tem condições para triunfar profissionalmente. Os triunfos que obteve e espera vir a obter aconteceram (ou poderão vir a acontecer) num campo de possibilidades (Velho, 1994) laborais relativamente diminuto e é por referência a esse quadro que as suas expectativas estão estruturadas.

A conclusão do ensino secundário é também desvalorizada por quem já esteve à beira de o conseguir. Guilherme (que chegou a frequentar o 12.º ano) problematiza um investimento monetário na aprendizagem escolar que não tem rentabilidade em termos laborais, na medida em que alegadamente é obsoleto ao nível da empregabilidade

“Estudar mais para quê? Andar a estragar dinheiro para depois ir para o desemprego?”

*Guilherme, 12.º ano incompleto, vigilante, 29 anos*

Um dado interessante que emerge das entrevistas tem a ver com as representações negativas que uma parte significativa da população produz acerca do valor dos diplomas académicos.

“Mesmo com alguém que tenha curso... porque eu tenho lá... Vou dar um exemplo: tenho uma colega que está lá a trabalhar, que é operadora de caixa, que é advogada. Não conseguiu trabalho em lado nenhum e... e está lá, está na caixa. E... e nem sequer se arrisca a sair de lá, pelo menos por enquanto, porque tem medo de não conseguir noutros lados qualquer coisa melhor. E ela tenta ali fazer a sua carreira, porque a Galp dá muitas hipóteses de subir muito rapidamente, basta só mostrar que se é capaz.”

*Rui, 12.º ano incompleto, operador de posto numa estação de abastecimento de gasolina, 25 anos*

“Quería ir até ao 12.º, porque com o 12.º a gente já consegue arranjar alguma coisa. Porque a gente sabe que há muitos que vão para a universidade e tiram cursos, e coitados... às vezes andam em trabalhos piores do que o que a gente faz. Que eu conheço alguns advogados e tudo e fazem trabalhos ainda piores que nós e trabalham como pedreiros e assim.”

*Patrícia, 5.º ano concluído, auxiliar na Santa Casa da Misericórdia, 24 anos*

A teoria sociológica diz-nos que os indivíduos tendem a rejeitar recursos que lhes estão estruturalmente negados, ou que pelo menos não puderam ser obtidos na trajectória social devido a decisões individuais

relativamente autónomas face ao poder estruturante de algumas variáveis. Em parte esta ideia explica a desvalorização dos recursos académicos por parte de pessoas que não os detêm. Não se quer aquilo que não se pode ou não se conseguiu alcançar (Bourdieu, 1979; Mateus, 2002).

É, contudo, necessário atender àquilo que é referido nos discursos citados. Para quê investir no ensino universitário se não se lucra com esse investimento? Consta-se que a elevação que se atinge na escola não corresponde a um alto posto profissional. Percorrem-se os degraus escolares até ao cimo da escada para depois ter de se fazer o caminho inverso no mercado de trabalho. É desgastante e não compensa. A forma como percebem a situação do mercado de trabalho ajuda a legitimar o abandono escolar, percepções essas que são erigidas a partir de exemplos da sua vida quotidiana, mas que são ilustrativas da situação de desemprego em que também se encontra uma fatia da população licenciada em Portugal. Ou seja, estamos a falar de uma representação parcialmente correcta.

O desemprego de licenciados em Portugal assume alguma expressão estatística – nomeadamente em áreas profissionais específicas –, mas a verdade é que este grupo social tem um acesso ao trabalho profissional de certo modo mais facilitado, apresenta níveis de desemprego relativamente mais baixos e acede a profissões mais qualificadas (Guerreiro e Pegado, 2006). Neste sentido, a desvalorização dos títulos académicos e a invocação, por parte dos entrevistados que promovem este tipo de representações, de exemplos das suas redes de sociabilidade assumem-se como um modo de afirmação de uma estratégia de vida adoptada, que se legitima pela produção de caricaturas algo deformadas de relações-padrão que certas categorias sociais mantêm com o mercado de trabalho. Congratulam-se por não terem caído numa impostura, mas aderem a crenças significativamente desfasadas da realidade para celebrar esse facto.

Os níveis de arrependimento associados à decisão de abandonar a escola variam de acordo com o valor atribuído ao conhecimento e aos títulos escolares. Quem os valoriza tende a arrepender-se e vice-versa.

Há quem não se arrependa de ter abandonado a escola porque teve facilidade em encontrar emprego – o que demonstra o pouco valor dado ao recheio curricular desta. Outros, porque preferiram aprender as lições dadas pela experiência da vida ou pela prática no contexto laboral, em detrimento do alegadamente pouco estimulante e inoperativo saber escolar. Quanto aos que se mostram insatisfeitos com a saída da escola, encontram-se casos em que o desgosto provocado pelo abandono é acompanhado pela amargura de se ter desistido porque não se encontrou apoios que viabilizassem o acompanhando do fluir das galopantes matérias ensinadas, arrependimento pela decisão ter sido tomada sem ter em linha de conta o longo prazo ou, ainda, por não se ter compatibilizado a inevitável entrada no mercado de trabalho com a continuação dos estudos.

### 6.1.1 REPENSANDO O SISTEMA EDUCATIVO

A instituição escolar, ainda que já dela se tenham afastado há vários anos, é, porventura, o alvo preferencial das observações e sugestões dos jovens, alegadamente por reconhecerem que a experiência escolar é decisiva na trajectória social e profissional que entretanto traçaram. A escassez de informação acerca de saídas profissionais e de alternativas formativas que detectaram no contexto escolar, enquanto nele permaneceram, mas também as eventuais deficiências dos mecanismos de encaminhamento escolar e de escolhas vocacionais, surgiram como dimensões fundamentais dos discursos críticos que a seguir são citados.

“Era precisa mais informação e divulgação nas escolas sobre saídas profissionais, sobre o código do trabalho. Uma pessoa saiu de lá sem saber o que fazer dali em diante, onde ir, quais são os seus direitos... esse tipo de coisas.”

*Teresa, 9.º ano concluído, tarefaira, 25 anos*

“É necessária mais informação nas escolas... sobre os cursos. Agora, já depois de ter saído, ouvi falar em cursos tecnológicos. Quando saí nunca tinha ouvido tal coisa, também não tinha a possibilidade de ir por aí, mas entende o que quero dizer... não sei, talvez colocarem uma hora no horário para falarem sobre cursos, sobre saídas profissionais. Eu quando saí não sabia de nada...”

*Augusto, 9.º ano concluído, operador de máquina de imprimir, 22 anos*

A: As pessoas chegarem ao 9.º ano... terem algum aconselhamento do que é que mais se adapta à sua personalidade ou isso.

E: Não tiveste?

A: Eu não tive nada. Eu saí do 9.º ano e 'estive' em Humanidades, mas não 'tive' noção de nada. Foi assim ao calhas. Fui 'p'rali'. Não havia apoio nenhum, nada (...) Se calhar a pessoa... a gente sai da escola novos, não tem grandes noções. Há pessoas que vão para o que os outros vão, ou porque os pais são isto ou porque são aquilo... Mas acho que a gente não tem... Pelo menos, nessa altura, eu já saí da escola em 1998 ou 99, e não havia assim nada disso.”

*Alberto, 10.º ano incompleto, electromecânico de electrodomésticos, 22 anos*

Os jovens chamam a atenção para a inexistência, na escola do seu tempo, de mecanismos institucionais que servissem de suporte à definição e acompanhamento das suas trajectórias formativas e profissionais. São colocadas três questões fundamentais: disponibilização no contexto escolar de informação relativa a saídas profissionais e a direitos laborais (Teresa); o esclarecimento dos alunos que querem abandonar a escola

acerca das ofertas alternativas de formação (Augusto); o apoio pedagógico aos alunos durante o seu trajecto escolar, nomeadamente ao nível da definição das suas vocações disciplinares e profissionais (Alberto).

Por um lado, é sublinhada a importância que o apoio da escola pode assumir na orientação dos trajectos qualificacionais e profissionais dos alunos que manifestam a intenção de abandonar; por outro, é destacado o papel estruturante da orientação vocacional dos estudantes ao longo do seu trajecto escolar – mais concretamente antes de ingressarem no ensino secundário. Os jovens chamam, portanto, a atenção para a função nevrálgica que a escola deve assumir no encaminhamento dos alunos, seja ao nível dos seus itinerários formativos e profissionais, seja no âmbito das opções que, muitos deles sem acompanhamento, tiveram de tomar quanto a enveredarem – quiçá precocemente, no seu entender – por determinadas áreas de saber, em determinadas etapas do processo de aprendizagem.

Se é verdade que no plano da orientação vocacional a instituição escolar tem vindo a incorporar essa atribuição (mas até que ponto ela está generalizada e é divulgada nas escolas?), o apoio informativo prestado aos alunos que a querem abandonar é uma dimensão organizacional por explorar. A este nível, de acordo com as críticas e sugestões de alguns entrevistados, importa repensar o âmbito de competências da escola e a relação que ela mantém com a realidade social envolvente. Por exemplo, a relação da escola com instituições públicas ou privadas de formação profissional emerge como uma questão fundamental na problematização das suas valências institucionais. Não poderá ela funcionar como plataforma intermédia que facilite e estimule a procura deste tipo de instituições de ensino?

Ao sugerirem que a escola deve prestar serviços desta natureza e incorporar estas valências, os jovens citados clamam por um redimensionamento das competências da instituição que torne o aluno desistente num dos destinatários da sua acção. Seguindo o pensamento de alguns dos entrevistados, a escola deve não só estar vocacionada para ensinar os alunos que a frequentam, mas também apoiar os que a querem abandonar, apontando-lhes alternativas, sinalizando oportunidades, informando-os das contingências do mercado de trabalho, inclusivamente durante os horários escolares, segundo defende Augusto.

Para se reequacionar o tipo de competências da escola é necessário problematizar a sua organização interna, mas também a relação que mantém com o mundo exterior. E, neste sentido, as ideias introduzidas pelos jovens constituem-se como esboços fundadores e legitimadores de um novo paradigma escolar, nos moldes em que presentemente começa a ser equacionado.<sup>16</sup>

Nem todas as observações e sugestões dos entrevistados assumem um alcance tão abrangente. Tal como já foi referido em momentos anteriores da análise, muitos destes jovens têm uma representação negativa e mais

---

<sup>16</sup> Ver a este respeito os capítulos iniciais deste relatório.

limitada acerca da importância dos saberes escolares, apenas considerando que são desadequados relativamente às demandas no mercado de trabalho. Nestes casos a ênfase é primordialmente colocada no reconhecimento da necessidade de ser feito um maior investimento na formação escolar profissionalizante.

E: O que achas que seria preciso fazer para os jovens que têm trabalho precário ou estão desempregados?

S: Devia-se promover uma formação profissional desde o 10.º ano, para que quando acabássemos o secundário tivéssemos uma profissão. Talvez assim não fosse tanta gente para a faculdade e diminuísse o desemprego.

E: Que formação?

S: Obrigatória. Em vez de no 10.º ano andarmos a estudar coisas que não interessam nem ao menino Jesus, escolhíamos um curso vocacionado para uma profissão concreta

E: Diz-me uma coisa que pedisses ou recomendasses à Ministra da Educação?

S: Era isso, uma remodelação do sistema de ensino... mais profissional.

E: E ao Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social?

S: Que dialogasse com a Ministra da Educação, para que depois dos estudos houvesse realmente emprego...para que o esforço de cada um não fosse em vão...como é actualmente.”

*Sónia, 11.º ano incompleto, caixa num supermercado, 19 anos*

Sónia defende que o ensino deveria assumir um cariz mais profissionalizante. Fala, portanto, do imperativo de uma mudança substantiva da formação escolar, viabilizadora de uma integração mais fácil no mercado de trabalho. É interessante a ideia de que o desemprego é um fenómeno também decorrente da dissociação de políticas durante muito tempo desenvolvidas pelas entidades governamentais responsáveis pela educação e pelo emprego. O desajustamento entre conhecimento escolar e saberes convocados na prática laboral terá aleadamente existido em contextos políticos nos quais aqueles organismos pouco harmonizariam a sua acção. A articulação entre essas esferas de acção governamental surge, portanto, como uma das soluções que poderão contribuir para minimizar o problema do desemprego e para redefinir os currículos escolares.

Outros entrevistados apontaram as suas críticas a problemas de natureza essencialmente organizacional, no caso concreto, o elevado número de disciplinas escolares e de alunos por turma.

“Os alunos do 5.º até ao 9.º chegam a ter 14 disciplinas. Eu antes tinha 8... eles têm 14... disciplinas que acho que não contam ‘p’ra’ nada. Acho que isso ocupa muito o tempo deles.”

*Bruno, 12.º incompleto, desempregado (na sua última profissão trabalhou como operador de telemarketing), 22 anos*

“E: Diz-me uma coisa que pedisses ou recomendasses à Ministra da Educação?

D: Que voltasse à escola e que se sentasse numa carteira ou que assistisse a uma aula, para ver as dificuldades que os professores têm. Um professor com 30 alunos nunca consegue acompanhá-los.”

*Daniel, 12.º ano incompleto, telefonista no exército, 25 anos*

Segundo Bruno, o trajecto escolar durante o 2.º e 3.º ciclos é caracterizado pela desproporção do número de disciplinas escolares, facto que alegadamente terá vindo a agudizar-se já após a sua saída da escola. Por obrigatoriamente terem de dedicar “*muito tempo*” a “*disciplinas que não contam para nada*”, os níveis de sucesso escolar tendem a diminuir. O jovem defende, deste modo, que a oferta disciplinar deverá ser reduzida e circunscrever-se a um núcleo fundamental de áreas de conhecimento.

Por seu lado, Daniel convoca uma questão bastante debatida no espaço público e criticada pelas corporações representantes dos professores – o excesso de alunos por turma, ainda que este fenómeno já não se coloque com a premência que se colocou há alguns anos atrás, quando esta geração de entrevistados frequentava a escola. Por ter de prestar assistência a demasiados alunos, o professor não conseguiria acompanhar devidamente cada um deles. E como já foi referido atrás, a relação pessoal entre professor e aluno tende a ser decisiva na aproximação à escola dos alunos com proveniências sociais menos privilegiadas, mais afastados do universo de conhecimentos veiculado por esta.

O professor é consensualmente considerado um elo de ligação importante entre a instituição escolar e o aluno. Talvez por isso alguns jovens considerem que um dos problemas que afecta o sistema escolar se prende com a existência de docentes que contribuem para o afastamento dos estudantes da órbita escolar.

“Alguns professores não deviam de ‘tar’ a dar aulas, ou não mereciam dar aulas, porque alguns professores não prestam. É mesmo assim!”

*Mauro, 10.º ano concluído, agenciador, 23 anos*

“Acho que deveriam insistir um bocado mais no que fazem, insistirem em professores que gostassem de dar aulas e não naqueles que ‘tão’ ali meramente para ganhar dinheiro. E isso poderia ser feito com outro tipo de estímulo remuneratório... terem uma comissão de avaliação em cada escola, um inspector que iria ver as aulas, ver o desempenho dos professores, como a matéria é ensinada. E se esse professor fugisse à média e fosse um bom professor, então ser pago acima dos outros até para puxar os outros e o ensino. E as faltas, porque as faltas dos professores, realmente, é uma coisa...”

*Paulo, 12.º ano incompleto, operador de parque de estacionamento, 29 anos*

Para Mauro, alguns professores não merecem “*dar aulas*”, exercem a sua actividade sem mérito. Em termos práticos, tal como refere Paulo, esta é uma questão que se relaciona com a avaliação do desempenho dos docentes. Segundo este jovem, existe uma oposição entre os professores vocacionados para a docência e outros que a exercem numa lógica meramente instrumental. Enquanto uns são professores entusiasmados pela sua profissão e incentivam os alunos, outros quererão apenas “*ganhar dinheiro*”; os primeiros satisfazem-se pelo exercício da função, os segundos com o salário que recebem por exercê-la.

Embora critique os professores que alegadamente tendem a valorizar a dimensão económica da sua actividade, Paulo entende que a avaliação das performances profissionais dos docentes deveria constituir-se como um factor preponderante na determinação dos salários auferidos por cada um. Insurge-se contra os professores que exercem a docência por causa do dinheiro, mas considera que este poderia ser um instrumento útil para premiar os que melhor exercem a profissão e elevar a qualidade do ensino em geral, pois acredita que se as boas práticas laborais forem valorizadas e tiverem repercussões no plano remuneratório, estimular-se-á os docentes a elevar o nível da sua prestação.

O último aspecto a introduzir neste plano da análise tem a ver com as dificuldades económicas experimentadas pelas famílias mais pobres para manterem os seus filhos a estudar. Muitos jovens referem que o investimento que as famílias fizeram nos seus trajectos escolares implicou uma deterioração acentuada da capacidade económica das mesmas. Nesse sentido, chamam a atenção para os custos económicos relativamente elevados da frequência escolar e criticam a falta de apoio estatal.

“Que (...) em vez de construir estádios ajudassem as famílias que precisam e que têm que tirar os filhos da escola por não conseguirem comprar o material escolar para todos.”

*Sofia, 6.º ano concluído, empregada numa loja de roupa, 22 anos*

“Eu acho que as famílias gastam muito dinheiro com isso, porque, na minha altura, quando eu andava na escola, era montes de materiais. Os professores andavam sempre a pedir ou isto, ou um lápis próprio para desenho, ou uns guaches, ou umas cartolinas... Eu acho que eram super exigentes, pediam muito. Então, acho que também é muito dinheiro desperdiçado em materiais. Ou, então, por exemplo, nas salas de desenho, os montes de materiais... Eu acho que deviam ter uma caixinha própria, já com alguns materiais e ir-se utilizando daqueles materiais, porque... Muitas das pessoas podem comprar esses materiais, porque, felizmente, têm pais que têm empregos bons, que têm condições de vida... e financeiras melhores, ... e que têm dinheiro para comprar materiais e para poder dar aos filhos o que realmente eles precisam. Agora, infelizmente, há pessoas, famílias que não podem dar aos filhos... Pelo menos,

eu acho que deviam ter uma caixinha, com objectos materiais, para aqueles que não têm tanta facilidade em comprar, para irem usando daqueles que... estão lá.”

*Roberta, 9.º ano concluído, empregada de limpeza, 18 anos*

Sofia problematiza as prioridades estratégicas dos investimentos públicos. Opõe os investimentos em infra-estruturas físicas à aposta nos recursos humanos do país, e considera que o dinheiro gasto “a construir estádios” deveria ser canalizado para o apoio às famílias que sentem dificuldades em suportar o peso económico dos percursos escolares dos filhos. Roberta refere que o volume de material escolar exigido é incomportável para famílias com pouca disponibilidade económica. Defende a introdução de métodos de partilha e racionalização dos materiais escolares que permitam amortecer os gastos realizados pelas famílias com menor capacidade de investimento.

As propostas efectuadas pelos entrevistados visam a prossecução de três grandes objectivos: a criação de condições organizacionais e curriculares que aproximem o aluno da instituição escolar; a aposta na via profissionalizante do ensino; a divulgação de informação concernente ao mundo do trabalho e o encaminhamento dos alunos desistentes para cursos de formação profissional. Os dois primeiros objectivos apelam a reformas de pequeno e médio alcance. A redefinição das competências da escola e do seu âmbito de actuação subentende uma alteração profunda da natureza da instituição e dos fins que prossegue.

## Augusto

Augusto tem 22 anos. É solteiro, vive com os pais e com o irmão em Pedrouços, freguesia de Rio Tinto. A mãe, com baixa médica prolongada, é costureira especializada. O pai é empregado numa fábrica (controlador de qualidade – metalomecânica), e o irmão operador de máquina, como ele, na mesma empresa.

Frequentou o ensino formal até ao 9.º ano em Pedrouços. As escolas por que passou ficavam relativamente perto de casa, podendo deslocar-se até elas, a pé, num espaço de tempo nunca superior a 10 minutos. Considerava-se um aluno razoável, “*como os outros*”. Reprovou no 7.º ano pela primeira vez por motivos pessoais dos quais não quis falar. As disciplinas a que tinha maior dificuldade eram Português e Matemática, cuja nota negativa, no momento da avaliação, já não o surpreendia.

Atribui a saída do sistema de ensino, apenas com o 9.º ano, ao mau momento financeiro que os pais estavam a atravessar. Tanto os pais, como Augusto, consideraram ser a melhor opção a tomar face às dificuldades. Não fosse isso, teria continuado a estudar, pelo menos até concluir o 12.º ano. Neste momento, não exclui a possibilidade de voltar a fazê-lo; o principal impedimento é o seu horário de trabalho (por turnos).

Aos conteúdos didácticos adquiridos nesses 10 anos de ensino refere não ter dado qualquer utilidade prática, servindo estes apenas para o munirem de um capital cultural que não teria alcançado de outra forma.

Vê a escola como uma instituição orientada para a transmissão de saberes, mas no momento das recomendações entende que esta tem o dever de capacitar o aluno de todas as técnicas e conhecimentos pragmáticos que lhe permitam integrar-se mais facilmente no mercado de trabalho.

Teve a sua primeira experiência profissional aos 16 anos, depois de concluído o 9.º ano, através de uma oferta de emprego que lhe chegou por um amigo, para trabalhar como distribuidor numa loja de animais. Diz ter encarado essa oportunidade como uma experiência transitória, apenas uma aventura de verão que, para além de o ajudar com algum dinheiro para as suas despesas, lhe proporcionaria a possibilidade de conhecer o país de norte a sul.

O actual emprego de Augusto foi-lhe encontrado por uma vizinha, supervisora nessa mesma empresa. Trabalha oito horas por dia, 40 horas semanais e auferir €450 de salário.

No seu trajecto profissional conta já com seis anos de experiência e acumulou um leque alargado de amigos. Apesar de o seu percurso como operário ter sido determinado por questões económicas e de estas serem uma preocupação constante na sua vida (agora devido à doença da mãe), o que mais valoriza no seu emprego são as relações de amizade que mantém com os colegas, considerando-as indispensáveis para a sua boa integração na equipa de trabalho e consequente desempenho profissional.

Apesar de se dizer satisfeito com a sua actual situação profissional, e optimista quanto à possibilidade de obter um contrato permanente em breve, gostaria de procurar outras experiências, nomeadamente, tirar um curso profissional no âmbito da mecânica automóvel, formação que segundo acredita poderia permitir-lhe um dia mais tarde vir a trabalhar na *Renault*.

## Bruno

Bruno tem 22 anos e viveu sempre com os avós. Trata-os por pai e mãe e dos seus pais biológicos pouco sabe. O avô não completou o 1.º ciclo do ensino básico e encontra-se reformado. Trabalhou como segurança e como montador de toldos por conta própria. A avó também não completou a escolaridade primária e sempre foi doméstica.

O seu percurso de infância foi marcado por várias mudanças de escola, algumas das quais não consegue explicar. De facto, o seu discurso é atravessado por algumas inconsistências. Fez o 1.º ciclo do ensino básico em duas escolas diferentes. Transitou para outra escola para frequentar o 2.º ciclo e completou o 7.º e 8.º anos, do 3.º ciclo, num externato (não conseguindo explicar esta transição para o ensino privado). Voltou para o ensino público, fazendo o 9.º ano numa escola e o 10.º, 11.º e parte do 12.º noutra escola com ensino secundário.

Ao longo do seu percurso escolar reprovou três vezes. A primeira foi no 4.º ano do ensino básico. Segundo diz, a reprovação foi a pedido da avó, que o considerava mal preparado para ingressar no 5.º ano. A segunda reprovação deu-se no 9.º ano, com negativas a Português, História, Matemática e Inglês. A terceira ocorreu no 12.º ano, com resultados insuficientes às disciplinas de Geometria e Inglês. A entrada no ensino secundário foi feita no agrupamento de artes; escolha não justificada pela vocação artística, mas sim pela necessidade de escape às disciplinas consideradas mais difíceis. Após a reprovação no 12.º ano, passou a estudar em regime nocturno, no ensino recorrente. Concluiu todas as disciplinas, deixando apenas o Inglês por terminar.

Durante o 1.º ciclo do ensino básico, contou sempre com o apoio do avô para estudar. A partir daí, teve que o fazer sozinho, uma vez que os níveis habilitacionais do avô não permitiam acompanhá-lo mais.

Actualmente desempregado, Bruno pensa concluir o 12.º ano, não só por acreditar que isso o beneficiará profissionalmente, mas também por reconhecer que a conclusão do ensino secundário é muito valorizada pelos avós.

As suas experiências profissionais têm sido variadas. Começou por trabalhar como assistente de recinto desportivo, numa companhia de segurança. Durante um ano, trabalhou em estádios de futebol, revistando os adeptos e conferindo bilhetes. Trabalhava, em média, 7h por fim-de-semana e recebia €35 nos jogos em Lisboa e €50 nos jogos noutras localidades. Não se recorda do tipo de contrato que tinha, mas lembra-se de descontar para a Segurança Social. Acabou por sair, por ambicionar ganhar mais.

Trabalhou depois numa empresa de *tele-marketing*, a fazer vendas telefónicas. Por não gostar de vendas, saiu deste emprego e foi trabalhar para o café de uma tia, como empregado de balcão e, ocasionalmente, como pasteleiro (fazia alguns bolos). Não tinha contrato de trabalho. O seu horário era das 7h30 às 16h, de 2.ª a 6.ª, e auferia o salário mínimo acrescido de almoço e transporte. Apesar de ganhar mais, sentia-se cansado e pouco confortável por trabalhar com a tia, “*amigos, amigos, negócios à parte*”, e por isso despediu-se. Através de uma empresa de trabalho temporário, voltou a trabalhar num *call-center*, desta vez como entrevistador telefónico. O horário de trabalho era das 18h às 22h, de 2.ª a 6.ª e ganhava €250. Interrompeu o contrato que detinha, mas conta voltar a trabalhar nesta empresa dentro de poucos meses, até ingressar na PSP – sua ambição mais próxima.

Sempre teve apoio no trajecto profissional, particularmente do avô, que o chegou a acompanhar na entrevista do 1.º emprego e a quem reconhece grande experiência de vida. Não atribui à escola a maior parte das aprendizagens que fez, mas sim aos ensinamentos familiares.

Actualmente não se considera economicamente dependente dos avós, ajudando-os inclusivamente com as despesas domésticas. O seu futuro próximo passa pela conclusão do 12.º ano e por uma desejada entrada na PSP, seu sonho de criança. Enquanto polícia, espera poder progredir na carreira. Caso não siga a carreira policial, deverá ingressar na carreira militar, o que é, de resto, uma tradição familiar.

Não sente necessidade, mas gostava de tirar um curso de informática ou de línguas. Pensa estar casado e com um filho até aos 27 anos, mas tudo dependerá da sua situação financeira. Para que não falte nada a uma família jovem, Bruno considera serem necessários cerca de €2000 mensais.

## Sofia

Sofia tem 22 anos, mora na Gandra (Ermesinde), em casa dos pais. O seu agregado familiar é composto por seis pessoas: a Sofia, os pais e três irmãos. Por motivos financeiros viu-se obrigada a abandonar a escola com apenas 14 anos, tendo completado o 6.º ano de escolaridade, tal como os irmãos. A mãe sempre se dedicou às ocupações domésticas e o pai à pastelaria.

No seu percurso escolar contou com duas reprovações no 1.º ciclo: uma no 3.º ano e outra no 4.º. Não sabe identificar os motivos, até porque se lembra de ter sido sempre boa aluna e de gostar de estudar, actividade que sempre fez sozinha. A Matemática foi desde cedo a disciplina a que maiores dificuldades sentiu.

Há oito anos a exercer uma actividade profissional, conta já no seu curriculum com quatro experiências de emprego: começou por trabalhar como empregada de mesa no café de um vizinho da sua rua, e depois como balconista em três lojas de roupa, função que ainda hoje desempenha. Diz-se satisfeita com o seu percurso, apesar de todas as dificuldades por que a família passou. Diz ter sido positivo o facto de ter começado cedo a trabalhar, uma vez que lhe possibilitou a acumulação de saberes práticos que muitas jovens na sua idade não possuem. No seu ponto de vista, a experiência que possui funciona como uma mais-valia na hora de procurar emprego, sendo mais valorizada do que o capital escolar que poderia ter acumulado se tivesse continuado a estudar.

Apesar destas afirmações, diz também que se lhe tivessem dado a oportunidade de continuar os estudos tê-lo-ia feito, porque apesar de gostar do que faz e de viver num mundo que sempre a fascinou (o mundo da moda), os seus projectos – revelados como se de um sonho inalcançável se tratasse – passavam por tirar um curso que lhe permitisse trabalhar com crianças, por exemplo como auxiliar de acção educativa.

A ideia de frequentar um dos cursos de formação profissional, ou a ideia de vir a completar o ensino secundário à noite, não se lhe afiguram de todo despropositadas. Contudo, as dificuldades de conciliar horários, e um certo receio de inadaptação, têm-na levado a adiar esses projectos. Enquanto não encontrar outra oportunidade, pensa ficar pela loja onde está há cerca de 18 meses.

Considera ter ‘tido sorte’ em todas as experiências profissionais por que passou, desde o processo de procura, que nunca foi muito difícil (sempre que se inscrevia ficava logo a trabalhar, passando pouco tempo depois a efectiva), até às relações que estabelecia com colegas e patrões. Os motivos que estiveram na origem das suas saídas, em todos os empregos que teve, foram sempre relacionados com melhores ofertas salariais, condições de trabalho ou diminuição da carga horária.

Considera que o seu percurso de vida foi determinado pelas dificuldades financeiras do seu agregado familiar e, essencialmente, pela falta de apoios sociais. Segundo Sofia, estes apoios (que faltaram) poderiam ter-lhe garantido os meios necessários para a frequência escolar (material escolar, subsídio de alimentação, entre outros...). O seu apelo final vai, portanto, para a necessidade de aumento dos incentivos e apoios sociais às famílias mais desfavorecidas.

## Sónia

Sónia tem 19 anos e é filha única. Vive em Almada, com a mãe, que tem a 4.<sup>a</sup> classe e é empregada numa loja de acessórios. O pai, já falecido, tinha o antigo 5.<sup>o</sup> ano industrial e era electricista numa empresa de telecomunicações.

Devido às dificuldades financeiras da mãe, e por vontade dos avós maternos, Sónia frequentou um externato católico, vocacionado para o apoio social, até ao 8.<sup>o</sup> ano. Esta escola, que se situava perto de sua casa, não era muito do seu agrado. Tinha uma cultura excessivamente disciplinadora, que conduziu à sua desmotivação.

Até ao 8.<sup>o</sup> ano, só obtivera classificações negativas a Matemática. Mas nesse ano acabou por reprovar com negativas também a Ciências, Físico-Química e Geografia.

Depois de ter concluído o 9.<sup>o</sup> ano, e apesar de os avós não compreenderem a sua opção, Sónia foi estudar para uma escola pública. A segunda reprovação acabaria por vir no 11.<sup>o</sup> ano, com negativas a História, Filosofia e Métodos Quantitativos. Considera ter sido uma aluna pouco esforçada e estudiosa, mas sempre gostou do contacto com os colegas e das aulas de Inglês.

Após a reprovação no 11.<sup>o</sup> ano, Sónia deixou o sistema de ensino. Estava desmotivada com os maus resultados escolares e ambicionava a sua independência económica. Os avós não reagiram bem. Sempre desejaram que a neta prosseguisse os estudos até ao ensino superior. Por seu lado, Sónia não considerava que uma licenciatura constituísse uma mais-valia na sua vida pessoal e familiar.

Passado um mês da sua saída da escola, começou a trabalhar no mini-mercado em que se encontra hoje.

Trabalha como operadora de caixa há cinco meses, depois de ter estado três meses à experiência. Trabalha das 9h às 20h e recebe €600 mensais. Conseguiu este emprego através de uma amiga que já lá trabalhava.

De início, teve uma adaptação difícil, mas actualmente considera que estar a trabalhar é melhor do que estar a estudar. Classifica a empresa como sendo moderna, ambiciona ascender à função de sub-gerente e, consequentemente, a um patamar remuneratório mais elevado.

Entendendo que há um grande desajustamento entre o ensino formal e a realidade do mercado de trabalho, Sónia defende que a melhoria da formação profissional poderia resultar no aumento da empregabilidade dos jovens.

## Teresa

Teresa Paiva é filha de emigrantes portugueses. Viveu em França até aos seis anos. Quando a família regressou a Portugal, foi viver para a localidade de S. Pedro, Valongo. Teresa viveu com os pais e irmã até aos 18 anos. Actualmente é encarregada de produtos externos numa empresa dedicada à comercialização de portas e componentes.

Frequentou a escola formal até ao 7.º ano, tendo, posteriormente, frequentado um curso de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – RVCC – que lhe deu equivalência ao 9.º ano. O seu percurso pelo ensino formal é descrito com algum desprazer. Revê-se como uma aluna razoável, tendo reprovado apenas no 1.º ano devido à dificuldade de adaptação à língua portuguesa.

Começou a namorar muito cedo, com 13 anos, o que a colocou em confronto com os estilos de vida e comportamentos aceites e praticados pelas colegas do seu nível de ensino. A desaprovação por parte das colegas e o desconforto daí resultante são os principais factores a que atribui o seu abandono escolar.

Actualmente com 25 anos, casada há sete anos e com uma filha de seis anos a frequentar o 1.º ano, diz não se arrepende da opção que fez. O marido tem o 12.º ano completo e exerce a profissão de pasteleiro.

Reconhecendo o valor dos cursos profissionais, a entrevistada sublinha a sua utilidade prática, mas também o capital cultural que daí pode obter.

Na sua trajectória já acumula três experiências profissionais. Começou a trabalhar muito cedo, mal saiu da escola, com 13 anos: foi contratada duas vezes como operária fabril e como encarregada de produtos externos – emprego que mantém actualmente – numa empresa que comercializa portas de alumínio. Apesar de no seu discurso as relações de sociabilidade serem apontadas como as mais importantes para permanecer nos empregos por que passou, foram razões económicas que a levaram a sair do primeiro emprego: começava a ponderar a hipótese de casar e o salário que auferia não lhe dava outra solução.

Na procura de emprego contou com as suas redes familiares e sociais. A primeira mudança de emprego foi conseguida através de uma amiga, que facilitou a sua entrada numa fábrica em que ela própria trabalhava. O último emprego foi conseguido através da irmã, que trabalhava como secretária na mesma empresa.

Descreve o seu percurso profissional de uma forma positiva, embora tenha evidenciado algumas situações de exploração nos seus dois primeiros empregos. Esta consciencialização surgiu, porém, mais tarde, reconhecendo que inicialmente não conhecia os seus direitos enquanto trabalhadora.

Apesar de transmitir um elevado grau de satisfação com o actual emprego, e com as condições que lhe proporcionam, tenciona, mais tarde, vir a completar o 12.º ano e, *“quem sabe?”*, frequentar um curso na área de geriatria ou em *“algo que permita trabalhar com crianças”*.

Por admitir ter tido um conhecimento incipiente dos seus direitos laborais e observando o elevado número de jovens que não prossegue os estudos, Teresa recomenda uma maior divulgação nas escolas, quer dos direitos dos trabalhadores, quer das profissões mais vocacionada para quem detém apenas a escolaridade obrigatória.

## 6.2 PERCEPÇÕES ACERCA DOS APOIOS PÚBLICOS À INSERÇÃO PROFISSIONAL

Procurar-se-á de seguida analisar a forma como os jovens percepcionam os serviços públicos de apoio à inserção no mercado de trabalho, e avançam algumas propostas relativas ao aperfeiçoamento dos processos de formação profissional, à melhoria das condições laborais dos trabalhadores e à redefinição das políticas públicas de apoio aos desempregados ou a quem pretenda melhorar a sua situação profissional.

A esmagadora maioria dos jovens entrevistados referem os centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) como a única entidade pública que conhecem vocacionada para o apoio à inserção profissional dos cidadãos, e também como o meio institucional que preferencialmente usam na procura de emprego e no acesso a cursos profissionalizantes. Embora alguns dos jovens refiram que este organismo público lhes foi útil na busca de emprego na disponibilização de cursos de formação profissional, uma parte significativa avalia negativamente a sua acção.

“Ah...eh pá, o centro de emprego faculta trabalhos, mas lá está, é sempre coisas temporárias. Já tive uma vez inscrito no centro de emprego. Eu tinha que lá ir de vez em quando para não perder o subsídio, mas ninguém me arranjou emprego. Aliás nem me deram nenhuma solução.”

*Paulo, 12.º ano incompleto, operador de parque na EMEL, 29 anos*

“E: Depois de abandonar a escola alguma vez foi procurar formação profissional?”

M: Pelo centro de emprego, só que até agora não me chamaram. Inscrevi-me num de Massagista e Esteticista, essas coisas assim...

E: Há quanto tempo foi isso?

M: Já há algum... há cinco ou seis meses, e nunca mais me chamaram, não me mandaram nenhuma carta nem nada.

E: Mas inscreveu-se nesse curso em concreto, foi lá procurar?

M: Sim. Eles chamavam-me lá para ir a várias reuniões e eu fui. Numa dessas reuniões inscrevi-me para essa formação. A partir daí nunca mais me chamaram, não me mandaram nenhuma carta (...) É, eles demoram muito tempo a dar uma resposta, e depois às vezes quando dão... eu conheço uma pessoa que foi lá e deram-lhe uma resposta de emprego que era para ser coveiro, a ganhar cem euros por mês. Quer dizer... eu não falo por mim, mas essa pessoa tinha o 12.º ano e disse-lhes «eu não ‘tou’ propriamente a pensar num trabalho desses.»”

*Mena, 10.º ano incompleto, desempregada (na sua última profissão trabalhou como empregada de limpeza), 22 anos*

“O centro de emprego serviu apenas para receber o fundo de desemprego, pois fui eu quem encontrou os empregos que tive até hoje... Pois, porque sinceramente os empregos que eles arranjavam acho que... tanto que quando eu fui lá a rapariga, prontos, mandou-me embora, porque já era a segunda vez que eu lá ia e os trabalhos que elas tinham era tudo à noite, nos restaurantes e... à noite. Tenho dois filhos e na altura o pequenino tinha meses. Acho que eles têm esses dados todos. Há muitos trabalhos. Lá por uma pessoa ter trabalhado naquilo não quer dizer que tenha de trabalhar sempre naquilo. Havia trabalhos em escolas, que eu sabia que havia, para cuidar de crianças, e não... chamavam-me sempre para aquilo. É chato. É muito chato. Uma vez perguntei, e eles baseiam-se no último trabalho que nós tivemos (...) Há muito desempregado por aí, tudo inscrito no fundo de desemprego. Se eles se vão basear só no último trabalho... por exemplo, um pedreiro que precisa de trabalhar pode ir para mecânico para aprender.”

*Vera, 11.º ano incompleto, empregada de pesagem num supermercado, 25 anos*

Para além de considerar que o tipo de empregos conseguidos através do centro de emprego são em geral precários, Paulo refere que no seu caso o instituto não lhe apresentou qualquer “*solução*” profissional, foi ineficaz. O mesmo sucedeu a Mena que, meio ano após se ter inscrito num curso profissional promovido pelo IEFP, ainda não tinha recebido informações adicionais acerca do mesmo. Por outro lado, baseando-se em casos que conhece, diz que as soluções profissionais que os centros de emprego apresentam são, muitas vezes, demasiado morosas e precárias. Vera critica o método que encontrou no centro de emprego para definição do perfil profissional dos indivíduos nele inscritos. Não concorda com o facto de a última ocupação se assumir como o critério determinante na circunscrição das ofertas laborais. No seu caso, por ter trabalhado como empregada de mesa e balcão antes de se ter inscrito no centro de emprego, o tipo de actividades profissionais que aí lhe foram oferecidas tinham a mesma natureza funcional dos que anteriormente desempenhou e implicavam trabalhar à noite, constrangimento a seu ver relevante para uma jovem como ela, mãe de uma criança de 6 meses. Tendo por base a sua experiência pessoal, problematiza os factores ponderados na definição das possibilidades e apetência profissional dos inscritos nos centros de emprego, considerando-os reducionistas. Deste modo, defende uma alteração dos métodos que diz serem usados na elaboração dos perfis profissionais dos indivíduos nele alistados.

Na representação apresentada dos centros de emprego por bastantes jovens, sobressai, assim, a morosidade e a dificuldade de obtenção de emprego e formação profissional. Adiantam, contudo, poucas soluções para fazer face aos problemas por si identificados, e admitem, quase todos, que o pouco dinamismo da economia portuguesa e o elevado número de desempregados existentes em Portugal dificultam a acção destes organismos públicos.

A aposta na formação profissional é vista pela maioria dos entrevistados como a melhor solução à disposição do governo para o combate ao desemprego. Este tipo de cursos, por oposição à escolaridade do regime geral, são considerados altamente operativos na obtenção de emprego por quase todos os jovens. Alguns deles defendem, porém, um maior imbricamento entre os processos de formação profissional e o mundo das empresas.

“Se tu fores para uma empresa de qualquer coisa, devia haver um tipo de curso antes de ires para lá ou em continuidade, quando estás a trabalhar, haver outros cursos de ajuda, acho que é bom, pronto.”

*Elsa, 10.º incompleto, empregada de balcão numa loja de electrodomésticos, 27 anos*

“Devia ser obrigatório as empresas darem formação aos funcionários...”

*Lília, 12.º ano incompleto, secretária, 29 anos*

“Eu acho que deveriam ser as empresas a criar... a terem elas próprias esses programas. É muito mais atractivo saber que vais logo trabalhar para uma empresa...”

*Nuno, 12.º incompleto, porteiro num hotel, 28 anos*

Elsa faz a apologia da formação a montante e a jusante da entrada do trabalhador nas empresas. Lília reforça esta segunda dimensão, e considera que a formação ao longo da vida deveria ser obrigatória. A formação profissional é, de facto, fundamental para adequar os recursos e disposições do trabalhador às exigências e demandas da sua actividade profissional. Esta ideia aplica-se aos que preparam a sua entrada no campo laboral, mas também aos que já têm experiência profissional acumulada, para quem a formação profissional é instrumental na reconversão ou aprofundamento dos recursos laborais que detêm.

Entre as opiniões atrás citadas a de Nuno é, porventura, das mais interessantes do ponto de vista sociológico e político. Defende que os cursos de formação profissional deveriam ser tendencialmente promovidos em articulação com as empresas, visto que este tipo de prática contribuiria para motivar o formando durante o curso. Por ingressar num trajecto formativo no mesmo contexto institucional onde espera vir a trabalhar, o indivíduo sentir-se-ia mais impelido a procurar e concluir cursos de formação profissional. Até que ponto este facto poderá constituir-se como uma razão a ter em linha de conta para repensar as estratégias públicas de formação profissional e de apoio ao emprego? Será que a procura de cursos de formação profissional pode aumentar se estes forem promovidos por uma entidade empresarial ou realizados em regime de parceria com uma organização deste tipo? As recentes propostas governamentais, no sentido de as empresas promoverem o alargamento das qualificações escolares dos seus trabalhadores poderão constituir uma medida com esta configuração.

No quadro dos observáveis deste estudo, percebe-se que os jovens têm uma visão instrumental da formação, seja ela escolar ou profissional, isto é, buscam sobretudo garantir o acesso ao trabalho, munir-se de recursos que facilitem esse processo. Ora, a formação profissional obtida num contexto de proximidade com o mundo das empresas será, eventualmente, um chamamento atractivo para indivíduos com este tipo de disposições e expectativas.

Alguns dos entrevistados centram as suas preocupações no problema da precariedade laboral. A este nível, a discussão transfere-se da esfera dos processos e estratégias de acesso ao trabalho para o plano das condições estruturais que os trabalhadores encontram nesse campo.

“Eu sinceramente não sei o que se poderia fazer para isto melhorar, mas essencialmente era bater nessa situação da segurança nos empregos, porque as pessoas querem arriscar, ter uma família, querem ter a casa, mas querem ter o emprego que lhes dê alguma coisa. Antes de mais nada era o Estado dar um pouco mais de segurança, um apoiozinho às empresas. Por exemplo, as mini-empresas, as empresas pequenas... que desse uma ajuda, um apoio, uns incentivos.”

*Cátia, 12.º ano incompleto, caixa num posto de abastecimento de gasolina, 25 anos*

“Acho que deviam aumentar o tempo dos contratos, os de 6 meses, por exemplo. É mal pensado. Poderia ser pelo menos 1 ano ou 2. E os despedimentos deveriam ser por justa causa... justa causa bem pensada, não é? Não é porque o patrão não gosta do trabalhador, despede. Porque isso acontece em muitos trabalhos. Vá lá que eu tive essa sorte de todo o mundo gostar de mim, até brincam comigo... tive sempre pessoas agradáveis com quem eu trabalhei. Mas já vi pessoal a ser maltratado, mesmo nos sítios onde eu trabalhei. Há patrões que despedem trabalhadores simplesmente por não gostarem deles, não irem com a cara do trabalhador, mesmo que ele trabalhe bem. Arranjam maneira de despedir, fazem de tudo para que essa pessoa falhe num ponto e já é o suficiente para despedir, e não devia ser assim. Devia haver umas modificações nas leis dos contratos.”

*Pedro, 10.º ano incompleto, vigilante de parques e jardins, 22 anos*

N: Também dizia para ‘tarem’ mais atentos a certas irregularidades e ilegalidades que as entidades patronais cometem sobre o empregado.

E: Tais como?

N: Tais como, não pagarem horas, haver várias empresas... há uma empresa que é a ‘mãe’ e depois há várias empresas e tu andas não sei quantos anos a saltar de empresa para empresa. Quando chega ao fim do 3.º contrato com aquela, saís da... imagina, saís da... Fidelidade SGPS

e vais para a Fidelidade... tens uma empresa, e tens quatro ou cinco que são as... trabalhas um ano e meio na empresa x, passado um ano e meio, para não te passarem a efectivo naquela, mandam-te para outra. Conheço inúmeros casos assim, inúmeros. E conheço também inúmeros casos da entidade patronal convidar-te a interromperes quinze dias e para regressares depois, quer dizer, o Ministério do Trabalho não vê isso?! Isso é o mesmo que teres interrompido os teus descontos! É estares ali um ano e meio e interrompes quinze dias ou um mês, és readmitido e comesças outra vez... Há uma falha na lei, com certeza! Há uma falha na lei laboral para não poderem sancionar as pessoas que fazem isso.”

*Nuno, 12.º ano incompleto, porteiro num hotel, 28 anos*

O melhoramento das condições de segurança laboral poderia, segundo Cátia, ser estimulada pelo Estado através da concessão de estímulos às empresas. Também para Pedro, esta dimensão das relações laborais deve constituir-se como um aspecto central da intervenção do Estado no mercado de trabalho. Acredita que a estratégia a trilhar para se conseguir aumentar a segurança laboral deverá passar pelo alargamento dos prazos mínimos previstos nos contratos de trabalho, mas também pela aplicação mais conservadora das normas que disciplinam o despedimento por justa causa. Neste sentido, crê que o Estado terá capacidade para melhorar as condições laborais se repensar a teia legal que regula o mercado de trabalho.

O problema da precariedade das condições laborais não se deve, no entendimento de Nuno, às amplitudes temporais dos contratos de trabalho. Segundo ele, esse facto advém sobretudo da instrumentalização das leis por parte das entidades patronais, as quais, manipulando as normas e aproveitando as suas “deficiências”, conseguem impedir o acesso dos trabalhadores a regimes laborais formalmente mais seguros. Por considerar que estas práticas são evidentes, questiona a alegada incapacidade demonstrada pelos organismos ministeriais na sinalização destas situações e na sua resolução. Contudo, para além dessa suposta inacção ao nível da fiscalização deste tipo de práticas, o jovem admite que na sua base existe igualmente uma “falha na lei”.

A última categoria de sugestões que se pode deslindar nos discursos dos jovens entrevistados emerge da reflexão feita sobre as políticas públicas de protecção social. A este nível não se está já a problematizar as políticas públicas de acesso ao trabalho ou à formação profissional, nem as condições legais potenciadoras de situações de precariedade laboral, mas sim uma das manifestações do providencialismo estatal.

“Dar mais apoios para rectificar algumas leis que acho que estão completamente erradas, como por exemplo dar o rendimento mínimo a pessoas que podem trabalhar mas estão em casa, que isso é um disparate.”

*Dário, 11.º ano incompleto, vigilante, 25 anos*

“Que cortassem o rendimento mínimo... é uma coisa que não entendo. Tenho lá vizinhas com 17, 18 anos que estão a ganhar o Rendimento Social de Inserção quando podiam estar a trabalhar... é muito injusto. Não digo que o tirem a quem precisa... mas que fiscalizem mais essas situações. É ridículo e injusto para quem trabalha... que lhes criem antes oportunidades de emprego. Davam-lhes na mesma o rendimento mínimo, mas ao menos contribuía para que tivessem alguma formação. Assim estão a incentivar esses comportamentos... porque eu não as culpo a elas, elas estão a aproveitar uma oportunidade que lhes dão de receber um ordenado quase igual ao meu sem trabalharem...”

*Cláudia, 9.º ano concluído, empregada numa loja de decoração, 27 anos*

“Acho que devia haver... o Rendimento Mínimo Garantido... a esse nível eu acho bem, mas acho que devia haver mais fiscalização. Acho bem que dêem esse apoio às pessoas, mas juntamente devia haver um retorno. O retorno poderia ser de muitas formas... o rendimento mínimo poderia ser garantido às pessoas, mas elas deveriam dar algo em troca... nem que fosse trabalho voluntário. A qualquer nível... seja a nível de limpezas ou... As pessoas receberiam o dinheiro mas não ficavam em casa porque são coitadinhas. Acho que devia haver um retorno. Mesmo os mais velhos têm sempre algo a dar à sociedade.”

*Lucas, 12.º ano incompleto, pescador, 30 anos*

Em termos gerais, os três jovens criticam a atribuição por parte do Estado de subsídios a “*quem não trabalha*”. Esta ideia está bastante generalizada entre os entrevistados e relaciona-se com o facto de a maior parte deles defender que algumas ofertas de trabalho disponíveis no mercado laboral são rejeitadas por indivíduos desempregados pela simples razão de não quererem exercer actividades simbolicamente desprestigiantes ou fisicamente exigentes.

Dário tem uma posição mais radical, na medida em que defende a extinção do “*rendimento mínimo*”. Cláudia e Lucas assumem uma visão mais moderada.

A primeira considera que a atribuição do rendimento social de inserção, enquanto prática de combate à exclusão social, deveria, tal como previsto na génese deste instrumento de protecção social, ser articulada com estratégias formativas que visassem melhorar os recursos disposicionais dos indivíduos excluídos. A garantia dos níveis mínimos de sobrevivência seria, assim, acompanhada pelo investimento nas capacidades e possibilidades laborais do beneficiário desse apoio. Por outro lado, Cláudia insurge-se contra a alegada falta de fiscalização, pois considera que o facto deste tipo de auxílio económico ser atribuído a indivíduos que objectivamente dele não necessitam é “*injusto para quem trabalha e pouco mais ganha*”.

Em síntese, no que diz respeito à escola e aos seus saberes, poder-se-á afirmar que a maioria dos entrevistados considera que estes não estão sintonizados com as exigências do mercado de trabalho, são pouco instrumentais para a prática profissional e, por isso, escassamente valorizados no campo laboral. Embora alguns deles destaquem a importância das competências relacionais e comunicacionais adquiridas no contexto escolar, defendem que a valia mercantil da frequência escolar se deve fundamentalmente ao atestado formal aí adquirido. A escola é importante na definição das trajectórias profissionais, não devido aos conhecimentos que transmite, mas sim porque os títulos que nela se podem adquirir são reconhecidos pelo mercado de trabalho e estruturantes nesse campo.

Os saberes adquiridos no âmbito dos cursos de formação profissional, promovidos pelo IEFP, por instituições privadas ou pelas empresas, são contrapostos pelos jovens ao tipo de conhecimentos adquiridos na escola. Estes são pueris do ponto de vista profissional, têm uma natureza essencialmente teórica. Aqueles estão vocacionados para a prática laboral, capacitam para o trabalho. Os cursos de formação profissional do IEFP têm também vantagem adicional se atribuírem credenciações escolares.

No âmbito do mercado formativo, e tendo como referência esta amostra qualitativa, com características estruturais relativamente bem circunscritas, o conhecimento escolar parece ser preterido face ao tipo de saberes oferecidos pelos cursos de formação profissional. A valorização do conhecimento profissionalizante por parte destes jovens é um índice que, de certa forma, legitima a aposta que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos tempos pelo poder político na formação profissional e nos cursos tecnológicos e reforça a necessidade de a escola repensar as suas estratégias, como o tem vindo a fazer, nomeadamente ao nível da orientação e encaminhamento formativo dos alunos.

O IEFP, com os seus centros de emprego, é a entidade vocacionada para o apoio à inserção profissional e à formação profissional que, destacadamente, mais os jovens dizem conhecer. É também a plataforma institucional que preferencialmente usaram para acederem a um emprego e a formação. Estas duas valências do instituto são, porém, mal classificados por cerca de um quinto dos efectivos da amostra qualitativa deste estudo, pela lentidão e falta de respostas e soluções profissionais e formativas. Apesar de tal insatisfação ter uma expressão relevante no contexto deste estudo, poucos jovens avançaram com sugestões concretas de melhoria.

A formação profissional emerge como a estratégia que grande parte dos entrevistados identifica como mais ajustada no combate ao desemprego, embora alguns defendam que deve haver um maior centramento e reforço das políticas de formação profissional no universo das empresas.

Independentemente dos recursos laborais detidos e das vias de acesso a uma profissão, alguns jovens entendem que o mercado de trabalho padece de problemas estruturais e que o modo como as leis laborais são aplicadas careceriam de maior fiscalização.

## Dário

Dário tem 25 anos, é vigilante numa empresa de segurança privada e vive em Cascais com os tios. Os seus pais vivem em Aljustrel, zona em que nasceu, com a irmã. O pai, com o antigo 6.º ano, é empregado da rede ferroviária nacional. A mãe tem a 4.ª classe e é empregada doméstica em casas particulares. A irmã, com 22 anos, trabalha temporariamente num escritório de contabilidade e espera ingressar no ensino superior.

Dário tem o 11.º ano incompleto. O seu percurso escolar decorreu com um aproveitamento razoável até ao 10.º ano, exceptuando a disciplina de Inglês, à qual teve sempre classificação negativa até ao 9.º ano. Nunca gostou das aulas; gostava da escola sobretudo pelo tempo que podia passar com os colegas no intervalo. A generalidade dos seus colegas de escola não foi além do ensino obrigatório.

Considera ter sido um aluno mediano, tendo reprovado uma vez no 10.º ano e outra no 11.º. A desmotivação pelo ensino e pelos conteúdos programáticos surgiu com a primeira reprovação. Apesar de os pais insistirem na continuação dos estudos, Dário abandonou o sistema de ensino sem terminar o 11.º ano, quando lhe surgiu a possibilidade de ir trabalhar para um hotel no Algarve.

O trabalho no hotel não seria a sua primeira experiência de emprego. Já havia trabalhado anteriormente, nas férias de verão, como operador numa fábrica de tomate. Sem grandes dificuldades, durante três meses, o Dário carregava os camiões. Trabalhava das 8h às 16h e das 16h à ooh e o dinheiro que ganhou foi utilizado para tirar a carta de condução. Considerou este trabalho aborrecido mas, por ser por pouco tempo, suportou-o bem. No hotel, por outro lado, desempenhou a função de empregado de mesa. Trabalhava 8h por dia, tinha duas folgas semanais e auferia €400 mensais. Começou por ficar três meses em regime experimental e assinou, mais tarde, um contrato de seis meses, que não viria a completar. Não satisfeito com as funções que desempenhava, demitiu-se e acabou por ir trabalhar para um hipermercado como repositor. Tinha um horário de 8h diárias, com folga na tarde de sábado e no domingo. Recebia €400 mensais.

Novamente insatisfeito com as funções que lhe estavam atribuídas, saiu e ingressou num curso de formação profissional para *barman*, no centro de formação profissional. Durante nove meses frequentou o curso, que lhe conferia uma bolsa de valor igual ao salário mínimo. Dois meses depois de ter terminado o curso, foi trabalhar para a empresa onde se encontra actualmente, como segurança. Começou por ficar três meses à experiência, vindo depois a assinar um contrato sem termo.

Está na empresa há cerca de quatro anos e o seu horário de trabalho é das 16h às ooh. Auferia €680 mensais, mas como por vezes faz segurança em estádios de futebol aos fins-de-semana, tem sempre alguns complementos financeiros. Considera que a empresa onde trabalha é modernizada e embora não vislumbre muitas possibilidades de progressão e considere o trabalho um pouco monótono, não pensa em mudar de emprego, justificando-se com a estabilidade contratual de que goza e com o ambiente de trabalho agradável.

Dário foi viver com os tios em Cascais quando passou para o 3.º ciclo do ensino básico. Esta mudança de residência resultou de uma opção dos pais, que acharam preferível que o filho estudasse em Cascais. Dário considera-se economicamente independente da família. Os tios dão-lhe residência e ele contribui com €120 mensais para despesas domésticas. O dinheiro que lhe resta é gasto na prestação do carro e nas despesas correntes do quotidiano.

Com 25 anos, está a comprar casa e espera estar a viver sozinho a curto prazo. Diz não pensar muito no futuro. Não se imagina a ser vigilante para toda a vida. Se voltasse atrás, teria terminado o 12.º ano, mas pela via profissionalizante. Actualmente não pensa voltar a estudar, nem fazer formação.

No trabalho, Dário valoriza o ambiente, a relação com os colegas, o ordenado e o prazer que se retira daquilo que se faz.

## Elsa

Elsa tem 27 anos e vive com o marido e os dois filhos, que têm um e oito anos. Está casada há nove. Trabalha como empregada de caixa numa loja de electrodomésticos. O marido é vendedor de imóveis.

Antes de se casar, vivia com os pais e com o irmão. O pai, com a 4.<sup>a</sup> classe, trabalha numa empresa de publicidade e tem como função afixar reclames publicitários. A mãe, 6.<sup>o</sup> ano concluído, faz o atendimento numa bomba de gasolina. O irmão, de 30 anos e com o 9.<sup>o</sup> ano, trabalha no armazém de um hospital.

O seu aproveitamento escolar foi razoável até ao 7.<sup>o</sup> ano, nível em que reprovou pela primeira vez. Gostava de Matemática e, mais tarde, já no 10.<sup>o</sup> ano, de Economia. Por outro lado, não gostava de História, nem de Português. Explica as suas preferências escolares dizendo que sempre gostou mais de “*disciplinas de compreensão*”, em detrimento das “*de estudo*”.

Deixou de estudar quando engravidou. Estava a meio do 11.<sup>o</sup> ano. Por essa altura já conciliava os estudos com o emprego no café de um tio. Trabalhava das 9h às 17h, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> e trabalhava também dois sábados por mês. Recebia cerca de €350.

Depois de ter nascido o primeiro filho, continuou o trabalho no café, deixando a criança a cargo dos avós. Mais tarde, acabaria por mudar de emprego quando surgiu a oportunidade de ir para a empresa onde está hoje com contrato permanente.

Trabalha das 9h às 13h e das 15h às 20h. Aos sábados trabalha apenas das 9h às 13h. Recebe cerca de €500 e está na empresa há cinco anos.

Neste momento, encontra-se satisfeita com o trabalho que desempenha, apontando apenas como pontos negativos a baixa remuneração e as reclamações dos clientes.

A sua saída do sistema de ensino foi aceite com tranquilidade por parte dos pais. Apesar de não esperarem que a filha deixasse os estudos, anuíram à sua decisão pelo facto de Elsa já estar na altura a trabalhar.

Elsa não faz planos para o futuro. Não pensa concluir o 12.<sup>o</sup> ano e espera permanecer no mesmo emprego.

## Nuno

Nuno vive em Lisboa com a companheira e com o filho. A companheira do Nuno frequenta um curso profissional de cabeleireira, que dá equivalência ao 9.<sup>o</sup> ano e é subsidiado pela Santa Casa da Misericórdia. Possui uma bolsa de formação no valor de €450. O filho de ambos, com cinco meses, entrou recentemente numa creche.

Antes de residir com a sua companheira, Nuno vivia em Queluz com o pai (que possui o 6.<sup>o</sup> ano e é pintor) e com a mãe (que tem o 9.<sup>o</sup> ano e é administrativa). Mas dormia muitas vezes em casa dos avós, em Lisboa.

Analisando a sua vida actual, não se considera ainda completamente autónomo por depender do apoio da família. Para Nuno, a generalidade dos jovens procura assegurar primeiramente estabilidade no emprego e só depois constituir família. No entanto, reconhece que no bairro onde cresceu predominam a maternidade e a paternidade na adolescência.

O percurso escolar de Nuno foi regular até ao ensino secundário. Fez o 1.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico de forma satisfatória, numa escola perto da casa dos avós. O 2.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico foi feito numa escola que avalia como “*problemática*” (situada perto da actual Quinta do Cabrinha). Dadas as características desta escola, o 3.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico foi feito numa escola secundária, agora já em Queluz, perto da casa dos pais. Chegou ainda a frequentar um externato, mas por tempo inferior a um período escolar.

Não era muito estudioso, mas define-se como tendo sido um bom aluno. No entanto, chegou a ter negativas a Educação Visual (5.º ano) e a Matemática (sempre até ao 9.º ano), apesar de só ter reprovado no ensino secundário. Reprovou no 10.º ano, com notas negativas a Filosofia, Inglês, Matemática e Física/Química. No 12.º ano voltou a reprovar, desta vez a Técnicas de tradução, História e Francês. Tentou obter aprovação a Francês num externato, mas desistiu entretanto.

Não gostava muito de estudar, preferindo as actividades extra-curriculares, como jogar às cartas e à bola, estar na associação de estudantes e ir às festas escolares. Teve bastante apoio da mãe nos estudos e também de um colega que o ajudou a tirar boas notas até ao 10.º ano. Do seu grupo de amigos, só o Nuno não é “*formado*”. Encontra na “*preguiça para os estudos*” a justificação.

Apesar de considerarem que é em casa que se dá a educação, os pais do Nuno sempre quiseram que estudasse, por isso não reagiram bem ao facto de ter abandonado a escola. No entanto, apoiaram-no na conquista da sua independência financeira (“...*tu é que sabes...*”), para além de saberem que, caso o Nuno fosse para a faculdade, teria de ser ele a trabalhar para pagar os estudos.

A sua primeira experiência profissional deu-se enquanto ainda estudava, num *part-time* nocturno. Tinha 20 anos e fazia o “*arquivo morto*” de uma empresa de contabilidade. Recebia €450 e tinha um contrato semanal através de uma empresa de trabalho temporário. Passados três meses nesta função, passou a desempenhar as funções de administrativo do departamento financeiro, onde ficou por seis meses. Tinha o mesmo tipo de tarefas e auferia um salário idêntico. Apenas o departamento era diferente.

O que parecia o início de uma boa inserção profissional deixou de o ser quando teve de interromper o contrato para cumprir o serviço militar obrigatório. Depois de cessado o contrato, passou à reserva, acabando por ficar sem ocupação de Janeiro a Setembro desse ano. Só aí começou, novamente, a trabalhar como empregado numa reprografia através da mesma empresa de trabalho temporário. Trabalhava das 10h30 às 19h30 e ganhava cerca de €450. Insatisfeito com o salário, saiu da reprografia e foi trabalhar no atendimento de uma empresa, como caixa, por intermédio da mãe. Assinou um contrato sem termo e passou a receber €600, trabalhando das 9h às 18h30, de 2.ª a 6.ª.

Verificando que não tinha possibilidades de progressão, e estando a passar por uma fase de *desnorteio*, despede-se e vai trabalhar para um bar, como barman, das 22h às 4h, de 3.ª a sábado, com um salário de €25 por noite, pagos a recibos verdes. Após quatro meses de trabalho, a sua vida profissional sofre uma outra mudança, passando o Nuno a trabalhar novamente num hotel, como bagageiro. Trabalhava por turnos (das 7h às 15h30, das 15h00 às 23h30 e das 22h30 às 7h) e ganhava €370 (acrescido das gorjetas). Assinou dois contratos de seis meses. Ano e meio depois trocou novamente de emprego, passando a trabalhar num outro hotel, onde se encontra actualmente a desempenhar as funções de porteiro.

Com 28 anos e com o 12.º ano incompleto, Nuno trabalha por turnos num hotel em Cascais, como porteiro, e tem cerca de €620 de salário. Considera a empresa onde trabalha modernizada mas gerida por princípios tradicionais. Ambiciona ascender a director comercial ou a director geral. Coloca também a hipótese de ir viver para o Algarve, mantendo-se no ramo da hotelaria. Tenciona terminar o 12.º ano e sente necessidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos em línguas estrangeiras. Reconhece que a ausência de conhecimentos em Matemática o prejudicou em trabalhos anteriores, tendo perdido oportunidades de progredir profissionalmente.

Já recorreu a anúncios nos jornais, como forma de obter emprego, mas foram os conhecimentos pessoais que mais o auxiliaram nesse aspecto. Nunca teve contacto com o centro de emprego mas sente que a formação profissional ajuda à inserção no mercado de trabalho.

Para ele, é a inexperiência que dificulta a entrada no mercado de trabalho e não a juventude, apesar de reconhecer que as jovens raparigas sentem dificuldades pelo facto de serem mulheres e poderem engravidar. O mesmo se passa com jovens pertencentes a grupos socialmente discriminados.

## Vera

Vera tem 25 anos e o 9.º ano concluído. Foi mais longe na escola que os seus pais, ambos com apenas a 4ª classe (o pai é pedreiro e a mãe é empregada de limpezas). É casada há dois anos, mas já vive em união de facto há cerca de sete anos, após o nascimento do seu primeiro filho (o primeiro filho tem sete anos e o segundo tem 17 meses). Foi nessa altura que trocou a sua terra de origem (Lagoa) pela do marido (São Brás de Alportel). O marido tem o 9.º ano de escolaridade e é músico. Toca acordeão em baptizados, casamentos, festas em geral. Trabalha por conta própria e tem um rendimento variável. Mas em média auferir €1500 mensais. No verão chega a ganhar €600 euros em cada fim-de-semana.

Embora tenha apenas o 9.º ano concluído, Vera chegou a frequentar o 11.º ano. Nunca foi boa aluna. Até ao 9.º ano tinha normalmente resultados negativos a Inglês, Matemática e História, e eram raros os quatros que conseguia no final dos períodos. Mas nunca reprovou. Decidiu seguir Humanidades porque queira ser educadora de infância. No 10.º ano deixou apenas História por concluir. Não tinha nenhuma disciplina a que se sentisse com maiores capacidades. Ficava-se pelos 12 valores. Tal como as amigas, começou a faltar bastante às aulas no 10.º ano. O objectivo era ir fazendo as disciplinas, independentemente do grau de sucesso. O interesse pela escola esmorecia, tal como a sua comparência às aulas. Acabou por anular a matrícula no primeiro período do 11.º ano, quando já estava quase reprovada por faltas. Fê-lo a conselho da directora de turma e com a anuência da mãe.

Até ao verão, mãe e filha esconderam do marido/pai o desenlace referido. Nessa altura, Vera encontrou trabalho numa pizzeria e pôde dizer, então, ao pai que não queria estudar mais. Tinha 18/19 anos. Serviu às mesas durante 6 meses, *full-time*, com contrato, cerca de €400 de salário – excluindo os feriados e horas extra –, até que o parque aquático onde a pizzeria estava estabelecida encerrou. Encontrou, pouco tempo depois, trabalho num café de um hipermercado. Ficou lá um ano com condições semelhantes ao emprego na pizzeria. Estas actividades profissionais eram complementadas com os espectáculos dados em alguns fins-de-semana, como cantora e acordeonista. Já o fazia desde os 12 anos. Foi nos palcos que conheceu o marido e foram os filhos que teve com ele que a fizeram abandonar esta semi-profissão.

Entretanto engravidou. Foi para São Brás de Alportel onde ficou nove meses em casa com o filho. Depois o filho passou a ficar ao cuidado de uma ama (a quem pagava €110) e ela foi trabalhar como caixa num supermercado da vila. Trabalhava oito horas por dia, em regime de turnos. Chegou a chefe de caixas, e surgiram também os *“aborrecimentos que a responsabilidade sempre providencia”*. O que não chegou foi o aumento do salário. Demitiu-se por considerar que estava a ser explorada.

Ao fim de um mês encontrou novo emprego como ajudante de cozinha num lar da Santa Casa da Misericórdia, em São Brás do Alportel, e engravida também nesse espaço de tempo. Permaneceu nesse emprego por 6 meses, com contrato a termo e a receber o salário mínimo nacional. Teve formação na área da Higiene e Segurança Alimentar, curso dado pela Santa Casa da Misericórdia, com duração de dois meses. Ao contrário do que acontecia na escola, esse curso era prático, ajudou-a na sua profissão, e ela gostou disso. A única matéria que diz ter aprendido na escola e que conseguiu utilizar profissionalmente foi o Inglês, quando servia na pizzeria.

Depois de sair do lar, voltou a ficar no desemprego. Ficou com o segundo filho alguns meses em casa. Voltou então ao supermercado, agora a trabalhar na charcutaria. Paga à ama €150 por mês. As condições contratuais e remuneratórias mantêm-se, mas o seu lugar na hierarquia daquele supermercado desceu. Já não tem autoridade sobre outras empregadas. Hoje mostra-se arrependida por ter saído, mas diz que talvez um dia possa chegar a chefe de charcutaria.

Não tem sonhos profissionais. Ou melhor, tem-nos, mas a sua concretização (ser educadora de infância) implicaria frequentar um curso superior – e isso está fora de questão quer devido aos filhos, quer por uma questão de motivação. Ela gosta do seu trabalho actual porque “...vendo aquilo que se pode arranjar hoje em dia, (o seu trabalho) não é assim tão mau.” Gosta-se de trabalhar no que é possível, aprecia-se tacitamente uma actividade devido à impossibilidade de se encontrar uma coisa de que se goste de facto: “*Se eu for à procura de uma coisa que goste nunca encontre*”. Embora esteja inscrita no centro de emprego, os trabalhos que teve até hoje foram encontrados por si ou por amigas. Quando se inscreveu tinha a expectativa de encontrar uma actividade em que trabalhasse com crianças, mas a expectativa não se concretizou. Lamenta que nunca lhe falassem na eventualidade de tirar um curso profissional. Vera mostra-se arrependida por ter abandonado a escola. Não tinha vontade de continuar a estudar e “*...na altura uma pessoa não pensa nas consequências*.” Em casa não teve travão: “*Às vezes não é mal na escola, é mal é nas nossas cabeças. A minha cabeça na altura não pensava... fiz asneira. Não era culpa da escola... Se houvesse uma pessoa na escola que orientasse... se calhar não tinha feito o que fiz, não tinha tomado essa atitude*.” Admite que devia ter completado o 12.º ano. Todavia, desconfia do poder de integração profissional facultado pela escola, e dá o exemplo de uma colega da pizzeria onde trabalhou que é engenheira. Neste momento apenas a entusiasmaria frequentar um curso profissional, mas também aqui há o *problema* das crianças – não tem com quem as deixar.



## 7. PROJECÇÕES SOBRE O FUTURO



## 7. Projecções sobre o futuro

A forma como o indivíduo projecta o futuro entrelaça-se no novelo da sua biografia social. Se a análise das trajectórias sociais permite acompanhar a evolução da localização do indivíduo no espaço da produção e distribuição dos recursos, a compreensão das aspirações sociais ajuda a balizar a possível amplitude dessas mesmas trajectórias. Até onde se almeja ascender? Quais as estratégias accionadas para triunfar? A projecção do futuro é, em grande parte, um exercício pelo qual se procuram definir caminhos desejados mas também possíveis, em que se esboçam metas tendo em linha de conta as condições e os recursos detidos para as atingir. O lugar estrutural do indivíduo e as disposições acumuladas direccionam o olhar que este lança sobre o futuro. E, neste sentido, os seus projectos de vida são estruturados pela trajectória social que percorreu, de acordo com as disposições que interiorizou e as condições de existência presentes e passadas.

### 7.1 PROJECTOS FORMATIVOS E PROFISSIONAIS

Detentores de capitais escolares pouco volumosos, os jovens entrevistados chegaram ao mercado de trabalho com pouco para oferecer. Por isso, encontravam-se numa posição particularmente frágil. Pouco podiam exigir e desejar. Já foi referido que no decurso da sua trajectória profissional alguns deles conseguiram melhorar relativamente as condições laborais. Através da acumulação de competências e disposições em contexto de trabalho e, nalguns casos, de formação profissional ao longo desse percurso, redefiniram a sua situação face às condições de entrada na vida profissional. Todavia, o valor das suas qualificações formais, em geral, não sofreu alterações significativas e a ascensão conseguida por parte destes jovens foi de pouco alcance. Não acederam a “profissões de sonho”. E acalentam objectivos profissionais pouco oníricos.

De facto, os jovens que esboçam projectos profissionais são bastante realistas nos objectivos que se propõem atingir. Não traçam planos ambiciosos, inatingíveis. Embora o grau de deliberação e entusiasmo que vertem na concretização desses objectivos possa variar, forjam desejos realistas, alcançáveis, acessíveis às suas disposições, competências e possibilidades. Trabalhadores com experiências laborais delimitadas, estes jovens tendem a fazer planos profissionais de curto horizonte, os quais consistem, em grande parte, na sedimentação ou no redimensionamento da sua posição no mercado de trabalho.

“Porque, quando eu fui lá, a moça gostou muito de mim, explicou-me tudo, a parte do computador. Eu é que registava tudo e não sei quê. Eu ‘tive’ lá uma tarde, nem chegou a uma tarde, foi umas horas de uma tarde, e ela diz que para naquelas horinhas eu me ‘tava’ a desenrascar super bem, porque eu nunca tinha mexido num computador daqueles. Diz que eu me ‘tava’ a desenrascar muito bem e em termos de lidar com as pessoas, ajudar... Elas queriam uma certa,

determinada peça de roupa e eu ia logo lá, já 'tava'. E então fui ao Campo Real 'pa' me despedir, no outro dia. Ou seja, já não tive coragem. Porque os meus colegas... porque eu 'tava' a ser adorada por todos, 'tavam' a gostar muito de mim e então... Foi um bocado complicado... O chefe de pessoal do campo real disse 'tu vais-nos deixar e vais ter aqui grandes hipóteses, porque agora queres a loja, que é uma coisa que tu gostas de fazer, só que um dia mais tarde, daqui por um ano ou dois, vamos ter o hotel. Vamos ter lojas de roupa como tu gostas, vamos ter...' aquela parte de massagens, que eu adoro fazer massagens, esticar cabelos (...) Não são todas as pessoas que encontram um emprego como eu. Agora pode ser um bocado complicado, mas um dia mais tarde posso 'tar' numa posição melhor."

*Roberta, 9.º ano concluído, empregada de limpeza, 18 anos*

"Eu gostava muito de ter alguma coisa que seja minha. Não trabalhar para os outros. Trabalhar para mim, ser patroa. Porque trabalhar para os outros é um bocadinho complicado (...) Na área da restauração – porque eu comecei aqui – já conheço, fui habituada. Eu acho que se mudasse para outra profissão sentia-me deslocada."

*Renata, 6.º ano concluído, empregada de mesa, 24 anos*

Roberta trabalha num *resort* turístico como empregada de limpeza. Nunca gostou dessa actividade e acabou por procurar outras opções. Encontrou uma alternativa profissional numa loja de roupa. Entre a possibilidade de satisfazer o seu gosto profissional no imediato e apostar num projecto de longo prazo no quadro de uma empresa alegadamente em expansão, a jovem preferiu a segunda hipótese. Exerce uma actividade de que não gosta porque acredita que nesse contexto laboral tem possibilidade de progredir profissionalmente. Abdicou da realização profissional imediata porque o posto de trabalho no *resort* turístico era mais seguro e a prazo funcionalmente atractivo.

Empregada de mesa há nove anos, Renata gosta da sua profissão. A experiência acumulada a trabalhar por conta de outrem permite-lhe agora equacionar a possibilidade de se tornar ela própria proprietária de um restaurante. Após ter interiorizado um conjunto de saberes práticos acerca do desempenho dessa actividade, de se ter habituado a esse ramo profissional, a jovem deseja mobilizar esses ensinamentos para aceder a uma actividade por conta própria. Deseja ser "*patroa*", não quer continuar a "*trabalhar para os outros*", e acredita estar disposicionalmente habilitada para tal devido à preparação prática entretanto adquirida enquanto empregada.

As duas jovens têm em comum o facto de conceberem o seu futuro aparentemente independente de investimentos qualificacionais intermédios impulsionadores da mobilidade profissional que almejam. Muitos dos

entrevistados têm a este respeito uma posição diferente, pois entendem que a concretização dos desígnios que perseguem depende da obtenção de formação escolar ou profissional.

“Eu gosto de estudar... temos que zelar pelos nossos interesses. Se me surgir outra oportunidade eu quero estar o mais bem preparada possível para depois não me arrependeu de não ter feito... ando sempre à procura desses cursos, se forem compatíveis com o meu horário e na área de informática nem hesito... à excepção deste último, que é dado pela empresa, tenho-os tirado em instituições privadas (...) Gostava de mudar de emprego... sempre gostei da ideia de secretariado, de trabalhar em escritório, com informática, por isso é que tenho frequentado os tais cursos.”

*Carolina, 9.º ano concluído, tarefaira fabril, 22 anos*

“Tenciono fazer mais um curso, aliás, estou à espera que me chamem... numa instituição particular... também na área de mecânica. Assim que conseguir alguma coisa nessa área saio daqui, gosto de estar aqui, mas o que quero mesmo é trabalhar em mecânica automóvel... sempre foi isso que quis. Só ainda não fui porque nunca surgiu a oportunidade.”

*Fernando, 9.º ano concluído, fiel de armazém, 28 anos.*

Em ambos os casos, a procura de formação profissional surge como uma estratégia de reconversão das competências laborais. Esperam que novos saberes lhes permitam aceder a um tipo de ocupação diferente daquela que actualmente desempenham e, por essa via, satisfazer as suas aspirações. Carolina quer trocar a sua condição de tarefaira fabril pela de administrativa, e sabe que para poder aspirar a um trabalho que convoque recursos intelectuais e competências técnicas específicos necessita de novas competências que, como empregada fabril, não adquire. Por isso vê a formação profissional como um meio que a poderá ajudar a obter conhecimentos potenciadores do seu reposicionamento no campo profissional. Fernando exerce funções de fiel de armazém. A actividade que deseja vir a desempenhar invoca saberes técnicos estranhos aos das funções actuais. A formação profissional é, portanto, um meio indispensável para sintonizar os seus recursos qualificacionais com as exigências da profissão que deseja abraçar.

A formação como passaporte para a progressão profissional pode passar também pelo regresso à escola. Tal como a formação profissional, também ela é estrategicamente vista pelos jovens como uma catapulta propiciadora do seu reposicionamento no mundo do trabalho. Contudo, ao contrário do que acontece relativamente à primeira, estes jovens que dizem querer voltar à escola procuram apenas munir-se de uma certificação formal, ultimando o nível que deixaram incompleto ou pouco mais. Não esperam vir a enriquecer muito as suas competências profissionais. Os graus escolares são, nesta perspectiva, vistos essencialmente como imperativos formais. Os jovens regressam à escola em busca de uma habilitação formal que credi-

tam ser irrelevante no plano do desenvolvimento das suas habilidades profissionais, para o que entendem encontrar melhor resposta em formação profissional específica, como por exemplo a aprendizagem de uma língua estrangeira. Noutros testemunhos é patente o interesse por cursos que, atribuindo um grau formal de habilitações, proporcionam ao mesmo tempo a aprendizagem de competências directamente mobilizáveis no mercado de trabalho.

“V: Olha, acho que neste momento, um trabalho...gosto de trabalho administrativo... de recepção, recepção de hotel. Se conseguisse arranjar trabalho como recepcionista... acho que por aí.

E: E já desenvolveste esforços nesse sentido?

V: Primeiro quero acabar o 12.º. Este ano tem mesmo de ser e depois talvez vá aprender mais uma língua... acho que é fundamental.”

*Vânia, 10.º ano concluído, administrativa num parque de campismo, 28 anos*

“E: Que projectos profissionais tens para o futuro? Estavas-me a dizer que este ano ias estudar...

C: Sim, primeiro vou acabar o 11.º, vou fazer as provas globais. Depois vou ver se arranjo algum curso que equivalha ao 12.º completo. E um curso, em princípio, na área do secretariado. (...)

Vou tentar arranjar um curso que equivalha a isso – ao 12.º –, mas em que eu possa aprender qualquer coisa, que é aquele de secretariado. Parece ser muito interessante. Aí vou aprender uma coisa nova, as técnicas de secretariado, e fico com o 12.º.

*Cátia, 12.º ano incompleto, caixa num posto de abastecimento de gasolina, 25 anos*

Antes de tentar garantir um trabalho como recepcionista num hotel, Vânia quer enriquecer o seu currículo. Ela quer “*ter*” o 12.º ano e “*aprender uma língua*”. Ou seja, quer ser titular de um certificado formalmente habilitador e de uma habilitação operativa para a prática profissional.

O exemplo de Cátia é também bastante ilustrativo. Ela ambiciona concluir o 12.º ano, pois sente que esse capital formal é em termos gerais importante para o seu reposicionamento no mercado de trabalho. Contudo, quer alcançá-lo por meio de um curso profissional adequado à actividade profissional que espera vir a desempenhar. Frequentando um curso de secretariado com equivalência ao 12.º ano, Cátia poderá apresentar outros trunfos no mercado de trabalho com a valia formal e simbólica desse recurso escolar, mas também “*aprender qualquer coisa*”. O curso de secretariado é considerado pela jovem como sendo “*interessante*”, pois nele espera vir a aprender “*técnicas de secretariado*”, conhecimentos práticos sintonizados com a prática profissional. Se concluísse o ensino secundário pela via regular, seguindo o seu pensamento, não aprenderia nada – ou melhor, os saberes que interiorizaria estariam desfocados relativamente às exigências do mercado de trabalho e da prática laboral.

Cátia e Vânia abandonaram a escola durante a frequência do ensino secundário. Ao nível dos investimentos escolares, esperam vir a concluir esse grau de ensino, mas rejeitam a possibilidade de entrar para a universidade. Tendo elas uma visão estratégica da frequência escolar, não lhes parece fazer sentido apostarem na formação académica, na medida em que os seus objectivos profissionais não invocam recursos escolares tão volumosos.

Alguns dos entrevistados que acalentam aspirações profissionais devedoras desse tipo de percurso formativo – nomeadamente os que abandonaram a escola durante o ensino secundário e que têm empregos dominantes no contexto desta amostra qualitativa – abrem a porta a um eventual ingresso na universidade.

F: A curto (prazo), manter-me como estou. A médio prazo, não sei e a longo, passará pela área de economia.

E: Percebo que vais tentar, através de um curso universitário, subir dentro da tua função, é isso?

F: É. E mudar um pouco. Eu gosto muito das vendas mas sinto-me um pouco...às vezes frustrado...se calhar não é a palavra mais correcta. Chegamos ao dia trinta e um e nós temos um quadro onde temos as nossas vendas todos os meses...chegamos ao dia trinta e trinta e um e é ‘apaga e faz de novo’.”

*Francisco, 11.º ano incompleto, vendedor de automóveis, 26 anos*

A: Podia ter tirado gestão. Não era o curso que eu queria tirar mas até podia tirar, visto gostar de Matemática e coisas financeiras, bancos e isso. Mas ainda posso vir a tempo, não sei.

E: Mas isso é uma coisa que podes vir a concretizar ou é uma daquelas coisas que se diz sem certezas?

A: É capaz de ser isso. Tenho sempre o olho na música (*risos*)... apesar de... não sei, nunca se sabe.”

*André, 12.º ano incompleto, vendedor, 26 anos*

Os dois jovens citados conseguiram atingir uma posição no mercado de trabalho relativamente confortável do ponto de vista financeiro. Tendo em linha de conta os recursos escolares que possuem, as suas trajectórias no mercado de trabalho foram bem sucedidas, pois lograram maximizar as possibilidades de progressão nesse campo. Tal tipo de percurso implica, porém, que a margem de evolução profissional se tenda a esbater. E por isso Francisco e André sentem necessidade de reforçar os respectivos trunfos escolares para assim poderem novamente alargar as suas possibilidades de progressão em termos de carreira.

Através da frequência de um curso de economia, Francisco espera poder transitar para uma actividade profissional mais estável, menos dependente do cíclico esforço mensal que experimenta enquanto vendedor de automóveis. O jovem quer manter-se ligado aos negócios, ao mundo das compras e das vendas, mas como quadro diplomado.

André formula a hipótese de vir a investir na formação académica de forma menos intensa do que Francisco. Todavia, não a descarta. Gostaria de trabalhar num banco e o curso de Gestão seria um capital importante para triunfar nesse meio. A principal razão que leva o jovem a hesitar na prossecução desse projecto é a paixão que nutre pela música. Embora admita que em Portugal são raras as bandas que se sustentam do ponto de vista económico de forma durável, investe pulsativamente no futuro da sua. André sente-se dividido: por um lado, gosta da actividade bancária e sabe que o curso de gestão o colocaria numa posição privilegiada para triunfar nesse nicho de mercado – até porque a sua mãe trabalha no mesmo ramo e poderia abrir-lhe algumas portas nesse percurso; por outro, alimenta o sonho de ser músico profissional. Enquanto decide qual o caminho profissional que irá prosseguir, o jovem deixa a porta da universidade entreaberta.

Nem sempre os projectos formativos estão associados a aspirações profissionais concretas. Alguns jovens dizem querer retomar os estudos, mas desejam-no porque acreditam que se avolumarem os seus recursos escolares poderão estar em melhor posição para aproveitar ou procurar oportunidades no mercado de trabalho.

“Qualquer coisa hoje em dia pede o 9.º ano, tudo pede. Então convém mesmo uma pessoa fazer um esforçozinho.”

*Carla, 7.º ano concluído, auxiliar de serviços gerais na Santa Casa da Misericórdia, 22 anos*

“Pronto, ‘tou’ a trabalhar, ‘né’? Mas de um momento para o outro posso ficar sem emprego, e depois para arranjar outro é difícil. Assim tenho de estudar. Tenho mais possibilidades com o 9.º... com o 9.º já é um bocadinho complicado... pelo menos tentar o 12.º...”

*João, 8.º ano concluído, auxiliar de carpinteiro, 19 anos*

João e Carla não concluíram a escolaridade obrigatória. Detêm parcos capitais escolares. Por isso mesmo encontram-se numa posição precária no mercado de trabalho. As suas possibilidades de melhoria nas condições habilitacionais actuais são diminutas. A jovem refere que “qualquer coisa hoje em dia pede o 9.º ano”, isto é, as oportunidades de trabalho disponíveis no mercado invocam um tipo de habilitação que à partida a exclui. Por não deter esse grau escolar muitas portas não se chegam a abrir para ela no mundo do trabalho. Deste modo, para obter a chave que as franqueie, está disposta a fazer “um esforçozinho” – veja-se como a frequência escolar é entendida como uma prática sacrificial, obrigacional.

João equaciona voltar a estudar porque acredita que se ficar desempregado terá poucas oportunidades de emprego. Se concluir o 9.º ano e, sobretudo, o 12.º, entende que o seu campo de possibilidades se irá redimensionar. Ou seja, o investimento escolar surge como uma estratégia que visa reverter a fragilidade da sua situação no mercado de trabalho e alargar as opções laborais disponíveis.

A retoma dos estudos é, para eles, um projecto que visa reabilitar as suas condições perante o mercado de trabalho, embora não tenham qualquer tipo de planos ou desejos profissionais. Querem melhorar a sua posição e as oportunidades disponíveis, mas essa vontade é autónoma face a projectos ou ambições profissionais específicos, pois o investimento escolar que esperam efectuar não é direccionado para o acesso a uma profissão desejada.

Embora minoritários no quadro deste estudo, alguns jovens dizem não ter nem projectos profissionais nem formativos. Enjeitam a hipótese de procurar formação e escusam-se a esboçar planos quanto a melhor ocupação futura.

E: Que expectativas e necessidades de formação para o futuro?

B: Para quê?! Já há aí tanta gente formada sem emprego... defendo que devemos aplicar-nos, e quanto mais aprendermos melhor... mas podemos aprender por nós. Quer melhor escola que um trabalho?!

E: Quais são os seus projectos profissionais de futuro a curto, médio e longo prazo?

B: Não tenho. Não sou de fazer muitos planos... vivo e deixo viver! Tenciono continuar aqui, já estou efectivo, a empresa vai bem, por isso... formação só se me exigirem, até hoje nunca precisei..."

*Bernardo, 12.º ano incompleto, auxiliar de armazém, 26 anos*

Bernardo avalia negativamente o valor dos saberes escolares e entende que para o bom desempenho da sua actividade não necessita de formação profissional. Tal como outros jovens entrevistados, acredita que o seu futuro profissional passa pela continuação na empresa onde trabalha, mas ao contrário da maior parte destes não deseja progredir na sua profissão. Também por isso está pouco receptivo a programas de formação promovidos pela entidade patronal.

A grande maioria destes jovens alimenta, contudo, desejos de mobilidade no mercado de trabalho. A formação escolar e profissional surgem como uma plataforma intermédia potenciadora dessa aspiração. Exceptuando casos isolados, o regresso à escola assume um cariz instrumental, estratégico. É um investimento mediato, uma ponte que é necessário atravessar. Já foi referido que, em termos gerais, os jovens não se sentem atraídos pelos conteúdos escolares e consideram-nos desadequados à prática laboral. Numa fase da sua

trajectória em que tentam autonomizar-se face aos pais ou consolidar a autonomia adquirida, percebe-se que alguns busquem na frequência escolar a obtenção de títulos formalmente valorizados pelo mercado. A interiorização do conhecimento facultado pela escola é, raras vezes, considerada pelos jovens como um fim em si mesmo. Não mostram curiosidade em descobrir o que a escola tem para oferecer em momentos posteriores da formação, mas apenas alcançar certificados formais; não querem caminhar pelos trilhos curriculares da escola e ascender progressivamente nesse espaço de conhecimento, mas tão só usar o título escolar imediato ao já detido, ou pouco mais, como ascensor no mercado de trabalho.

De qualquer forma, é notório que os objectivos escolares dos jovens variam de acordo com a sua escolaridade. Quanto menos volumoso é o capital escolar, mais modesto é o grau escolar que os jovens aspiram atingir e vice-versa. A conclusão do 9.º ano é um objectivo a que se propõem muitos dos que não terminaram a escolaridade obrigatória; a conclusão do 12.º é uma meta maioritariamente perseguida pelos que chegaram a frequentar o ensino secundário, e é nesta categoria que se encontram os jovens que equacionam a possibilidade de frequentar a universidade.

Se a latitude das metas escolares varia consoante a escolaridade dos jovens, a procura de formação profissional no futuro parece ser um projecto esboçado por estes, independentemente desse atributo. Ou seja, o grau formal almejado pelos jovens varia de acordo com a amplitude das suas trajectórias escolares, mas a busca de formação profissional, prática e operativa, é projectada e fortemente desejada independentemente dessa variável. Num conjunto de entrevistados em que poucos projectam vir a frequentar a universidade, em que a maioria repudia os saberes escolares e faz uma avaliação negativa da sua adequação à prática laboral, o investimento na formação profissional assume-se como uma estratégia que muitos entrevistados dizem poder vir a accionar para se reposicionar no mercado de trabalho.

Tanto a busca dos títulos escolares formais como a procura de formação profissionalmente habilitadora (com ou sem equivalência escolar) constituem projectos de natureza eminentemente instrumental. A formação profissional é, porém, entendida como mais operativa para a inserção no mercado de trabalho e está, muitas vezes, associada a preferências profissionais pessoais.

Os projectos profissionais formulados pelos jovens são enformados pelo seu gosto, assumem-se como desejos pessoais. Todavia, mesmo a este nível, a projecção do futuro não é alimentada por desejos utópicos. Por outro lado, em termos gerais, as aspirações profissionais são em grande parte influenciadas pelo género, mas este conforma-se com as possibilidades objectivas de ascensão no contexto laboral. E embora as especificidades de género sejam estruturantes na definição de projectos profissionais de rapazes e raparigas, a amplitude da escala da mobilidade caracteriza-se por, em ambos os casos, ser pouco ampla e estruturalmente realista.

## André

André tem 26 anos, o 11.º ano concluído e trabalha numa casa de penhores. Para concluir o ensino secundário falta-lhe apenas passar no exame nacional de Biologia. Os seus pais têm o 12.º ano (a mãe é bancária, o pai é reformado – foi também bancário).

No 5.º, 6.º e 7.º ano, André tinha notas bastante boas. Cinco valores a Matemática, Trabalhos Manuais, Educação Física, Música, por vezes também a História. As disciplinas a que tinha piores resultados eram o Português e o Inglês, nas quais obtinha a classificação de 3. Até ao 9.º ano, André estudou sempre muito pouco. Ganhou esse hábito nos anos a seguir à escola primária. Como veio muito bem preparado desse nível de ensino, praticamente não precisava de estudar. Nunca aprendeu a fazê-lo, e com o passar dos anos a facilidade na aprendizagem foi-se diluindo na crescente dificuldade das matérias. Mesmo assim acabou o 9.º ano com nota quatro a várias disciplinas (Matemática, Biologia e Educação Visual) e com um cinco (Educação Física). As piores disciplinas eram Física, Química e línguas – Português foi a única disciplina a que teve negativa num período, até transitar para o ensino secundário.

Decidiu seguir para o agrupamento 1, por ser mais “*abrangente, mais geral*”. Um problema de saúde afastou-o, no entanto, algum tempo das aulas no 10.º ano. Para além disso, tinha muitas actividades extra-escolares, como o basquetebol, a música (já tinha uma banda), a associação de estudantes, o teatro da escola. A Matemática começava a dificultar. Reprovou nesse ano (negativas a Matemática, Português... não se recorda das restantes). O desinteresse pela escola e o apelo das outras actividades levaram-no a faltar bastante. No ano seguinte passou, sem negativas, com uma média de 13/14 valores. O 11.º também foi feito sem negativas. No 12.º reprova a Matemática e a Biologia. A Matemática foi feita no ano lectivo seguinte com boa nota (16 ou 17, com explicações), mas Biologia ficou por fazer até hoje.

Embora acredite que acabar o ensino secundário poderá abrir-lhe algumas portas no mercado de trabalho (ir trabalhar para um banco, por exemplo), a verdade é que o estímulo para se manter na órbita do universo escolar é pouco. Isto porque desde cedo se apercebeu que o curso universitário que gostaria de tirar lhe estaria vedado devido a constrangimentos económicos. O pai não o ajudaria e a mãe sozinha não conseguiria sustentá-lo no Porto, onde há o curso que deseja, de Produção e Tecnologia de Música. Esta é a razão fundamental para explicar o desinteresse sentido pelo André face à escola, durante a frequência do ensino secundário. Percebeu que a caminhada era inútil, e por isso aligeirou o passo.

A impossibilidade de aceder através do percurso escolar ao chamamento de um curso desejado retirou sentido à frequência desta instituição e a entrada no mercado de trabalho, no 12.º ano, permitiu que o André começasse a ter dinheiro para as suas coisas. Vendo que a formação académica desejada estava vedada, imergiu no mundo do trabalho.

Aos 16 anos trabalhava a entregar pizzas, em regime de *part-time*, €150/€200 por mês, a recibos verdes. Dois anos mais tarde conciliava esta actividade com o trabalho numa empresa, onde entregava e lavava carros. Ganhava entre €3 e €4 à hora, a recibos verdes. Entre os 19 e os 20 anos trabalhou no aeroporto de Faro a fazer transferes, depois passou para o apoio às aeronaves. Ganhava então 170 contos (€850), em regime de *full-time*, com contratos de sete meses. O problema era que durante o Inverno ia para casa, ou trabalhava apenas em *part-time*, a ganhar cerca de €400 por mês. Entretanto ficou efectivo, mas em *part-time*, podendo o número de horas de trabalho ser aumentado consoante as necessidades da empresa. Embora gostasse da sua actividade, esta não garantia a desejada estabilidade económica; impedia-o de comprar uma casa, um carro. É neste período que forma uma banda de *covers*, e chega a ganhar cerca de €1000 por semana a tocar em bares (durante dois ou três anos).

Aos 24 anos, informado pela mãe, foi tentar a sua *sorte* na empresa em que trabalha actualmente. Recebeu uma formação de duas semanas dada pela empresa. Ganha €750, com um contrato sem termo (no início era a termo), trabalhando das 8h30 às 16h30. Tem agora a estabilidade que lhe faltava no aeroporto. Já comprou casa, embora a tenha arrendada, já que não a pode pagar sozinho. Por isso continua a viver com a mãe. Comprou carro também. Diz que pode vir a subir na empresa e por isso diz que gostaria de receber mais formação. Inscreveu-se no IEFP quando ficou sem trabalho no aeroporto durante o Inverno. Não lhe agradou o trabalho proposto pelo centro de emprego e ficou a receber o subsídio de desemprego. Confrontado com a impossibilidade de tirar o curso desejado, e incentivado pela mãe, André equaciona frequentar Gestão na Universidade do Algarve. Agrada-lhe a possibilidade de ir trabalhar para um Banco. Ao mesmo tempo que lança as coordenadas de uma trajectória académica e profissional direccionada para a actividade bancária, diz que está sempre “*com um olho na música*” – embora, por outro lado, considere que muito dificilmente poderá viver dessa actividade. Para já espera acabar o 12.º ano rapidamente e afinar o som de uma banda de originais que formou recentemente. No fundo, o André joga o seu futuro em dois tabuleiros: num, procura garantir as bases materiais do futuro; no outro busca a concretização de um difícil sonho. E é no tabuleiro onde os sonhos se jogam que expressa um desejo: que se crie na Universidade do Algarve um curso semelhante ao que existe no Porto, sobre tecnologia da música.

## Fernando

Fernando tem 28 anos, é fiel de armazém numa empresa nacional na área do comércio de equipamentos (instalações electromecânica, material para condução de fluidos, entre outros equipamentos e máquinas), com aplicação em vários ramos de actividade (indústria, construção, saúde, turismo, agricultura, pecuária, pesca, silvicultura).

É natural do Porto, onde mora com os pais. Tendo um namoro de sete anos, já equacionou deixar a residência dos pais para se iniciar numa vida em união de facto. A namorada, promotora comercial, não completou o ensino secundário devido a dificuldades financeiras dos pais. Por instabilidade financeira, Fernando prevê que a residência em casa dos pais se prolongue e que os planos de uma vida a dois sejam adiados.

Frequentou o ensino formal em duas escolas no Porto; no 1.º e 2.º ciclo do ensino básico. Da sua trajectória escolar guarda boas lembranças, quer dos colegas, quer dos professores, com quem diz ter tido uma relação amigável. Como aluno, descreve-se como sendo desinteressado, atitude que desde cedo começou a afectar o seu aproveitamento escolar. Apesar de sempre ter sentido pouca *inclinação* para os estudos, só teve a sua primeira, e única, experiência de mau aproveitamento no 6.º ano. A sua facilidade em assimilar os conteúdos apenas com a frequência das aulas, diz ter-lhe sido suficiente para adquirir os conhecimentos básicos para passar de ano. A sua falta de aspiração em continuar os estudos, e a vontade de começar trabalhar para “*ter as suas coisas*”, levaram-no, aos 16 anos, a entrar no mercado de trabalho. Dadas as dificuldades financeiras dos pais, sentiu sempre constrangimento em pedir-lhes essas suas *coisas*. Tinha, na altura, completado o 9.º ano.

No seu currículo conta com três experiências profissionais – duas das quais conseguidas por intermédio de conhecidos – e alguns cursos de carácter profissional. Começou a trabalhar numa fábrica de calçado, por intervenção de um conhecido do pai que lhe facilitou a colocação. Foi um trabalho com duração de apenas dois meses, indicados no contrato a termo que assinou. No final dessa experiência, e sem novas perspectivas de trabalho traçadas, decide fazer uma pesquisa de ofertas de emprego nos jornais. Na segunda tentativa encontrou nova colocação, desta vez sob o regime de trabalho temporário, num jornal, como vigilante. Manteve-se nesse emprego durante um ano e meio, tendo saído por iniciativa própria, enumerando o cansaço acumulado devido ao horário que cumpria (24:00h -8:00h).

Depois disso inscreveu-se no IEFP num curso profissional para técnico de gás, curso que não veio a ser realizado pela falta de formandos. O seu fascínio pela mecânica automóvel, que começou a conjecturar como possível saída profissional, levou-o a fazer uma pausa no trajecto profissional para investir na formação. Acabou por fazer um curso em electricidade automóvel, numa instituição privada.

Novamente através da ajuda de um conhecido, consegue a sua terceira (e actual) colocação profissional – fiel de armazém. As condições de trabalho de que dispõe (contrato a termo incerto, possibilidade de progressão na carreira) e a relação que construiu com os colegas de trabalho desde que ali entrou (sete anos) contribuem para o seu desejo de se manter na empresa. Continua a tentar investir na formação na área da mecânica automóvel. As suas recomendações vão no sentido da criação de mais apoios aos jovens, como no seu caso, que privilegiem a formação profissional.

## Francisco

Casado, Francisco vive no Barreiro, com a mulher, a mãe e a irmã, na casa da mãe. Apesar de já ter casa própria, optou por viver temporariamente em casa da mãe, para poder arrendar a sua casa e obter algum rendimento extra. Está também a construir uma outra casa, onde pretende vir a residir.

O pai, já falecido, era empresário e a mãe era engenheira química. Esta, depois da morte do marido, passou a gerir os negócios familiares. A mulher de Francisco é administrativa na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Está no seu segundo contrato de 6 meses e ganha €750 mensais.

Francisco tem 26 anos, o 11.º ano incompleto e é vendedor de automóveis. Está há cinco meses a cumprir um contrato de seis. Já lhe foi comunicado que o contrato será renovado por mais um ano. Tem isenção de horário, mas trabalha o maior número de horas possível, uma vez que isso significa maiores probabilidades de vender e de ganhar as elevadas comissões. Recebe €660 de salário base mensal, a que são acrescidos entre €1800 e €2300 de comissões. Conseguiu este emprego através de um amigo.

Passou parte da sua infância em Lisboa e quando o seu pai morreu, quando tinha 6 anos de idade, Francisco foi viver para o Barreiro, para uma casa que a família já possuía. Já tinha concluído o 1.º ano numa escola básica em Lisboa, mas a mudança de residência envolveu também uma mudança de escola. Confessa que esta transição foi particularmente difícil, sobretudo pela morte do pai. Ainda assim, o 1.º ciclo do ensino básico foi concluído com sucesso.

O insucesso escolar acabaria por vir mais tarde, no 8.º ano. Francisco atribui esta reprovação à morte do seu avô, tendo sido um factor de desânimo e alheamento face à escola. Faltava às aulas frequentemente para jogar *basket* e acabou por reprovar por faltas. No 9.º ano voltou a estar em risco de reprovar, mas como a mãe o proibiria de ir à viagem de finalistas se isso acontecesse, fez um esforço extra e passou.

No 10.º ano reprovou novamente. Não obteve aprovação a Matemática, Físico-Química e Português. No ano seguinte conseguiu transitar para o 11.º ano, embora com a disciplina de Físico-Química por concluir. No 11.º ano, reprovou novamente e acabou por sair do sistema de ensino.

Hoje, quando olha para esta decisão, considera a sua atitude uma “*estupidez*”. No entanto, na altura pareceu-lhe a decisão mais acertada. Não teve grande oposição por parte da família, uma vez que tinha liberdade para tomar as suas próprias decisões.

Quando saiu da escola, inscreveu-se num curso de vendas, pago pela mãe. Com a duração de nove meses, tinha direito a subsídio de transporte. Através do estágio profissional – parte integrante do curso – conseguiu um contrato de trabalho de seis meses numa empresa do ramo alimentar. Estava realizado o seu desejo de inserção profissional, numa prestigiante empresa que considera ser “...*a universidade dos vendedores*”. Ganhava €800 por mês e tinha isenção de horário, apesar de trabalhar quase sempre das 7h30 às 00h. Não gostava da área de negócio e da carga horária e, apesar de gostar dos colegas, acabou por sair antes do final do contrato, passados sete meses.

Passado um mês, após um encontro casual com um desconhecido, fica a saber que uma empresa de segurança estava contratar pessoal. Vai à entrevista e começa a trabalhar como consultor de segurança (vendedor de alarmes), naquele que considera ter sido o seu melhor emprego. Ganhava €1000, estava efectivo (depois de ter estado quatro meses à experiência) e tinha isenção de horário. Cumpria os objectivos mensais antes do tempo, passando o resto do mês na praia. Tinha boas possibilidades de progressão, mas começou a ter problemas com o chefe de vendas. Despediu-se passados sete meses, já com a garantia de que iria fazer formação numa empresa do ramo automóvel – oportunidade que teve por intermédio de um amigo.

Depois do período de formação, começou a trabalhar como vendedor. Tinha igualmente isenção de horário e auferia entre €1000 e €1200 por mês. Assinou dois contratos de oito meses e tinha boas possibilidades de progressão, mas a mudança do director-geral impediu a terceira renovação de contrato e Francisco acabou por passar a trabalhar numa outra empresa do grupo, onde se encontra actualmente.

Não se arrepende das suas opções, mas se voltasse atrás, teria continuado a estudar. Na empresa onde está, só uma licenciatura o fará progredir. Por essa razão vai fazer o exame *Ad-hoc* para entrar em Economia e não em Desporto, a sua área favorita.

Não pensa ter filhos em breve, e embora não sinta necessidade de fazer uma formação, reconhece que é útil a formação profissional que recebe regularmente. Foi com as suas experiências profissionais e formativas que aprendeu quase tudo, mas reconhece que a escola lhe proporcionou uma socialização, que considera indispensável, para a formação das pessoas.

## João

João tem 19 anos e vive em Nisa. Vive com a mãe e com a irmã de 12 anos. O pai, que já faleceu, era pedreiro e a mãe é ajudante de um lar na Santa Casa da Misericórdia.

Durante o ensino primário, o percurso escolar do João foi razoável em termos de aproveitamento. Quando passou para o 5.º ano, começou a ter aproveitamento negativo a várias disciplinas, embora tivesse sempre conseguido passar de ano até ao 9.º. As disciplinas a que tinha maiores dificuldades eram Matemática e línguas estrangeiras. Por outro lado, era bom aluno e gostava de Geografia, Educação Visual e Educação Física.

Quando chegou ao 9.º ano reprovou três vezes, o que foi determinante no momento de decidir sair do sistema de ensino.

Actualmente é ajudante de carpintaria. Conseguiu este emprego através de uma prima da mãe, que é também mulher do seu patrão. Trabalha das 8h30 às 13h e das 14h às 17h30. Aufero o salário mínimo nacional e gosta do trabalho que tem. Valoriza as boas condições de trabalho e o bom relacionamento com o patrão. No que diz respeito a aspectos salariais, afirma que, mais importante do que a quantia que se recebe, é a garantia de que se é pago todos os meses.

Antes de ter este emprego, João tinha já ajudado o tio com trabalho no campo, tratando e alimentando as vacas. Esta era uma tarefa paga. João confessa que quando saiu da escola não esperava fazê-lo para sempre. Prevê ainda continuar os estudos; concluir o 9.º ano ou até tirar o 12.º ano.

No seu quotidiano, diz não sentir falta dos estudos, mas reconhece que estes são fundamentais para que possa vir a ter um bom emprego. Por enquanto, alia o desporto ao trabalho. Faz BTT, treina todos os dias e participa em provas de nível distrital. Sublinha a falta de apoios e patrocínios para o desenvolvimento desta actividade e ainda não sabe se poderá fazer do desporto uma forma de vida.

Quando analisa a sua passagem pelo sistema de ensino, evidencia o tratamento diferenciado dos professores em relação aos alunos repetentes. Este foi, segundo ele, um factor determinante no seu insucesso e abandono escolar. Como tal, sugere uma mudança de atitude por parte dos professores e destaca a necessidade de serem criados mecanismos de apoio às famílias carenciadas, para que as crianças e jovens destas famílias não tenham de abandonar os estudos por falta de condições materiais.

## Roberta

Roberta tem 18 anos e vive com a mãe. A mãe, com a 4.<sup>a</sup> classe, trabalha como embaladora de fruta. O pai de Roberta morreu quando esta tinha um ano e meio de idade. Dele, não sabe qual a escolaridade, nem profissão.

No seu trajecto escolar, fazem parte duas escolas: a primária e a básica do 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ciclos. Considera ter sido uma aluna mediana, cujo aproveitamento, como diz, “*não era nem bom, nem mau*”. Reprovou uma vez, no 4.<sup>o</sup> ano. Esta reprovação assumiu, no entanto, contornos específicos, uma vez que não se deveu a maus resultados escolares, mas sim a uma questão de ordem prática. A escola do 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ciclos ficava relativamente distante da primária, e como Roberta tinha sido sempre acompanhada por dois colegas um ano mais novos, a mãe e a professora preferiram que se esperasse um ano lectivo, para que depois, os três, pudessem ir juntos para a nova escola.

No 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ciclos obteve sempre aprovação. Gostava das disciplinas de Educação Física, Educação Visual e de Português. Por outro lado, não gostava de Inglês e de Matemática.

Abandonou a escola aos 16 anos e começou a trabalhar na empresa onde a mãe, a avó e a tia já o faziam como embaladoras de fruta. Esteve cerca de nove meses a embalar fruta, tendo saído quando o período de apanha de fruta terminou. Trabalhava das 8h às 17h30 e recebia €400 mensais.

Vendo-se sem trabalho, começou por se inscrever directamente em lojas de roupa, área de trabalho do seu agrado. Trabalhou uma semana numa loja de roupa, como vendedora. Recebeu €100 por uma função que desempenhou diariamente, das 10h às 19h. A curta permanência neste emprego deveu-se a uma discussão com a patroa. Segundo diz, foi humilhada e maltratada em frente a clientes, por uma falha que não foi sua (envolveu a arrumação dos produtos da loja).

Mais tarde – e depois de ter tomado conhecimento, por intermédio de conhecidos, de que uma empresa estava a recrutar funcionários e de se ter candidatado – foi chamada para trabalhar na empresa em que se encontra hoje. É empregada de limpeza num *resort* turístico e está no seu segundo contrato de seis meses. No momento da entrevista, Roberta estava temporariamente a desempenhar uma função diferente daquela para que fora contratada. Trabalhava como empregada de mesa no restaurante do *resort*. Havendo falta de uma empregada para o restaurante, Roberta acabou por ser temporariamente recrutada para essa função. Trabalha das 8h às 16h30 e recebe €428, acrescidos de gorjetas que atingem geralmente os €30.

Nos primeiros meses de trabalho no *resort*, foi chamada para trabalhar numa loja de roupa. Num dos seus dias de folga, não hesitou e esteve um dia à experiência. Gostou do trabalho na loja e voltou decidida a despedir-se do seu trabalho como empregada de limpezas. Porém, não o fez. Ficou no *resort* na esperança de poder um dia ascender a uma posição melhor. A empresa está em expansão e conta incorporar, no futuro, vários serviços para os quais Roberta poderá ser transferida e, conseqüentemente, progredir profissionalmente.

Para ascender profissionalmente, diz sentir falta de conhecimentos em Inglês. Neste sentido, em breve, deverá apostar na formação nesta língua.

Quando deixou de estudar, fê-lo para ajudar a mãe nas despesas domésticas e para poder ter acesso a alguns bens de que não dispunha. “*Para a comida ou para pagar a luz e tudo isso (...) E depois também para comprar umas roupinhas novas e, pronto, as minhas coisinhas que gostava de ter e que quando andava na escola não tinha tanta possibilidade de ter.*” Face a esta decisão da filha, a mãe não apresentou muitos obstáculos. Alertou-a para a fragilidade de uma escolaridade tão baixa no mercado de trabalho, sem nunca deixar, porém, de evidenciar as despesas inerentes à continuidade dos seus estudos. “*Porque ela disse: ‘já sabes que o 9.<sup>o</sup> ano não é praticamente nada...pronto, mas se achas que é isso mesmo que queres, eu também não quero que tu andes na escola a passear os livros e a gastar dinheiro para os almoços, para os lanches, para os livros, para o material escolar...’*”.

Roberta gosta do trabalho que tem e espera, de futuro, poder ascender dentro da empresa.

## 7.2 FAMÍLIA, ESTABILIDADE E RISCO

A situação conjugal dos entrevistados é determinante para a forma como projectam o seu futuro profissional e formativo. Os jovens casados, nomeadamente os que têm filhos, adoptam uma atitude bastante conservadora e defensiva relativamente a hipotéticas mudanças profissionais.

“Quando penso no trabalho penso primeiro na família. Por mais vantajoso que pareça, se não me derem segurança eu não mudo.”

*Jacinto, 11.º ano incompleto, vendedor numa loja de decoração, 26 anos*

E: Então tiraste o curso de contabilidade e puseste-o na gaveta?

C: ‘Tá’ na gaveta. Algum dia... ‘tá’ complicado, eu tenho uma filha para criar, uma casa para pagar... pôr-me em aventuras...

E: Aquele emprego ali no posto de abastecimento é mais...

C: ... É fixo, é certo e ali ao final do mês tenho o meu (*salário*) batido. E eu sei que se trabalhar num escritório também não vou começar a ganhar assim tão bem como isso. Eu não posso meter-me em aventuras. Tenho medo de dar-me mal. (...) E arriscar e depois perder? (...) Portugal é um país que não se pode dizer que tenha uma taxa de escolaridade muito elevada, não é? E muitas vezes as pessoas tiram esses cursos, como eu tirei, e não os utilizam. Porquê? Nós estamos a arriscar-nos a sair do nosso emprego, estamos seguros... é pouco, pode ser pouco, é chato, tenho de aturar pessoas mal dispostas, mas no fim do mês está lá. É pouco, mas é meu. Tenho os descontos todos feitos, direitinho. E vou para um sítio que eu não sei... sei que gosto de ir, sei que é aquilo que eu quero fazer, mas não sei se a pessoa que está por detrás disso vai dar o apoio... contratam as pessoas seis meses. Fazem seis meses, mais seis meses e quando vai para acabar mandam embora que é para não ficar efectivo. É muito chato.”

*Cátia, 12.º ano incompleto, caixa num posto de abastecimento de gasolina, 25 anos*

Para Jacinto, a segurança laboral é uma dimensão preponderante na definição do seu futuro profissional. Se esta condição não for preenchida, o jovem não admite abandonar a profissão actual, pois considera-a fundamental na preservação da estabilidade da sua vida familiar.

Cátia, casada e mãe de uma filha, valoriza também a segurança laboral. Embora detenha recursos formativos que no plano formal e substantivo a habilitam a desempenhar actividades profissionais socialmente mais reconhecidas e tecnicamente mais complexas do que aquela que exerce no posto de abastecimento, a jovem tem medo de arriscar, teme ser mal sucedida numa eventual “*aventura*” profissional e, assim, deteriorar as

condições materiais de existência da sua família. No emprego actual Cátia tem um contrato permanente e uma relação próxima com o seu superior hierárquico, factores que fundamentam os seus sentimentos de segurança laboral. É interessante verificar que os motivos a partir dos quais a jovem encontra no posto de abastecimento um porto de abrigo no agitado mercado laboral têm uma natureza compósita, pois ao mesmo tempo valoriza o contrato de trabalho como garantia formal no quadro das relações laborais, mas também a ligação e relação de confiança com o superior hierárquico. Numa época em que as relações sociais se tendem a descontextualizar e o risco emerge como uma categoria de possibilidades imanente à forma como as sociedades se organizam e funcionam, Cátia fundamenta os seus sentimentos de segurança profissional num “sistema pericial” – neste caso, os mecanismos legais de contratualização do trabalho – e numa modalidade de “recontextualização” das relações sociais – o vínculo pessoal –, num campo cujas dinâmicas de interacção se baseiam predominantemente em ligações formais, contratuais (Giddens, 1990).

Todavia, a jovem receia procurar uma actividade condizente com os seus recursos habilitacionais porque pensa que muito provavelmente teria de se expor a situações de precariedade contratual. Embora gostasse de mudar de emprego e utilizar os ensinamentos adquiridos no curso de contabilidade, acredita que tal mudança implicaria o contacto com uma maior incerteza e insegurança.

A necessidade de garantir um rendimento fixo e estável faz com que Cátia se conforme com um emprego seguro, mas funcionalmente pouco atractivo. Num mercado em que as lógicas de contratação, segundo defende, tendem a perpetuar a precariedade e a institucionalizar a insegurança no mundo do trabalho, o desejo de abraçar uma outra actividade profissional esbarra nas responsabilidades que assume, ao nível do dever de acautelamento da estabilidade económica da sua família. O medo de arriscar no mercado de trabalho emerge da leitura que Cátia faz das dinâmicas dominantes nesse campo, mas também dos seus condicionalismos familiares. Ou seja, a percepção do risco advém do imbricamento entre a representação da realidade promovida pela jovem e a sua situação socio-económica e familiar. Mostra-se, portanto, pouco disponível para procurar alternativas ao emprego actual, devido aos riscos que associa a essa pretensão e ao facto de objectivamente esse movimento poder abalar a sustentabilidade económica da sua família.

O congelamento das trajectórias e das posições laborais dos entrevistados casados e com filhos pode não estar associado à ideia de risco. Algumas jovens adiam os seus objectivos profissionais (e os projectos formativos que os viabilizam) porque argumentam que a compatibilização entre o papel de mães de crianças ainda delas bastante dependentes e os investimentos necessários para melhorar a sua situação no mercado de trabalho é inviável.

“E: Já me disse que gostava de ser educadora de infância...

V: Pois...

E: Vê isso como um sonho distante ou como algo que pode vir a ser realizado?

V: Eu nunca posso dizer que não será possível, não me sai da ideia que um dia, quando eles (*os dois filhos*) forem maiores... não sei se não irei fazer (...). Mas é como eu digo, com o passar dos anos eles vão crescendo e quem sabe eu consiga fazer isso.”

*Vera, 11.º ano incompleto, empregada de pesagem num supermercado, 25 anos*

“E: Há quanto tempo é que está em casa a tomar conta dos seus filhos?

M: Desde que eles nasceram que eu fico com eles em casa.

E: Só houve um intervalo...

M: Sim, entre o nascimento dos gémeos e o nascimento dela. Ela tinha seis meses quando eu tive o meu último trabalho.

“E: Então já está em casa...

M: ... Há muito tempo (*risos*).

E: Há uns anos... Eu estou aqui a conversar consigo e vê-se claramente que você ...

M: ... Adorava ir trabalhar...

(...)

E: Quais são os seus projectos profissionais?

M: Pois agora tenho é de procurar e arranjar um que se adeque à minha situação.

E: Mas pelo que eu percebo está um bocadinho à espera do ano que vem...

M: ... Para ver se ela (*a filha de dois anos*) entra na escola, e aí já é mais fácil, porque depois, mesmo que eu arranje um *part-time*, já é mais fácil. *Part-time* é mais flexível, ajusta-se mais ao tempo que eles estão na escola.”

*Mena, 10.º ano incompleto, desempregada (na sua última profissão trabalhou como empregada de limpeza), 22 anos*

Ao contrário da maior parte dos entrevistados, Vera acalenta um sonho profissional – ser educadora de infância. Para tal necessita de possuir um título académico adequado. Ora a jovem apenas admite ingressar num trajecto universitário quando os filhos “forem maiores”, pois enquanto sentir que estes necessitam de um acompanhamento mais próximo descarta essa hipótese. Deste modo, remete para o futuro a possibilidade de investir na formação escolar. As responsabilidades a que está vinculada enquanto mãe fundamentam o desinvestimento nos seus projectos formativos e profissionais. Para já, diz poder apenas sonhar. Mais tarde equaciona reactivar os sonhos. Mas até que ponto estes se afiguram como projectos reais? Não serão eles ilusões que a ajudam a legitimar a aposta no projecto familiar e o desinvestimento nos seus recursos labo-

rais e disposicionais? É que, ao criar no plano teórico a admissibilidade da concretização dos seus sonhos a médio e longo prazo, Vera permite-se desinvestir para já na sua formação, sem que tenha de abdicar de forma definitiva dos seus objectivos profissionais. Estes são simplesmente adiados. Até quando?

Mena é mãe de um casal de gémeos com quatro anos e de uma criança mais nova, com dois anos de idade. Desde que os gémeos nasceram, está afastada do mercado de trabalho, embora tenha experimentado voltar a trabalhar quando a sua filha perfez os seis meses de idade. Mas em conjunto com o marido decidiu que seria mais acertado manter-se no desemprego e não contribuir para o rendimento familiar, do que pagar a uma ama um valor semelhante ao que ela própria iria auferir se trabalhasse. Entretanto os gémeos ingressaram no ensino pré-escolar. Mena fica em casa a cuidar da filha. E assim permanecia na altura da entrevista. A hipótese de inscrever a filha numa creche também não se lhe coloca.

A jovem tomou, portanto, a seu cargo, a educação dos filhos e a gestão do quotidiano destes. O marido assegura o sustento económico da família. Veja-se que existe uma clara divisão sexual das responsabilidades familiares, na qual a mulher se encontra arredada de uma actividade remunerada, facto que se reflecte nos poucos recursos económicos da família. Por não ter acesso a um emprego com uma remuneração suficientemente compensadora que justifique pagar a ama da filha mais nova e o infantário dos filhos, optou por abdicar do exercício de uma profissão. Os constrangimentos na oferta de creches e infantários públicos com horários e preços acessíveis, induziram Mena, com capitais profissionais escassos a assumir a responsabilidade de tomar conta dos filhos a tempo inteiro. Aliás, a disponibilidade para investir no seu percurso profissional estará, segundo diz, condicionada a médio prazo, pois procurará encontrar um regime de horários que se adequue aos horários escolares dos filhos.

Veja-se como o fenómeno das esferas “separadas de trabalho” (Crompton e outras, 1996: 6), típico das sociedades industriais, encontra nos dias de hoje formas mais ou menos subtis de perpetuação. Se nesses tempos a divisão sexual do trabalho doméstico e profissional era bastante vincada, a verdade é que a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho nos anos 60 do século passado não determinou, em muitos casos, o equilíbrio da distribuição das tarefas e das responsabilidades domésticas. O lar e a educação dos filhos continuam a ser domínios essencialmente da responsabilidade feminina. Neste sentido, as “ideologias de género” continuam operativas na distribuição do trabalho no interior das famílias (O’Connor e outras, 2002: 111), e sobretudo se as mulheres continuarem a auferir salários mais baixos que os homens, o que pesa no cálculo racional dos custos e benefícios inerentes à não participação da mulher no mercado de trabalho.

Até aqui foram analisados alguns exemplos que ilustram a importância da situação familiar dos entrevistados ao nível das suas apostas profissionais e escolares. Contudo, o lugar ocupado pelos jovens no mercado de trabalho e os recursos laborais que detêm são, por seu lado, decisivos na construção dos projectos familia-

res. Os jovens consideram que a constituição de uma família é um investimento que só faz sentido após a situação profissional, remuneratória e habitacional estarem consolidadas (Guerreiro e Abrantes, 2004).

E: E a nível familiar, tens algum projecto?

D: Tenho. Construir família, casar-me, ter filhos. Talvez daqui a cinco anos, mas tenho que criar estruturas para ter um filho.

E: Que estruturas?

D: Tudo...ter casa própria... já tenho a dos meus tios mas quero ter uma casa nova”.

*Daniel, 12.º ano incompleto, telefonista no exército, 25 anos*

E: Como perspectiva a necessidade de os jovens conciliarem a entrada no mercado de trabalho com os projectos de constituir a sua própria família?

C: Assusta um bocado dar o passo, comprar casa é uma responsabilidade muito grande... namorámos nove anos e mais dois de casamento, sinto que já começa a fazer falta mais alguma coisa... talvez um filho, já temos uma gata (risos)... mas como já temos condições neste momento será o próximo passo muito em breve.”

*Cláudia, 10.º ano incompleto, vendedora numa loja de decoração, 27 anos*

“Está muito difícil, uma pessoa vive com medo, anda a fazer contas até chegar o fim do mês. Mas felizmente tem dado: comprámos casa, carro... filhos para já não, nem pensar. Mais tarde, daqui a mais uns três aninhos, quando estivermos mais à vontade de economias, para vivermos sem muitas preocupações.”

*Carolina, 9.º ano completo, empregada fabril, 22 anos*

Daniel vive com a namorada. Quer constituir família, mas ambiciona antes disso criar “*estruturas*” que sustentem esse projecto – nomeadamente a compra de casa própria. O desejo de ter filhos, projecto cuja concretização é fundamental nas dinâmicas de transição para a idade adulta, é associado pelo jovem à ampliação do seu espaço de autonomia face à família de origem. Símbolo de independência material, a posse de uma casa é fundamental para Daniel legitimar a decisão de constituir família. Antes de dar mais esse passo na transição para a idade adulta, quer garantir que algumas condições necessárias ao sucesso dessa transição estejam preenchidas, pois apenas assim a autonomia simbólica adquirida através da parentalidade ganha plena legitimidade em termos reais.

Embora mantenha uma relação amorosa há mais de 10 anos, esteja casada há dois e habite em casa própria, Cláudia ainda não tem filhos. Diz “*sentir falta de qualquer coisa*”, mas considera que até agora não estavam reunidas as “*condições*” necessárias para assumir responsabilidades parentais.

Tal como Cláudia, Carolina é casada e vive em casa própria. Não pensa ter filhos no curto prazo, porque em termos económicos teria dificuldades em sustentar esse projecto. A vontade que demonstra em ser mãe dissolve-se na antecipação dos requisitos económicos que exige para concretizar esse objectivo.

Percebe-se, portanto, que as condições materiais de existência são consideradas por estes jovens como factores estruturantes dos seus projectos familiares. Antes de constituírem família procuram solidificar as bases desse projecto. Investem ao nível infra-estrutural, mas também nos seus recursos e possibilidades laborais. Aproveitam a juventude para solidificar a posição no mercado de trabalho, pois sabem que o seu futuro depende desse investimento. O sucesso nessa aposta depende bastante da disponibilidade para arriscar, e veja-se que esta tende a ser menor entre os jovens que têm filhos. A estabilização dos recursos económicos e laborais e a busca da independência residencial parecem, portanto, afigurar-se com dimensões fulcrais na explicação do adiamento dos projectos familiares dos jovens (Smithson, Lewis e Guerreiro, 1998: 103)

Nem sempre o protelamento dos projectos familiares ou conjugais está associado a investimentos estrutural e materialmente viabilizadores desse desígnio. Alguns jovens adiam-no porque não se sentem preparados para o abraçar, porque não se querem privar do seu actual estilo de vida, ou pretendem fazer ainda novas experimentações, não compatíveis com o estatuto de adultos ou de pais de família. Identificam-se com o perfil dos jovens que procuram prolongar ao máximo o seu período de juventude, analisado noutras pesquisas (Nilsen, 1998; Nilsen, Guerreiro e Brannen, 2002).

“Aquilo que eu ganho agora é suficiente para ter as coisas como eu gosto e para viajar. Com uma criança não, porque tinha de cortar aqui para dar para ele. Ele tinha tudo à mesma...eu conseguia-lhe dar, mas eu é que me privava. Eu acho que ainda não tenho idade para me privar de nada. Portanto, tudo a seu tempo.”

*Francisco, 11.º incompleto, de automóveis, 26 anos*

“P: Eu gostava de viver sozinho, ter uma casa só minha, chegar a x horas e não ter ninguém a perguntar ‘só agora?, chegas agora que é a hora do jantar?’ É ter um pouco de liberdade e também um pouco mais de responsabilidade, porque uma pessoa vivendo sozinho está por conta própria. Tens de pagar as tuas contas, tens de trazer a comida para a tua mesa... dá um pouco de medo.

E: Fazer a comida...

P: ... Fazer a comida. Eu acredito que chega aquela altura que uma pessoa já está tão farta de cozinhar que começa a comprar os enlatados. Mas é uma experiência que eu quero passar. Pelo menos um ano de solteirinho.

E: Tens namorada?

P: Tenho.

E: Estão a pensar...

P: Eu já estou há quatro anos com ela. E é para continuar.

E: Gostavas de um dia vir a viver com ela. Daqui a quanto tempo achas que isso vai ser possível?

P: Não digo ‘o mais depressa possível’, porque é mentira (*risos*). Primeiro quero um aninho ou dois de solteiro, para estar sozinho, e depois é que se segue em frente. Mas primeiro quero passar pela experiência de solteiro, mas claro... acho que ela também quer passar pela mesma situação, por isso estamos os dois a favorecer-nos um ao outro

*Pedro, 10.º ano incompleto, vigilante de parques e jardins, 22 anos*

Embora seja casado, Francisco não quer, para já, assumir responsabilidades parentais, pois entende que se o fizer não poderá investir num conjunto de práticas e consumos que considera fundamentais para o seu bem-estar. Rejeita desinvestir em hábitos que o satisfazem, quer usufruir daquilo que os seus recursos económicos actuais lhe disponibilizam, pois entende que “*não tem idade para*” se “*privar de nada*”.

Antes de ir viver com a actual namorada, Pedro quer passar pela “*experiência de solteiro*”. Actualmente vive em casa dos pais. Tem um bom relacionamento com eles, mas não se sente completamente independente, pois por vezes os ritmos da sua vida colidem com os horários domésticos. Quando isso acontece são-lhe pedidas satisfações, e apercebe-se que a sua autonomia é condicionada pelas relações que desenvolve e pelos compromissos que estabelece no contexto doméstico. Por isso, antes de reforçar o grau de solidez da relação que mantém com a actual namorada, deseja passar por um período intermédio em que espera degustar o sentimento de liberdade e autonomia face a terceiros, e acumular experiências que considera tipicamente juvenis.

Tal como outros estudos têm revelado os processos de individualização fazem parte da transição para a vida adulta na modernidade avançada. Com efeito muitos jovens ambicionam viver um período das suas vidas alheio a preocupações e responsabilidades, no qual possam fazer experimentações e “*gozar a vida*” antes de “*assentarem*”, assumirem uma vida a dois e decidirem ter filhos, embora essa ambição possa não chegar a ser concretizada (Guerreiro e Abrantes, 2004; Kugelberg, 1998). Por outro lado, as condições económicas e financeiras prefiguram-se, no discurso dos entrevistados, como elementos decisivos no modo como equacionam os seus planos ao nível da assunção de responsabilidades conjugais e parentais. Um requisito chave na estruturação dos projectos familiares é a garantia prévia de acesso a uma fonte estável de rendimentos, em geral obtida por via da sua inserção no mercado de trabalho. A constituição da família de procriação subentende o assegurar antecipado de um conjunto de recursos que requerem, desde logo, um mínimo de estabilidade no emprego, processo que perante as actuais dinâmicas do mercado e as especificidades qualificacionais destes jovens, cada vez mais tende a demorar. Não poucas vezes operam estas transições em moldes bi-etápicas,

começando gradualmente a viver com companheiro/a e protelando a parentalidade. Noutros casos, o facto de já terem responsabilidades parentais fá-los ponderar os riscos de investimento em novas possibilidades de emprego que, podendo vir a ser boas apostas para o futuro, não lhes suscitam à partida a confiança e segurança que os empregos actuais, embora menos compensadores, possam proporcionar-lhes.

Neste sentido, percebe-se que o contexto familiar é decisivo na forma como os jovens projectam o seu futuro profissional e formativo, do mesmo modo que a situação profissional e os recursos materiais condicionam os investimentos familiares e conjugais.

## Daniel

Daniel tem 25 anos e vive com a namorada em Lisboa. Antes de viver em união de facto vivia com os tios-avós e com os irmãos, no mesmo prédio em que reside actualmente. O tio-avô, já falecido, tinha a 4.<sup>a</sup> classe e trabalhava na actividade portuária, onde era encarregado de estiva. A tia-avó era cozinheira num hospital. O irmão, com 30 anos, possui o 9.<sup>o</sup> ano e é vendedor. A irmã tem 23 anos, também completou o 9.<sup>o</sup> ano e é fotógrafa profissional no Brasil. Desconhece-se em pormenor o motivo que o levou, juntamente com os irmãos, a viver com os tios-avós. Sabe-se apenas que os pais estão divorciados.

O Daniel teve um percurso escolar contínuo e com bom aproveitamento até ao 11.<sup>o</sup> ano. Gostava muito de História, mas preferiu seguir a via profissionalizante, frequentando um curso na área de Electrónica e Electricidade. No 11.<sup>o</sup> ano, por ter dificuldades às disciplinas de Electrónica, Matemática e Sistemas Digitais, reprovou duas vezes. Depois de ter transitado para o 12.<sup>o</sup> ano e numa altura em que se consciencializava de que não estava numa área do seu agrado, abandonou o sistema de ensino, após ter já tentado conciliar os estudos com um emprego como vendedor.

A sua saída do sistema de ensino não foi bem aceite pelos tios-avós. Daniel relata, inclusivamente, várias discussões que teve com o tio-avô, que o queria ver licenciado. O seu desacordo não foi suficiente para demover o Daniel da sua decisão.

A sua primeira experiência profissional foi como vendedor de produtos para o lar, enquanto ainda estudava. Conseguiu este emprego por intermédio do irmão, que já trabalhava na empresa. Entrava às 9h e saía às ooh, passando o dia em palestras promocionais por todo o país. Era pago por recibos verdes e ganhava na proporção daquilo que vendia (cerca de €1000 por mês). Adorava o que fazia, gostava do contacto com o público e, actualmente, valoriza muito o facto de ter superado a sua timidez. Ao fim de três anos, e numa fase em que começava a evidenciar cansaço, foi chamado para cumprir o serviço militar. Cumpriu o período de recruta e esteve cerca de um ano a aguardar o regresso no exército, como civil contratado, situação em que está presentemente.

Trabalha como soldado do exército português, em regime de contrato civil, na especialidade de transmissões. Exerce esta função há um ano, estando ao abrigo de um contrato de dois anos. É telefonista e vigilante. Como telefonista, trabalha das 9h às 17h, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup>. Como vigilante, tem um horário rotativo. Auffer €512 de remuneração mensal, sem acréscimo de horas extra.

Está satisfeito com o emprego que tem, faz o que gosta e aprecia o estilo de vida regrado que a instituição onde trabalha impõe. Sente que tem possibilidades de progressão e espera ingressar nos quadros do exército português.

O seu próximo projecto de vida é o casamento. A namorada, cantora lírica, pertence a um coro de uma companhia e dá aulas particulares (recebe cerca de €1500 mensais). Para estabilizarem uma vida a dois, pensam ir viver para casa dos tios-avós de Daniel, que está desabitada e em seu nome.

Daniel não tenciona voltar a estudar, embora reconheça que o 12.<sup>o</sup> ano lhe faz falta profissionalmente.

## Carolina

Carolina é natural de Valongo, tem 22 anos, é casada há dois meses com um marceneiro e trabalha como tarefa numa empresa de confecção de sacos de papel. Os pais trabalham na autarquia.

Frequentou o ensino formal até completar a escolaridade obrigatória, tendo nessa trajectória reprovado uma vez no 9.º ano. Sempre estudou sozinha, à excepção do 9.º ano em que começou a ter, a meio do ano, explicações às disciplinas a que tinha mais dificuldade, nomeadamente a Matemática, Francês e Físico-Química.

Após a conclusão do 9.º ano, Carolina matriculou-se num curso tecnológico de secretariado, leccionado na Escola Secundária de Valongo, à noite. Acabou por desistir, poucos meses depois, por não suportar o cansaço acumulado pela actividade profissional que entretanto tinha começado a desempenhar (das 8h às 17h), pois o curso decorria entre as 19h e as 23h45m.

A decisão de pôr termo ao ensino formal foi atribuída às dificuldades financeiras do agregado familiar de origem. Diz ter começado a sentir necessidade de coisas que os pais não lhe podiam dar e achou melhor começar a trabalhar, atitude que desagradou aos pais. Sente-se, em parte, arrependida pela decisão que tomou, mas hoje, se voltasse a deparar-se com a mesma situação, voltaria a fazer o mesmo. Considera a escola importante, mas valoriza mais o lado prático da aprendizagem/formação profissional. Desde que saiu do ensino formal, conta já com três cursos profissionais: dois na área da informática – Iniciação à Informática e Access (leccionados em instituições privadas) – e um outro em Higiene e Segurança no Trabalho, através da empresa.

Carolina declara que esta sua procura de valorização e de conhecimentos complementares aos adquiridos no percurso escolar se deve ao facto de tencionar mudar de emprego, assim que essa oportunidade lhe apareça. Todos os seus esforços estão a ser direccionados para não perder a possibilidade de trabalhar na secção de secretariado, quando esta lhe aparecer.

As suas duas experiências profissionais anteriores no ramo da confecção surgiram através de pessoas conhecidas que já trabalhavam nas empresas onde veio a laborar, o que lhe facilitou a integração no mercado de trabalho. Nunca teve de passar por nenhuma experiência de procura de emprego, nem nenhuma experiência de recrutamento.

Aos responsáveis políticos apenas pede para que os apoios às famílias necessitadas sejam aplicados eficazmente, para ajudar quem deles precisa, e que os ensinamentos que a escola proporciona aos jovens possam de facto servir como uma mais-valia na hora de procurarem emprego.

## Cláudia

Cláudia tem 27 anos de idade e é vendedora numa loja de decoração. Vive na Maia, Valongo. Saiu de casa dos pais quando casou, há cerca de quatro anos. O marido é gestor de produto numa loja de desporto num centro comercial. Ainda não têm filhos mas tencionam ser pais em breve.

Viveu em Alfena, Valongo, com os pais e com uma irmã mais velha, onde frequentou o ensino formal até completar o 9.º ano. O pai, carpinteiro, e a mãe, empregada de limpeza, não conseguiram assegurar a estabilidade financeira necessária para o prosseguimento dos estudos da Cláudia. Antes de deixar a escola, Cláudia tencionava, pelo menos, completar o 12.º ano. O seu percurso escolar decorreu sem inquietações, sempre sem notas negativas. Com média de três e quatro valores, apenas a Matemática e o Inglês lhe exigiam maior esforço. A frequência das aulas era-lhe suficiente para apreender os conteúdos e obter bons resultados. Nunca recorreu a explicações e sempre estudou sozinha. Recorda ter colegas de escola “*marronas*”, comportamento que nunca considerou necessário adoptar.

Para ajudar os pais nas despesas, começou a trabalhar. Teve a sua primeira experiência profissional enquanto terminava o 9.º ano. Através de uma amiga da família, dona de uma loja de decoração, começou a trabalhar em moldes informais, por algumas horas, como balconista. Esteve nesta loja durante um ano, recebendo €100 mensais. Por ser um emprego baseado na amizade existente entre as famílias, “*dispensou*” qualquer contrato de trabalho.

Terminado o 9.º ano e impedida de continuar a sua incursão pelo ensino formal, decidiu começar a trabalhar e a estudar à noite, tendo-se matriculado no ensino recorrente. O trabalho na loja da amiga não exigia uma funcionária a tempo inteiro. Como tal, Cláudia mudou de emprego, indo trabalhar para uma fábrica de bordados, por intermédio de uma pessoa conhecida da família. Começa a trabalhar das 7h às 14h, aproveitando a tarde para trabalhar com a mãe, na limpeza de escritórios, por €5 por hora.

O cansaço acumulado ao final do dia acabou por prejudicar a sua assiduidade às aulas nocturnas, tendo-a levado a desistir pouco tempo depois.

A permanência na fábrica de bordados foi interrompida ao fim de cinco anos, devido ao seu encerramento. Não gostava da actividade como bordadeira; manteve-se na fábrica pelo salário que auferia (€500) e por gostar da proprietária, que considerava ‘muito atenciosa’ para com as funcionárias. Perante esta interrupção, dirigiu-se ao IEFP, onde se informou dos cursos disponíveis. Frequentou um curso de Práticas de Comércio, com duração de um ano e estágio de sete meses. Foi através do estágio que conseguiu uma colocação no seu actual emprego. Encontra-se a trabalhar como vendedora numa loja de decoração, há seis anos, com ensino secundário, e as actuais exigências do mercado de trabalho, já a levaram a ponderar a hipótese de reingressar num dos cursos tecnológicos leccionados à noite numa das escolas perto da sua residência. O receio de não conseguir acompanhar novamente o ritmo de uma avaliação contínua, levam-na a hesitar. O facto de estar efectiva no seu emprego provoca-lhe, também, uma certa acomodação face à possibilidade de frequentar um destes cursos. Por enquanto, adia o projecto enquanto espera por um curso realmente proveitoso e motivante.

## Mena

Mena tem 22 anos, o 9.º ano concluído e vive em união de facto há 5 anos (um deles a viver com o companheiro em casa do pai). Tem três filhos (dois gémeos com quatro anos e uma filha com dois). Está afastada do mercado de trabalho para tomar conta dos filhos. Juntamente com o marido, decidiram que era melhor assim. Há quase um ano e meio que está nesta situação. Aliás, à excepção dos 6 meses em que trabalhou nas limpezas (foi trabalhar quando a sua filha completou meio ano), está sem trabalhar há aproximadamente quatro anos, desde que saiu de um restaurante mexicano devido à complicada gravidez dos seus dois gémeos. Enquanto trabalhou nas limpezas ganhava cerca de €600 e pagava €400 a uma ama para tomar conta dos três filhos. Não “*dava lucro*”, segundo diz.

Encontra-se conformada com a “*monotonia*” da sua vida. Fica em casa a tomar conta da filha e à tarde vai buscar os gémeos ao infantário. Não contando com a pouco rentável hipótese da ama, Mena diz não ter ninguém com quem deixar os filhos. Talvez no próximo ano, quando a filha puder ir para o jardim-de-infância, consiga encontrar um emprego em que possa conciliar os tempos laborais com os horários familiares. Até lá, para além de uma ajuda monetária do pai e do abono de família, é o ordenado de €600 do marido (21 anos, 4.ª classe, serralheiro, empregado efectivo) que faz face às despesas da casa.

Mena chegou a frequentar o 10.º ano, em Humanidades (quis *fugir* à Matemática), mas a ida da mãe (empregada de mesa, com a 4.ª classe) para Coimbra fê-la interromper esse ano escolar. Nunca mais voltou à escola. Até ao 9.º ano as disciplinas em que obtinha classificações de quatro valores eram Português e Inglês. Desde o 7.º ano que a negativa a Matemática era constante, apesar das explicações. Nas restantes disciplinas tinha três valores. Antes de desistir no ensino secundário, reprovou no 4.º ano, devido a problemas com a professora.

Regressou ao Algarve dois meses após a ida para Coimbra. Foi viver com o pai (serralheiro, com o 9.º ano). Por essa altura foi trabalhar num restaurante, depois de ter visto o anúncio para esse emprego num hipermercado. Começou por ajudar na cozinha, mas foi promovida a empregada de mesa. Ficou aí três meses. Recebia entre €500 e €600, trabalhava das 17h à meia-noite e tinha contrato a seis meses.

Entretanto engravidou e deparou-se com problemas durante a gestação. Foi obrigada a deixar aquele que foi o seu segundo emprego. O primeiro tinha sido nas férias do 9.º para o 10.º ano. Trabalhou durante esse período nas limpezas, depois de se ter inscrito numa empresa do sector. Ganhava também aí cerca de €600, a trabalhar oito, nove horas, sem contrato no início. Depois fizeram-lhe um contrato mas não se recorda de que tipo. Foi a esta empresa que regressou quando a sua filha completou seis meses de idade. Trabalhou seis meses, sem contrato, com um rendimento semelhante ao da primeira experiência.

Quer a primeira, quer a segunda gravidez não foram planeadas. Foram decisivas para o afastamento de Mena da vida profissional, mas não para o ponto final que ela pôs nos estudos. Quando desistiu da escola no 10.º ano devido à abrupta ida para Coimbra, o estímulo para estudar já escasseava. E o facto de ter ganho dinheiro nas férias e de ter podido comprar ‘as suas coisas’, desincentivou-a ainda mais a investir na trajectória escolar. Acalentava o objectivo de acabar o 12.º ano, mas este já esfriava quando ainda estava no 10.º.

Há seis meses foi ao centro de emprego do IEPF e inscreveu-se num curso de Massagista e Esteticista. Nunca a chamaram. Não se mostra muito incomodada, pois diz que de qualquer forma não poderia frequentá-lo. Teria de gastar algum dinheiro em alimentação e transporte para o fazer e, eventualmente, pagar a uma ama. Neste momento diz que já não quer estudar. A hipótese de entrar num desses cursos só é equacionável após a entrada da filha para o infantário e se a carga horária não a ocupar o dia todo: “*Sim, por exemplo, se fosse da parte da manhã era uma proposta a considerar. Só que o dia todo... até às 15 horas eles estão na escola e depois a partir daí é mais complicado.*”

Hoje pensa que deveria ter concluído o 12.º ano, pois talvez tivesse “*mais portas abertas*”.

## Jacinto

Jacinto tem 26 anos, é casado, e exerce a profissão de vendedor há sete anos, numa loja de decoração (tapeçarias) num centro comercial. Actualmente reside em Valongo com a mulher, sua colega de trabalho, e com uma filha de três anos.

É natural de Valbom, onde foi educado pelos avós. Aí frequentou a escola até ao 9.º ano, com um bom aproveitamento. Com 15 anos resolve, com a permissão dos pais, mudar-se para Valongo para frequentar a escola secundária. Aí teve a sua primeira experiência de reprovação, no 11.º ano. Apesar da mudança de escolas, não atribui a responsabilidade da sua falha à escola ou às técnicas de ensino que aí se aplicavam, mas sim ao seu desinteresse pelos conteúdos escolares. A mudança de escola coincidiu com o início do namoro – elemento a que atribui os maiores níveis de desconcentração nas aulas – mas também com uma maior necessidade de ter *as suas próprias coisas*. Não se sentia confortável com a possibilidade de pedir dinheiro aos pais, dados os seus poucos recursos.

Apesar do desinteresse pelos conteúdos escolares, atribui à escola a importância que esta desempenhou na acumulação dos conhecimentos que possui e principalmente no enriquecimento do seu vocabulário, que considera uma mais-valia para os cargos que tem desempenhado. Este reconhecimento já o levou a ponderar a hipótese de vir a completar o 12.º ano, mas por incompatibilidades de horários (sempre trabalhou por turnos) tem sido impossível.

Teve a sua primeira experiência profissional com 17 anos. Decidiu começar a trabalhar, mesmo contra a vontade dos pais, no dia em que deixou a escola. Inicialmente, inscreveu-se no centro de emprego do IEFP mas, prevendo que não seria contactado de imediato, foi autonomamente procurar trabalho. De facto, só viria a ser contactado pelo IEFP um ano e meio mais tarde.

Por gostar do contacto com as pessoas e por já lhe terem sido reconhecidas capacidades nesse domínio, deu prioridade às ofertas para empregado de balcão. Uma semana depois de ter iniciado a procura, começou a trabalhar numa loja no centro comercial.

Durante o seu percurso profissional, conta já com duas experiências, ambas na área do comércio como vendedor. O motivo que o levou a procurar o segundo emprego prendeu-se com questões financeiras. Estava a ganhar €450, há três anos, e não era aumentado. Como queria dar um passo em frente na sua vida (comprar carro, casar, comprar casa, ...), começou a ponderar a hipótese de sair. Teve, entretanto, conhecimento de que numa das lojas do centro comercial estavam a precisar de um funcionário (anúncio afixado na vitrina), preencheu uma ficha de inscrição e mais uma vez, como diz, “*teve sorte*”. Está agora a trabalhar para essa empresa, com contrato sem termo, há cerca de sete anos. Apenas coloca a hipótese de sair do emprego em que está se for despedido, o que não considera vir a acontecer. Explica esta sua segurança pela solidez da empresa, em crescimento, e pelo facto de ter uma relação afável com o patrão – relação que preza muito. Quando questionado sobre o que mudaria no actual emprego refere, unicamente, o aumento do salário, embora não considere ser factor suficiente para procurar outro emprego.



## CONCLUSÃO



## Conclusão

O principal objectivo deste estudo consistiu na análise das trajectórias escolares e profissionais de jovens que não chegaram a concluir o ensino secundário. Pretendeu-se analisar esses percursos escolares e o modo como o nível de educação alcançado interferiu nos trajectos profissionais dos entrevistados. A idade, entre os 18 e os 30 anos, a escolaridade atingida, compreendendo jovens com escolaridade aquém do ensino secundário completo e, ainda, registarem nas suas biografias alguma experiência profissional, constituíram os critérios de selecção dos 75 indivíduos de ambos os sexos, residentes em diferentes pontos do país, cujos trajectos foram analisados.

Em resposta às interrogações colocadas pela pesquisa, sobre as razões de não prosseguimento da sua escolaridade obtiveram-se testemunhos que permitiram concluir do carácter marcadamente reprodutivo das trajectórias escolares destes jovens, que a escola não conseguiu alterar. Face às disposições de classe que transportavam, o contexto escolar afastou-os da cultura e do currículo que aí encontraram, facto agravado por um conjunto de aspectos ligados ao modo de organização e funcionamento desta instituição. As turmas ainda demasiado volumosas, que muitos deles frequentaram, os programas excessivamente extensos ou a relação algo distante e formal estabelecida com alguns professores, são identificados como factores que contribuíram para fomentar essa tendência. Os jovens sentiam necessidade de maior acompanhamento dos docentes no processo de ensino-aprendizagem mas, também, ao nível do aprofundamento da relação pessoal com estes. Num contexto em que o conhecimento transmitido era muitas vezes pouco apelativo ou demasiado complexo, o tempo de apoio que o professor tinha para lhes oferecer e o tipo de empatia que conseguia estabelecer, emergem como dimensões consideradas relevantes numa eventual aproximação ao universo escolar.

As demandas disciplinares do sistema de ensino e as características que este apresenta não foram sintonizáveis com as disposições sociais dos jovens, aspecto deteriorador da relação aluno-escola. O resultado desta combinação de factores foi um menor sucesso escolar. Ora, este estudo demonstra que as experiências de insucesso no contexto escolar tendem a contribuir para a perpetuação e agravamento do aproveitamento negativo dos alunos ao longo da sua trajectória nesse campo, seja no universo de uma disciplina em particular ou no desempenho geral do aluno, constituindo um indicador relevante na previsão do afastamento do sistema de ensino. O fracasso escolar de alguns dos jovens fê-los desinvestir ainda mais nos estudos e exponenciou um conjunto de representações negativas acerca dos saberes escolares. As experiências de insucesso escolar são difíceis de evitar, importando apostar em mecanismos que viabilizem a inversão atempada deste tipo de aproveitamento.

O insucesso escolar e a desvalorização dos saberes transmitidos na escola tornaram a permanência dos jovens no interior desta bastante precária. Por isso mesmo, o apelo das possibilidades de consumo e de independência económica propiciadas pelo mundo do trabalho ou a necessidade imperativa de começar a ganhar dinheiro assumiram-se como circunstâncias que contribuíram para o abandono da escola. Percebe-se que esta decisão está, portanto, associada à entrada no mercado de trabalho, processo fundamental na transição da juventude para a idade adulta. O abandono escolar é, a este nível, explicado pela vontade ou obrigação sentida pelos jovens de alcançarem patamares de responsabilidade e independência aparentemente inconciliáveis com os estudos, decisão por um lado tacitamente aceite pelos pais e, por outro, tomada sem apoio institucional, tendendo a escola a manter-se alheada das contingências individuais que dela têm afastado, em cada ano, alguns milhares de alunos.

Uma das razões que levou os jovens a repudiar o saber escolar tem a ver com a pretensa desadequação deste relativamente ao mercado de trabalho. Quase todos os que frequentaram cursos de formação profissional promovem avaliações positivas acerca dos mesmos e, quando questionados acerca das expectativas de formação para o futuro, parte dos entrevistados refere que gostaria de aceder a cursos de formação profissionalizante.

De facto a escola poderá desempenhar um papel importante na orientação e acompanhamento dos alunos insatisfeitos e/ou em vias de abandonar o sistema de ensino para enveredar por outro tipo de percursos. Faz, por isso, sentido redimensionar as atribuições da escola, no sentido de a tornar competente ao nível do encaminhamento de alunos, desistentes ou não, para esse tipo de ofertas formativas. Na verdade, mais recentemente, o poder executivo tem vindo a actuar neste domínio com resultados que começam a ser visíveis.

Partindo de condições sociais desfavorecidas e não tendo a escola conseguido contribuir para alterar os modos como os jovens se movem nos diferentes espaços relacionais, os trilhos que estão a percorrer no plano profissional denotam as suas trajectórias escolares. Detentores de poucos recursos qualificacionais, acederam a profissões simbolicamente desqualificadas. Todavia, ao longo da trajectória nesse campo conseguiram, em geral, acumular alguns recursos laborais operativos na melhoria do tipo de funções que ocuparam ou ocupam, e das respectivas condições de trabalho. Ou seja, apesar de terem ingressado no mercado de trabalho sem títulos valiosos, declaram sentir ter melhorado a sua situação relativa nesse campo, por via da experiência acumulada nos vários empregos por que têm passado. Todavia, a amplitude dessa mobilidade é em geral diminuta, ainda que tenda a aumentar de acordo com os capitais escolares detidos. Se é verdade que no mercado de trabalho os jovens mostraram alguma capacidade para, individualmente, traçarem o seu destino, é inegável que essas mesmas decisões foram altamente condicionadas pelos recursos escolares com que se apresentaram perante o mercado. No fundo, movimentaram-se num campo

de possibilidades estruturalmente bastante limitado. Por outro lado, os próprios atributos de género também são bastante operativos na circunscrição das profissões exercidas e na determinação da influência do capital escolar na estruturação das trajectórias profissionais.

Foi possível, nesta pesquisa, identificar um conjunto de três perfis-tipo de percursos profissionais percorridas por estes jovens. Foram designados por *percursos itinerantes*, *percursos direccionados* e *percursos iniciais*, por sua vez desdobráveis em quatro modalidades diversas, consoante o sentido da mobilidade que lhes está associado. Poderão, assim, ser *ascendentes*, *descendentes*, *híbridos* ou *estacionários*. Aos *percursos itinerantes* correspondem trajectórias de jovens com experiências profissionais de natureza muito distinta e interpolada. Os trajectos percorridos no mercado de trabalho não são lineares e, em geral, trazem consigo alguma melhoria nas condições contratuais, seja no plano material seja no simbólico. Mas também se encontram situações de estacionariedade ou mesmo de mobilidade descendente, bem como percursos caracterizados por algum hibridismo, isto é, as ocupações por que os jovens vão passando representam, nuns casos, uma certa valorização da sua situação profissional, enquanto noutros casos pode ocorrer o inverso. Os *percursos direccionados* correspondem a trajectos marcados pela constância do tipo de actividades desempenhadas ou pela permanência em ocupações inscritas num mesmo sector. Estes percursos tendem a ser ascendentes ou estacionários. Os *percursos iniciais* reportam a trajectórias profissionais de curta duração, aos casos em que os entrevistados ainda apenas experimentaram uma única actividade profissional.

Quanto à questão da segurança dos empregos, muitos destes jovens de baixa escolaridade parecem estar convencidos de que os sectores tradicionais da economia portuguesa garantem vínculos contratuais aparentemente mais estáveis aos trabalhadores do que os oferecidos no sector dos serviços, nomeadamente em empresas de média e grande dimensão. Contudo, tendo em linha de conta que as pequenas empresas nacionais do sector secundário estão bastante expostas às ameaças decorrentes da abertura dos mercados e da intensificação das trocas internacionais, parece haver uma certa contradição entre a suposta perenidade do vínculo contratual e a sua efectividade, face às débeis possibilidades competitivas de muitas dessas empresas, que vão soçobrando e pondo em risco a estabilidade do emprego de quem nelas trabalha, como se foi vendo a partir de alguns relatos dos entrevistados.

Embora de uma maneira geral os jovens acreditem na sua capacidade individual para serem bem sucedidos profissionalmente, os que já constituíram família aparentam ser mais conservadores na forma como projectam o seu futuro profissional e são os que apresentam sentimentos de insegurança mais elevados face ao mercado de trabalho. Faz por isso sentido que o adiamento da entrada na conjugalidade seja uma decisão comum aos jovens que buscam acumular capital qualificacional, pois acreditam que experimentariam maior dificuldade na prossecução dessa aposta se estivessem já perante responsabilidades familiares e,

sobretudo, parentais. A constituição de família é, aliás, um projecto que se revela fortemente racionalizado entre os jovens, pois a sua concretização depende do preenchimento de um conjunto de requisitos materiais, embora alguns o adiem por motivos de cariz hedonístico e experimentalista.

Note-se, porém, que o projecto familiar parece ser um factor que condiciona principalmente as possibilidades de investimento profissional das mulheres. São elas que, na maior parte dos casos, tomam a seu cargo as responsabilidades domésticas e que, em nome delas, adiam – nalguns casos indefinidamente – os seus projectos pessoais. A relação de algumas destas jovens com o mercado de trabalho é, assim, duplamente condicionada: por um lado, detêm recursos escolares pouco valiosos, por outro, assumem um conjunto de encargos familiares que limitam os seus investimentos, directos ou indirectos, na preparação do futuro profissional.

A forma como a maior parte dos jovens projecta o seu futuro a nível do emprego revela um realismo defensivo, na medida em que esboçam aspirações profissionais de curto alcance, isto é, buscam aceder a espaços estruturais no campo laboral relativamente próximos daqueles que ocupam no presente e onde as suas famílias em grande parte se inserem. Para tal dizem, muitos deles, não precisar de investir em recursos qualificacionais formais, admitindo que pela experiência prática adquirem os conhecimentos necessários ao seu desempenho profissional. Outros fazem projecções no sentido de adquirir pontualmente algumas qualificações adicionais, seja do ponto de vista formal ou substantivo, que lhes permitam outras inserções no mercado de trabalho, mas de um modo geral não muito distintas dos universos profissionais onde actualmente se movem.

Os percursos e as representações analisado(a)s neste estudo assumem um cunho marcadamente estrutural. Ou seja, a escola não conseguiu inverter, e em muitos casos nem sequer atenuar, os condicionamentos de partida decorrentes da origem social destes jovens. As suas trajectórias escolares, por sua vez, explicam em grande parte os respectivos percursos profissionais. Por depender da assimilação de um conjunto de saberes e regras subsidiárias da cultura dominante, a aprendizagem escolar tende a ser um processo cuja complexidade aumenta quanto mais as disposições sociais dos alunos se afastam desse quadro sócio-cultural. E nesse sentido a frequência escolar continua a ser marcada por um cariz significativamente reprodutivo. Embora tenha existido, nos últimos 30 anos, uma evolução acentuada das taxas de escolarização da população portuguesa que tem permitido a detentores de fracos capitais escolares enveredar por processos de mobilidade social ascendente, os mecanismos atrás referidos têm impedido que a amplitude dessa mobilidade seja maior. Importa, então, centrar o debate nas estratégias passíveis de serem accionadas para acelerar, de forma sustentada e equilibrada, esse processo.

Uma das ideias centrais que emergiu deste estudo tem a ver com a natureza das representações sociais acerca dos saberes formativos (escolares e profissionalizantes) promovidas por jovens com um tipo de perfil social mais ou menos semelhante a nível da pouca expressão dos capitais económicos e culturais. O conhecimento escolar é por eles, em geral, considerado demasiado teórico e distanciado da realidade do mundo do trabalho, enquanto os ensinamentos profissionalizantes são bem acolhidos por serem instrumentais, práticos. Avaliam a pertinência do saber medindo a sua adequação qualificacional às demandas do mercado de emprego a que conseguem aceder. O conhecimento em si não é para eles suficientemente atraente, pois consiste numa abstracção que apenas faz sentido no universo da escola, mas que fora dela lhes parece pueril. No plano disposicional os saberes escolares mostram-se pouco apelativos e, ao nível estratégico, inoperativos. Na escola procuram apenas garantir a obtenção da formalidade de um grau.

A relação destes jovens com o conhecimento tende, portanto, a assumir um carácter instrumental. Ter este dado em linha de conta na formulação das políticas educativas poderá contribuir para definir procedimentos pedagógicos e organizacionais capazes de fazer face, eficaz e alargadamente, aos baixos níveis de qualificações da população portuguesa. Neste contexto, a expansão da oferta de possibilidades formativas profissionalizantes, no quadro do ensino regular e fora dele, parece ser uma estratégia decisiva, pois por essa via agilizar-se-á a reconfiguração do perfil estrutural da população portuguesa no que concerne à posse de recursos qualificacionais e escolares. A aposta no ensino profissionalizante não quer significar menor preocupação com aprendizagens de tipo transversal. Pelo contrário, as primeiras sem as segundas podem tornar-se obsoletas. Porém, devidamente conjugadas, parecem constituir oportunidade virtuosa para que estes jovens consigam obter uma formação escolar e, simultaneamente, capacidades de profissionalização.



## BIBLIOGRAFIA



## Bibliografia

### A

- Almeida, João Ferreira, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana Martins e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editores.
- Ávila, Patrícia (2005), *A Literacia dos Adultos. Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, ISCTE.

### B

- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- Beck, Ulrich (1999), *The Brave New World of Work*, Cambridge, Polity Press, 2000.
- Benavente, Ana, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves (1987), *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema.
- Benavente, Ana (1994), *Renunciar à escola: o abandono escolar no ensino básico*, Lisboa, Fim de Século.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1964), *Les Heritiers: les étudiants et la culture*, Paris, Les éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1970), *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Les éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Editions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1998, 1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.

### C

- Canário, Rui (1997), “Educação e perspectivas de desenvolvimento do ‘Interior’”, em *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Debates da Presidência da República*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Capucha, Luís (coord.) (2005.<sup>a</sup>), *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*, Lisboa, Direcção Geral de Desenvolvimento Regional e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Capucha, Luís (2005b), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- Castells, Manuel (1998), *End of Millenium*, (Information Age: Economy, Society and culture, Vol. III), Oxford e Malden, Blackwell, 1998.
- Conselho da União Europeia (2001), *Os objectivos futuros concretos dos sistemas de educação e formação*, Relatório n.º 5680/01 EDUC 18.

- Costa, António Firmino da (2002), “Competências para a Sociedade Educativa. Questões Teóricas e Resultados de Investigação”, em AAVV *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Crompton, Rosemary, Duncan Gallie e Kate Purcell (1996), *Changing Forms of Employment: Organization, Skills and Gender*, New York, Routledge.

## D

---

- *Diário da República*, Portaria n.º 86/2007 de 12 Janeiro.
- *Diário da República*, Portaria n.º 1082-A/2001 de 5 de Setembro.
- Dias, João (coord.), M. Conceição Cerdeira e Ilona Kóvacs (2007), *Salários e condições de trabalho em Portugal*, Lisboa, MTSS/DGERT.
- Duarte, Maria Isabel Ramos (2000), *Alunos e Insucesso Escolar: um Mundo a Descobrir*, Ciências da Educação 31, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Dubar, Claude (2000), *La Socialisation : construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.

## E

---

- EUROSTAT (2003), *Young People Social Origin, Educational attainment and labour Outcomes in Europe*, Brussels, European Commission.
- EUROSTAT (2006a), *Population and Social Conditions, Education and Lifelong Learning*, Brussels, European Commission.
- EUROSTAT (2006b), *Unemployment rate by level of education*, Brussels, European Commission.
- EUROSTAT (2007), *Key data on Higher Education in Europe*, Brussels, European Commission.

## F

---

- Ferrão, João e Fernando Honório (coord.) (2000), *Saída Prematura do Sistema Educativo: aspectos da situação, causas e perspectivas em termos de emprego e formação*, Estudos e Análises, n.º 36, Lisboa, IEF, Observatório do Emprego e da Formação Profissional.

## G

---

- GEPE (2008), *Resultados Escolares 2007-2008*, Lisboa, Ministério da Educação.
- GIASE (2006), *Séries cronológicas, 1985-2005*, Lisboa, Fevereiro, Ministério da Educação.
- GIASE (2006), *Recenseamento Escolar 2006/2007*, Lisboa, Fevereiro, Ministério da Educação.
- GIASE (2006), *Séries Cronológicas, 1977-2006*, Lisboa, Ministério da Educação, volume I, p.33.

- GIASE (2006), Estatísticas da Educação 2005/2006, <http://www.gepe.min-edu.pt/np3/estatisticas>
- Giddens, Anthony (1990), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial. PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Guerreiro, Maria das Dores (1998), “Transição para a vida adulta dos jovens portugueses”, em *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores e Elsa Pegado (coord.) (2006), *Os jovens e o mercado de trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e eficácia das políticas*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, Colecção Cogitum, n.º 18.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004), *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2004.

## H

---

- Hochschild, Arlie (1983, 2003), *The Managed Heart. Commercialization of Human Feeling*, Berkeley, University of California Press.

## I

---

- Instituto Nacional de Estatística (2001), *Censos 2001 – Resultados Definitivos, XIV Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2003), *Aprendizagem ao Longo da Vida*, Lisboa, INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2006), *Retrato Territorial de Portugal*, Lisboa, INE.

## K

---

- Kovács, Ilona (org.), *Flexibilidade de Emprego. Riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta Editora, 2005.

## L

---

- Lahire, Bernard (1995), *Tableaux de Famille*, Paris, Ed. Seuil/Gallimard.
- Lahire, Bernard (2008), *La Raison Scolaire: École et Pratiques d'Écriture, entre Savoir et Pouvoir*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Lewis, Suzan, Janet Smithson e Clarissa Kugelberg (2002), “Job insecurity and psychological contracts”, em Julia Brannen, Susan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson, *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge.

## M

---

- Mateus, Sandra (2002), “Futuros prováveis: um olhar sociológico sobre os projectos de futuro no 9.º ano”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 39.
- Ministério da Educação, Departamento de programação e gestão financeira, *A luta contra o insucesso escolar: um desafio para a construção europeia*, Lisboa, Documentos-Síntese Eurydice – Rede de Informação sobre a educação na União Europeia, 1995.
- Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Ministério da Educação, Iniciativa Novas Oportunidades – apresentação, <http://www.portugal.gov.pt>, 2007.
- Montandon, Cléopâtre, e Philippe Perrenoud (2001), *Entre pais e professores, um diálogo impossível? Para uma análise sociológica das interações entre a família e a escola*, Oeiras, Celta Editora.

## O

---

- OCDE (2005), *Education at a glance* – <http://www.oecd.org>
- OCDE (2006), *Economic survey of Portugal* – <http://www.oecd.org>
- OCDE (2006), *Portugal needs to overhaul its tertiary education system, OECD says* – <http://www.oecd.org>,
- OCDE (2006), *Education at a glance* – <http://www.oecd.org>
- O’Connor, Pat, Janet Smithson e Maria das Dores Guerreiro (2002), “Gendered Realities”, em Júlia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge.
- Oliveira e Cunha, Vasco (Org.) (1998), “O Sistema de Educação na Suécia”, *Millenium Online*, n.º 12, Instituto Politécnico de Viseu.

## P

---

- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tacho, e Biscates: jovens, trabalho e futuro*, Porto, Ambar.
- Parkin, Frank (1979), «Social Closure As Exclusion» e «Social Closure As Usurpation» em *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock.
- Pinto, Conceição Alves (1998), *De pequenino se torce o pepino*, Oeiras, Celta Editora.

## R

---

- Reich, Robert B. (1991, 1993), *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Rodrigues, Maria João (2002), “Política Educativa e uma ambição para Portugal”, em Conselho Nacional de Educação, *Qualidade e Avaliação da Educação*, Seminários e Colóquios.

- Rodrigues, Maria de Lurdes (2008), “Os desafios da política de educação”, *O Economista*, Anuário da Economia Portuguesa.

## S

---

- Schutz, Alfred (1970, 1979), *Fenomenologia e Relações Sociais* (colect. Org. por Helmut R. Wagner), Rio de Janeiro, Zahar.
- Sebastião, João e Sónia Vladimira Correia (2005), “*Geração de 90*” *Políticas de educação básica, desigualdades sociais e trajetórias escolares*, Lisboa, CIES-ISCTE (policopiado).
- Sebastião, João (2007), *Democratização do ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Smithson, Janet, Suzan Lewis e Maria das Dores Guerreiro (1998), “Percepção dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 27, 1998.

## V

---

- Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs) (1998), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Vieira da Silva, José António, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e Maria de Lurdes Rodrigues, Ministra da Educação, “Novas Oportunidades: aprender compensa”, <http://www.portugal.gov.pt>
- Vieira, Maria Manuel, Joaquim Pintassilgo, Benedita Portugal e Melo (orgs.) (2003), *Democratização escolar, intenções e apropriações*, Lisboa, Centro de Investigação em Educação.

## W

---

- Weber, Max (1989), «Status, classes e partidos (1922)», em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts. Comparative studies in class analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- “A vida num canudo”, *Revista Visão*, n.º 709, pp. 60-65.



ANEXOS



## OUTRAS BIOGRAFIAS

## Tatiana

Tatiana nasceu no Porto e tem 29 anos. Casada há quatro anos, vive actualmente em Pedrosos no concelho da Maia, com o marido e com uma filha de 18 meses. Filha única, o pai é desenhador gráfico e a mãe costureira. Tatiana trabalha como engomadeira e o marido é vendedor. A filha frequenta um infantário.

A jovem frequentou o ensino primário numa escola privada no Porto. O 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário foram frequentados e concluídos já em Pedrosos, por motivos de mudança de residência.

No seu percurso escolar conta com duas reprovações: a primeira no 2.º ano, por motivos de doença; a segunda no 7.º ano, por razões que considera serem naturais durante a adolescência (falta de atenção nas aulas, fraca assiduidade).

Contrariando a vontade dos pais, decidiu abandonar os estudos na tentativa de alcançar alguma autonomia financeira. Queria ter “*as suas coisas*” e os pais não tinham condições económicas para lhas dar. Conclui apenas o 9.º ano.

Não pensa voltar a estudar e a possibilidade de vir a frequentar cursos ou acções de formação profissional está também posta de parte. Esta sua atitude não se deve ao facto de considerar a escola desajustada do mercado de trabalho, pelo contrário, acredita que facilita a integração dos jovens. Simplesmente, para o que gosta de fazer (atendimento ao público) considera que os conhecimentos que possui, aliados à experiência que acumulou durante 13 anos de trabalho, são suficientes.

A sua primeira experiência no mercado de trabalho surgiu pouco tempo depois de ter saído da escola. Tinha 16 anos. Começou a trabalhar como balconista e desempenhou esta função em três lojas diferentes. Actualmente é engomadeira, embora realize, por vezes, actividades de atendimento ao público.

A avaliação que faz do seu percurso é positiva. Sempre que mudou de emprego foi por ter encontrado condições salariais mais atractivas.

Apesar de referir que as funções que desempenha são cansativas – devido ao excessivo número de horas de trabalho em pé – afirma que o bom ambiente de trabalho entre colegas e superiores hierárquicos é bom e compensador relativamente ao desgaste físico e salário baixo (€500).

Como recomendações aos órgãos de decisão, a entrevistada refere a necessidade de maior informação nas escolas, através da criação de um serviço que sirva para informar e orientar os jovens para as novas exigências do mercado de trabalho.

## Joaquim

Joaquim tem 20 anos, é empregado de armazém numa empresa ligada à produção e comercialização de material escolar. Vive com a namorada (actualmente desempregada) e com a filha. Encontram-se em união de facto há três anos. É natural do Porto (bairro D. João de Deus), onde vive actualmente. Tem três irmãos, todos mais velhos. O pai é trolha (emigrante em França) e a mãe empregada de limpeza.

Frequentou o 1.º ciclo do ensino básico na escola João de Deus e o 2.º ciclo na Areosa (ambas no Porto). O facto de ser oriundo de um bairro dito “*controverso*”, não lhe trouxe grandes aborrecimentos na escola secundária; diz já estar “*habitado*” a lidar com determinado tipo de comentários.

Revê-se como um aluno razoável. Reprovou no 6.º ano por sentir dificuldade a algumas disciplinas, destacando Inglês e Ciências, às quais a negativa era quase sempre certa. Estudava frequentemente na biblioteca da escola com os amigos. Para além do apoio dos colegas, obtinha o ambiente propício à concentração nos estudos, elemento ausente quando estudava em casa.

A inesperada gravidez da namorada acabou por determinar a sua saída da escola, quando terminou o 9.º ano. Tendo decidido passar a viver em união de facto com a companheira e filha, viu-se obrigado a ingressar rapidamente no mercado de trabalho.

Privilegiando o jornal como instrumento de procura de emprego, esperou quatro meses até encontrar a sua primeira actividade profissional. Do seu percurso profissional fazem parte cinco experiências de trabalho; quatro como empregado de armazém e a primeira como funcionário de distribuição no Hospital de São João. Todas as experiências que teve foram em regime de trabalho temporário, numa média de quatro meses em cada uma (meio ano no Hospital, dois meses na primeira empresa como empregado de armazém, três meses na segunda, sete meses no primeiro contrato na terceira empresa e a completar o sexto mês do segundo contrato).

A transitoriedade das suas experiências profissionais leva-o a ver o futuro com algum receio. Frequentou um curso de electricista proporcionado pela Casa de Jovens do bairro D. João de Deus, antes da sua primeira experiência profissional. Até agora, foi a sua única prática de formação profissional.

Ponderou a hipótese de voltar a estudar, desta vez no regime nocturno, mas nunca a concretizou. O desemprego da mulher e a precária situação económica em que vive o agregado familiar, não lhe permitem pensar senão em procurar oportunidades de emprego. Após dois anos de trabalho, Joaquim continua a estar dependente do apoio financeiro dos pais e de outros familiares, sobretudo, para bens de primeira necessidade para a filha.

## José

José é serralheiro mecânico, tem 23 anos e o 9.º ano. Vive com os pais e com um irmão mais velho. A mãe nunca exerceu qualquer profissão e o pai é empregado de mesa num café.

É natural de Rio Tinto, onde ainda reside. Frequentou o 1.º ciclo do ensino básico na mesma localidade. Recordase de ser um aluno razoável, sem grande dificuldade em aprender. Teve a primeira experiência de mau aproveitamento escolar no 6.º ano, mas só sentiu verdadeiras dificuldades a partir do 7.º ano, nas disciplinas de Matemática e Química. O apoio extra-escolar surgiu no 9.º ano, quando começou a frequentar aulas de apoio de Matemática dadas pelo seu professor. Paralelamente, frequentava explicações fora da escola, também a esta disciplina.

José ajudava os amigos nas disciplinas de Português e Inglês, a que tinha maior facilidade. Apesar das insistências da mãe, o irmão de José, por ser quatro anos mais velho (e ter, consequentemente, um percurso escolar descoincidente), nunca o auxiliou nos estudos.

Na transição para o ensino secundário, matriculou-se na área de Humanidades, numa tentativa de evasão à Matemática e à Química. Cedo percebeu que o aproveitamento escolar não estaria garantido e, no meio do ano lectivo, abandonou o sistema de ensino. Procurando adverti-lo para as exigências do mercado de trabalho, os pais aconselharam-no no sentido da permanência na escola. José preferiu abandonar.

Depois de um ano sem qualquer orientação para o futuro, e motivado pelas opiniões positivas dos seus amigos em relação aos cursos profissionais, decidiu matricular-se num curso profissional de mecânica automóvel, com a duração de um ano e meio.

Finalizado o curso, esteve um mês a aguardar a primeira (e única) oportunidade de trabalho. Como resultado de uma pesquisa em anúncios de jornais – meio que privilegia na procura de oportunidades de emprego – respondeu a uma oferta e foi admitido como serralheiro. Inicialmente passou por dois contratos de seis meses, mais tarde assinou um contrato sem termo.

A sua experiência, que considera positiva até ao momento, a par da de alguns amigos de escola que optaram pelo mesmo percurso de José, levam-no a apoiar todas as iniciativas que visem a constituição de incentivos para a criação de mais cursos profissionais para os jovens. Na sua opinião, serão sobretudo cursos destinados a quem, como ele, considera vantajosa a aliança entre a prática e a especialização.

Apesar de exaltar os benefícios da formação profissional, em detrimento da especialização generalista que diz haver nas escolas formais, José já ponderou a hipótese de voltar a estudar à noite com o intuito de terminar o 12.º ano, tal como fez o irmão. Porém, perante a fraca ou nula inserção profissional dos seus amigos licenciados, José não vê proveito na aposta educacional.

A solidez da empresa onde se encontra há cerca de 4 anos, a possibilidade de progressão na carreira e a estabilidade que o seu contrato lhe transmite, levam-no a acreditar na ideia de *“fazer vida por ali mesmo”*.

## Júlio

Júlio é natural da Guarda, tem 29 anos de idade e exerce actualmente a profissão de operador especializado de 2.<sup>a</sup> (etiquetagem e expedição do produto acabado) numa fábrica que produz cabos eléctricos para automóveis. É casado e pai de uma criança com quatro anos de idade, actualmente a frequentar o infantário. A mulher, licenciada em gestão industrial e da produção, é responsável de tesouraria.

Quando foram pais, foi a esposa que ficou com a filha em casa, até aos 12 meses. Mais tarde, tiveram o apoio da avó paterna que ficou com a bisneta até esta completar dois anos e meio.

Júlio é filho único. Os seus pais durante alguns anos foram sócios num restaurante com gestão familiar, actualmente o pai é panificador e a mãe doméstica.

Na descrição que faz do seu percurso escolar até ao 10.<sup>o</sup> ano, destaca a falta de interesse como elemento-chave. Reprovou pela primeira vez no 5.<sup>o</sup> ano; esta experiência repetiu-se nos dois níveis de escolaridade seguintes (6.<sup>o</sup> e 7.<sup>o</sup> ano). As negativas a disciplinas como Inglês e Português, desde cedo (5.<sup>o</sup> ano) começaram a ser frequentes nas suas pautas de avaliação, tendo-o acompanhado até ao 10.<sup>o</sup> ano. Francês, História, Filosofia e Físico-Química eram outras que se destacavam pela negativa.

Quando decidiu abandonar os estudos, não considerou as expectativas dos pais, que se opuseram. Diz nunca ter feito planos para prosseguir a sua escolaridade; a preguiça e a falta de relevância dos estudos para o seu futuro foram factores determinantes. Não se arrepende da sua escolha. Refere que o grupo de amigos não teve qualquer influência na sua decisão, uma vez que, tanto teve exemplos de amigos que deixaram de estudar, como de amigos que deram continuidade aos estudos.

Depois da sua desistência, não voltou a ponderar a hipótese de voltar a estudar até ter sido influenciado pela mulher. Por sua insistência, Júlio ingressou no ensino secundário, em regime nocturno, na área de Economia. Uma vez mais, a sua tentativa falhou devido à dificuldade que sentiu em apreender os conteúdos leccionados. Nesta segunda tentativa esperava encontrar um ensino mais instrumental, menos exigente, devido ao facto de ser frequentado, na sua maioria, por trabalhadores-estudantes. A sua decepção com os métodos de ensino fê-lo uma vez mais fechar as portas à educação formal. Ficou com o 10.<sup>o</sup> ano incompleto.

O ensino profissionalizante, ao contrário da educação formal, é visto como uma mais-valia para o seu desempenho profissional. Nos últimos anos fez alguns cursos de formação em informática (MS-DOS, Office, Internet avançada) participados pelo Estado, por lhes reconhecer utilidade.

A par da desmotivação pelo ensino, a vontade de ter dinheiro para si fizeram com que comesse a trabalhar desde cedo. Começou a fazê-lo enquanto aluno, e durante as férias ajudava os seus pais no restaurante, recebendo sempre em troca algum dinheiro, em forma de “gorjeta”.

A sua primeira experiência profissional ocorreu aos 18 anos, como repositor num hipermercado. Os seus pais, nessa altura, eram ainda sócios do restaurante, mas como não tinham necessidade de outro funcionário e como Júlio não gostava da ideia de trabalhar para os pais, optou por trabalhar para outra entidade patronal, como repositor. Saiu do hipermercado para cumprir o serviço militar obrigatório e regressou, para a mesma função, depois de o ter terminado.

O seu percurso profissional constituiu-se em torno de experiências nos CTT's, como carteiro, e na fábrica onde actualmente se encontra.

O seu discurso deixou transparecer desmotivação perante as actividades que desempenhou, sendo o factor económico e a segurança do contrato a termo incerto, os elementos que mais ambicionou nas suas procuras de trabalho. Confessa que preferiria trabalhar nos CTT's, em detrimento da empresa em que se encontra, não por ser uma profissão mais atractiva, mas por ser um serviço público. Como a oportunidade de ficar efectivo surgiu na fábrica, acabou por ficar por lá.

Não tem planos definidos para o futuro. Talvez tente obter o 12.<sup>o</sup> ano através do plano de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Profissionalmente, pensa manter-se onde está.

## Tiago

Filho único e residente em Chelas, Tiago vive com o pai (tem provavelmente a 4.<sup>a</sup> classe; empregado e chefe de loja numa loja de electrodomésticos), com a mãe (tem provavelmente o 12.<sup>o</sup> ano; secretária de um advogado) e com a avó. Tem 24 anos, o 11.<sup>o</sup> ano incompleto e é operador de assistência em escala na empresa de transportação aérea portuguesa. Está a cumprir o 3.<sup>o</sup> mês de um contrato de seis meses, que à partida será renovado. Trabalha por turnos, tem folgas rotativas e ganha cerca de €870 por mês. As horas-extra que faz são pagas e dão direito a um dia de folga se fizer 30 horas num mês.

Conseguiu este emprego através de uma candidatura feita pela Internet. Considera que a empresa em que trabalha é moderna (...*uma grande casa...*). Afirma-o, dado o seu contentamento com o contrato, remuneração, ambiente de trabalho e, sobretudo, com as regalias que possui (seguro, refeições a €0.50, subsídio de intempérie, etc.). No fundo, este trabalho oferece-lhe tudo o que deseja neste momento, acrescido da possibilidade de progredir na carreira, seja nesta ou noutra função: “...*estou a jogar ali o meu futuro*”.

Até ao 10.<sup>o</sup> ano, andou sempre em escolas privadas, relativamente longe de casa, mas perto do trabalho da mãe. Primeiro, num externato até à 4.<sup>a</sup> classe, do qual guarda boas recordações. Depois, num outro externato até completar a escolaridade obrigatória. Quando reprovou no 10.<sup>o</sup> ano, deixou o ensino privado e foi para a Escola Secundária Vitorino Nemésio, na zona de Chelas, perto da sua casa. Tanto para a mudança de escola, como para a frequência de escolas privadas, não encontra explicação, remetendo-a para decisões tomadas pelos pais.

Define-se como tendo sido um aluno intermédio, pois nunca estudou o suficiente para ser bom aluno mas conseguiu passar de ano até ao 10.<sup>o</sup> ano. A sua primeira reprovação no 10.<sup>o</sup> ano deveu-se às negativas que teve “...*às disciplinas de estudo...*”; História, Português, Filosofia. Já na escola pública, voltou a reprovar no 10.<sup>o</sup> ano. Analisa a mudança para um estabelecimento de ensino público, como uma transformação radicalmente negativa. Apesar de tudo, permanecem na sua memória boas recordações deste período. Gostava de estar na escola, do intervalo, dos colegas, do ambiente, e não se importava de acordar cedo para ir para as aulas. A única excepção ou recordação negativa foi quando no 11.<sup>o</sup> ano, o professor de Filosofia lhe deu um oito em vez de um nove, fazendo-o reprovar a esta disciplina e, conseqüentemente, o ano. Esta 3.<sup>a</sup> reprovação parece ter sido fundamental para não ter concluído o 12.<sup>o</sup> ano. Toda a turma passou de ano exceptuando ele próprio, o que o fez desmotivar.

Conciliou a escola com um trabalho nos CTT, durante um ano. No entanto, acabou por sair do sistema de ensino por “...*já não ter aquela vontade...*”. Os pais gostavam que tivesse ido para a faculdade, mas aceitaram bem a sua decisão de abandonar a escola. Se fosse hoje, talvez Tiago tivesse feito o 12.<sup>o</sup> ano, uma vez que admite que lhe faz falta.

Na sua primeira experiência profissional, nos CTT, desempenhava a função de carteiro interno. Tiago tinha, então, 19 anos. Conseguiu este emprego em regime de *part-time* através de um amigo. Por fazer a divisão da correspondência das 19h às 00h, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup>, auferia €550 e não se considerava mal pago; gostava inclusive do stress associado à função. Contratado por períodos de seis meses, esteve durante três anos nesta função, mas por períodos intercalados. Sempre que terminava o contrato, saía da empresa e era chamado de novo. Esteve nos CTT por quatro períodos temporalmente definidos.

Num dos interregnos desta sua passagem pelos CTT, teve a sua segunda experiência profissional, como operador de *call-centre* numa empresa de telecomunicações. Tinha então 22 anos e conseguiu o trabalho através de uma empresa de trabalho temporário. Trabalhava quatro horas por dia, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> e recebia €350 de salário. Não guarda muitas recordações deste emprego; refere apenas alguns conhecimentos técnicos que adquiriu. Enquanto aí esteve, nunca perspectivou progredir na carreira, desejando apenas manter-se ocupado. Ao fim de quatro meses, acabou por sair da empresa, voltando aos CTT por mais seis meses. No final deste contrato, começou o trabalho que ainda hoje mantém.

Com 24 anos, está prestes a estabilizar-se profissionalmente e por isso não pensa voltar a estudar, apesar de afirmar que se fosse hoje, teria concluído o 12.<sup>o</sup> ano. Não sente grande necessidade de formação mas, se a fizesse, seria na área da Informática ou da Contabilidade. Considera que a experiência escolar lhe foi útil, nomeadamente, a aprendizagem do Inglês, que aplica bastante no trabalho. Actualmente, para além de ver concretizada a renovação contratual, gostava de se candidatar, por concurso interno, a um posto de manutenção da TAP.

Habitualmente, como meios de procura de emprego, recorre à Internet e a empresas de trabalho temporário, considerando, todavia, que estas estão mais vocacionadas para trabalhadores/estudantes. Está inscrito no Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas nunca conseguiu trabalho por este meio, tendo-lhe sido só facultada informação sobre a procura de emprego. Considera que este serviço deveria ser mais pessoal e eficaz, nomeadamente, para evitar o desemprego na faixa etária mais jovem. Para Tiago, os jovens têm dificuldades em ingressar no mercado de trabalho, sobretudo, se tiverem poucas habilitações.

Faz um apelo ao Ministro do Trabalho e da Segurança Social, no sentido de promover uma maior empregabilidade e durabilidade contratual dos jovens, principalmente, através da actuação junto das empresas.

## Octávio

Octávio tem 29 anos e vive na Póvoa de Sto. Adrião com a mulher e com o filho. Trabalha como vigilante numa empresa de segurança privada. A mulher, trabalhadora independente, recebe através de recibos verdes, instalando programas publicitários em circuitos fechados de televisão. O filho, de dois anos, está agora no infantário, tendo ficado um ano em casa com a mãe.

Antes de vir para a Póvoa de Sto. Adrião, Octávio viveu em Estremoz com os pais e o irmão. O pai, com o ensino primário, trabalhou como empregado de mesa e encontra-se actualmente reformado. A mãe, também com o ensino primário, é doméstica, tendo já trabalhado como empregada doméstica por conta de outrem. O irmão, de 23 anos, concluiu a escolaridade obrigatória e trabalha com vínculos precários num ginásio e numa loja de bicicletas.

A sua saída de Estremoz deu-se quando decidiu viver com a namorada da altura.

Frequentou a escola primária na localidade de São Lourenço. Reprovou duas vezes no 2.º ano, facto que atribui à repetida mudança de professoras e às dificuldades sentidas a Matemática e Português. O 5.º e 6.º anos foram feitos numa escola, já em Estremoz, e o 9.º ano foi frequentado numa escola profissional, na área de Mecânica. Na análise que faz da sua passagem pelo sistema de ensino, sublinha como memórias positivas o tempo passado no recreio e as aulas de ginástica. Define-se como um aluno médio, embora reconheça ter tido dificuldades de aprendizagem e problemas de concentração. Por indicação dos professores, chegou a ter apoio extra-curricular.

Quando terminou o curso profissional, e conseqüentemente o 9.º ano, quis entrar no mercado de trabalho e, por isso, saiu do sistema de ensino. A mãe de Octávio sempre desejou que o filho prosseguisse os estudos até ao ensino superior, até porque ela própria gostaria de o ter feito. Não obstante, aceitou a sua vontade.

Começou a trabalhar com 16 anos, através do IIEP, como lavador/lubrificador de automóveis numa empresa. Permaneceu neste emprego durante quatro anos. Trabalhava das 8h às 17h30, tinha folga ao sábado à tarde e ao domingo e ganhava €400 por mês. Gostava do trabalho e até podia ter ascendido a chefe de oficina ou a mecânico profissional mas estava cansado da rotina e decidiu despedir-se.

Seguiu o convite de um primo e foi trabalhar com ele no dia seguinte, como montador de alumínio. Nesta empresa folgava apenas aos domingos, trabalhava das 8h às 19h e auferia um salário de €400. Esteve neste emprego durante um ano e meio e confessa que, se lá tivesse continuado, podia inclusivamente ter criado o seu próprio negócio de alumínio.

Foi por volta desta altura que Octávio começou a sentir vontade de sair do Alentejo e ir viver com a namorada para Lisboa, onde esta residia. Com este objectivo, e ainda antes de se despedir, foi a uma entrevista em Lisboa, para uma vaga de electricista. Tendo tido conhecimento desta oferta no jornal, acabou por ficar com o emprego. Como ajudante de electricista, trabalhava das 8h às 17h e auferia €500 mensalmente. Com esta nova experiência profissional, teve oportunidade de adquirir competência na área da Electricidade e de conhecer Lisboa. Por considerar que não era suficientemente pago para as tarefas que desempenhava, despediu-se passado um ano e foi trabalhar como vigilante para a empresa em que se encontra hoje. Trabalha por turnos, das 8h às 20h ou das 20h às 00h. Está nesta função há quatro anos e ganha €530 mensais. A sua mulher recebe cerca de €500 por mês.

Está contente com o contrato e remuneração que tem, mas considera a função monótona, e está a ponderar mudar de actividade, talvez regressando à área da mecânica. Num contexto de indefinição, pondera igualmente emigrar. Se acabar por ficar em Portugal, espera futuramente comprar a casa dos sogros e conciliar um *part-time* de vigilante com outro de mecânico, com o objectivo de mudar para esta última profissão. Enquanto isto não acontece, terá que fazer uma reciclagem de conhecimentos, pretendendo fazer formação. Pensa igualmente fazer um curso de informática, reconhecendo a sua crescente importância no mercado de trabalho actual.

Não se arrepende de não ter estudado mais, mas se voltasse atrás, completaria o ensino secundário, uma vez que sente falta dessa qualificação. Agradece à escola por lhe ter ensinado a ler, a escrever e a conhecer geograficamente o Mundo.

Admite que a formação profissional é uma boa oportunidade para que os jovens se insiram no mercado de trabalho e por essa razão, afirma que só é possível contrariar o desemprego dos jovens criando mais oportunidades de formação. Para Octávio, são os jovens com menores qualificações os que encontram maiores dificuldades no mercado de trabalho.

Deixa como sugestão ao Ministro do Trabalho e da Segurança Social que fomente a vinda de empresas estrangeiras para Portugal, como forma de dinamizar a economia, incrementando paralelamente as qualificações dos portugueses.

## Júlia

Júlia tem 21 anos e vive em Estremoz com o marido e com a filha de cinco anos.

Teve um percurso escolar sem sobressaltos. Fez o 1.º ciclo do ensino básico em Evoramonte e o 2.º e 3.º ciclos em Estremoz. Recorda-se de ser uma aluna “preguiçosa”, com pouca vontade de estudar. No entanto, da sua vida escolar, consta apenas uma reprovação no 9.º ano. Sentia dificuldades às disciplinas de Matemática, Físico-Química e Geografia, porém, atribui a sua reprovação a “*más influências*”. Segundo diz, nesse ano, teve como companheira uma aluna indisciplinada, o que contribuiu para aumentar os seus níveis de desconcentração nas aulas. Não obstante, Júlia contou sempre com apoio extra-escolar.

A saída do sistema de ensino, na vida de Júlia, teve origem num outro motivo, que não os fracos resultados escolares. Aos 15 anos e a repetir o 9.º ano, Júlia teve uma gravidez não planeada que a levou a deixar de estudar após ter terminado a escolaridade obrigatória.

Depois do parto, ficou um ano sem trabalhar para prestar assistência à sua filha. Terminado esse ano, surgiu a oportunidade de frequentar um curso de formação profissional na área de Informática. Este curso, cujos conteúdos variavam entre software e hardware, era composto por um período de aulas, complementadas com um estágio. Júlia estagiou, então, numa loja de produtos e serviços informáticos, experiência que considera ter sido muito enriquecedora.

Terminado o estágio, foi trabalhar com o pai no seu mini-mercado. O pequeno negócio familiar foi, desde sempre, a fonte de rendimento da família, sendo que a mãe, antes de deixar de trabalhar, também lá laborava.

Esta contratação resultou de um acordo estabelecido com o IEFP, favorecendo a integração profissional de jovens à procura do primeiro emprego.

Actualmente, desempenha as funções de empregada de caixa, mas confessa que assume diferentes responsabilidades e tarefas, desde a limpeza à reposição. Tem um contrato sem termo, trabalha das 8h às 19h30, de 2.ª a 6.ª e Sábado, das 8h às 13h. Aufere o salário mínimo nacional e não vê perspectivas de progredir neste emprego, nem em termos salariais, nem ao nível das funções que desempenha.

Quando analisa o seu trajecto escolar, arrepende-se de não ter voltado a estudar e de não ter concluído o ensino secundário. Gostaria de mudar para um emprego melhor, mas reconhece que seria necessário ter mais estudos.

Como recomendação, sugere à Ministra da Educação que influa ao nível dos preços dos manuais e que conceda aos professores melhores condições de trabalho.

## Luciana

Luciana tem 29 anos e vive com o namorado, em Odivelas. Passou a infância em Mirandela, terra natal do pai, onde frequentou o 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico.

O pai, actualmente reformado, viveu em Angola, onde trabalhou como polícia e, em Portugal, teve a profissão de camionista. A mãe, que nunca frequentou a escola, foi sempre doméstica. Luciana tem dois irmãos.

O 2.º ano do 1.º ciclo do ensino básico foi feito numa outra escola, numa aldeia vizinha. Os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico foram feitos na Escola Agrícola, numa outra localidade, para a qual se deslocava de transportes públicos.

Considera ter sido uma aluna mediana. As principais dificuldades escolares, ao nível do aproveitamento, foram sentidas a Matemática e Francês, disciplinas a que chegou a ter aulas de apoio, dentro da escola. Apesar das dificuldades, nunca reprovou nenhum ano.

A sua saída do sistema de ensino ocorreu a meio do 10.º ano, quando Luciana começou a sentir maiores dificuldades no estudo. As necessidades económicas da família, aliadas a um sentimento de obrigatoriedade de a ajudar, foram factores determinantes no momento de decidir sair da escola. De facto, admite que teria continuado a estudar se não tivesse que apoiar financeiramente a família e se os pais lhe tivessem dado um acompanhamento mais rigoroso.

A sua primeira experiência profissional teve lugar aos 17 anos. Durante o período de férias, Luciana ia com os pais para Espanha, para a apanha da fruta. Não se recorda de quanto ganhava; lembra-se apenas que eram pagos por quilo de fruta recolhida e que, no final de cada dia de trabalho, deveriam estar recolhidas 20 ou 30 caixas de fruta. Quando deixou de estudar, continuou a manter esta actividade durante os meses da apanha.

Entretanto, iniciou actividade numa residencial em Mirandela. Fazia a limpeza e servia os pequenos-almoços. Trabalhava das 7h30 às 12h30 e das 14h às 17h, tinha um dia e meio de folga por semana, e um contrato sem termo. Auferia o salário mínimo nacional. Ficou neste emprego cerca de um ano e acabou por sair devido a desavenças com colegas de trabalho.

Um dos irmãos de Luciana trabalhava em França. Não tendo qualquer ocupação em Portugal, Luciana decide ir para França ajudar o irmão e a cunhada no cuidado do sobrinho recém-nascido. Esteve lá três meses sem remuneração, mas com um acordo familiar que consistia no pagamento, por parte do irmão, da prestação do seu carro (o equivalente a €150).

Passados estes três meses, e novamente por intermédio da família (neste caso, do outro irmão), conseguiu trabalho em Lisboa, na charcutaria de um hipermercado. Assinou um contrato de seis meses, a que se seguiu um contrato sem termo. Trabalhava das 15h30 às 00h, com 1h para refeição, e tinha duas folgas semanais. Recebia €490 mensais. Neste emprego, não considerava ter reunidas as condições de trabalho necessárias. Estava exposta a temperaturas muito baixas, o que agravava a sua bronquite asmática.

Despediu-se quando a sogra a convidou para trabalhar com ela no seu restaurante. Hoje, Luciana trabalha como ajudante de cozinha, das 11h30 às 22h30, com 1h para refeição e uma folga semanal. Tem contrato de trabalho sem termo, mas espera poder, um dia, juntamente com o marido, dar continuidade ao negócio familiar por sua conta. Se isso não for possível, esperam conseguir dar início a um negócio próprio.

## Marlene

Marlene tem 22 anos e vive em Torres Vedras. Desde o falecimento do seu pai, vive apenas com a mãe. Na mesma casa, no andar de baixo, vive a sua irmã com o marido e com o filho.

A mãe é proprietária de um café, no qual Marlene sempre trabalhou de forma informal.

Considera ter sido uma boa aluna, com média de três/quatro valores. A única disciplina a que tinha dificuldades era Matemática. Gostava de todas as disciplinas em geral, mas destaca o Inglês e as Ciências como as preferidas. Nunca reprovou, mas por considerar que prosseguir os estudos não lhe traria qualquer benefício, abandonou a escola antes de terminar o 9.º ano.

Inicialmente, começou por tomar conta dos filhos de uma amiga, enquanto esta ia trabalhar. Depois, trabalhou durante três meses numa colónia de férias, também a cuidar de crianças. Recebia €450 por mês e tinha um horário das 8h às 16h.

A esta ocupação seguiu-se um emprego numa fábrica alemã de electrodomésticos, na linha de montagem. Trabalhava das 8h15 às 17h15 e tinha 1h para refeição. Auferia €450 mensais e tinha um contrato de um ano, que acabou por não ser renovado.

Durante o período de transição de empregos, e mesmo quando estava empregada, Marlene nunca deixou de ajudar a mãe no café, adaptando os seus horários às tarefas do negócio familiar. A retribuição por este tipo de apoio era, também ela, informal. A mãe dava-lhe dinheiro sempre que ela precisasse ou pedisse.

Na procura de emprego, Marlene adoptou múltiplos veículos. Inscreveu-se no IEFP e chegou a ser solicitada para trabalhos diversos, embora nunca tenha aceiteado nenhum emprego por serem todos muito distantes da sua residência. Procurou também em jornais e em lojas ou locais em que pudesse ser contratada.

Encontrou emprego através de uma amiga. Trabalha como auxiliar no Centro de Apoio Infantil Comunitário. Juntamente com outra auxiliar e com uma monitora, toma conta de 15 crianças. Tem um horário das 13h às 14h30 e das 15h30 às 19h. Auferir €400 de salário. O seu local de trabalho fica perto da sua casa, o que lhe permite deslocar-se a pé e almoçar na sua residência. Por outro lado, não tem contrato de trabalho, nem faz descontos para a Segurança Social.

Para Marlene, o mais importante num trabalho é gostar-se daquilo que se faz e existir um bom relacionamento com colegas e superiores, mas realça a componente remuneratória como elemento fundamental.

Quando projecta o futuro, perspectiva duas realidades diferenciadas. Por um lado, continuar a investir tempo e trabalho no café da mãe – que, de resto, se encontra em fase de expansão com a construção de uma esplanada. Por outro, apostar naquilo que considera ser uma vocação para o cuidado de terceiros, trabalhar com crianças e idosos e aprender linguagem gestual.

Em breve irá tirar a carta de condução, o que lhe dará maior autonomia e independência.

Olhando para trás, lamenta a atitude da mãe face à sua decisão de deixar de estudar. Gostaria que a mãe a tivesse incentivado e coagido a permanecer na escola, alertando-a para o papel que a escolaridade representa no sucesso profissional.

## Jorge

Jorge tem 30 anos e vive em Mira-Sintra com os pais e com a irmã. O pai, actualmente reformado, tem a 4.<sup>a</sup> classe e já trabalhou como carpinteiro e guarda-nocturno. A mãe, também com a 4.<sup>a</sup> classe, é empregada doméstica por conta de outrem.

A passagem de Jorge pelo sistema de ensino foi marcada por um problema auditivo, que só foi descoberto depois de ter reprovado quatro vezes no ensino primário. Em casa, os pais desconfiaram de que alguma coisa não estaria bem, mas a confirmação veio através da intervenção de uma professora, que percebeu que Jorge não ouvia bem. A transição para o 5.<sup>o</sup> ano só se deu quando lhe foi colocado um aparelho auditivo.

O 2.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico foi já feito com acompanhamento e com sessões de terapia da fala no Hospital de Santa Maria. Transitou para o 3.<sup>o</sup> ciclo e, fazendo apenas três ou quatro disciplinas por ano, deverá ter concluído o 9.<sup>o</sup> ano em 5 ou 6 anos. Sempre necessitou de apoio escolar e apesar das dificuldades de aprendizagem, ajudava os seus colegas na sua disciplina preferida: História.

Todas as escolas que frequentou até ao 9.<sup>o</sup> ano eram situadas perto de sua casa, no bairro social de Mira-Sintra. Recorda-se de que a escola primária não tinha muitas condições, até porque tinha sido construída para ser provisória. Lembra-se também de se sentir aprisionado, dadas as grades que a rodeavam. Considera que foi um aluno médio, mas esforçado, com dificuldades a Português e a Matemática.

Depois de concluído o 9.<sup>o</sup> ano, inscreveu-se no ensino secundário em regime nocturno. Teria concluído o 12.<sup>o</sup> ano, não fosse um acidente de automóvel, no final do 9.<sup>o</sup>, que deixou o pai incapacitado. Jorge viu-se obrigado a ir trabalhar.

Conseguiu conciliar o trabalho com os estudos durante algum tempo, mas acabou por desistir de estudar, por trabalhar por turnos e por estar constantemente cansado. Os pais compreenderam a sua opção, apesar de terem ficado descontentes por não acabar o 12.<sup>o</sup> ano.

A sua primeira experiência profissional foi aos 23 anos, como repositor num hipermercado – emprego que conseguiu através de um anúncio de jornal. Assinou um contrato de seis meses, trabalhava 8h por dia e ganhava €375 por mês. Gostava da independência que o seu salário permitia, mas não gostava muito da função que desempenhava, e também sentia que não tinha possibilidades de progredir numa empresa razoavelmente modernizada. O seu contrato acabaria por não ser renovado.

Mais tarde, candidatou-se a um emprego como operador de caixa num mini-mercado. Foi aceite e assinou vários contratos durante o ano e meio que lá esteve. Trabalhava por turnos de 8h e recebia €375. Considerava que tinha um trabalho precário, apesar de gostar da função e da maior responsabilidade que tinha; o salário era baixo, não havia segurança contratual e não se sentia protegido face a acidentes de trabalho. Novamente, o contrato não foi renovado.

Esteve durante uns meses a receber o subsídio de desemprego, até que acabou por ser chamado para trabalhar como repositor, num outro hipermercado. Assinou um contrato de 6 meses, trabalhava por turnos de 8h e ganhava cerca de €400. Gostava das funções que desempenhava, embora tivesse muitas vezes que fazer outras tarefas, como limpezas. Um ligeiro acidente de trabalho (entorse) fê-lo ficar de baixa durante umas semanas. O contrato não foi, uma vez mais, renovado.

Mais tarde encontrou o emprego que mantém actualmente. É funcionário de um hipermercado, onde trabalha no atendimento. Tem, como nos outros empregos, um horário de turnos rotativos de 8h e recebe €555 mensais. Conseguiu este trabalho através da irmã que já lá trabalhava. Está nesta empresa há 8 anos e é operador especializado. Ambiciona, de futuro, ascender à categoria de chefe de secção.

Se pudesse voltar atrás, teria seguido os estudos na área de enfermagem ou tirado um curso profissional de Arte e Design. Actualmente, gostava de concluir o 12.<sup>o</sup> ano mas afirma ser muito difícil conciliar os estudos com o trabalho. Sente igualmente necessidade de fazer um curso/formação em programação de computadores.

## Jaime

Jaime tem 19 anos e vive com os pais, irmãs e cunhado. O pai, com a 4.<sup>a</sup> classe de escolaridade, é operário fabril. A mãe, também com a 4.<sup>a</sup> classe, é doméstica. Tem duas irmãs: uma tem 21 anos e estuda no 12.<sup>o</sup> ano, a outra tem apenas 23 meses.

Da sua trajectória escolar, consta uma reprovação no 3.<sup>o</sup> ano do 1.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico. A partir daí, obteve sempre os resultados necessários para passar de ano até concluir a escolaridade obrigatória. Ao nível do seu aproveitamento escolar, considera-se um aluno médio. Sempre sentiu dificuldades a História, Português, Ciências e Geografia, apresentando algumas negativas recorrentes a estas disciplinas.

Deixou de estudar com 16 anos, quando estava no primeiro período do 10.<sup>o</sup> ano. Os maus resultados escolares que apresentava, concretizados em sete negativas no primeiro momento de avaliação do ano escolar, levaram-no a desmotivar. Paralelamente, recebeu um convite por parte de familiares, para trabalhar num pequeno negócio. Por não querer dar continuidade a uma vida escolar que antevia falhada, e querendo começar a trabalhar, aceitou a proposta.

Começou a trabalhar no emprego que mantém hoje. É funcionário de uma loja de electrodomésticos e tem como função reparar electrodomésticos avariados. Nunca teve uma formação formal para desempenhar as tarefas que tem; tudo o que aprendeu foi através de colegas e superiores. Tem um contrato sem termo, trabalha das 9h às 13h e das 14h às 19h, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup>, e aos Sábados trabalha das 9h às 13h. Recebe €370 por mês.

Apesar de não se sentir arrependido por ter deixado o sistema de ensino, admite a possibilidade de voltar a estudar, em regime nocturno, para terminar o ensino secundário. Neste momento, não consegue perspectivar o futuro, vivendo apenas o quotidiano.

## Sérgio

Sérgio tem 28 anos e reside no Monte da Caparica com os pais. O pai tem a 4.<sup>a</sup> classe de escolaridade e está reformado, tendo sido 2.<sup>o</sup> cabo da GNR com a função de motorista. A mãe, com o 9.<sup>o</sup> ano, está neste momento desempregada, mas já trabalhou com empregada de limpeza numa empresa. Sérgio tem também uma irmã, de 21 anos, que está na 4.<sup>a</sup> classe da licenciatura de Enfermagem. Neste momento, Sérgio está desempregado.

Tendo nascido com uma deficiência mental, o percurso escolar de Sérgio decorreu com alguns constrangimentos temporais, decorrentes das suas dificuldades de aprendizagem. Tem o 9.<sup>o</sup> ano de escolaridade, tirado pela via profissionalizante. Até ao 6.<sup>o</sup> ano estudou em regime de educação especial.

Em regime de educação especial, frequentou dois externatos privados: um até à 4.<sup>a</sup> classe e outro até ao 6.<sup>o</sup>. Terminado o 6.<sup>o</sup> ano e com 16 anos, o pai decidiu que Sérgio não poderia mais continuar a estudar; considerou que não valeria a pena. Através do avô, Sérgio conseguiu, então, a sua primeira inserção profissional, numa oficina, como lavador de automóveis. Não tinha contrato de trabalho, tinha um horário das 9h às 18h, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> e recebia €25. Era uma oficina pequena e gostava de lá estar, mas, passado um ano, foi procurar um emprego melhor.

Conseguiu trabalho, mais tarde, como distribuidor de jornais, depois de ter falado directamente com a directora de um jornal regional. Trabalhava das 9h às 18h, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> e recebia €125 mensais. Esta sua inserção profissional acabaria por ser interrompida quando, aos 18 anos, foi chamado para cumprir o serviço militar obrigatório. Esteve 4 meses em Beja, a cumprir o serviço militar, tendo regressado ao jornal quando o período de recruta terminou. Permaneceu no jornal por dois anos, tendo saído devido a um desentendimento entre o seu pai e a sua chefia directa. O pai de Sérgio considerava a sua remuneração muito baixa.

Terminada a experiência no jornal, foi tirar um curso financiado de Hotelaria, com equivalência ao 9.<sup>o</sup> ano. Neste curso, teve direito a uma bolsa de formação mensal, no valor de €500. Através do curso, realizou um estágio profissional num Hotel.

Não conseguiu emprego depois de ter concluído a formação e, como tal, foi para um centro de reabilitação profissional (dependência do IEFP), em regime de internato. Tinha uma bolsa de formação mensal no valor de €300. Foi neste centro que aprendeu competências que considera fundamentais, como, por exemplo, elaborar um currículo e técnicas de entrevista. Através deste curso, conseguiu um novo estágio profissional, numa Pousada da Juventude.

Novamente sem emprego, foi para um externato de educação especial, onde realizou uma formação em limpezas. Foi, na sequência deste curso, trabalhar para um hospital, como empregado de limpezas, com uma bolsa de formação no valor de €75 mensais. Trabalhava das 10h às 17h. Quando terminou a formação, ficou mais uma vez sem emprego.

Voltou a encontrar emprego, mais tarde, como entrevistador numa empresa de telecomunicações. Um trabalhador da empresa foi a sua casa promover um serviço e acabou por deixar um contacto para recrutamento. Depois de uma entrevista, começou a trabalhar. Fazia entrevistas porta a porta, em Lisboa e Almada. Entrava às 9h e saía às 20h, mas segundo diz, o que recebia não chegava sequer para o pagamento dos transportes. Por se sentir explorado, saiu da empresa, ficando sem trabalho uma vez mais.

Depois de alguns meses sem ocupação, Sérgio voltou a fazer um curso profissional, desta vez de Hotelaria, Restauração e Serviço de andares. O curso funcionou nos mesmos moldes dos anteriores e teve a duração de 2 anos. Terminado o curso, Sérgio ficou sem trabalho, situação em que ainda se encontra actualmente.

De futuro, gostaria de tirar um curso de formação profissional na área das telecomunicações. Vê o seu futuro profissional com incertezas e indefinições.

## Silvino

Silvino tem 22 anos e vive com o padrinho e com a madrinha. Filho de cabo-verdianos, nasceu em Portugal, mas espera ainda pelo processo de legalização. Não se sabe por que motivos não vive com os pais. Destes, sabe apenas que a mãe era jardineira e o pai carpinteiro.

Está ao cuidado dos padrinhos desde criança. O padrinho tem a 4.<sup>a</sup> classe de escolaridade e é cantoneiro; a madrinha não frequentou a escola e é doméstica. Sabe que tem irmãos, mas só conhece dois deles. Um tem 30 anos, o 5.<sup>o</sup> ano e é pedreiro; outra tem 27 anos, o 5.<sup>o</sup> ano e é doméstica.

Vive num bairro desfavorecido da periferia de Lisboa e realiza trabalhos pontuais, como fotógrafo amador, numa associação comunitária de apoio a jovens. É também responsável pelo atelier de fotografia desta associação. Sempre frequentou esta associação, e quando uma reconhecida fotógrafa brasileira visitou o bairro, Silvino viu despertar o seu interesse pela fotografia. A fotógrafa ofereceu máquinas fotográficas e impressoras à associação e ensinou vários jovens a manipular estes instrumentos. Silvino foi um deles.

Sem formação oficial, foi aprendendo sozinho e com ajudas pontuais de fotógrafos que visitam o bairro. No atelier de fotografia, revela as fotografias que faz, não recebendo qualquer remuneração. A sua única fonte de rendimento advém das fotografias que faz, para residentes do bairro, em cerimónias ou outras ocasiões (casamentos, festas...). Ganha cerca de €200 mensais e adora o seu trabalho.

Gostaria de estudar fotografia e seguir a carreira de fotógrafo mas, para isso, necessitaria de ver regularizada a sua nacionalidade e situação residencial.

Frequentou o ensino primário numa escola dentro do bairro e o 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ciclos foram feitos numa escola perto do local onde reside. Quando terminou o 9.<sup>o</sup> ano, ingressou numa outra instituição de ensino, em Belém, para tirar um curso profissional.

Considera nunca ter sido um mau aluno, embora tenha reprovado três anos por mau comportamento e por falta de empenho. A primeira reprovação deu-se no 2.<sup>o</sup> ano, no 1.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico. Depois, voltou a reprovar no 8.<sup>o</sup> ano, no que diz ter sido uma fase de “descobertas” e aventuras.

Quando ingressou no ensino secundário, voltou a reprovar no 10.<sup>o</sup> ano. Teve nota negativa às disciplinas de Francês, Inglês, Métodos Quantitativos e Geografia. Acabou por deixar de estudar, o que considera ter sido “*uma parvoíce*”. Quis encontrar um emprego, mas não conseguiu devido à sua situação legal. Pouco tempo depois, iniciou a sua actividade na associação em que está hoje e por lá permanece.

No seu grupo de amigos, muitos desistiram de estudar e encontram-se, na sua maioria, a trabalhar na construção civil, como serventes. Outros seguiram o caminho da criminalidade.

Os seus padrinhos sempre quiseram que estudasse e sempre o alertaram para a precariedade do mundo laboral. Silvino sente-se arrependido e espera fazer uma formação profissional na área da Fotografia assim que tiver possibilidade. Se pudesse voltar atrás, teria terminado o 12.<sup>o</sup> ano e ingressado no ensino superior em Jornalismo ou Psicologia. Pondera a hipótese de trabalhar no estrangeiro, caso não consiga emprego em Portugal.

## Edgar

Edgar tem 23 anos e vive em Lisboa com os pais e irmãs. O pai, com a 4.<sup>a</sup> classe, é serralheiro mecânico. A mãe nunca estudou e encontra-se actualmente reformada, tendo já trabalhado como empregada doméstica e vendedora de peixe. Uma das irmãs tem 18 anos, um curso profissional de óptica com equivalência ao 12.<sup>o</sup> ano, e é empregada de um restaurante. Outra irmã tem 17 anos, o 8.<sup>o</sup> ano, e trabalha numa loja de decoração. A irmã mais nova tem 6 anos e entrou este ano para a escola. Edgar tem ainda um irmão com 24 anos, que já não vive com ele, com o 10.<sup>o</sup> ano e desempregado.

A vida familiar de Edgar teve um impacto determinante na sua vida escolar e profissional. O pai separou-se da mãe durante a sua infância e regressou a casa há cerca de cinco anos. Durante este período de ausência do pai, a família passou por sérias dificuldades, que viriam a afectar o trajecto de vida de todos, mas sobretudo dos irmãos mais velhos. Hoje, Edgar mantém uma relação distanciada do pai, apesar de viverem na mesma casa.

Do seu tempo de aluno, recorda-se de estudar pouco. Era muito atento nas aulas e fazia os trabalhos de casa na escola, o que era o suficiente para conseguir passar de ano. Nunca reprovou e a única disciplina a que tinha negativas era Inglês. Lembra-se de ter tido um comportamento menos próprio durante o 6.<sup>o</sup> ano, quando faltou dois meses às aulas para ficar em casa a jogar computador. Conseguiu recuperar o ano sem reprovar.

No 7.<sup>o</sup> ano foi transferido para outra escola. Ainda hoje desconhece os motivos que originaram esta transferência, sabe apenas que a mudança de escola, de ambiente e de colegas, foram causadoras de grande desmotivação. Concluiu o 9.<sup>o</sup> ano e optou por fazer um curso profissional na área de Electricidade. Foi nesta altura que o pai regressou a casa e Edgar, querendo escapar a uma convivência quotidiana, decidiu tirar o curso no Algarve, longe de casa. Tomou conhecimento desta possibilidade através de um amigo e, apoiado pelo irmão, ficou no Algarve durante dois anos.

Gostava da escola e do curso, mas, uma vez que o pai não conseguia encontrar trabalho, Edgar sentiu-se obrigado a voltar a casa para ajudar nas despesas domésticas. Ficou com o curso incompleto, com equivalência ao 11.<sup>o</sup> ano, e nunca mais voltou a estudar.

Antes de se iniciar formalmente no mercado de trabalho, tinha já trabalhado com a mãe, quando esta era empregada doméstica em casas particulares. Não obtinha qualquer rendimento, até porque tinha 10 anos e as tarefas que desempenhava eram uma ajuda ao trabalho da mãe. Edgar limpava, aspirava, e apoiava a mãe no que podia. Mais tarde, com 13 anos, trabalhou durante três meses como porteiro de um prédio, para substituir a porteira permanente – sua vizinha – durante as suas férias. Entrava às 7h e saía às 10h, depois de limpar os vidros e lavar a escadaria para a escola e regressava às 18h para fechar a porta. Não tinha contrato, ganhava €200 e gostava do trabalho. Teve ainda uma outra actividade informal, quando estava no 7.<sup>o</sup> ano. Através de um amigo, foi trabalhar para uma empresa de acrílicos, onde fazia placards. Não tinha contrato e recebia €500, que eram entregues à mãe na totalidade. Deixou este emprego porque o seu patrão nem sempre lhe pagava tudo o que tinha sido acordado.

Durante o período de tempo em que esteve no Algarve, começou a namorar com uma rapariga de Lisboa, cujo pai estava empregado numa empresa de telecomunicações. Quando voltou para Lisboa, foi através da mãe da namorada que conseguiu emprego, nessa mesma empresa, como electricista. Tinha como função instalar centrais e acessos telefónicos, recebendo cerca de €400 mensais. A empresa acabou por falir, passados dois anos, deixando Edgar sem trabalho.

Mais tarde, conseguiu emprego na empresa em que está hoje. Trabalha como vigilante numa empresa de segurança privada há 4 meses. Tem um contrato de trabalho sem termo e recebe cerca de €700, com o pagamento de horas extraordinárias incluído. Desempenha as funções de vigilante e de recepcionista e gosta do que faz, embora espere com ansiedade por uma oportunidade de formação em *body-guarder* – promessa da empresa. Edgar lamenta ter deixado de estudar, mas garante que não tinha outra opção. Gostaria de ter prosseguido os estudos para o nível superior mas actualmente já não conta fazê-lo. Espera manter-se no trabalho em que está, mas não afasta a hipótese de mudar de emprego, caso encontre uma ocupação mais apazível e bem remunerada.

## Vanda

Vanda tem 24 anos e reside em Lisboa com os pais e com o irmão, embora já tenha comprado uma casa em Lisboa, que está, neste momento, a mobilar. O pai, com a 4.<sup>a</sup> classe, está reformado, mas era administrativo na função pública. A mãe, também com a 4.<sup>a</sup> classe, é doméstica. O seu irmão, de 28 anos, completou esse mesmo nível de ensino, tendo frequentado uma escola de reeducação pedagógica até aos 18 anos, devido a uma deficiência mental, e trabalhando presentemente como técnico de ar condicionado.

Vanda fez a escolaridade primária num externato privado. Gostava da escola e dos professores, mas nunca aceitou bem a ideia de ter de usar uma farda. Quando transitou para o 2.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico, passou para a escola pública.

Até ao 12.<sup>o</sup> ano, nunca reprovou. Não considera ter sido uma aluna exemplar, sobretudo, devido ao seu comportamento irregular e irrequieto, no entanto, conseguiu transitar sempre de ano. Ao longo da sua trajectória escolar, estudou Inglês numa escola privada, desistindo no 6.<sup>o</sup> grau.

No 12.<sup>o</sup> ano, não conseguindo aprovação à disciplina de Matemática, acabou por sair do sistema de ensino e entrar no mercado de trabalho. Tentou ainda ter apoio extra-escolar, mas não se revelou suficiente para obter bons resultados a esta disciplina.

Os seus pais, que sempre investiram na sua escolaridade e sempre valorizaram a escola e a aprendizagem, não concordaram com a decisão, mas Vanda não mudou de opinião e começou a trabalhar.

O primeiro emprego que teve foi num mini-mercado. Trabalhava das 9h às 20h, com 2h30 para refeição e fazia atendimento ao público. Auferia €500 por mês e, em 4 meses, chegou a sub-gerente (porém, sem aumento de salário). Não gostava do trabalho de operadora de caixa, mas sentia-se bem a chefiar – responsabilidade que tinha perante as colegas de loja. Acabou por sair deste emprego depois de ter contraído um vírus devido às más condições de trabalho. Estava no seu segundo contrato de oito meses quando se despediu.

Enquanto procurava emprego, foi trabalhar para a loja de informática do namorado, onde fazia o atendimento aos clientes. Não tinha contrato de trabalho e, por vezes, não ia trabalhar. Quando lá estava, entrava às 9h e saía às 17h. Recebia cerca de €400 mensais e só não gostava da localização (Oeiras), que considerava longe.

Passados 6 meses, foi trabalhar para uma empresa de aluguer de automóveis, onde, uma vez mais, fazia o atendimento ao cliente. Conseguiu este emprego através de um amigo da mãe e esteve lá durante 6 meses – duração do contrato. Trabalhava das 9h às 19h e recebia €500 por mês.

Depois de ter estado cerca de um ano desempregada, começou a trabalhar na empresa em que está hoje. É vigilante numa empresa de segurança privada. Tem um contrato sem termo há dois anos, trabalha por turnos rotativos de 8h e recebe €700, com horas extra incluídas. Para conseguir este emprego, inscreveu-se directamente na empresa.

Apesar de não ver grandes possibilidades de progressão na empresa, de desempenhar tarefas que extrapolam as suas funções e de usar farda (coisa de que nunca gostou), estima o trabalho que tem.

Futuramente, espera sair de casa dos pais. Já comprou uma casa e espera apenas que esta esteja totalmente mobilada para se mudar.

Hoje, considerando-se mais madura, reconhece a importância da escolaridade para uma boa inserção profissional. Se voltasse atrás, teria concluído o 12.<sup>o</sup> ano e entrado na faculdade. Segundo diz, os licenciados são mais respeitados pela sociedade. Não espera fazê-lo já, mas pensa fazer formação em línguas em breve.

## Lúcia

Lúcia tem 25 anos e vive na periferia de Lisboa com o namorado e com o filho. Viveu até aos 12 anos com os pais e irmãos. A partir daí, foi viver para França, para perto dos padrinhos, tendo regressado a Portugal aos 19 anos. Em Portugal viveu num bairro que considera crítico, a Cova da Moura. O pai, com o 5.º ano de escolaridade, trabalhou como operário da construção civil, mas encontra-se actualmente desempregado devido a um problema de alcoolismo grave. A mãe, com o 6.º ano, é empregada doméstica. Tem duas irmãs estudantes, com 15 e 14 anos, e dois irmãos mais novos, com três e dois anos.

O seu namorado trabalha na construção civil, mas Lúcia não sabe se tem contrato de trabalho, nem quanto ganha por mês; sabe apenas que este lhe dá €500 mensais para despesas domésticas.

Lúcia reprovou na 4.ª classe do 1.º ciclo do ensino básico. Atribuiu esta reprovação ao mau ambiente familiar que tinha; o pai, alcoólico, maltratava-a fisicamente a si e à sua mãe.

Depois de ter concluído o 6.º ano, a mãe de Lúcia, juntamente com a madrinha, decidiram que o melhor para ela seria ir para França, onde estaria afastada do mau ambiente familiar, podendo estudar com maior tranquilidade.

Do tempo passado em França, Lúcia guarda boas recordações. Frequentou um curso profissional de Decoração de Interiores e Tapeçaria e, apesar de ter dificuldades com a Língua Francesa e com Matemática, mostrou-se mais empenhada, tendo sempre apoio escolar.

Embora considere a escola importante, e apesar de ter investido na formação da filha, a mãe de Lúcia pediu que voltasse antes de terminar o curso. Lúcia tinha 19 anos e voltou contrariada, mas com a obrigação de ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos. Acabaria aqui o seu percurso escolar. Actualmente não sabe ainda que escolaridade tem, uma vez que o processo de equivalências para o sistema de ensino português ainda está a decorrer.

Quando esteve em França, chegou a conciliar os estudos com o trabalho. Primeiro, trabalhou como *baby-sitter* – actividade a que acedeu através da madrinha. Não tinha um horário fixo e gostava do trabalho com crianças. Recebia cerca de €100 por mês. Desempenhou esta actividade por um ano, sem contrato, acabando por ir trabalhar nas limpezas com a madrinha. Nesta actividade, trabalhava durante umas horas, antes de ir para a escola. Ganhava metade do que a madrinha recebia e gostava de se levantar cedo, embora não gostasse das funções em si e das ordens constantes da madrinha. Desistiu passados dois meses. Estagiou ainda numa loja de decoração, através do curso que estava a frequentar. Esteve no estágio durante 6 meses e foi remunerada (embora não se lembre do valor).

Quando voltou para Portugal, a pedido da mãe, começou por trabalhar na copa de um restaurante, como auxiliar. Tinha um contrato a termo, entrava às 10h e saía depois do fecho do restaurante. Recebia cerca de €300 mensais. Não gostava da função e considerava o patrão e os colegas antiquados e exploradores. Acabou por sair ao fim de dois meses, após uma zanga com o patrão.

Depois de ter estado três meses à procura de trabalho, conseguiu emprego na charcutaria de um hipermercado. Trabalhava das 9h às 16h e recebia cerca de €200. Assinou um contrato de seis meses, que não viria a terminar, tendo-se despedido ao fim de quatro meses, quando um cliente lhe faltou ao respeito. Passados quatro meses, voltou a encontrar trabalho num hipermercado, desta vez como repositora. Trabalhava das 14h às 23h e não gostou, uma vez mais, da função, acabando por deixar o emprego poucos meses depois.

Depois destas duas experiências em hipermercados, trabalhou como empregada de limpezas numa empresa, durante seis meses. Conseguiu o emprego por intermédio de uma amiga, que já lá trabalhava. Tinha um horário das 7h às 10h e auferia €175 mensais. Não gostava da função e considerava-a muito cansativa; deixou o emprego no final do contrato. Voltou a trabalhar num hipermercado, desta vez na peixaria. Assinou um contrato de seis meses e recebia cerca de €500 por mês. Perto do final do contrato, teve um acidente de trabalho e ficou com baixa médica por uns meses. O contrato acabaria por não ser renovado.

Quando recuperou, foi trabalhar como empregada doméstica numa casa particular, onde esteve cerca de um ano. Entrava às 9h e saía às 18h, de 2.ª a 6.ª feira e, por vezes, aos Sábados de manhã. Ganhava cerca de €400 mensais e gostou muito do trabalho e, sobretudo, dos patrões. Deixou este emprego quando foi chamada para frequentar um curso de formação profissional.

O curso que frequenta dá competências na área de Reinserção Social e Profissional de jovens e é promovido por uma associação comunitária. Tem a duração de seis meses e atribui uma bolsa de formação no valor de €450 mensais. Neste momento, Lúcia está na fase de estágio e tem muitas expectativas em relação ao futuro. Esta é uma área de trabalho de que gosta e na qual espera vir a realizar-se pessoal e profissionalmente.

Lamenta não ter tido a oportunidade de estudar mais e gostaria de ter terminado o curso de formação profissional que deixou incompleto em França. Futuramente, espera conseguir emprego depois de terminado o curso que frequenta.



Av. 24 de Julho, n.º 134, 1399-054 Lisboa  
Tel.: 21 3949200 Fax: 21 3957610  
E-mail: [gepe@gepe.min-edu.pt](mailto:gepe@gepe.min-edu.pt)  
URL: <http://www.gepe.min-edu.pt>

O desenvolvimento de novas competências e a ampliação das já existentes afirmam-se como prioridades na sociedade contemporânea. As grandes transformações sociais e económicas e a inovação científica e tecnológica implicam a crescente valorização das qualificações, atribuindo-se à escola uma posição central.

O investimento na educação e na formação associa-se ao reconhecimento de que destas depende o avanço e a modernização das sociedades, no actual contexto de globalização.

ISBN 978-972-614-451-9